



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Dominique Silva Zóboli

**PAZ, PODER E POLÍTICA: os limites da participação social no processo de paz
colombiano (2012-2016)**

Brasília, 04 de maio de 2026

Dominique Silva Zóboli

PAZ, PODER E POLÍTICA: os limites da participação social no processo de paz colombiano (2012-2016)

Dissertação de Mestrado acadêmico apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Cortinhas
Coorientadora: Prof. Dra. Roberta Holanda Maschietto

Brasília, 04 de maio de 2026

Dominique Silva Zóboli

PAZ, PODER E POLÍTICA: os limites da participação social no processo de paz colombiano (2012-2016)

Dissertação de Mestrado acadêmico apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Prof. Dr. Juliano da Silva Cortinhas (Orientador)

Profª. Dra. Roberta Holanda Maschietto (Coorientadora)

Prof. Dr. Antônio Jorge Ramalho (Banca Examinadora)

Profª. Dra. Cécile Mouly (Banca Examinadora)

Brasília, 04 de maio de 2026

Dedico esta pesquisa a todos e todas que, ao longo do processo de paz, se mobilizaram por uma realidade mais digna.

AGRADECIMENTOS

A realização do mestrado acadêmico é um sonho antigo. E os nossos sonhos só se fortalecem e se concretizam com o apoio daqueles que passam pela nossa vida. Por isso, esse sonho não seria possível sem o apoio e sem o amor daqueles que me cercam, afinal, eu sou, no fim do dia, resultado daquilo que me ensinam e daquilo que compartilham comigo. Aos meus orientadores, professor Juliano Cortinhas e professora Roberta Maschietto, por terem acreditado na minha pesquisa e por terem me orientado com tanto zelo e cuidado desde o início. Sempre digo que tive a sorte de ter orientadores tão dedicados, responsáveis e que me guiaram com muito carinho por toda a jornada. Isso fez toda a diferença. Estendo meu sincero agradecimento à professora Danielly Becard, cuja disciplina de Seminário de Pesquisa foi fundamental para o amadurecimento desta pesquisa. Agradeço também à banca examinadora, professores Antônio Jorge Ramalho e Cécile Mouly, pelo tempo e atenção dedicada ao meu trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília, sobretudo pelo apoio financeiro e logístico para que eu pudesse ir à Colômbia. Aos meus colegas do 2024/01, em especial à minha amiga Bia, com quem compartilhei a jornada de ir à biblioteca central da UnB, ao RU e à salinha da pós-graduação. Muitos dizem que o processo de escrita pode ser uma caminhada muito solitária, e a sua presença definitivamente fez com que a estrada fosse menos árdua.

Agradeço, de modo especial, à minha mãe Elizete. Te admiro mais do que tudo nesse mundo. Foi você quem me ensinou a ter paixão pela leitura e escrita, desde quando íamos juntas à biblioteca municipal de Castelo no fim dos seus expedientes. Mais importante que isso, você me ensinou a questionar o mundo e a pensar com o coração, um valor que eu não trocaria por nada. Sou grata por isso, mãe. Agradeço também ao meu pai, Domingos, por todo o apoio de sempre. Obrigada, sem você eu definitivamente não estaria aqui. Estendo esse agradecimento à minha família – em especial aos meus avós, dona Penha e seu Joel (*in memoriam*); ao meu irmão, Fred; às minhas tias Neusa, Silvana, Marizete e Sônia; e aos meus “primos irmãos”, Dand, Wia, Winnie, Karen e Ulysses. Crescer ao lado de pessoas como vocês sempre me deu a determinação que eu precisava para chegar nos lugares aonde cheguei.

À Bárbara, que esteve ao meu lado durante todo esse tempo, reforçando que eu era capaz e que tudo isto é fruto do meu esforço. Obrigada pela companhia de vida, pelo incentivo constante, pelos cafés, pelos livros emprestados e pela troca de ideias (que me rendem novos questionamentos e me fazem crescer como pessoa, profissional e acadêmica). Sem o seu apoio,

o processo teria sido muito mais difícil. Você é uma das melhores pessoas que eu já conheci nesta vida.

Também lhe agradeço de coração, Luiza, por ter me acolhido com tanto carinho durante minha estadia em Bogotá. Obrigada por todas as conversas sobre o processo de paz na Colômbia, pelos autores e sites indicados e por toda a troca de ideias. Você foi muito importante. Obrigada também à Dilne, pelos passeios, pela ida ao Museu Nacional da Colômbia e pelas impressões valiosas de que só uma brasileira que mora há mais de 10 anos na Colômbia poderia me dar.

À Miriam, que me ajudou a entender a pesquisa acadêmica de forma leve no início do processo. Obrigada por ser essa pessoa, amiga e professora exemplar. Aos meus amigos e colegas de trabalho Fabrício, Creomar, Matheus A. e Lary: as constantes aprendizagens sobre análise e metodologia foram essenciais nessa jornada. Aos meus amigos Julia, Bela, Vito, Matheus J., Rod, Josemar, Marcella e Edu: o que seria de mim sem o acolhimento de vocês em Brasília?

Por fim, agradeço profundamente a todas as pessoas com quem tive a oportunidade de conversar na Colômbia, especialmente durante o período de pesquisa de campo. Aos entrevistados, sou imensamente grata por terem dedicado seu tempo para compartilhar suas vivências relacionadas ao processo de paz. Gostaria de dizer também que valorizo e relembro, com o coração transbordando, todas as demais trocas reais que marcaram minha passagem por Bogotá, Medellín e Cartagena, incluindo as conversas informais em viagens de aplicativo, universidades, padarias, bares e museus. A pesquisa acadêmica é construída, no fim do dia, por pessoas e para as pessoas.

Obrigada. Mil vezes obrigada.

*“La resistencia nos permitió construir un nuevo pueblo
lleno de esperanza, de eterno presente.”*

— Museo Casa de la Memoria, Medellín

RESUMO

Em 2016, a Colômbia celebrou um amplo Acordo de Paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP). À época, o modelo das negociações foi considerado exemplar por parte da comunidade internacional, especialmente em razão de seu caráter inclusivo, marcado pela existência de múltiplos mecanismos participativos, como (1) o envio de propostas à Mesa de Diálogos; (2) a organização de fóruns nacionais e regionais para discutir os cinco pontos do Acordo com distintos setores sociais; (3) a ida de delegações de vítimas, organizações e especialistas temáticos à Havana; (4) a realização, ao final do processo, de um plebiscito nacional para ratificar o texto. Diante desse cenário, esta dissertação tem como objetivo principal analisar como se deu a participação da sociedade ao longo das negociações, com ênfase nas relações de poder e condicionantes que moldaram esses espaços. A discussão teórica está fundamentada em uma crítica à paz liberal, o que se articulou a uma proposta analítica alternativa baseada na noção de paz agonística. Enquanto a primeira tende a despolitizar os processos de paz ao se conectar, muitas vezes, com a ideia de uma fórmula ideal pautada em elementos tecnocráticos, a segunda permite evidenciar aspectos políticos centrais da paz, como as disputas e tensões que atravessam sua construção. Para aprofundar a análise sobre a questão do poder, o Cubo do Poder de John Gaventa é mobilizado como ferramenta analítica central do estudo de caso. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de estudo de caso. Os dados foram coletados por meio de fontes primárias e secundárias, incluindo livros, artigos acadêmicos, documentos oficiais e entrevistas semiestruturadas realizadas com membros da sociedade civil e do governo; por fim, a análise foi conduzida a partir de análise temática. Os resultados indicam que, apesar da existência de mecanismos formais de inclusão, a participação social foi marcada por limites estruturais que restringiram seu alcance e impacto. Nesse sentido, em um contexto internacional marcado pela persistência e reconfiguração dos conflitos armados, esta pesquisa contribui para o aprofundamento crítico dos estudos sobre paz ao explorar novas dimensões do debate. Ao deslocar o foco da incorporação formal da sociedade nas negociações para as condições que moldam sua participação, detalhando as relações de poder existentes nos processos de paz, o trabalho assume o compromisso com uma leitura da realidade que busca soluções sustentáveis a longo prazo.

Palavras-chave: acordo de paz; Colômbia; participação; poder; político

RESUMEN

En 2016, Colombia firmó un amplio Acuerdo de Paz con las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-EP). En ese momento, el modelo de negociación fue considerado ejemplar por parte de la comunidad internacional, especialmente por su carácter inclusivo, marcado por la existencia de múltiples mecanismos participativos, como: (1) el envío de propuestas a la Mesa de Diálogo; (2) la organización de foros nacionales y regionales para discutir los cinco puntos del Acuerdo con distintos sectores sociales; (3) la participación de delegaciones de víctimas, organizaciones y expertos temáticos en La Habana; y (4) la realización de un plebiscito nacional al final del proceso para ratificar el texto. En este contexto, esta disertación tiene como objetivo principal analizar cómo se desarrolló la participación de la sociedad a lo largo de las negociaciones, con énfasis en las relaciones de poder y las condiciones que moldearon estos espacios. La discusión teórica se fundamenta en una crítica a la paz liberal, articulada con una propuesta analítica alternativa basada en la noción de paz agonística. Mientras que la primera tiende a despolitizar los procesos de paz al vincularse, en muchos casos, con la idea de una fórmula ideal basada en elementos tecnocráticos, la segunda permite evidenciar las dimensiones políticas centrales de la paz, como las disputas y tensiones que atraviesan su construcción. Para profundizar el análisis del poder, el Cubo del Poder de John Gaventa es utilizado como herramienta analítica central del estudio de caso. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque cualitativo basado en estudio de caso. Los datos fueron recolectados a partir de fuentes primarias y secundarias, incluyendo libros, artículos académicos, documentos oficiales y entrevistas semiestructuradas realizadas con miembros de la sociedad civil y del gobierno; el análisis se llevó a cabo mediante análisis temático. Los resultados indican que, a pesar de la existencia de mecanismos formales de inclusión, la participación social estuvo marcada por limitaciones estructurales que restringieron su alcance e impacto. En este sentido, en un contexto internacional caracterizado por la persistencia y reconfiguración de los conflictos armados, esta investigación contribuye al desarrollo crítico de los estudios sobre la paz al explorar nuevas dimensiones del debate. Al desplazar el foco desde la incorporación formal de la sociedad en las negociaciones hacia las condiciones que moldean su participación, detallando las relaciones de poder presentes en los procesos de paz, el trabajo asume un compromiso con una lectura de la realidad orientada a la búsqueda de soluciones sostenibles a largo plazo.

Palabras clave: acuerdo de paz; Colombia; participación; poder; político

ABSTRACT

In 2016, In 2016, Colombia signed a comprehensive Peace Agreement with the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC-EP). At the time, the negotiation model was considered exemplary by parts of the international community, particularly due to its inclusive character, marked by the existence of multiple participatory mechanisms, such as: (1) the submission of proposals to the Negotiation Table; (2) the organization of national and regional forums to discuss the five points of the Agreement with different social sectors; (3) the participation of delegations of victims, organizations, and thematic experts in Havana; and (4) the holding of a national plebiscite at the end of the process to ratify the final text. In this context, this dissertation aims to analyze how societal participation unfolded throughout the negotiations, with an emphasis on the power relations and conditions that shaped these spaces. The theoretical discussion is grounded in a critique of liberal peace, articulated with an alternative analytical proposal based on the notion of agonistic peace. While the former tends to depoliticize peace processes by often relying on the idea of an ideal formula grounded in technocratic elements, the latter makes it possible to highlight the central political dimensions of peace, such as the disputes and tensions that permeate its construction. To deepen the analysis of power, John Gaventa's Power Cube is employed as the central analytical tool of the case study. Methodologically, the research adopts a qualitative case study approach. Data was collected from primary and secondary sources, including books, academic articles, official documents, and semi-structured interviews conducted with members of civil society and the government; the analysis was carried out through thematic analysis. The findings indicate that, despite the existence of formal mechanisms of inclusion, societal participation was marked by structural limitations that restricted its scope and impact. In this sense, in an international context characterized by the persistence and reconfiguration of armed conflicts, this research contributes to the critical advancement of peace studies by exploring new dimensions of the debate. By shifting the focus from the formal inclusion of society in negotiations to the conditions that shape participation, and by detailing the power relations embedded in peace processes, the study advances a reading of reality committed to the pursuit of sustainable long-term solutions.

Keywords: peace agreement; Colombia; participation; power; political

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa.....	22
Figura 1 – Triângulo da violência direta-estrutural-cultural	30
Figura 2 – Níveis de participação em processos de paz	33
Quadro 2 – Formas de inclusão da sociedade civil em negociações de paz.....	34
Figura 4 – Como é construída a paz liberal?	40
Figura 5 – Cubo do Poder (Power Cube)	59
Quadro 3 – Como o poder age?	61
Quadro 4 – Conflito armado colombiano: antecedentes históricos e momentos de inflexão	66
Quadro 5 – Resultado do plebiscito.....	104
Imagem 1 – Mapa do resultado eleitoral do plebiscito.....	105
Quadro 6 – Resultados do plebiscito e variáveis associadas ao conflito.....	105
Quadro 7 – Fóruns participativos por tema, local e data (2012–2016)	114
Quadro 8 – Porcentagem de homens e mulheres nas esferas de negociação dos acordos entre o Governo e atores armados	118
Quadro 9 – Resultados sobre os espaços, níveis e formas de poder.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BAPP	Biblioteca Aberta do Processo de Paz
CEV	Comissão da Verdade
MOVICE	Movimento Nacional de Vítimas de Estado
EUA	Estados Unidos
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FARC-EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDS	Instituto de Desenvolvimento Social
JEP	Jurisdição Especial para a Paz
JT	Justiça Transicional
OACP	Oficina do Alto Comissariado para a Paz
ONG	Organização Não-Governamental
ONIC	Organização Nacional Indígena da Colômbia
ONU	Organização das Nações Unidas
PRIO	Peace Research Institute Oslo (Instituto de Pesquisa de Paz de Oslo)
RI	Relações Internacionais
UP	União Patriótica
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VL	Virada Local

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Reflexões Metodológicas	20
1.2 O percurso da pesquisa e a organização da dissertação	24
2 PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE A PAZ	26
2.1 O debate sobre a paz nas Relações Internacionais	26
<i>2.1.1 A participação da sociedade em processos de paz: é possível construir uma paz sustentável?</i>	32
2.2 A construção da paz liberal e a despolitização	38
<i>2.2.1 Soluções técnicas para problemas políticos?</i>	46
2.3 Alternativa analítica: a paz agonística e a (re)politização	49
2.4 O visível, o oculto e o invisível: como o poder opera em processos participativos?	56
2.5 Conclusões parciais	63
3 O CONFLITO ARMADO COLOMBIANO E AS DUAS FACES DO PROCESSO DE PAZ DE HAVANA: A ÓTICA LIBERAL <i>VERSUS</i> A LÓGICA DO DISSENSO	65
3.1 As origens do conflito armado interno	65
<i>3.1.1 Um conflito armado eminentemente político</i>	69
<i>3.1.2 Pastrana e El Caguán</i>	76
3.2 “Eu tenho a chave da paz em meu bolso”: as negociações entre o governo de Juan Manuel Santos e as FARC-EP	80
<i>3.2.1 A construção do Acordo sob a ótica da paz liberal</i>	85
<i>3.2.2 A mobilização social em torno da paz: evidências de uma paz política</i>	94
<i>3.2.3 Os dissensos em torno do plebiscito pela paz</i>	103
3.3 Conclusões parciais	110
4 “LA PARTICIPACIÓN FUE BASTANTE LIMITADA”: disputas e limites da participação social no processo de paz colombiano	112
4.1 Os espaços de participação	112
4.2 Níveis: articulações entre o local, o nacional e o internacional	124
4.3 Formas: as nuances do poder visível, oculto e invisível	131
4.4 Conclusões parciais	148
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

A paz, nas Relações Internacionais, tem sido historicamente pensada a partir da guerra. Desde a criação da primeira cátedra universitária da disciplina, em 1919, na cidade de Aberystwyth, no Reino Unido, os estudos se concentraram em estudar as causas da guerra, quando a compreensão dos conflitos armados¹ limitava-se aos Estados nacionais e exércitos regulares, nos moldes clássicos descritos por autores como Sun Tzu e Carl von Clausewitz. Atualmente, mais de 100 anos depois, continuamos enfrentando diferentes expressões de violência armada e políticas violentas: o genocídio da faixa de Gaza, a guerra entre Rússia e Ucrânia, o aumento da presença militar norte-americana na América Latina, as políticas internas empregadas contra imigrantes nos Estados Unidos, a guerra entre facções no Brasil e as dissidências dos grupos insurgentes na Colômbia são alguns exemplos que demonstram essa realidade.

Ainda na década de 1950, pesquisadores noruegueses, com destaque para Johan Galtung, passaram a questionar se as teorias existentes eram capazes de explicar adequadamente a ocorrência dos conflitos armados. Nesse contexto, a academia começou a direcionar maior atenção ao estudo da paz, consolidando a ideia de que os conflitos violentos estão frequentemente associados a estruturas sociais² profundamente desiguais (Oliveira, 2017). É a partir dessa perspectiva que esta dissertação compreende o conceito de paz. Desse modo, o trabalho defenderá que a resolução de conflitos e construção da paz não devem se limitar à chamada paz negativa, entendida como a simples ausência de violência direta ou o cessar-fogo. Em vez disso, é necessário buscar a paz positiva, que envolve a transformação das condições estruturais que produzem desigualdade e exclusão. Assim, a construção da paz passa pela implementação de políticas que enfrentem formas de violência estrutural, por exemplo por meio da garantia de direitos fundamentais e de transformações materiais, como políticas de redistribuição econômica (Galtung, 1969, 1978).

¹ Nesta dissertação, utilizo os termos “conflito armados”, “conflito violentos” e “guerra” para me referir a formas específicas de conflito que envolvem o uso sistemático da violência com motivações ou implicações políticas, evitando apenas o uso genérico do termo “conflito”. Essa distinção é importante pois a paz agonística compreende o conflito como algo inerente à sua própria dinâmica política (Shinko, 2008). É importante delinear, entretanto, que não há consenso quanto à definição do termo “conflito armado”, sendo o conceito abordado de maneira diversa por diferentes autores. Aqui, adoto a perspectiva de Mouly (2022), que entende os conflitos armados como formas de conflito violento de natureza política e as guerras como conflitos armados de alta intensidade, com saldo superior a 1000 vítimas por ano.

² A estrutura está relacionada a qualquer padrão recorrente de comportamento social, ou, de modo mais específico, às relações ordenadas entre diferentes elementos de um sistema social ou da sociedade (Giddens, 2007). Assim, estrutura social faz referência aos padrões e regras que governam o comportamento humano em uma sociedade; inclui status, posições, redes sociais, grupos, organizações, instituições etc.

A despolitização que assola as sociedades contemporâneas (Dardot; Laval, 2017; Mouffe, 2005), entretanto, tem afetado os estudos e a prática do *peacebuilding*³ (Guerra, 2019; Tobia, 2025; Wernecke, 2016). A forte influência da paz liberal – entendida como um discurso e arcabouço promovido principalmente por países ocidentais para estabilizar países em contextos de conflito armado, baseando-se na ideia de que valores associados ao liberalismo político e econômico constituem a única via para uma ordem estável (Pereira, 2019), mas se apresentando, ao mesmo tempo, como técnica e neutra (Mac Ginty, 2012) – trouxe consequências importantes para o debate sobre a paz nas Relações Internacionais, o que tem sido objeto de estudo por parte de autores ligados às abordagens críticas dos estudos sobre paz e conflito no Brasil e no mundo, com destaque para nomes como Áureo Toledo, Cécile Mouly, David Chandler, Gilberto Carvalho Oliveira, Mark Duffield, Michael Pugh, Oliver Richmond, Ramon Blanco, Roger Mac Ginty, Roberta Maschietto, Vivienne Jabri, e tantos outros.

De modo geral, as abordagens críticas à paz liberal visam problematizar processos que são direcionados, muitas vezes, para os interesses de atores internacionais do Norte Global e de elites econômicas locais, marginalizando interesses da população (Chandler, 2006; Duffield, 2007; Mac Ginty; Richmond, 2013; Maschietto, 2016; Toledo, 2014). Entre os anos 90 e o começo dos anos 2000, isso ficou evidente em processos como o do Iraque, quando um governo provisório administrado pelos Estados Unidos e Reino Unido alterou regras internas do país, através de decretos, de acordo com seus próprios entendimentos sobre o que iria trazer paz para a região⁴. Hoje, parece ser algo mais evidente nos interesses de Trump e Israel na Faixa de Gaza, através do “plano de paz”, que conta com medidas como a facilitação de investimentos estrangeiros e uma zona econômica especial com tarifas e taxas especiais para países participantes.

³ O termo *peacebuilding* e construção da paz serão utilizados como sinônimos. Sua origem, enquanto categoria de análise, remonta a diversos autores dos anos 70; Galtung (1976), ao revisar os conceitos de *peacekeeping* e *peacemaking*, propõe o *peacebuilding*, o que chama de abordagem associativa: “In putting the question this way the implicit hypothesis is that peace has a structure different from, perhaps over and above, peacekeeping and ad hoc peacemaking. Given this, what would we wish from a peace structure? Definitely not that it has built into it peacekeeping [...] more particularly, structures must be found that remove causes of wars and offer alternatives to war in situations where wars might occur” (p. 297-298, 1976). Portanto, é possível afirmar que o *peacebuilding* ou a construção da paz fazem referência às ações mais amplas que visam criar, fortalecer e solidificar a paz – o que pode, inclusive, incluir o *peacemaking* e o *peacekeeping* (Autesserre, 2014).

⁴Na época, os norte-americanos publicaram um artigo intitulado *Let's all do to the Yard Sale*, afirmando que, se tudo desse certo, o Iraque seria “o sonho capitalista”. Disponível em: <<https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2003/09/25/lets-all-go-to-the-yard-sale>>. Acesso em 27 fev. 2026.

Mesmo em processos de paz⁵ nos quais soluções domésticas são priorizadas, como no caso colombiano – foco desta dissertação, as negociações, ao enfatizarem uma suposta ligação entre a construção da paz e elementos como a abertura de mercados, tendem a favorecer grupos específicos em detrimento de outros (Pugh, 2005, 2016). O termo e a identidade das “elites” não é simples em termos de definição, uma vez que seu significado pode variar conforme o contexto e as estruturas sociais analisadas. Neste trabalho, o conceito será utilizado para se referir a grupos que possuem acesso ao poder e desfrutam de um status social, político e econômico privilegiado, sendo capazes de tomar decisões com consequências profundas em diferentes esferas, como a política, a economia, a mídia e o judiciário. Essa definição abrange não apenas atores que exercem poder político diretamente, mas também aqueles que exercem influência significativa sobre as ações das elites políticas e, conseqüentemente, sobre os ambientes sociais, políticos e econômicos (Layús, 2024).

De acordo com o relatório *Elite Strategies to Support or Resist Peace and Political Transitions*, da *Inclusive Peace Initiative* (2019), as elites desempenham papel central na influência dos processos e dos resultados das iniciativas de construção da paz, podendo incluir, além de atores políticos e militares, representantes do setor empresarial. Suas estratégias variam ao longo do processo, mas, de modo geral, buscam direcionar a mudança política em seu próprio benefício. Ademais, atores internacionais também podem influenciar o comportamento das elites domésticas, ao afetar seus recursos e seus cálculos estratégicos em relação aos custos e benefícios de determinadas ações.

A elite não deve ser compreendida, portanto, como um grupo de “melhores cidadãos”, ou seja, não se define por mérito ou excelência, mas como o conjunto de atores que detêm, por meios lícitos ou ilícitos, a capacidade de tomar decisões e influenciar processos decisórios. Em contextos de conflito armado, as alianças tendem a envolver elites econômicas, atores armados (legais e ilegais) e setores políticos e judiciais, atuando de forma funcional à reprodução da violência, bem como à manutenção e proteção de posições de privilégio e à acumulação de recursos (Layús, 2024).

As “soluções” propostas, entretanto, nem sempre estão de acordo com as expectativas das populações dos países que sofrem com a violência armada, afinal, muitas vezes, suas necessidades não são priorizadas e processos de participação são cooptados por esses grupos dominantes. É nesse contexto que as pesquisas sobre a participação social em negociações de

⁵ Processos de paz são definidos como a série de ações que conduzem à resolução de um conflito e à negociação e assinatura de um acordo de paz, bem como as ações subsequentes que implementam e consolidam esse acordo (Brewer, 2015).

paz⁶ crescem, com autores como Mac Ginty e Richmond (2013), Lederach (1997), Nilsson (2012) e Paffenholz (2014), que se preocuparam, sobretudo, em compreender qual a importância da atuação da sociedade para a construção de processos de paz mais sustentáveis a longo prazo – muitos, inclusive, em contraponto à paz liberal.

Uma das críticas relevantes à paz liberal é a chamada paz agonística, uma alternativa analítica interessante para o propósito desta dissertação: é uma abordagem que busca reafirmar que processos de paz são intrinsecamente políticos, marcados por disputas e dinâmicas de poder, nos quais diferentes atores sociais trazem suas reivindicações (Lehti, 2024). Essa perspectiva, desenvolvida por Rosemary Shinko (2008) e inspirada em autores como Chantal Mouffe, enfatiza que não há neutralidade ou imparcialidade em processos de paz. Assim, ao evidenciar tais elementos, a paz agonística é essencial para a compreensão das mobilizações da sociedade civil como um importante espaço de disputa política, o que explica o porquê a construção da paz não pode ser conduzida estritamente a partir de fórmulas universais orientadas por elementos tecnocráticos (Mac Ginty, 2012; Tobia, 2024, 2025), desconsiderando os dissensos e as assimetrias de poder – ou seja, como determinadas prioridades e demandas podem ser marginalizadas – existentes nos processos de paz.

Ainda assim, na prática, muitos seguem defendendo que processos de paz deveriam se limitar a acabar com o conflito armado – algo endossado por Juan Manuel Santos e tomadores de decisão do seu governo à época (Santos, 2019), por exemplo – e que ampliar a participação da sociedade traz maiores complicações para a construção de um acordo de paz (Paffenholz, 2014). Essa visão, embora intuitiva, subestima o potencial transformador (ou reproduzidor de desigualdades) que acordos de paz podem ter. Nesse sentido, é fundamental analisar a participação para além de sua inclusão formal, se atentando para sua qualidade (Paffenholz, 2015). A literatura sobre processos participativos tem avançado nessa direção, com destaque para a proposta do Cubo do Poder (*power cube*), desenvolvido por acadêmicos do Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS) e sistematizado por John Gaventa (2006), trazendo reflexões importantes sobre como o poder se manifesta em processos de participação.

Quando setores da sociedade buscam se inserir nas mesas de negociação e processos de paz, apresentando suas próprias demandas, narrativas e memórias, eles não apenas buscam fazer

⁶ O termo "negociações de paz" é mais específico do que expressões como *peacebuilding*, construção da paz ou processos de paz. Enquanto estes últimos abrangem um conjunto mais amplo e contínuo de ações – incluindo a prevenção de conflitos, a mediação, a reconstrução pós-conflito e a promoção de justiça social –, as negociações de paz referem-se especificamente à etapa em que as partes envolvidas dialogam formalmente para estabelecer os termos de um acordo. Trata-se, portanto, de um momento delimitado dentro do processo mais amplo de construção da paz.

valer seus interesses, mas também reivindicam o reconhecimento de sua legitimidade como atores políticos em processos que os afetam diretamente, especialmente em espaços como as negociações de paz, que historicamente são dominadas por elites estatais e internacionais (Firchow et al, 2025; Mendes, 2025; Zaum, 2013). A participação, nesses termos, pode operar como um mecanismo que revela as relações de poder, expondo exclusões históricas e trazendo contestações importantes às desigualdades estruturais que sustentam os conflitos.

O caso colombiano é exemplar para explorar essas tensões: desde sua independência, o país convive com uma histórica concentração de poder político e econômico, que resultou na exclusão sistemática de amplos setores sociais da vida institucional (Fals Borda e Umaña Luna, 1962; Bergquist, 1979; Bushnell, 1993). Ao longo do século XX, essas exclusões deslocaram os conflitos sociais para o campo armado, com o surgimento de grupos insurgentes, sendo as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP), formalmente estabelecido em 1964, o caso mais emblemático (CEV, 2022; Villamizar, 2017).

Após uma longa trajetória de tentativas fracassadas de negociação (La Uribe, El Caguán), foi apenas em 2012 que se iniciou um novo ciclo de diálogos de paz, em Havana, Cuba, durante o governo de Juan Manuel Santos. Essa movimentação de Santos representou um forte rompimento com seu antecessor, o conservador Álvaro Uribe – presidente do país entre 2002 e 2010 –, que não reconheceu a existência de um conflito armado interno na Colômbia e tampouco abriu espaço para negociações de paz durante seus mandatos (Burnyeat, 2024; García-Sánchez; Rodríguez-Raga, 2019)

O processo de Havana, por outro lado, foi amplamente reconhecido por seu caráter inovador e participativo (World Economic Forum, 2015; ONU, 2016), contando inclusive com a abertura da Mesa de Negociações a distintos setores da sociedade civil (como movimentos de vítimas⁷, mulheres, indígenas, jovens, entre outros); além disso, outros mecanismos participativos foram criados, como fóruns temáticos de discussão e o envio de propostas às partes negociadoras (Lacorazza, 2022). Apesar disso, no momento de sua ratificação popular, veio um resultado inesperado: 50,21% dos votantes rejeitaram o texto do acordo no plebiscito nacional, que questionou “¿Apoya usted el Acuerdo Final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera?” (Registraduría Nacional de Colombia, 2026).

⁷ Embora todos os grupos citados tenham sido afetados pelo conflito armado colombiano, a categoria de “vítimas”, nesse contexto, possui um significado específico, referindo-se a organizações constituídas em torno da agenda de reconhecimento, verdade e reparação, que participaram diretamente do processo de paz por meio das delegações de vítimas (diretamente afetadas pelo conflito armado) em Havana. Os demais movimentos não se estruturam necessariamente a partir da identidade de vítimas diretas da violência armada, embora também incluam indivíduos afetados pelo conflito, articulando-se em torno de agendas transversais, como gênero, direitos afro-colombianos e direitos indígenas.

Mesmo assim, meses depois, o então presidente Santos foi a Oslo para receber o Nobel da Paz, onde destacou: “*Hace tan solo seis años los colombianos no nos atrevíamos a imaginar el final de una guerra que habíamos padecido por medio siglo*”⁸. O processo de paz colombiano seguiu sendo considerado, por grande parte da comunidade internacional, como um modelo ideal por sua abordagem abrangente, pelo foco central nas vítimas, justiça transicional, e inclusão social. Quando me deparei, inicialmente, com essas informações, muitos questionamentos surgiram. Parecia haver um paradoxo: como a sociedade rejeitou um processo que a incluiu? Um processo considerado incomparável para muitos atores internacionais? Como ocorreu, de fato, essa participação?

Foi então que identifiquei um ponto central: as relações de poder que atravessaram o processo de paz colombiano. Outros trabalhos já abordam a questão do poder sob diferentes perspectivas, com destaque para Guerra (2019), que analisou a participação dos grupos indígenas a partir de um debate decolonial; Mendes (2025), que se concentrou na atuação das organizações de mulheres; e outros estudos que serão mobilizados ao longo do texto. Esta pesquisa busca ampliar esse debate ao: a) abarcar todos os demais agrupamentos presentes nos espaços de participação, se apoiando em uma pesquisa de campo na Colômbia e entrevistas inéditas com membros de organizações de mulheres, vítimas, indígenas, afrocolombianos e membros do governo que atuaram diretamente nas negociações; b) dar maior ênfase às características do processo que se associam à paz liberal e como isso, por si só, impõe limitações à participação; c) trazer a paz agonística e a necessidade de politizar o debate para o centro da análise; d) utilizar o Cubo do Poder (Gaventa, 2006) como ferramenta para dar materialidade ao argumento, evidenciando como os espaços, formas e níveis de poder moldaram a participação.

Esse processo resultou na seguinte pergunta de pesquisa, que guiará todo o trabalho: De que forma as relações de poder moldaram a participação social no processo de paz colombiano (2012–2016)? Entendo como relações de poder, portanto, aquelas configuradas por disputas assimétricas entre diferentes grupos (Lukes, 1994; VeneKlasen; Miller, 2002), especialmente quando determinadas demandas esbarram em “tetos políticos” (Mendes, 2025), ou seja, encontram barreiras estruturais ao confrontar determinados interesses.

O argumento central deste trabalho é o de que, durante e em paralelo às negociações de paz em Havana, as reivindicações da sociedade civil, apesar dos espaços de participação formal existentes, foram esvaziadas ou neutralizadas quando ameaçavam determinados interesses.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pqrpAue1TQc>. Acesso em 10 dez. 2025.

Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho é analisar como as características políticas e institucionais presentes no processo de paz na Colômbia impactaram a participação da sociedade. Entre os objetivos específicos, destacam-se: a) examinar as características do processo de paz colombiano à luz da paz liberal e paz agonística; b) mapear os mecanismos formais de participação; c) analisar a atuação e estratégias de diferentes setores da sociedade civil durante as negociações; d) identificar e analisar os limites estruturais e políticos que atravessaram essa participação.

Esta pesquisa se torna especialmente relevante em um contexto internacional marcado não apenas pela persistência dos conflitos armados, mas pela reconfiguração de suas dinâmicas. Embora a participação social venha sendo cada vez mais valorizada – e, em muitos casos, considerada um elemento central para a construção da paz –, sua incorporação formal não garante, por si só, uma participação efetiva e transformadora. Quando questões estruturais relacionadas à violência e às desigualdades políticas, sociais e econômicas permanecem inalteradas, o impacto da participação pode ser limitado. Diante dessas questões, busco contribuir para o debate contemporâneo ao mostrar e problematizar tais limitações, oferecendo subsídios analíticos que possam qualificar discussões teóricas, formulação de políticas públicas e a atuação de organizações da sociedade civil. A seguir, apresento a metodologia e os métodos que orientaram a condução da pesquisa.

1.1 Reflexões metodológicas

Essa dissertação foi orientada por uma abordagem qualitativa, reconhecida como adequada para explorar relações sociais que são, por natureza, complexas. O método qualitativo busca compreender e tornar visíveis os fenômenos sociais, enquanto reconhece o caráter inerentemente político da pesquisa acadêmica (Denzin; Lincoln, 2018; Flick, 2009). A partir disso, é possível capturar significados, experiências e contextos que frequentemente não são acessíveis em abordagens quantitativas.

Em primeiro lugar, vale destacar que a metodologia adotada será a de Estudo de Caso (Alexander; Bennet, 2005; Baxter; Jack, 2008). Para garantir uma análise mais holística do objeto de estudo – ou seja, a participação social durante o processo de paz colombiano entre 2012 e 2016 – a pesquisa apostou na combinação de diferentes métodos de coleta e análise de dados, estratégia considerada coerente com a metodologia escolhida, tendo em vista que estudos de caso geralmente adotam múltiplas fontes de evidência, permitindo uma compreensão mais aprofundada do fenômeno investigado.

Sobre os métodos de coleta, as informações foram obtidas a partir da revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas. Foi feito um mapeamento do processo, fundamentado em dados de fontes primárias e secundárias – com destaque para documentos públicos financiados, em parceria ou publicados pelo próprio governo da Colômbia, a exemplo da Biblioteca Aberta do Processo de Paz (BAPP), do Centro de Memória Histórica (CNMH) e da Comissão da Verdade (CEV). Devido à preocupação em não recorrer apenas às narrativas oficiais, para além da vasta literatura utilizada (com base em artigos científicos e livros), buscou-se também recorrer a relatórios específicos sobre o processo de paz colombiano, produzidos por institutos e organizações especializados na temática, como a *Fundación Ideas para la Paz (FIP)*, o *Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz (INDEPAZ)*, a Universidade Nacional da Colômbia, o *Peace Research Institute Oslo (PRIO)*, o *Kroc Institute for International Peace Studies* e o *Institute for Integrated Transitions (IFIT)*.

No começo de 2025, foi anunciado que o congresso acadêmico do Conselho Latinoamericano de Investigação para a Paz (CLAIP) iria ocorrer em Bogotá. Esta parecia, então, a oportunidade perfeita para conciliar uma apresentação sobre meu projeto de pesquisa à época, fazer contatos e, se possível, realizar entrevistas. Com o apoio da Universidade de Brasília, pude ir até a Colômbia, onde realizei entrevistas semiestruturadas (Belina, 2023; Bosnak, 2022) com membros da sociedade civil e do governo Santos, incluindo pessoas que participaram da Mesa de Diálogos. Além disso, tentei contato com negociadores das FARC-EP para ampliar a pluralidade de perspectivas, mas, apesar dos esforços, não foi possível obter retorno dentro do prazo da pesquisa. De qualquer forma, buscou-se suprir essa ausência por meio da análise de fontes secundárias, como livros, artigos, documentos oficiais, pronunciamentos públicos e entrevistas previamente concedidas.

Inicialmente, realizei um levantamento sistemático na BAPP com o objetivo de mapear o perfil das organizações que participaram da Mesa em Havana. A partir desse mapeamento, adotei uma estratégia de amostragem intencional e o primeiro contato foi realizado por e-mail institucional. Posteriormente, já em campo, utilizei também a técnica de amostragem em bola de neve, por meio de indicações de entrevistados e redes de confiança locais, ampliando progressivamente o universo de interlocutores.

Foram realizadas nove entrevistas no total, das quais cinco ocorreram presencialmente em Bogotá durante o período de trabalho de campo, que ocorreu entre março e abril de 2025. As quatro restantes foram conduzidas posteriormente de forma remota, entre abril e maio de 2025, por meio de plataformas digitais, em função da disponibilidade dos interlocutores. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado composto por oito perguntas abertas, em

espanhol e em inglês, diretamente articuladas à pergunta-problema, aos objetivos e às hipóteses da pesquisa. A natureza aberta das questões permitiu aprofundamentos temáticos e adaptações conforme o perfil e a experiência de cada entrevistado, garantindo a flexibilidade do diálogo. Conforme sugerem Legard, Keegan e Ward (2003), entrevistas qualitativas eficazes tendem a assumir um caráter fluido, como se fossem conversas do dia a dia.

A identificação nominal dos entrevistados foi realizada mediante consentimento informado explícito, no qual os participantes autorizaram a divulgação de seus nomes em documento assinado. Optou-se por manter essa identificação considerando que se trata de atores públicos ou representantes de organizações cuja atuação no processo de paz já ocorreu em esfera pública. Ainda assim, avaliou-se cuidadosamente a inexistência de riscos à integridade física, política ou profissional dos interlocutores antes da decisão de divulgação. Abaixo, segue em ordem cronológica a realização das entrevistas:

Quadro 1 – Entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa

Nome	Setor	Papel institucional	Organização	Data da entrevista	Modalidade
María Carolina Herrera	Sociedade Civil	Professora e trabalho prático junto a organizações da sociedade civil	Pontifícia Universidade Javeriana de Bogotá	31/03/2025	Presencial
Nathalia Solís	Sociedade Civil	Representante de organização de mulheres	Sisma Mujer	31/03/2025	Presencial
Eugenia Castro	Sociedade Civil	Representante de organização de vítimas	Movimento Nacional de Vítimas de Crimes de Estado (MOVICE)	31/03/2025	Presencial
David Aponte Castro	Governo	Assessor do governo na Mesa de Diálogos	Oficina do Alto Comissariado para a Paz (OACP)	02/04/2025	Presencial
Gloria Martínez	Sociedade Civil	Representante de organização de vítimas	MAFAPO	04/04/2025	Presencial
María Lucía Méndez Lacorazza	Governo	Coordenadora de Participação Cidadã da Mesa de Diálogos	Oficina do Alto Comissariado para a Paz (OACP)	22/04/2025	Online
Andrés García Trujillo	Governo	Assessor do governo na Mesa de Diálogos	Oficina do Alto Comissariado para a Paz (OACP)	23/04/2025	Online
Rodolfo Adán Vega Luquez	Sociedade Civil	Representante de organização Indígena	Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC)	24/04/2025	Online
Beatriz Quintero	Sociedade Civil	Representante de organização de mulheres	Red Nacional de Mujeres	30/04/2025	Online

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

Assim, vale destacar que busquei minimizar possíveis vieses por meio da formulação de perguntas não direcionadas, da escuta ativa e do registro reflexivo em diário de campo. Para garantir mitigar riscos metodológicos, como a perda de informações sensíveis ou distorções interpretativas, foram combinados registros em notas de campo, gravações (sempre mediante autorização expressa em documento assinado) e transcrições integrais das entrevistas, o que foi facilitado a partir do uso de aplicativos próprios, como o Clipto. Tive a oportunidade de conhecer, pessoalmente, a sede da Sisma Mujer, do *Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado* (MOVICE)⁹ e o departamento de Estudos da Paz da Pontifícia Universidade Javeriana de Bogotá. Além disso, pude acompanhar Gloria em uma reunião das *Madres de Soacha*, após a entrevista, no Centro de Memória, Paz e Reconciliação – na ocasião, elas estavam lançando o livro *Arte y Duelo: Memória de las Madres de Soacha*. Nesse momento, pude conversar com outras participantes da organização, de modo informal.

Considero importante mencionar que, para além das entrevistas, estar em diferentes espaços na Colômbia foi essencial para a construção desta pesquisa: a visita à *Casa de La Paz La Trocha e La Roja* – cervejarias administradas por “firmantes de paz” (nome pelo qual são conhecidos os ex-guerrilheiros que fizeram parte e apoiaram as negociações); a conversa com diferentes motoristas de aplicativo; a participação no CLAIP, o que me permitiu assistir palestras e apresentações de trabalhos importantes sobre a Colômbia, bem como a interação com acadêmicos e outros atores relevantes; a ida à Comuna 13 e demais museus importantes, como o *Museo Casa de la Memoria*, em Medellín.

O método de análise utilizado é o de análise temática, uma abordagem utilizada para identificar, analisar e interpretar padrões em dados qualitativos, o que permite sua aplicação em diferentes contextos de pesquisa acadêmica (Clarke e Braun, 2016). O processo foi feito a partir de uma imersão no material de estudo, com leituras repetidas e a realização de anotações sobre os aspectos mais relevantes. Em seguida, os dados foram organizados em categorias iniciais por meio da criação de códigos e temas (assimetrias, avanços, limitações, reivindicações e paz política), orientados pela pergunta de pesquisa e refinados ao longo da análise (Pinto, 2023). Dessa forma, a estratégia metodológica adotada permite sustentar a análise desenvolvida nos capítulos seguintes.

⁹ O Movimento Nacional de Víctimas de Crimes de Estado (MOVICE) é um processo organizativo que reúne mais de 200 organizações de vítimas de desaparecimento forçado, execuções extrajudiciais, assassinatos seletivos e deslocamentos forçados. Com duas décadas de atuação na Colômbia, o Movice possui presença territorial em 15 departamentos do país. Eugenia Castro, entrevistada no âmbito desta pesquisa, ajudou a fundar o movimento.

1.2 O percurso da pesquisa e a organização da dissertação

A dissertação está organizada da seguinte forma: uma introdução, três capítulos – cada um com conclusões parciais – e, por fim, as considerações finais. O capítulo 1 é dedicado à exposição e discussão do referencial teórico que fundamenta a análise posterior. O texto se inicia com uma reflexão crítica sobre como a paz tem sido tradicionalmente abordada no campo das Relações Internacionais, sugerindo, em contrapartida, um maior engajamento com perspectivas críticas que considerem as desigualdades estruturais que sustentam os conflitos armados. Em seguida, analiso o arcabouço da paz liberal, apresentando suas características centrais e os principais questionamentos dirigidos a essa abordagem.

Na sequência, discuto o papel da participação social em processos de paz, evidenciando tanto sua importância quanto os desafios que enfrenta. A partir disso, mobilizo a noção de paz agonística, explorando suas premissas e mostrando como ela se configura como uma alternativa analítica crítica à paz liberal. Por fim, apresento o Cubo do Poder como uma ferramenta para analisar as relações de poder em contextos participativos. Será explicado como o modelo opera nos eixos da visibilidade do poder (visível, invisível, oculto), dos níveis de atuação (local, nacional, global) e dos espaços de participação (fechados, por convite, reivindicados/criados), e como essas dimensões nos ajudarão a interpretar as dinâmicas observadas no caso colombiano.

O capítulo 2 apresenta o estudo de caso das negociações de paz realizadas entre o governo colombiano e as FARC, com ênfase no período entre 2012 e 2016. O debate se inicia a partir de uma contextualização histórica do conflito, destacando suas raízes estruturais e políticas, tais como a desigualdade fundiária, a fragilidade institucional e a consolidação de economias ilegais; além disso, discuto os principais processos de paz que antecederam Havana, ou seja, as tentativas de construção da paz com a guerrilha por parte de governos anteriores, com destaque para o processo empreendido por Andrés Pastrana em El Caguán, experiência que moldou algumas das estratégias adotadas por Juan Manuel Santos. Na segunda parte do capítulo, será realizada uma leitura crítica das características do processo de paz de Havana à luz da paz liberal e da paz agonística: a partir disto, analiso como o processo incorporou elementos do paradigma liberal e, ao mesmo tempo, em que medida esse modelo foi tensionado por demandas que escapavam à lógica consensual.

No último capítulo, apresento os principais mecanismos de participação social durante o processo de paz em Havana. A análise será guiada pelo Cubo mencionado acima, com enfoque

nos espaços de participação, nos níveis de atuação e nas formas de poder que orbitaram a participação. O objetivo será mapear onde e como a sociedade civil atuou no processo, identificando o engajamento e analisando as possíveis limitações (e vitórias) dos diferentes atores sociais. Avaliarei, por exemplo, se os espaços de participação foram abertos de maneira genuína, ou se emergiram de pressão social, identificando momentos de agência e contestação, nos quais foi possível tensionar a agenda, evidenciando expressões agonísticas da paz; além disso, buscarei revelar como determinadas formas de poder podem ter atuado para disciplinar a atuação social, sobretudo quando esta apresentava propostas que desestabilizavam pilares da paz liberal ou desafiavam interesses econômicos e políticos consolidados. Por fim, apresento as considerações finais, nas quais são sintetizados os principais resultados da pesquisa.

2 PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE A PAZ

Conflitos armados não são fenômenos isolados ou espontâneos, mas resultado da intersecção de múltiplos fatores estruturais, históricos e políticos. A paz, conseqüentemente, é tarefa igualmente complexa. Pensando nisso, este capítulo visa, a partir de uma perspectiva crítica, apresentar o debate sobre a paz nas Relações Internacionais, com especial atenção às limitações do paradigma da chamada “paz liberal”. Assim, como alternativa analítica, destaco a noção de “paz agonística”, que reconhece a centralidade do político, do dissenso e das relações de poder nos processos de construção da paz. Em seguida, é discutido como tais abordagens influenciam o debate sobre a participação social – considerado um elemento essencial para uma paz sustentável – em processos de paz. Essa discussão crítica sobre participação, poder e política me conduz, por fim, à proposta de um diálogo inovador entre a paz agonística e o Cubo do Poder, ferramenta analítica que permite mapear como o poder se manifesta nos diferentes níveis (local, nacional e global), espaços (fechados, por convite e reivindicados/criados) e formas (visíveis, ocultas e invisíveis) durante dinâmicas participativas.

2.1 O debate sobre a paz nas Relações Internacionais

A compreensão dos conflitos armados constitui um dos pilares fundacionais das Relações Internacionais (RI), que emerge com o objetivo de analisar os fenômenos ligados à guerra. Com o avanço da globalização, organizações internacionais e regionais passaram a se preocupar cada vez mais com a construção da paz, fortalecendo os vínculos entre as teorias das RI e os Estudos de Paz e Conflito, o que levou a disciplina a oferecer lentes cada vez mais úteis para compreensão do *peacebuilding* (Richmond, 2008; Zaum, 2013). Apesar de não ser um fenômeno recente, o conceito de *peacebuilding*, introduzido por Galtung (1979), se popularizou apenas após o lançamento do documento Agenda pela Paz, publicado pelo então secretário da ONU Boutros-Ghali em 1992. Desde então tem sido um dos termos mais utilizados nos campos das RI, dos estudos da paz e dos estudos de desenvolvimento (Ryan, 2013).

De modo geral, é possível afirmar que as teorias de RI moldaram as práticas e a formas como compreendemos a construção da paz; apesar disso, essas influências não necessariamente contribuíram para práticas mais eficazes (Zaum, 2013). Ao longo dos anos, a disciplina esteve próxima a uma “ciência ortodoxa da paz”, com grande influência de teorias como o neoliberalismo e o realismo (Maschietto; Nobre; Nogueira, 2019), a exemplo do

Institucionalismo Neoliberal e do Realismo Estrutural, que ganharam maior destaque durante a Guerra Fria (Nogueira; Messari, 2005). O debate sobre a paz liberal, por exemplo, empobreceu o debate ao focar exclusivamente nos aspectos técnicos e no papel dos atores internacionais nos processos de paz – o que, apesar de importante devido às dinâmicas da globalização, afastou a discussão das realidades complexas do dia a dia (Zaum, 2013).

Apesar disto, para Richmond (2020), ainda há uma notável lacuna em relação a um debate teórico explícito e sistemático sobre a paz na disciplina. Essa ausência ocorre porque as abordagens tradicionais tendem a focar no estudo da guerra, e não no estudo da paz. Assim, questões estratégicas e a dimensão da segurança nacional são privilegiadas, com explicações que parecem não ser suficientes diante das inúmeras variáveis necessárias para explicar as violências da contemporaneidade.

De acordo com a relatório “*Poverty Amid Conflict*”, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2024), cerca de 1,1 bilhão de pessoas ainda vivem em situação de pobreza. Destas, cerca de 40% vivem em países onde há guerra e/ou baixos índices de paz. Ao analisar a base de dados sobre conflitos armados da Universidade de Uppsala¹⁰, Öberg (2025) destaca que, desde 2010, o número de conflitos violentos envolvendo Estados praticamente dobrou, e o número de mortes aumentou cerca de cinco vezes. Além disso, 2024 foi o ano com o maior número de conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial. Esse cenário demanda um esforço cada vez mais consistente das RI, sobretudo no que se refere à consolidação de um debate crítico sobre a paz – conforme questiona Richmond (p. 14, 2020): “What is the discipline of IR for, if not for peace?”.

Para que isso aconteça, é preciso superar a priorização de atores considerados centrais na disciplina, como as elites internacionais, os Estados nacionais, os formuladores de políticas públicas e o Ocidente, compreendendo as dimensões cotidianas que a tradição ortodoxa vem negligenciando. Esse exercício implica abordar os efeitos ocultos das dinâmicas de poder nas esferas do político, do econômico e do social, por exemplo, exigindo maior engajamento crítico com atores marginalizados (Richmond, 2008). Esse redirecionamento contribui para a

¹⁰ The UCDP was originally established in 1979 to provide an annually updated list of ongoing wars and also to map the minor armed conflicts that make up the bulk of all armed conflict. Since then, the UCDP has grown to include a large family of datasets introducing data on different types of organized violence, as well as data on the actors involved, the issues of contention, external support, conflict termination, and peace agreements, to name a few. The core conflict data are now also available in a disaggregate geo-located event data format, facilitating analysis with high spatial and temporal resolution. The UCDP contains the most widely used data in research on the causes, dynamics, and resolution of armed conflict (Öberg, 2025, p. 01).

compreensão da construção da paz como um fenômeno tão complexo quanto as próprias causas dos conflitos armados violentos.

Em um primeiro momento, quando pesquisadores noruegueses propuseram, com a criação do Instituto de Pesquisas para a Paz de Oslo (PRIO), um contraponto às abordagens tradicionais centradas na guerra, deslocando o foco analítico para a paz e introduzindo reflexões mais críticas ao debate acadêmico, houve resistência (Oliveira, 2007). Muitos consideraram, naquele momento, as investigações do grupo utópicas, irreais ou meramente repetitivas de ideias já exploradas por outras disciplinas, como a história militar, a filosofia e a política internacional. Como observa Dunn (2018, p. 02): “Others argued, with great conviction, that there was nothing new under the sun”.

Apesar disso, o campo sobreviveu e se consolidou, permanecendo orientado por uma pergunta central: quais são as causas da guerra e quais são as condições para a paz? (Dunn, 2018). Ao longo dos anos, a agenda dos estudos sobre a paz cresce cada vez mais, cimentando um espaço próprio de produção de conhecimento, com objeto específico, conceitos em constante elaboração e metodologias particulares (Ferreira; Kuhlmann; Maschietto, 2019; Mouly, 2022). É, portanto, parte de um debate relevante – e não apenas uma utopia a ser alcançada, descrita como idealista.

A paz deve ser, nesse sentido, tão “pesquisável” quanto outros elementos encarados como objetivos sociais a serem alcançados, como o crescimento econômico, a saúde e a democracia (Wallensteen, 2013). Atualmente, no Brasil e em diversas partes do mundo, pesquisadores da área de Relações Internacionais vêm se dedicando a expandir este campo de investigação, reorientando seus esforços analíticos para a compreensão da paz como um fenômeno político complexo e multifacetado (Maschietto e Ferreira, 2024).

Esse avanço tem contribuído significativamente, ademais, para o aprimoramento de metodologias e instrumentos analíticos, possibilitando o surgimento de novas ontologias e o questionamento de premissas positivistas tradicionalmente aceitas no campo (Richmond, 2008). Em contraponto às leituras tradicionais sobre paz e conflito, considerar as condições justas para soluções pacíficas implica conceber os processos de paz para além do cessar-fogo. Trata-se de considerar transformações mais sustentáveis a longo prazo e incorporar questões como a desigualdade, a justiça e a reconciliação às análises e práticas (Ferreira, 2019).

Essa perspectiva não é recente. Em 1969, Johan Galtung (um dos principais pesquisadores da PRIO) propôs em sua obra seminal “*Violence, peace and peace research*”, uma distinção entre paz negativa, entendida como a simples ausência de violência direta, e paz positiva, que envolve a superação de desigualdades estruturais e culturais. Para Galtung, a

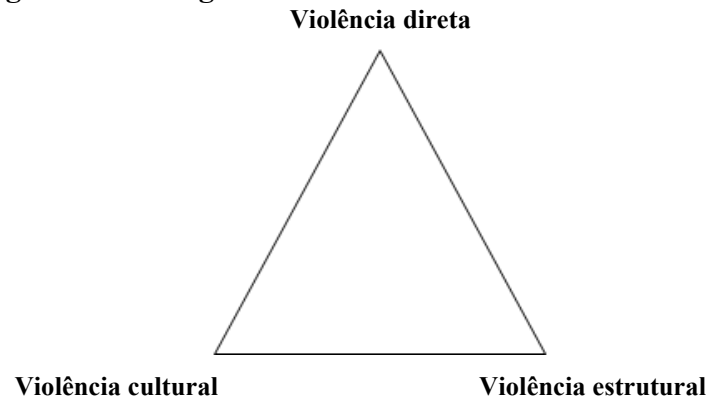
violência não se restringe ao dano físico imediato, mas inclui formas indiretas de violência. Essa distinção representou um avanço fundamental para uma compreensão mais crítica dos conflitos armados, ao reconhecê-los também como expressões de desigualdades estruturais. Ou seja, a proposta de Galtung foi crucial para ampliar o entendimento do que é a paz, concebendo-a para além da mera ausência da violência armada, o que deu início ao projeto que hoje ganha cada vez mais força.

A partir disso, destacou três principais formas de violência: a direta, a estrutural e a cultural. A violência direta seria a mais visível e imediata, como assassinatos ou torturas, por exemplo, sendo alimentada pelas violências estrutural e cultural. A violência estrutural, nesse sentido, emana das próprias engrenagens sociais, perpetuando desigualdades e assimetrias de poder que impedem o pleno desenvolvimento humano. Por fim, a violência cultural atua como mecanismo de legitimação dessas estruturais desiguais, naturalizando-as por meio de símbolos, valores e ideologias compartilhadas. Assim, enquanto a paz negativa corresponde à mera ausência de violência direta, a paz positiva pressupõe a superação das violências estruturais e culturais. Compreende-se, portanto, que a paz está profundamente enraizada na configuração das estruturais sociais, econômicas e políticas (incluindo instituições, normas e hierarquias) que podem tanto promover quanto obstruir sua realização (Galtung, 1969).

Mouly (2022) destaca que há uma inter-relação dinâmica entre essas diferentes formas de violência, de modo que uma pode alimentar e reforçar a outra. O deslocamento forçado, decorrente da violência direta, contribui para o aprofundamento da desigualdade social. Da mesma forma, práticas culturais como o machismo sustentam desigualdades de gênero, revelando como a violência cultural pode intensificar a violência estrutural. Além disso, a repetição da violência direta pode levar à sua naturalização, transformando-se em violência cultural.

Isso significa dizer, portanto, que a distribuição igualitária de poder e recursos é central para a realização de uma paz positiva – o que dialoga com o que Galtung define como desenvolvimento vertical, afirmando que a teoria da paz deveria estar conectada com as teorias de desenvolvimento. Para o autor, a agenda de estudos da paz deveria, portanto, combinar a ausência de violência física e a busca por realidades menos desiguais (Galtung, 1969). Com base nisso, Galtung (1996) propõe o Triângulo da Violência, no qual argumenta que a dinâmica da violência segue uma direção causal que se inicia na violência estrutural, passa pela violência cultural e se manifesta, por fim, na violência direta:

Figura 1 - Triângulo da violência direta-estrutural-cultural



Fonte: Elaborado pela autora com base em Galtung (1996)

O triângulo pode ser útil para analisar as complexidades dos conflitos armados, incluindo o conflito armado colombiano, foco desta pesquisa. Existem elementos importantes de violência estrutural e cultural no país, como a desigualdade fundiária, a marginalização de agrupamentos e a concentração de riquezas, melhor abordadas no capítulo 2 desta dissertação, que, ao fim, resultaram em décadas de violência direta.

Para Ramsbotham, Woodhouse e Miall (2011), no modelo de Galtung, os conflitos são compreendidos como processos dinâmicos que emergem de transformações sociais, os quais podem desencadear trajetórias violentas ou não de contestação. Essas trajetórias, ao serem transformadas, podem resultar em novas formas de organização social, abrindo espaço para que atores antes marginalizados expressem seus interesses e questionem estruturas de poder estabelecidas.

Lederach (1997) argumenta que esses ciclos violentos são alimentados, também, por falhas nas estruturas de governança, que se mostram incapazes de promover espaços efetivos de participação decisória e de assegurar uma distribuição equitativa de recursos na sociedade, favorecendo determinados grupos em detrimento de outros. A superação desses conflitos violentos exige, portanto, o reconhecimento das estruturas sociais como parte constitutiva do problema. Nesse mesmo sentido, para Azar (1990), muitos conflitos armados ocorrem devido a disputas por necessidades básicas, como segurança, reconhecimento e acesso a recursos e poder político, o que descreveu como “conflito social prolongado”.

Conflitos armados podem ter múltiplas origens, que variam de acordo com o nível de análise considerado. No plano global, podem estar associados a transições geopolíticas e às persistentes divisões entre o Norte e o Sul global, por exemplo. Em nível regional, podem

decorrer de padrões de clientelismo político e de dinâmicas demográficas transfronteiriças. No âmbito estatal, surgem em contextos de fragilidade institucional, divisões culturais e desequilíbrios étnico-sociais. Já sob a perspectiva econômica, estão relacionados à escassez de recursos, desigualdade estrutural e privações. Politicamente, conflitos podem emergir de sistemas partidários frágeis e regimes percebidos como ilegítimos. Além disso, é preciso considerar mobilizações sociais. Por fim, no nível do indivíduo/elite, fatores como lideranças fraccionalistas ou predatórias, políticas públicas excludentes e disputas por interesses também contribuem para o desencadeamento e a manutenção da violência (Ramsbotham; Woodhouse; Miall, 2011, p. 95).

O problema de recorrer sistematicamente às teorias de resolução de problemas (as chamadas *problem-solving theories* nas Relações Internacionais) para lidar com o fim de conflitos armados, em vez de incorporar abordagens críticas, é que tais tentativas tendem apenas a reforçar ordens estabelecidas sem questioná-las (justamente aquelas geralmente responsáveis pela origem destes conflitos) (Feterston, 1998 apud Ramsbotham, Woodhouse; Miall, 2011). Os estudos críticos, ao contrário, reconhecem que “toda teoria é para algo e para alguém” conforme descreve Cox (1981), ou seja, não são neutras, mas moldadas por valores, intenções e posicionamentos. Elas são úteis, portanto, à medida em que suas pretensões não são apenas descritivas, buscando apresentar perspectivas e produzir conhecimento com base em tendências estruturais (Nobre, 2004).

Mais especificamente, as abordagens críticas são capazes de desafiar a pesquisa sobre a paz em dois sentidos: de um lado, incentivam o desenvolvimento de uma ontologia e metodologia emancipatória; por outro, forçam os pesquisadores a levarem a sério a política de identidade da própria pesquisa sobre a paz, as condições para sua prática bem-sucedida. Além disso, nos traz o seguinte questionamento: como a pesquisa da paz pode agir para impedir a transformação da política em violência e, por sua vez, apoiar a transformação da violência em política? (Patömaki, 2001).

Se a violência é resultado de uma má distribuição de poder e recursos, o que alimenta as desigualdades estruturais, que são fatores centrais na reprodução de conflitos violentos em diversas partes do mundo, torna-se imperativo que a disciplina das Relações Internacionais analise, cada vez mais, o papel da sociedade nesses processos.

2.1.1 A participação da sociedade em processos de paz: é possível construir uma paz sustentável?

O olhar mais atento para as desigualdades estruturais fomentou, também, a discussão sobre a importância da participação da sociedade em processos de paz, dando ênfase ao fato de que os conflitos armados impactam diretamente a vida das populações civis (Bell; O'Rourke, 2007; Bramsen; Strömbom, 2025; Cuhadar; Druckman, 2024; Ghais, 2022; Lederach, 1997; Mac Ginty; Richomond, 2013; McKeon, 2005; Nilsson, 2012; Paffenholz, 2014; Kew; Wanis-St. John, 2008). No início dos anos 1990, John Paul Lederach trouxe à tona, influenciado principalmente pelo trabalho de Johan Galtung, Adam Curle e Paulo Freire, a importância da participação da população local nos processos de construção da paz em duas de suas principais obras – *Preparing for Peace: Conflict Transformation Across Cultures (1995)* e *Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies (1997)*.

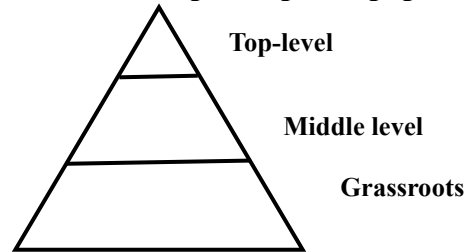
Lederach foi um dos pioneiros a destacar a importância de empoderar atores locais, posicionando-os como protagonistas nos processos de construção da paz. Ele argumenta a necessidade de pensar em “modos inovadores para transformar uma cultura internacional baseada em mecanismos insuficientes” (1997, p. 18). Para o autor, fórmulas prontas não funcionam e as ferramentas tradicionais da diplomacia não demonstraram a capacidade de controlar os conflitos e transformar realidades. Pensando nisso, ele argumenta que processos de construção da paz devem dar prioridade à população local afetada e às questões estruturais que levaram ao conflito violento.

O autor propõe, então, uma abordagem em três níveis para a mediação de conflitos violentos. O primeiro nível, *top-level*, refere-se às negociações formais conduzidas por líderes com alta visibilidade – como autoridades políticas, militares ou religiosas –, com foco principal no estabelecimento de cessar-fogo. O segundo nível, *middle-range leadership*, envolve líderes respeitados em determinados setores da sociedade, como dirigentes de organizações não governamentais, que atuam por meio de treinamentos, oficinas e iniciativas de mediação. Por fim, o nível *grassroots leadership*¹¹ representa as bases sociais, composto por lideranças locais,

¹¹ O termo *grassroots* não é específico da literatura sobre construção da paz, sendo também utilizado em outras literaturas das ciências sociais e humanas. Surgiu inicialmente no início do século XX nos Estados Unidos e, na ciência política, tem sido utilizado para se referir a mobilizações locais, comunitárias e horizontais. De acordo com Qin (2003, p. 02), “In contemporary scholarly usage, the term “grassroots” generally refers to groups of citizens at the regional, and local level within the state’s jurisdiction, who are typically powerless and unaffiliated politically. The leadership level is the opposite of the grassroots level. In terms of political participation, having grassroots support means having support from the people rather than the party or political elite”.

responsáveis por ações no cotidiano – como líderes comunitários, oficiais de saúde e representantes em campos de refugiados.

Figura 2 - Pirâmide dos níveis de participação popular em processos de paz



Fonte: Elaborado pela autora com base em Lederach (1997)

As identidades envolvidas nos conflitos contemporâneos não se encaixam, entretanto, rigidamente em cada um dos três níveis propostos. Líderes do topo da pirâmide (nível 1), por exemplo, podem manter vínculos – positivos ou negativos – com indivíduos dos níveis intermediário e de base, e o contrário também é verdadeiro. O autor destaca que, quanto mais elevada a posição na estrutura, maior é o acesso à informação e à capacidade de tomada de decisão. Em contrapartida, quanto mais próximos da base, mais intensamente os indivíduos vivenciam as consequências dessas decisões, embora disponham de menor acesso aos centros de poder e menor influência nos processos decisórios.

Surge, aqui, um dilema importante: o que oferece melhores perspectivas para processos de paz – iniciativas informais, mais ligadas ao contexto local, mas que carecem de vínculos com instituições estatais e internacionais ou iniciativas formais, mais distanciadas das comunidades, mas que possuem acesso e atuam em conjunto com estas instituições? (Idler; Mouly; Miranda, 2015, p. 02).

De modo geral, observa-se que a maior parte das problemáticas que originam ou intensificam os conflitos – como a insegurança social e econômica, a discriminação política e cultural e as violações de direitos humanos – são experienciadas com mais intensidade justamente pelos atores situados na base da pirâmide (Lederach, 1997). De fato, a institucionalização de espaços antes informais podem proporcionar maior acesso a tomadores de decisão, mas podem afastar os espaços de suas bases sociais (Idler; Mouly; Miranda, 2015). Há, inclusive, um debate crítico que aborda tais diferenciações entre o que seria a sociedade civil organizada (que geralmente participa desses espaços formais de negociação) e os interesses das comunidades locais (Philipsen, 2022), o que será mais bem discutido ao longo desta dissertação.

De qualquer forma, há um consenso em torno da ideia de que uma paz sustentável¹² deve compreender os interesses desses grupos – estudos que realizaram análises minuciosas de acordos de paz concluíram que aqueles com maior envolvimento da sociedade civil tendem a resultar em uma paz mais estável (Wanis-St. John, 2008; Nilsson, 2012). Elise Boulding também foi uma das precursoras na valorização da sociedade civil como um espaço fundamental para a construção da paz, o que, para ela, exigiria não só vontade política, mas competências específicas construídas a partir do fortalecimento de redes cidadãs, tanto locais quanto internacionais (Ramsbotham; Miall, 2011).

Nesse mesmo sentido, para Choi e James (2025), a presença de uma sociedade civil robusta pode exercer um efeito pacificador em conflitos armados, embora esse fator ainda receba menos atenção que outras explicações clássicas, como a ideia da paz democrática ou paz capitalista. Os autores argumentam que a sociedade pode agir de forma mais imediata, reduzindo os dilemas da ação coletiva e impondo custos aos líderes; pode, ainda, atuar como uma barreira à escalada de tensões por meio de mobilização pública e protestos (Choi; James, 2025).

Buscando desmistificar a ideia de que mais inclusão traz, consequentemente, maiores dificuldades para a criação de consenso, Paffenholz (2014) categorizou nove diferentes formas de participação da sociedade civil nas negociações de paz – sejam elas diretas ou indiretas.

Quadro 2 - Formas de inclusão da sociedade civil em negociações de paz

Forma	Descrição
Representação direta	Grupos da sociedade civil participam diretamente na mesa de negociações, seja por meio de suas próprias delegações ou como parte de delegações oficiais.
Status de observador	Atores da sociedade civil estão presentes durante as negociações, mas não desempenham um papel oficial.
Fóruns consultivos oficiais	Fóruns que ocorrem paralelamente às negociações formais e são endossados por mediadores e negociadores.
Consultas informais	Consultas menos formais, sem endosso oficial completo de todas as partes envolvidas.
Mecanismos inclusivos pós-acordo	Mecanismos que envolvem a sociedade civil na fase de implementação dos acordos de paz.

¹² A ideia de uma “paz sustentável” remonta à ideia de paz positiva de Galtung (1969). De modo geral, é como um termo guarda-chuva, que engloba todas as atividades destinadas a prevenir a escalada de violência, incorporando elementos de assistência humanitária, manutenção da paz, mediação, construção e assistência ao desenvolvimento (Coning; Saraiva; Muto, 2023).

Iniciativas de alto nível	Processos de "Track Two" que ocorrem na fase pré-negociação ou paralelamente às conversas oficiais, usando abordagens de resolução de problemas.
Participação pública	Envolvimento mais amplo da sociedade por meio de audiências públicas, pesquisas de opinião, assembleias populares ou campanhas de assinaturas.
Tomada de decisão pública	Votações públicas com caráter vinculante – como referendos ou processos eleitorais – sobre decisões políticas importantes (por exemplo, termos de acordos de paz ou reformas constitucionais).
Ações em massa	Campanhas, manifestações, ações nas ruas, protestos e petições organizadas pela sociedade civil.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Paffenholz (2014)

Essas formas de participação podem ocorrer – e geralmente ocorrem – de modo simultâneo. Para a autora, compreender a diversidade dessas possibilidades contribui para encorajar tomadores de decisão, as partes envolvidas e a sociedade a abrir mais caminhos para a inclusão, buscando entender, inclusive, qual modelo funciona melhor em cada contexto específico. Ao final, espera-se que os tomadores de decisão passem a enxergar a sociedade não mais como um conjunto de sujeitos passivos de inclusão ou exclusão, mas como agentes ativos no processo (Paffenholz, 2014).

De acordo com Joshi e Wallensteen (2016), maiores níveis de participação trazem maior legitimidade, reconciliação e coesão social. A sociedade pode contribuir de quatro formas para a consolidação de uma paz de qualidade: reduzindo a violência, facilitando o acordo, ajudando a garantir uma sustentabilidade a médio e longo prazo para acordos de paz e, por fim, estabelecendo condições para a compreensão das causas do conflito de modo amplo. Essa relevância ocorre em todas as fases do processo de paz, desde o conflito armado, passando pelas negociações, até o pós-acordo.

A participação, especialmente em contextos de conflitos armados internos, aumenta a probabilidade de que os governos se comprometam com os direitos procedimentais desses atores; por outro lado, essa participação pode ser impactada pelo grau de repressão estatal pré-existente: muitas vezes, os participantes escolhidos são os que oferecem menor risco ao governo, por exemplo (Bell; Kitagawa, 2025). A efetividade da participação depende, portanto, de cada contexto, com destaque para as seguintes variáveis: violência, comportamento do estado, performance da mídia, influência de financiamento estrangeiro, efetividade de atores específicos na sociedade civil e, por fim, papéis de gênero. Para Paffenholz (2018), quanto mais alto o nível de violência, mais limitada é a participação.

Do mesmo modo, quanto mais repressivo é o estado, mais limitado é o espaço para ação da sociedade; a mídia, por ser um grande formador de opinião pública, também desempenha um papel crucial nesse momento, podendo trazer contribuições negativas ou positivas para o processo de paz; atores estrangeiros também podem empoderar ou limitar o poder da sociedade civil, bem como a influência do financiamento internacional, que pode transformar iniciativas locais em uma ação profissionalizada, alterando o foco das necessidades de atores locais; membros específicos da sociedade, como líderes religiosos, associações, e movimentos de base, podem ajudar na promoção de maior coesão social e, por fim, o papel das mulheres também traz impactos relevantes para a promoção da paz (Paffenholz, 2018).

Aside from stopping violence in the present, it becomes necessary to address conflicts' roots and transform relations in order for peace to get a real chance. [...] These are part of a deeper agenda of social transformation and change in interests, objectives, identities, and perceptions of former conflict parties, a Project capable of establishing less violent and more inclusive relationships. Thus, secretive and closed-door negotiations become less acceptable for those who, despite not having picked up weapons, were somehow affected by those who did. If negotiation tables are to put in place wholesome, long-term peace processes, it now seemed reasonable to believe that negotiated agreements need to surface amidst a social consensus robust enough to sustain their implementation. Building consensual solutions that are also accepted and wilfully put in practice by the people becomes, for that reason, one of the greatest challenges of contemporary peace processes (Mendes, p. 275, 2020).

Existem diferentes caminhos pelos quais a sociedade civil organizada – e a não organizada, ou seja, o público geral, podem ter suas vozes acolhidas em processos de paz. Estes raramente se limitam a um único evento, sala ou mesa – envolvem também, como vimos na tabela anterior, grupos de trabalho, consultas públicas e outros fóruns; nestas, as organizações da Sociedade Civil são protagonistas – por isso, mecanismos de inclusão para o público geral como consultas públicas, ferramentas de comunicação e referendos, também são essenciais¹³ (Ghais, 2022).

Vale mencionar, nesse sentido, a emergência da chamada “Virada Local” (VL), que retrata de forma mais crítica a questão da participação e inclusão, estando mais ligado às necessidades destas comunidades locais. Nas Ciências Sociais, o termo “Virada” está frequentemente associado a mudanças ontológicas, epistemológicas e metodológicas – assim, a VL, influenciada pelas teorias pós-coloniais e por autores como Bhabha (1984) e Spivak (1999), buscou trazer reflexões sobre o Sul Global, promover uma construção da paz centrada

¹³To be clear, most discussion of ‘civil society’ refers to *organized* civil society actors. This is still broad-it could include informal groups of activists, for instance, or traditional structures such as tribal councils or religious orders, in addition to registered non-governmental organizations – but it does not refer to the general public (Ghais, p. 238, 2022).

no cotidiano, repensando lógicas de autoridade, direitos, redistribuição e legitimidade, criticando modelos concebidos a partir de uma lógica de “cima para baixo”¹⁴ (Mac Ginty; Richmond, 2013).

Desde sua introdução, novas contribuições têm emergido. Apesar disso, tal abordagem ainda enfrenta desafios metodológicos (Ljungkvist; Jarstad, 2021), como interpretações romantizadas do que seria o “local” e a existência, em muitas análises, de um binarismo entre o nacional e o internacional (Paffenholz, 2015). O debate ainda está em pleno desenvolvimento e, com o passar dos anos, trouxe avanços importantes para a área prática do *peacebuilding* mas, apesar disso, ainda é falho na tentativa de romper com hierarquias e, em certa medida, tornou-se um conceito despolitizado (Mac Ginty, 2025; Richmond, 2024).

The political need for structural reform was often completely written out of research on ‘local peacemaking’ and ‘hybrid peace’ in the work of many scholars who came to the concept from other disciplines (such as anthropology), as well as in the adoption of the concept in bureaucratic policy (such as in the UN or by various donors and NGOs all over the world). This literal injunction favoured a depoliticised view of peacemaking, allowing conflict power structures to maintain themselves as well as counter-intuitively enabling the possibility of escalation, while reducing the scientific incentive for peace praxis to move closer to broadening understandings of justice (Richmond, p. 16-17, 2024).

Essas nuances demonstram que, efetivamente, a inclusão de atores sociais em negociações de paz é tarefa altamente complexa e um problema político contencioso (Cuhadar; Druckman, 2024). A dicotomia efetividade-inclusão (Paffenholz, 2014) parece seguir sendo um obstáculo prático à implementação da participação: muitos tomadores de decisão ainda acreditam que, quanto maior a inclusão de atores diversos, mais difícil será para chegar a um acordo final.

Ghais (2022) sugere resoluções práticas para lidar com isto, como regras pré-definidas, o uso de grupos pequenos, agendas bem definidas, a realização de entrevistas antes das reuniões – mas estas estão de acordo com o que Mendes (2025) considera uma hierarquização em termos espaciais, temporais e temáticos, de modo que a participação não extrapole o que as partes consideram aceitável.¹⁵ Assim, a inclusão passa a ser percebida como um paradoxo que

¹⁴ O termo top-down, ou, “de cima para baixo”, é utilizado na literatura de paz e conflito para se referir, em grande parte, à processos planejados, com centralização de poder, conduzidos por entes burocráticos tais como governos, organizações e/ou elites, sem a participação de comunidades locais (MacGinty e Firchow; 2016).

¹⁵ No caso da Colômbia, em específico, destaco os trabalhos de Mendes (2025) e Guerra (2019) enquanto grandes inspirações para esta dissertação. Para a primeira, inclusive, a paz agonística nos ajuda a reposicionar a discussão sobre inclusão em processos de paz. Assim, à luz dessas abordagens mais “politizadas”, propõe então uma leitura que transcenda a simplificação que existe na ideia de inclusão enquanto uma fonte de “legitimidade” ou “perturbação” (Mendes, 2025, p. 68-69).

representa, ao mesmo tempo, um risco e uma necessidade – e, buscando abordar essas contradições, diversos autores têm tentado destrinchar a discussão, o que trouxe à tona questionamentos que ainda não possuem respostas definitivas, tais como: quem deve participar? Como a seleção de participantes deve ocorrer? Há um momento ideal para a participação ocorrer? (Mendes, 2020).

Schirch (2022) relata que, em sua experiência com análise de conflitos em mais de vinte países ao longo de duas décadas, muitos atores locais seguiram relatando que não são consultados na elaboração ou implementação de processos de paz financiados por doadores internacionais; os governos frequentemente justificam a exclusão, e tratam a sociedade como meros parceiros executores, privilegiando elites acadêmicas ou religiosas. A autora destaca, ainda, que as análises raramente analisam as relações de poder implícitas que afetam a qualidade dos dados.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível avançar em discussões que reconheçam tais hierarquias e investiguem como elas condicionam a possibilidade – e qualidade – da participação nos processos de paz. O ponto de partida para compreender essa problemática, em minha opinião, é examinar como a construção da paz tem sido compreendida até aqui e quais práticas dominantes moldam sua operacionalização, o que será feito na seção seguinte.

2.2 A construção da paz liberal e a despolitização

Compreender a construção da paz considerando as questões estruturais que permeiam os conflitos armados, conforme sugere Galtung (1969; 1996), por exemplo, é um exercício que requer um debate politizado. E politizar a discussão sobre a paz significa justamente situá-la no âmbito das disputas de poder que a constituem; quando isto não ocorre, e esta é tratada como um processo burocrático, como se fosse isenta de disputas, há despolitização (Guerra, 2019). Dito isso, é válido destacar, inicialmente, a diferença entre o que chamo de “a política” – ou seja, as instituições e regras formais – e “o político” – ou seja, a forma como a sociedade é constituída e o que organiza a sociedade humana¹⁶.

De qualquer forma, o político está inerentemente ligado à política, que são as práticas e instituições sedimentadas que, emanando de um conflito anterior, estabelecem uma ordem social específica (Warnecke, 2016). A negação do político, muitas vezes ancorada na ideia do racionalismo liberal, trouxe consequências importantes para a construção de uma política

¹⁶ Nesta dissertação, o uso dos termos “despolitização”, “repolitização”, “dimensões políticas” e “o político”, por exemplo, estarão diretamente ligados à segunda dimensão, a do “político” (Mouffe, 2005).

verdadeiramente democrática (Mouffe, 2005), o que implica, também, no aumento de violências. Isso ocorre porque a natureza conflitiva do político é negada, impedindo os cidadãos de colocarem questões importantes para a democracia em jogo.

O político é, também, indissociável da ideia de “hegemonia”: ele exige o reconhecimento do caráter hegemônico de toda ordem social, e o fato de que toda sociedade é produto de uma série de práticas sedimentadas. Segundo Mouffe (2005), toda ordem social implica a exclusão de outras possibilidades e, nesse sentido, pode ser compreendida como “política”, por expressar uma estrutura específica de relações de poder. Para a autora, essa hegemonia está sempre suscetível às práticas contra-hegemônicas. Isso significa dizer que toda objetividade social é constituída por atos de poder e, por isso, é política e, assim, deve desvelar as exclusões que regem sua constituição (Mouffe, 2016).

O neoliberalismo, por outro lado, segue atuando para despolitizar a sociedade, e isso ocorre, em certa medida, a partir da neutralização de conflitos sociais, como aqueles articulados por movimentos sociais e demais instâncias coletivas que demandam algum tipo de justiça; assim, o projeto neoliberal implica não apenas o esvaziamento do conflito, mas sua completa eliminação do horizonte político e simbólico da vida social (Safatle; Da Silva Junior; Dunker, 2021).

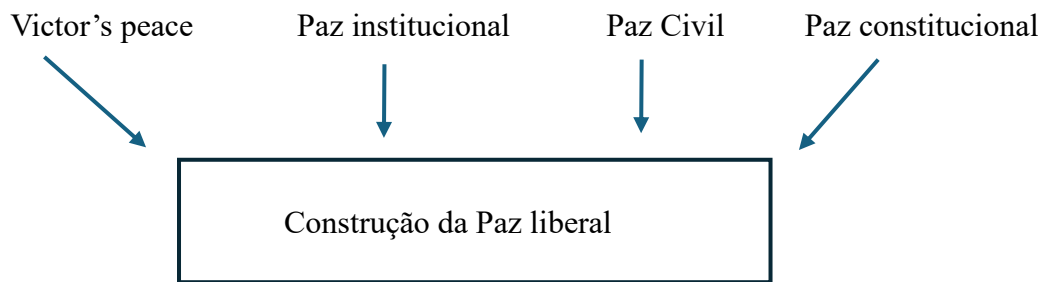
Everything contained in the descriptive and normative term “globalization” is the effect not of economic inevitability but of a conscious and deliberate policy, if a policy more often than not unaware of its consequences. That policy is quite paradoxical in that it is a policy of depoliticization. Drawing shamelessly on the lexicon of liberty, liberalism, and deregulation, it aims to grant economic determinisms a fatal stranglehold by liberating them from all controls, and to obtain the submission of citizens and governments to the economic and social forces thus “liberated.” [...] Against this policy of depoliticization, our aim must be to restore politics — that is, political thinking and action — and to find the correct point of application for that action which now lies beyond the borders of the nation-state (Bordieu, p. 31, 2002).

Em processos de construção da paz, essa lógica não é diferente. Não é possível construir a paz havendo uma separação entre “a política” e “o político” (Warnecke, 2016). Ou seja, não é possível pensar em processos que estão dentro da política e desconsiderar as relações de poder e a estrutura que os regem. A paz liberal busca fazer justamente isso, com uma proposta de estratégia comunicativa da qual depende sua viabilidade e legitimidade, tanto no nível social quanto estatal, que não pode ser alcançada sem recursos significativos (Richmond, 2006). É, no fim das contas, a forma dominante de construção da paz, que favorece Estados, organizações internacionais e instituições financeiras internacionais (Mac Ginty, 2010).

O debate contemporâneo sobre o tema foi moldado, inicialmente, por quatro grandes correntes. A primeira é a concepção realista da *victor’s peace*, que entende a paz como resultado

direto da vitória militar. A segunda, paz institucional, está ancorada no multilateralismo e em acordos mútuos firmados entre Estados soberanos. A terceira, paz constitucional, sustenta que a paz só ocorre mediante a consolidação de valores cosmopolitas globais (geralmente ocidentais). Por fim, a quarta, da paz civil, igualmente derivada do pensamento liberal, coloca a agência individual como elemento central (Richmond, 2008).

Figura 4 – como é construída a paz liberal?



Fonte: Elaborado pela autora com base em Richmond (2008)

Como todas as demais molduras conceituais, a paz liberal é composta por um discurso, modelo e estruturas que possuem ontologia e metodologias específicas. Nesse caso, é produto da crença de que a democracia e as instituições internacionais são as grandes responsáveis por garantir a paz global, lógica endossada por autores como Doyle (1983), Chesterman (2004) e Howard (2008), em um enfoque que privilegia experiências ocidentais (Lipschutz, 1996; Richmond, 2008). Essa visão ganhou força especialmente com o fim do bloco soviético e o triunfo do liberalismo norte-americano, o que tem refletido diretamente nas operações e negociações de paz. A ideia de que a estabilidade, independente de suas experiências e realidades locais, seria alcançada pela imposição de valores e instituições ocidentais tornou-se central para a maioria dos tomadores de decisão e, conseqüentemente, para a construção de políticas de *peacebuilding*.

Há, portanto, o desejo da construção de uma ordem internacional global, em que há a percepção de que a paz pode ser construída a partir do estabelecimento de estruturas liberais específicas, como a abertura de mercados, por exemplo (Chandler, 2006). A predominância desses valores foi confirmada a partir de dados do *Peace Accords Matrix*, que mostraram a presença de valores liberais em grande parte dos acordos de paz construídos após 1989 (Pospisil; Magara, 2025; MacGinty; Richmond, 2015). O problema é que, na maior parte das vezes, esse modelo tem resultado em maior fragmentação social, conforme observado em

experiências diversas nos anos 90, em países como Guatemala, África do Sul e Iugoslávia, onde a paz liberal falhou ao não compreender as causas estruturais das guerras (Lipschutz, 1998).

The concept of liberal peace is a broad umbrella, as it takes account of the ideology of peacemaking, the socio-cultural norms of peacemaking, the structural factors that enable and constrain it, its principal actors and clients, and its manifestations. The term seeks to capture the totality of internationally sponsored peace support interventions, and so the way in which the term is used in this context is very different from its usage in some econometric studies [...] according to its critics, it reflects the practical and ideological interests of the global north [and] draws on the Wilsonian tradition and deploys liberal rhetoric to justify peacemaking interventions (Mac Ginty, p. 393, 2010).

Richmond (2006) propõe uma tipologia da paz liberal que pode ser dividida em três modelos principais. O primeiro é o modelo conservador, associado a abordagens de cima para baixo (*top-down*) na construção da paz e desenvolvimento, muitas vezes coercitivas e hegemonicamente impostas por atores externos, como Estados poderosos ou instituições internacionais. Essa forma de paz, chamada de *Victor's Peace*, representa a imposição da ordem pelo vencedor, com ênfase no controle e na estabilidade institucional, mesmo que isso implique o uso da força.

O segundo modelo é o ortodoxo, que busca equilibrar a imposição externa com certo grau de sensibilidade à cultura e à apropriação local. Ainda que promova práticas participativas, continua priorizando a transferência de normas liberais e estruturas institucionais de fora para dentro, mantendo a centralidade do Estado e das organizações internacionais. Essa abordagem mista, que combina *top-down* e *bottom-up*, costuma ser implementada por organismos multilaterais, como a ONU, e corresponde ao que se pode chamar de paz institucional ou paz constitucional.

Por fim, há o modelo emancipatório, mais crítico, que valoriza a participação ativa de atores locais e ONGs, buscando romper com as lógicas de dependência e dominação. Essa abordagem está associada à paz civil, construída a partir de demandas sociais por justiça, equidade e reconhecimento, com foco em bem-estar e transformação social, mesmo que continue operando dentro dos marcos normativos do liberalismo.

Esses diferentes modelos tendem a se manifestar de forma combinada, sendo operacionalizados em distintos níveis, conforme as prioridades dos Estados dominantes, dos países doadores e da capacidade dos atores envolvidos no *peacebuilding*, assim como em resposta às dinâmicas locais. Além disso, tais gradações nem sempre são coesas entre si; pelo contrário, podem ser contraditórias e até mesmo minar umas às outras, especialmente quando interesses externos colidem com as demandas e respostas de atores locais (Richmond, 2006).

As ideias que sustentam o arcabouço da paz liberal têm sido progressivamente questionadas. Nos últimos anos, consolidou-se a percepção de que o encerramento de conflitos não pode ser reduzido à imposição de soluções externas, mas deve envolver um conjunto de processos e práticas sociais conduzidos localmente (Paffenholz; Poppelreuter; Ross, 2023; Mac Ginty; Richmond, 2013; Richmond, 2024). Nessa perspectiva, os atores internacionais podem exercer influência, mas não têm a capacidade de impor soluções definitivas (Chandler, 2024). Mouffe (2005) também criticava a universalização dos direitos humanos e o cosmopolitismo associado ao liberalismo – um dos pontos centrais da paz liberal –, apontando suas implicações problemáticas para as relações internacionais.

Segundo a autora, a tentativa de impor o modelo democrático liberal ocidental como único e legítimo cria a lógica de que aqueles que o rejeitam seriam "inimigos da civilização", alimentando antagonismos e justificando exclusões. Embora o discurso da construção da paz venha se afastando gradualmente de sua qualificação liberal, impulsionado por críticas acadêmicas e por novas tendências como a construção local da paz, vale questionar: as formas de práxis democrática que acompanham esses processos permanecem enraizadas no liberalismo ou também assumem contornos mais politizados? (Tobia, 2024).

Gomes e Blanco (2019) identificam três principais vertentes críticas dirigidas ao modelo liberal de construção da paz: a) as críticas reformistas, b) as críticas estruturais e c) a chamada virada local. Enquanto as duas últimas se debruçam com mais profundidade sobre as relações de poder implicadas nos processos de *peacebuilding*, os críticos reformistas, especialmente a partir dos anos 2000, concentraram-se em apontar falhas sem propor um rompimento (Chesterman, 2005; Paris, 2004). Para os reformistas, as estratégias de consolidação da paz através da democratização e da abertura de mercados resultaram em cenários desestabilizadores, sobretudo por sua rapidez. Apesar das críticas, não descartam esse formato de construção da paz, mas sugerem sua reformulação. De acordo com Paris (2010), não há alternativa realista às estratégias do *peacebuilding* liberal, e o principal desafio não é desconstruí-lo, mas melhorá-lo.

Em resposta, Cooper, Turner e Pugh (2011) destacam que afirmar que não há alternativa ao modelo liberal equivale a acusar seus críticos de atrasarem o curso da história. Para eles, a crítica de Paris é baseada em uma lógica questionável, e que talvez o maior desafio do modelo são os debates que desmascaram o mito da tolerância liberal, dando ênfase às desigualdades existentes na interação entre atores subalternos e poderes internacionais.

Para ambos os críticos estruturais e os teóricos alinhados à Virada Local, a lógica da paz liberal está intrinsecamente imbricada em relações de poder. Os primeiros, representados por

autores como Michel Pugh, Ian Taylor, Mark Duffield e David Chandler, baseados sobretudo em autores pós-estruturais como Foucault, questionam as causas dos conflitos armados enquanto algo derivado do próprio sistema capitalista internacional, questionando os interesses ocultos em processos de paz (Gomes e Blanco, 2019). Em “*Empire in Denial*”, Chandler (2006) argumenta, por exemplo, que tais operações são intervenções externas em que países do Norte Global exercem seu poder, de diferentes formas, em regiões conflituosas. Mais do que isso, é um formato em que os Estados ocidentais e instituições internacionais negam o poder que exercem e evitam a responsabilização por sua atuação.

Esse poder opera como instrumento de controle sociopolítico, se apresentando sob formas aparentemente consensuais. O conceito de governamentalidade, de Michel Foucault, nos ajuda a compreender essas dinâmicas ao evidenciar como práticas de poder se articulam às gestões das populações por meio de estratégias de engenharia social¹⁷. A promoção da participação da sociedade civil, ao ser mobilizada como técnica de regulação, e não como prática emancipatória, é um exemplo disso (Chandler, 2006).

Michael Pugh (2005; 2010; 2011; 2016), da mesma forma, dedicou espaço para compreender como o capitalismo e o neoliberalismo afetam a distribuição de poder em processos de *peacebuilding*, dando ênfase à dimensão político-econômica da discussão. Para o autor, a prática da construção da paz, sobretudo quando amparada pelo arcabouço e práxis da paz liberal, está intimamente ligada ao discurso sobre o desenvolvimento econômico e, portanto, a interesses capitalistas específicos.

É a partir dessa perspectiva que questiona, em um de seus primeiros textos sobre o tema: “But we are still entitled to ask the critical question: who is peacebuilding for, and what purposes does it serve?” (Pugh, 2005, p. 24). Anos depois, Pugh apresenta o termo “paz corporativa”, e parece responder sua própria pergunta ao concluir: “peace has been framed by policies that privilege private capital accumulation” (Pugh, 2016, p. 185).

Exemplos recentes evidenciam como discursos e práticas de construção da paz podem estar atravessados por interesses econômicos e geopolíticos. Em fevereiro de 2025, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou a possibilidade e o desejo de transformar a Faixa de Gaza em um polo turístico (IHU Unisinos, 2025). Meses depois, o ministro de Finanças de Israel disse publicamente que há um plano de negócios para tornar a região uma verdadeira

¹⁷ De acordo com Maschietto (p. 152, 2016) “Social engineering is based on a linear understanding of progress”. Ademais, Bräuchler (2017) destaca que o termo pode ser utilizado, muitas vezes, como sinônimo de políticas de Estado que moldam a sociedade de acordo com os interesses do governo.

“mina de ouro imobiliária”¹⁸, ilustrando empiricamente o argumento de Pugh (2005) e reforçando que processos de paz não são neutros.

Na prática, essa paz imposta tem sido disputada. Pensando nisso, Mac Ginty (2010) propôs o conceito de “paz híbrida”, buscando ilustrar como os atores internacionais e locais interagem na realidade: “all actors are compelled to operate in na environment shaped in some way by others” (p. 392, 2010). Existiriam, assim, quatro possíveis fatores que influenciariam essa paz híbrida: a capacidade de agentes da paz liberal de forçarem a aceitação; de incentivarem o engajamento local; a habilidade de atores locais de ignorar, resistir ou subverter o processo e, por fim, a habilidade de atores locais de apresentarem alternativas à paz liberal (Mac Ginty, 2010).

Os processos de paz baseados na paz liberal implicam uma transposição de normas e valores ocidentais que frequentemente desconsideram as especificidades locais. Como resultado, os interesses, saberes e dinâmicas das comunidades diretamente afetadas pelos conflitos acabam relegados a um segundo plano, reforçando assim uma lógica de dominação. Para a construção de um processo de paz sustentável a longo prazo, é preciso que os interesses das comunidades locais estejam no centro da tomada de decisão (Mac Ginty e Richmond, 2013). De acordo com Richmond (2024), o objetivo, neste caso, seria desafiar a saliência política contínua da violência e o monopólio das estruturas de poder das elites, visando trazer destaque para a agência local oculta em processos de construção da paz, desvendando as hierarquias de poder globais e as injustiças. Na prática, alcançar este objetivo tem sido um desafio constante.

Ao observar as novas mudanças na Ordem internacional, a exemplo da fragmentação das normas internacionais, da crescente atuação de atores não ocidentais em processos de paz, do crescimento do autoritarismo e do impacto da Virada Local, Mac Ginty (2025) propõe uma atualização de seu modelo da paz híbrida (Mac Ginty, 2010). Para ele, a construção da paz ocorre agora em um contexto em que múltiplos atores – organizações internacionais, atores não-ocidentais, comunidades, corporações, ONGs, elites estatais etc. – atuam, sendo influenciados por questões como a crise climática, demografia e migração, tecnologia e mudanças geopolíticas. A ideia de considerar relações de poder, rompendo com hierarquias, já era algo mencionado pelo autor quando ele propôs o modelo pela primeira vez:

¹⁸ Disponível em: < <https://www.aljazeera.com/video/newsfeed/2025/9/17/smotrich-gaza-could-be-a-real-estate>>. Acesso em 10 out. 2025.

It is possible to examine hybridized versions of peace and ask: where does the power lie? Clearly, power comes in different forms: moral, cultural, material, etc. In many post-peace accord contexts, the extent to which the power of the liberal peace relies on material power is striking [...] It is important not to underestimate the power of the liberal peace and regard its only influence as ‘technocratic’ (Mac Ginty, p. 407-409, 2010).

Mesmo ao atualizar o debate, essa questão do poder parece não ter tanto destaque. Apesar disso, o autor cita brevemente que as análises críticas à paz liberal que levam em conta o poder revelaram uma ênfase contínua nos interesses das elites estatais: a participação de atores locais não foi suficiente, em muitos casos, para reconfigurar dinâmicas de poder (Mac Ginty, p. 12, 2025). Para Mendes (2025), com o passar do tempo, a inclusão de atores sociais passou de uma “perturbação desnecessária” para uma “perturbação necessária”, sendo associada à legitimidade política de governos e partes negociadoras e, portanto, percebida como “útil”. Ou seja, há inclusão para que o processo tenha maior grau de legitimidade diante da própria sociedade e para o resto do mundo.

A sistematização apresentada até aqui demonstra que, de fato, muitos pesquisadores passaram a criticar a paz liberal a partir de diferentes perspectivas, destacando questões como a negação de direitos nesses processos, a predominância ideológica, a incapacidade de compreensão das necessidades locais e o foco em questões relacionadas ao Estado (Richmond, 2011). Esses exemplos mostram, portanto, que os processos de construção da paz não são neutros. São, na verdade, profundamente atravessados por dinâmicas de poder e disputas políticas. A paz liberal, ao desconsiderar tais dissensos, rejeita o político.

Ao rejeitar o político, uma ideia de “paz sem política” é promovida, partindo do pressuposto de que os dilemas políticos podem e devem ser resolvidos fora do terreno político (Chandler, 2006). Há uma tensão ainda pouco discutida entre as intenções dos *peacemakers* liberais e o caráter político das instituições democráticas de tomada de decisão. De modo geral, a construção da paz liberal privilegia a política benigna, consensual e pacífica – ou seja, a “antipolítica” (Tobia, 2024). A ideia de que acordos de paz são construídos sob uma lógica consensual entra, portanto, em um embate direto com a dimensão conflitual da política e do político.

Tais elementos reforçam, ainda, o argumento de Wernecke (2016), que busca diferenciar a construção da paz enquanto projeto político e enquanto prática despolitizada. Para ela, os modos de fazer a paz estão despolitizados, e servem, muitas vezes, para eliminar a agência política contemporânea e a contestação. Mesmo que a paz liberal não opere exatamente como nos anos 90 e 2000, sua influência ainda impacta as práticas contemporâneas de construção da paz (Levorato; Sguazzini, 2024; Mac Ginty, 2025; Richmond, 2024).

2.2.1 Soluções técnicas para problemas políticos?

Um dos elementos que parecem ainda estar presentes em muitos processos de paz é a ideia de que há uma “solução técnica” para o fim de conflitos armados violentos, o que está de acordo com a racionalidade do liberalismo criticada por Mouffe (2005). O Conselho de Paz (*Board of Peace*)¹⁹, ratificado por Trump em Davos em janeiro deste ano é um exemplo prático que elucida muito bem tal dinâmica, com planos que apostam em uma saída “apolítica” e “tecnocrática” para o conflito em Gaza, por exemplo (Hassan; Johnson, 2026). De acordo com Mac Ginty (2012), o campo teórico-prático da construção da paz passou por um verdadeiro “giro tecnocrático” nos últimos anos, apoiado pela ideia de eficiência e neutralidade política, na qual predomina a ideia de resolução racional e científica, sem influência ou vieses. Parte-se, em geral, da crença de que a simples existência de instituições com formato específico garantirá os resultados esperados, independentemente da capacidade e interesses políticos dos indivíduos que as ocupem. A tecnocracia, nesse sentido, pode ser compreendida como a priorização da burocracia (Mac Ginty, 2018, p. 06).

Há uma combinação de fatores estruturais – como a visão modernista que prioriza soluções técnicas, a ascensão do neoliberalismo e a ‘empresarialização’ da vida – e fatores imediatos – como a profissionalização da indústria da paz, a ideia de práticas ideais, oportunidades para intervenções de *peacebuilding* e desenvolvimento tecnológico – que ajudaram na contribuição do crescimento de uma dimensão técnica nos estudos e práticas de resolução de conflitos (Mac Ginty, 2012, p. 289). O autor entende a tecnocratização com base em Centeno (1993; 1994), que a define como o sistema e comportamento que prioriza a racionalidade burocrática e, em um tipo ideal, é imune ao contexto social (Mac Ginty, 2012, p. 289; Mac Ginty; Pogodda; Vogel, 2012, p. 37)

Essa tecnocratização, ligada também à despolitização da vida social, está presente, geralmente, em três esferas: governo, sociedade e discurso. A despolitização a nível governamental transfere questões de ordem pública para o âmbito privado, argumentando que tomadas de decisões de atores políticos são ações meramente técnicas; a nível social, a despolitização prioriza a deliberação individual para desafios sociais coletivos; por fim, a

¹⁹O Conselho de Paz foi lançado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e estabelecido como uma organização internacional com o objetivo de garantir a paz em áreas afetadas por conflitos armados. O presidente convidou diversos países a participar da iniciativa, mas muitos ainda não confirmaram nem recusaram o convite, entre eles o Brasil.

linguagem tem um importante papel para despolitizar os problemas públicos de modo geral – como a ideia de que “as coisas simplesmente acontecem” (Wood e Flinders, 2014, p. 165).

O resultado desse discurso do ‘enquadramento técnico’ é propriamente ideológico, buscando ocultar os interesses específicos e os fatores estruturais do próprio liberalismo que levam os conflitos armados a eclodirem, a exemplo da concentração de renda e desigualdade social (Duffield, 2001). Ao ser enquadrada em termos técnicos, a resolução de conflitos passou então a ser relacionada com estruturas estatais e instituições; assim, a comunidade internacional começou a trabalhar em torno de uma metodologia padronizada para analisar conflitos, e a ideia de “assistência técnica” fortaleceu a chamada “indústria da paz”, o que inclui uma gama de atores estatais, ONGs e instituições internacionais – são os especialistas internacionais que frequentemente se percebem como neutros e imparciais. Isso refletiu também no crescimento de manuais e recomendações práticas na área, baseadas em lições aprendidas (Aggestam, 2015).

O próprio documento da Agenda para a Paz (1992), um dos mais emblemáticos sobre a temática, deixa claro o papel técnico da ONU em intervenções de paz ao afirmar que: “There is a new requirement for technical assistance which the United Nations has an obligation to develop and provide when requested: support for the transformation of deficient national structures and capabilities, and for the strengthening of new democratic institutions” (Boutros-Ghali, 1992, p. 33-34). De modo geral, esse giro tecnocrático pode ser explicado a partir de fatores estruturais e fatores imediatos.

Os fatores estruturais estão ligados à visão de mundo modernista, que prioriza soluções técnicas para problemas sociais e econômicos – poucas áreas da vida escaparam disso e têm sido alimentadas pelo avanço do neoliberalismo. Os fatores imediatos operam complementando os aspectos estruturais e ocorrem, usualmente, no âmbito sociocultural e institucional – a profissionalização da indústria da paz e a operacionalização das práticas ideais, citadas acima, são bons exemplos disto (Mac Ginty; Pogodda; Vogel, 2012, p. 39).

Multiple actors, including some of the major global accountancy firms, have developed complex metrics aimed to capture the progress on the goal. A measurement industry has been created which – it is fair to say – is quite removed from the day-to-day realities of people living in conflict-affected contexts (Mac Ginty, p. 08, 2017).

Esse cenário desmonta na ideia de que há uma coexistência pacífica e uma verdade universal para a paz, com métodos e práticas técnicas – com o uso de termos considerados apolíticos (“instrumento”, “ferramenta”, “indicadores”), capazes de capturar a realidade de forma neutra. Essas práticas “racionais” e “lineares” nem sempre são apropriadas, afinal frequentemente falham em compreender elementos sociopolíticos e culturais de cada região,

por exemplo (Körppen, 2012). É possível afirmar, portanto, que, do mesmo modo que a despolitização compromete práticas democráticas (Mouffe, 2005), ela também traz impactos relevantes para os processos de paz.

Um destes impactos está relacionado, por exemplo, à participação dos atores locais. Nos últimos anos, verificou-se o aumento do uso do termo “apropriação local” em documentos institucionais de organizações internacionais como a ONU, por exemplo:

As a prerequisite, the UN should recognize and respect the fundamental and inalienable human rights of civil society actors, both individually and collectively. Local ownership through home-grown peacebuilding solutions should be prioritized and fostered through mutually beneficial, respectful and transparent partnerships with the UN and other relevant stakeholders. Such partnerships are contingent on the UN’s comprehensive understanding of its local civil society partners and their communities (UN, 2020, p. 08).

A ideia de participação local, nesse sentido, consolidou-se como um princípio do *peacebuilding* internacional, mas permanece atrelada à disponibilidade de recursos materiais (Kappler e Lemay-Hébert, 2015), sendo impulsionada pela racionalidade política liberal dos países que financiam e estruturam os processos de paz (Ejdus, 2021). Além disso, está interligada a um discurso técnico de políticas internacionais (*policy*), frequentemente sem questionar de forma crítica questões centrais para a paz, como a redistribuição de poder (Maschietto, 2016).

Entre outras coisas, esse cenário resultou no privilégio de alguns atores locais em detrimento de outros, mais especificamente aqueles profissionalizados, urbanos, da elite e com educação formal, tipicamente alinhados às preferências da elite internacional (Paffenholz, 2014). Nesses casos, a inclusão é associada à capacitação da “boa sociedade civil”, aquela apoiada pelos doadores internacionais e pela burocracia, com critérios de seleção por parte de organizações como a ONU que exigem a “neutralidade” – como a não vinculação com partidos políticos, por exemplo (Philipsen, 2022):

Many times, the involvement of civil society is included as a box to be checked, not questioning the function or process of this involvement. For instance, a popular way of engagement is through consultations, but these often take place outside of negotiation rooms, with civil society rarely included in political deals and solutions. Even when they are included, they often become disconnected from the peace talks and end up having little to no influence (Paffenholz 2018). Local civil society organisations are aware of this, and several times have expressed concerns about whether their input is factored in and considered (PeaceDirect 2019, 17). Yet most of the time civil society organisations accept their role as penholders, because the alternative is exclusion (interview, Copenhagen, 24 may 2018) (Philipsen, 2022, p. 1936-1937).

As perspectivas tecnocráticas muitas vezes reduzem os atores locais, também, às elites governamentais e de formulação de políticas domésticas, enquanto a apropriação local é

interpretada como a mera aceitação dessas elites de objetivos desenhados previamente. Além disso, a eficácia é avaliada com base em critérios internos definidos por órgãos internacionais (Tartir; Ejodus, 2017). Essa compreensão técnica da paz liberal pode, muitas vezes, silenciar outras dinâmicas sociais importantes – é válido, portanto, questionar as metodologias convencionais criadas para monitorar negociações de paz, muitas vezes enraizadas em uma perspectiva liberal, simplificando um processo político em lógicas lineares, infográficos e cronologias simplificadas (Mendes; Siman; Fernández, 2020)

Considero que essa despolitização carrega consigo ao menos três elementos prejudiciais. Em primeiro lugar, há um componente coercitivo, manifestado na imposição de procedimentos administrativos padronizados e na exclusão de atores que não se alinham às fórmulas pré-estabelecidas; segundo, representa um fluxo transnacional de ideias e práticas do Norte Global para o Sul Global, o que pode ter um caráter impositivo; terceiro, está associado a uma lógica de expansão de sua área de competência; e, por último, afasta o lócus do poder para longe do nível local (Mac Ginty, 2012).

Muitas vezes, a marginalização desses interesses locais ocorre de forma velada. A tecnocratização, embora apresentada como neutra, é profundamente politizada, privilegiando determinados sistemas de pensamento e práticas em detrimento de outros (Centeno, 1993). Apesar do aumento da mobilização e da participação social nos processos de paz, impulsionado pela emergência da chamada “sociedade civil global” (Kaldor, 2003; Gómez-Quintero, 2014), ainda persiste um nível significativo de cooptação dos movimentos sociais por instituições internacionais.

Essa despolitização da sociedade civil reforça uma percepção ilusória de homogeneidade, que oculta disputas, tensões e dinâmicas de poder. Nessa lógica, os grupos marginalizados tendem a ser relegados a uma posição “domesticada” (Mendes, 2025), limitada por estruturas previamente definidas. Conseqüentemente, os processos de *peacebuilding* têm seu caráter político esvaziado e passam a ser enquadrados como neutros.

2.3 Alternativa analítica: a paz agonística como proposta de (re)politização da paz

Ao reconhecer a disputa política inerente aos processos de construção da paz, a paz agonística emerge como uma alternativa crítica à despolitização da paz (Shinko, 2008). O conceito é uma adição relativamente recente ao debate acadêmico, e busca justamente enfrentar o que considera os desafios centrais da paz liberal (Lehti, 2024). Em uma entrevista realizada por Pearce (2007, p. 274, tradução nossa), uma representante de uma organização de mulheres

na Colômbia disse que “a única forma de parar a guerra é através da política: permanecer nesses espaços de participação cidadã, conhecer o contexto e aprender a agir dentro dele”.

Nesse sentido, enquanto a paz liberal é um discurso que alimenta uma estrutura, a paz agonística é uma proposta analítica que tem como principal objetivo reposicionar a paz como um conceito sociopolítico, marcado por disputas e poder: “The key is [...] to begin to deepen our understanding of peace as a social-political concept of this world, this time, and this place [...] contestation and politics are inevitably intertwined, as are peace and power [...]” (Shinko, p. 476, 2008). A ideia de construção de espaços para dissensos contínuos e o pluralismo são os principais pontos que diferenciam a abordagem consensual da paz liberal da paz agonística (Walsh; Meyer, 2025).

A ausência de modelos contra-hegemônicos no campo internacional após o fim da Guerra Fria contribuiu para o predomínio de práticas normativas que, em determinados contextos, podem intensificar tensões locais. Quando isso ocorre, tais manifestações tendem a assumir contornos antagônicos. A tarefa crucial, portanto, consiste em conduzir esses conflitos de forma a impedir que sejam capturados pela lógica dicotômica do amigo/inimigo, preservando, assim, o espaço político do dissenso (López, 2018).

It is true that such a consensus in hegemonic democratic values requires somehow a ethic-political community that does not exist at the international level. What is clear, even for the multipolar international level, is that ‘the political’ needs to find legitimate ways of expression in order to not end in antagonistic relations. Democracy should be collectively constructed and should take a variety of forms, according to the different modes. Definitely, what agonistic theory shows us above all is that politics, and also international politics for this case, is not a fixed and set system, waiting to reach consensus and peace through neutralising conflict relations. At least, its contribution to debates on democracy, even if you do not embrace its approach, is the return of the discussion on ‘the political’ dimension of every social relation (López, p. 01, 2018).

A paz agonística busca responder a isso na medida em que abandona uma definição abstrata universal de paz para focar na discussão do agonismo, baseado em autores como Chantal Mouffe²⁰, William Connolly e Michel Foucault. A ideia é compreender a discussão e a prática do *peacebuilding* para além da deliberação, consenso e racionalidade presentes no debate liberal; além disso, dá uma nova ênfase à importância dos atores locais (Lehti, 2024).

Atualmente, grande parte da teoria democrática tem sido baseada na ideia de que há um consenso racional universal. Isso nos leva a noções como “democracia antipartidária”,

²⁰ Contrary to the various liberal models, the agonistic approach that I am advocating acknowledges that society is always politically instituted and never forgets that the terrain in which hegemonic interventions take place is always the outcome of previous hegemonic practices and that it is never a neutral one. This is why it denies the possibility of a non-adversarial democratic politics and criticizes those who, by ignoring the dimension of ‘the political’, reduce politics to a set of supposedly technical moves and neutral procedures (Mouffe, 2005, p. 33)

“democracia dialógica”, “democracia cosmopolita”; “sociedade civil global”; “para além da esquerda e direita”; o que todas têm em comum é a negação do que é político (Mouffe, 2005).

Para Tobia (2025), parece haver uma insatisfação com a despolitização como solução automática para a política violenta, sobretudo porque os conflitos sociais são parte dinâmica do espaço político (Lima e Arruda, 2022). Neste sentido, a negação dessa dinâmica e a eliminação de divisões políticas e a prevalência da linguagem técnica de eficiência econômica traz consequências como o crescimento do populismo de extrema-direita, por exemplo. Isso acontece porque, ao eliminar canais de conflito legítimo, muitas demandas sociais reais não encontram canais legítimos de expressão – o que acaba sendo cooptado pelo populismo (a partir de uma lógica problemática ancorada em mecanismos de exclusão, como a xenofobia), oferecendo à população algo que uma ideia de “política neutra” não oferece: a percepção de que alternativas de mudança são possíveis (Mouffe, 2005; Smolénski, 2012). Na Colômbia, isso ficou evidente durante o plebiscito, o que será discutido posteriormente.

A ideia para um espaço público mais democrático seria, portanto, a transformação do antagonismo em agonismo, em que a lógica nós/eles (inimigos) é substituída por uma lógica de adversários que se confrontam, de forma legítima, no espaço político. Ao invés de criar instituições supostamente “imparciais”, que reconciliam todos os interesses e valores em conflito, a democracia deveria, na verdade, criar uma esfera pública agonística. Nessas esferas, diferentes projetos políticos podem ser contestados de fato (Mouffe, 2005).

En vez de tratar de borrar las huellas del poder y la exclusión, la política democrática nos exige que las pongamos en primer plano, de modo que sean visibles y puedan entrar en el terreno de la disputa. Y el hecho de que esto deba considerarse un proceso sin fin no debería ser causa de desesperación, ya que el deseo de alcanzar un destino final solo puede conducir a la eliminación de lo político y a la destrucción de la democracia. En una organización política democrática, los conflictos y confrontaciones, lejos de ser un signo de imperfección, indican que la democracia está viva y se encuentra habitada por el pluralismo (Mouffe, 2016, p. 49-50).

De acordo com Tobia (2024), os principais autores da teoria agonística defendem cinco elementos principais: a) a democracia é compreendida como uma condição em aberto e, portanto, suscetível à perturbação/renovação; b) o político é ontologicamente conflituoso ou contestatório; c) a sociedade civil, mais do que o Estado, é concebida como principal espaço de luta democrática; d) a democracia não é uma forma de governo ou um conjunto de instituições, mas um momento que marca a própria prática política; e) a política democrática radical é orientada para a contestação.

Vale destacar, nesse sentido, que as motivações para contestar práticas dominantes não vem de dentro dos governos, mas de fora; a paz agonística posiciona, nesse sentido, a fonte da

contestação política na sociedade civil (Tobia, 2024). Patomäki (2021) destaca que existem bons motivos, na pesquisa sobre a paz, para focar em problemas que envolvem a relação Estado-sociedade, sobretudo naquilo que envolva aspectos socioeconômicos e políticos.

Essa discussão amplia as possibilidades analíticas ao (re)politizar o conceito de paz, o reconhecendo enquanto um fenômeno essencialmente político, representado pelas instâncias que questionam padrões pré-estabelecidos e criam espaços para reivindicações (Richmond, 2011). Em contraste com abordagens que se apresentam como técnicas ou neutras, politizar a paz significa reconhecer sua relação com dinâmicas de poder e exclusão. O objetivo, portanto, é criar condições para lógicas contra-hegemônicas, sobretudo em contextos marcados por desigualdades.

Agonism is predicated on a view of politics that recognises the constitutive nature of strife and conflict but yet is also attentive to the social and cultural interdependence of identities. However, agonistic practices are formulated as a way to provide political spaces where the friend/enemy dichotomy can be overridden and reframed as an encounter between adversaries. What delineates adversaries from enemies are the relational aspects of respect and the granting of recognition to the position of an opponent. [...] in its most comprehensive sense agonism provides for reflexivity and fallibility within a pluralistically dynamic political setting where difference and contestation are hallmarks of an engaged and democratically active citizenry (Shinko, p. 479, 2008).

Diante desse cenário, torna-se fundamental integrar a noção de cidadania ao debate, sobretudo como estratégia de fortalecimento de atores locais. Essa integração nos ajuda a romper com lógicas apolíticas presentes nos discursos internacionais, permitindo a formulação de uma perspectiva analítica atenta às dinâmicas de poder (Borges e Maschietto, 2014). Quando as relações de poder se tornam visíveis, elas se tornam igualmente passíveis de transformação (Shinko, 2008), o que é ainda mais potente a partir de uma cidadania ativa. Assim, o agonismo se torna útil para uma compreensão mais apurada dos desequilíbrios existentes nos processos de paz e para a identificação de resistências locais:

then agonism is perfectly positioned to help us recognise that peace is also political and vested in the outcome of the strategic interplay of relations of power where divisions, inequalities, and disequilibriums are challenged. [...] If there is to be any peace at all it cannot proceed without agonism. [...] it will also conversely enable us to identify the emergence of local resistances and in so doing afford us an invaluable insight into how struggles unfold and wend their way through the international political landscape. [...] (Shinko, p. 489-490, 2008).

A partir disso, a suposição de que o conflito é inerente à vida em sociedade enfraquece o ideal normativo da paz liberal e desloca o foco: construir a paz deixa de significar a eliminação dos conflitos e passa a significar o manejo construtivo dos mesmos – sem o recurso à violência física – reconhecendo o conflito como motor potencial de mudança social (Strömbom, 2020).

Por outro lado, tanto na teoria quanto na prática, a ideia de construção de consensos tem sido criticada por sua abordagem despolitizada, sobretudo por focar em normas universais genéricas (Aggestam; Cristiano; Strömbom, 2015).

A dependência na ideia de uma suposta sociedade harmoniosa e a erradicação do dissenso nas práticas de resolução de conflitos pode ter como consequência a supressão de dinâmicas contestatórias, com o lado mais forte dominando a narrativa do que é o processo de paz. Essa lógica não resulta em uma ausência benigna e passiva de agência política; trata-se de uma confiscação ativa dessa agência, aplicando imposições que se apresentam como imparciais (Tobia, 2024)

Assim, a participação precisa ser concebida a partir de uma perspectiva crítica, que vá além das formulações normativas presentes nos discursos institucionais. De modo geral, esse caráter conflitivo da inclusão permanece amplamente ausente nas discussões tradicionais sobre processos de paz. Essa omissão contribui para uma representação da participação enquanto um elemento intrinsecamente benigno, desprovido de conflito ou disputas (Mendes, 2025). O debate em torno da paz agonística contribui significativamente para essa tarefa ao conferir à participação social a dimensão política que ela merece, de acordo também com o argumento de Paffenholz (2014), sobre a necessidade de reconhecer que os atores sociais são dotados de agência.

Uma das obras em que essa necessidade é defendida de forma clara é *Daring to Differ? Strategies for Inclusion in Peacemaking*, de Hirblinger e Landau (2020). Os autores realizam uma leitura crítica das práticas de inclusão nos processos de construção da paz promovidos pela Organização das Nações Unidas, utilizando como base analítica o conceito de paz agonística. Para os autores, a participação pode ser compreendida a partir da lógica de construção da legitimidade; do empoderamento e proteção e, por fim, para transformar relações (*relational inclusion*).

No primeiro formato, as referências são mais abertas e genéricas, a exemplo do uso de termos como ‘stakeholders’, ‘local’, ‘sociedade civil’, ‘vozes’, ‘perspectivas’; o segundo formato utiliza termos mais fechados, como ‘mulheres’, ‘jovens’ e ‘grupos religiosos’; e, por fim, o último coloca em pauta a diferença entre atores que detém poder e os que não detém – se atentando para suas relações políticas e sociais, dando ênfase às diferenças estruturais.

O enfoque na inclusão que se apoia exclusivamente em categorias específicas – como no caso da “inclusão de mulheres” – corre o risco de se tornar um exercício de tokenismo, no qual a presença simbólica de determinados grupos não se traduz em influência real sobre os processos decisórios. Em contraposição, a noção de inclusão relacional, associada à perspectiva

da paz agonística, propõe uma abordagem mais ampla e crítica, que ilumina as múltiplas contestações sociopolíticas e reconhece a diversidade de experiências, narrativas e formas de agência dos diferentes grupos envolvidos nos processos de paz (Hirblinger; Landau, 2020).

Em *A critical (re) reading of the analytical significance of agonistic peace*, Shinko (2022) reforça que seu compromisso com a ideia de paz agonística surge a partir do desejo de evitar as violências inerentes ao que caracteriza como paz liberal. Argumenta, portanto, que as violências embutidas nas relações de poder que atravessam a ideia de doméstico/internacional e paz/guerra é o que põe o agonismo em contato com o conceito de paz. Nesse sentido, destaca que, desde o princípio, tinha a esperança de que a paz agonística pudesse representar o caráter dinâmico e político da paz (Shinko, p. 1402, 2022). A partir dessa perspectiva, a autora destaca o avanço do debate sobre o conceito, enfatizando seu potencial analítico para evidenciar como práticas locais podem ser utilizadas para contestar, resistir e mudar modos de dominação estruturais²¹.

Essa contestação pode ocorrer, na prática, de diferentes modos. Pensando na importância da criação de espaços de pluralidade e dissenso em processos de construção da paz, Strömbom, Bramsen e Stein (2022) analisam essa relação durante a construção de acordos de paz – com ênfase nos acordos de Oslo (Israel e Palestina), de Belfast (Irlanda do Norte) e de Havana (Colômbia). Para as autoras, existem três aspectos centrais a serem considerados para que a discussão teórica sobre a paz agonística seja prática: espaços agonísticos, enquadramento agonístico e inclusão agonística.

Primeiro, é preciso que espaços institucionalizados de contestação e interação sejam criados – como representações a nível nacional e municipal; encontros e fóruns de negociação em níveis de base (com o apoio de movimentos sociais, ONGs e movimentos religiosos, por exemplo). É preciso que haja, além disso, espaço para protestos e ativismos pacíficos, onde vozes dissidentes tenham espaço para dialogar com elites políticas, produzindo um espaço público agonístico. Por fim, é necessário estabelecer um enquadramento sobre como o acordo vai ser descrito – ou seja, quais as palavras utilizadas para falar sobre o conflito.

In substantial terms, we can look at how the sources of conflict are described: does the text indicate a common view of the main reasons for the conflict, or are different groups' views taken into consideration? How is the history of conflict described? Is room left for dialogue and contention regarding the conflict's past, or should one common story of its history be established? (Strömbom; Bramsen; Stein, 2022, p.700).

²¹ Ver Lehti e Romashov, 2022; Rumelli e Strömbom, 2021; Maddison, 2021; Negle, 2021; Bramsen, 2021.

Esse último aspecto está intimamente relacionado, também, a como o acordo será interpretado pela população em geral. Termos como “fim do conflito”, por exemplo, seriam preferencialmente substituídos por uma lógica de transformação do conflito por outros meios. Isso teria o potencial de reduzir a ansiedade social em relação aos efeitos do acordo de paz, por exemplo. A paz agonística pode ser investigada tanto nas esferas da elite quanto no nível *grassroots*, relacionando-se diretamente com o debate sobre participação ao propor espaços de reivindicação, além de dialogar com a “virada local” ao sugerir uma leitura crítica da realidade. Mas, ao contrário das duas primeiras vertentes influenciadas por Lederach – mais consolidadas na prática –, a paz agonística constitui um campo em expansão: embora já conte com considerável desenvolvimento teórico, as investigações empíricas ainda são escassas (Strömbom; Bramsen; Stein, 2022).

Ao direcionar o olhar para as dinâmicas de poder que moldam a paz, questionando normas universais como a ideia do consenso como objetivo final, a paz agonística reforça a necessidade de criação e sustentação de espaços contestatórios. Esses espaços parecem ser fundamentais para a construção de processos participativos mais genuínos, com maior reconhecimento de atores sociais, sobretudo aqueles tradicionalmente marginalizados, como agentes legítimos de disputa.

Esses elementos evidenciam, na prática, que a participação constitui uma expressão concreta da dimensão política da construção da paz, especialmente no que se refere à presença de relações de poder que precisam ser reconhecidas, negociadas e transformadas, bem como à multiplicidade de demandas e reivindicações em jogo (Strömbom; Bramsen; Stein, 2022). Por isso, para construir acordos mais justos e abrir espaço para contestações plurais, é essencial que o dissenso seja considerado como um elemento relevante (Mendes, 2021).

Na prática, entretanto, isso ainda não acontece. Apesar da adesão à ideia de que mais inclusão leva a um processo mais sustentável, existem obstáculos práticos importantes a serem considerados. Geralmente, a tendência é que haja resistência na condução de processos mais inclusivos – seja ela limitada ou dominante. A primeira categoria está relacionada a um momento específico do processo e é motivada, muitas vezes, por competição política ou interesses econômicos; a segunda, por outro lado, é sistemática, compreende todas as fases do processo e é empreendida por grupos dominantes (Cuhadar e Druckman, 2024).

Nesse sentido, a paz agonística oferece, no mínimo, três interseções analíticas relevantes a serem exploradas. Em primeiro lugar, ao dar ênfase às relações de poder, torna explícita as limitações dos modelos tradicionais de inclusão, permitindo uma reflexão crítica sobre a qualidade da participação social. No projeto *Broadening Participation in Political Negotiations*

and Implementation (2010-2017), Paffenholz (2015) destacou que aumentar o número de grupos incluídos, por si só, não é o que importa, pois o foco deve recair sobre a qualidade da influência.

Em segundo lugar, ao naturalizar o dissenso e sugerir a criação de espaços contestatórios, desafia a ideia de que a pluralidade de atores compromete a eficiência dos processos, oferecendo novas perspectivas para formuladores de políticas e tomadores de decisão. Por fim, ao deslocar o foco da eliminação do conflito para a sua transformação, essa abordagem amplia a legitimidade e a aceitabilidade dos acordos, tornando-os potencialmente mais compreensíveis e digeríveis para a população em geral.

Ao analisar a dinâmica de participação das mulheres na mesa de Havana, Mendes (2025) faz uma excelente sistematização. Para a autora, o discurso de paz que prevaleceu em Havana, entretanto, continuará sendo contestado. Nesse mesmo sentido, ao olhar para a mobilização indígena, Guerra (2019) identifica limitações importantes no processo de participação durante as negociações entre as FARC e o governo colombiano.

Considero válido que esse debate seja estendido, com destaque para algumas questões centrais que ainda merecem maior problematização: como as relações de poder, e os elementos característicos de uma paz política, moldaram esses espaços de participação para os agrupamentos que participaram do processo? Como uma abordagem que não deslegitima o dissenso pode ser útil para pensarmos uma participação e uma cidadania mais ativa? Pensando nisso, propomos um diálogo direto entre a paz agonística e o Cubo do Poder (Gaventa, 2006), ferramenta que será explorada com maior profundidade na próxima seção, como um recurso conceitual útil para compreender as múltiplas dimensões do poder em contextos de participação e *peacebuilding*.

2.4 O visível, o oculto e o invisível: como o poder opera em processos de participação?

Em um contexto em que a paz é compreendida como parte do político, a participação não se restringe à simples permissão para que múltiplas vozes estejam presentes; ao contrário, implica enfrentar desafios complexos relacionados ao reconhecimento mútuo e às relações de poder que estruturam essas interações (Strömbom; Bramsen; Stein, 2022). Mas, antes de adentrar nessa discussão, é válido delinear o que entendo como “poder”, “dinâmicas de poder” ou “relações de poder”.

O poder, de modo geral, é parte da discussão em diferentes disciplinas das Ciências Sociais (Filosofia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Relações Internacionais), o que

torna a sistematização desse debate, tão amplo em termos de definições e teorias, uma difícil tarefa (Maschietto, 2016). A literatura tem se atentado, ao longo tempo, a diferentes perspectivas, com destaque para autores como Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Max Weber, Robert Dahl, Karl Marx e Steven Lukes.

De acordo com Maschietto (2016), o debate pode ser dividido, de modo geral, em duas frentes: abordagens que focam na visão conflitiva do poder, o que tem influenciado a Ciência Política e as Relações Internacionais; e abordagens que focam nos aspectos de consenso do poder. No primeiro caso, o poder representa uma relação de dominação, onde uma parte domina a outra; no segundo, o poder é criado a partir de interações sociais em que o consenso representa um papel fundamental. Entre os dois espectros, há ainda aqueles autores que destacam a natureza dual do poder, como Giddens (1979), que entende que o poder possui capacidade transformativa e, ao mesmo tempo, dominadora.

O poder está, portanto, associado a diferentes dimensões e expressões. O termo *power over* refere-se à capacidade dos atores dominantes de influenciar ou controlar as ações daqueles em posições menos favorecidas. Já o *power to* está relacionado à capacidade de agir e à potencialização de direitos, ligado a ideia de empoderamento. O “poder interior” diz respeito à autoconfiança e ao senso de agência pessoal. O “poder com” emerge da colaboração e da ação coletiva entre atores, enquanto o *power for*, em contraste com o primeiro, representa uma síntese dos elementos e valores que orientam e motivam as práticas de análise e transformação do poder (Gaventa, 2020).

A literatura sobre poder desenvolvida desde a década de 1950 consolidou uma concepção dominante baseada em três dimensões: o poder visível, que opera nos processos formais e observáveis de tomada de decisão; o poder oculto, exercido de modo a restringir a agenda política a temas considerados seguros; e o poder invisível, evidenciado por Steven Lukes ao demonstrar que as duas primeiras dimensões são insuficientes para captar situações em que grupos marginalizados não reconhecem seus próprios interesses ou direitos. Em geral, esses estudos concentraram-se na natureza e nos efeitos do poder. Uma exceção relevante é o trabalho de Lisa VeneKlasen e Valerie Miller (2002), que, além de analisar tais efeitos, buscou orientar a ação prática de atores sociais para resistir e transformar relações de poder (McGee, 2017). Tanto Lukes quanto VeneKlasen e Miller influenciaram significativamente John Gaventa e outros autores responsáveis pela formulação do Cubo do Poder, que será discutido adiante.

É importante delinear que, no campo da construção da paz, em específico, a questão do poder tem sido subestimada, em parte devido à dominância ontológica da paz liberal, que ao

longo dos anos tem focado em um comprometimento com a ideia do universalismo pacífico (Richmond et al., 2021). Apesar disso, não podemos negligenciar o debate feito sobre os autores ligados às abordagens críticas, que, de modo incisivo, incluem a questão do poder em suas análises.

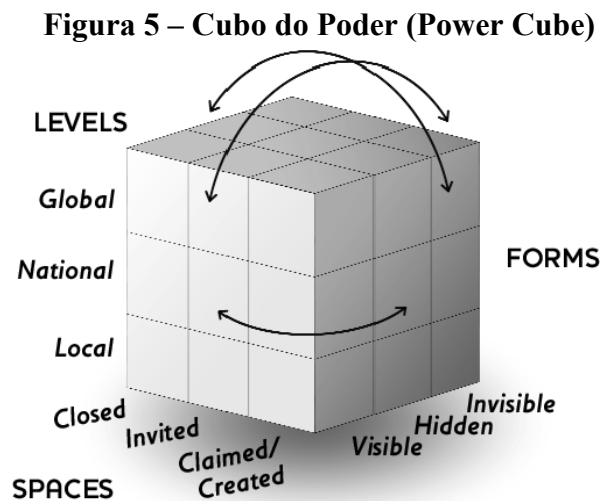
Exemplos incluem discussões sobre como o capitalismo afeta a distribuição de poder em processos de construção da paz, engajando com a economia política (Pugh, 2010; 2016); como intervenções internacionais afetam a distribuição de poder em sociedades afetadas por conflito (Berdal; Zaum, 2013); diálogos com conceitos foucaultianos de biopolítica e governamentalidade para compreender padrões de poder e exclusão (Chandler, 2006, 2013; Duffield, 2007; Jabri, 2016); e análises sobre como o exercício de poder por parte de atores internacionais pode limitar a agência política de atores e comunidades locais (Féron; Krause, 2022; Richmond; Mac Ginty, 2013; Kappler, 2011, 2015). Mesmo assim, a questão do poder raramente é explicitamente analisada, ou compreendida em suas formas mais complexas – assim, a gestão de conflitos costuma buscar estabilizar a balança de poder, mas não a desafiar (Richmond et al, 2021).

Fato é que o poder continua sendo um conceito crucial para analisarmos processos de paz e, por isso, deve ser cada vez mais estudado – na forma em que circula, como os atores o percebem, suas fontes e como é experienciado por atores locais, por exemplo; além disso, mecanismos de mudança de poder devem ser mais explorados em situações empíricas (Maschietto, 2020). Para contribuir nesse debate, proponho um diálogo mais aprofundado entre a paz agonística e o Cubo do Poder, desenvolvido por acadêmicos do Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS) e sistematizado por John Gaventa (2006).

Para Idler, Mouly e Miranda (2015), o uso do Cubo é recomendado para explorar o poder em iniciativas de paz, contribuindo para oferecer percepções úteis sobre a construção da paz em diferentes contextos, sobretudo considerando que uma das principais críticas aos estudos tradicionais sobre paz e conflito tem sido sua falha em considerar adequadamente o poder. Além de ser um modelo ilustrativo, o foco dos pesquisadores era justamente compreender dinâmicas de poder em processos participativos.

O modelo surgiu a partir de reflexões sobre práticas de participação cidadã, processos de tomada de decisão e formulação de políticas públicas, quando os pesquisadores notaram que o poder se manifestava de forma diferente nos diversos espaços e níveis de atuação (Gaventa, 2020). Seu objetivo é oferecer um enquadramento teórico capaz de analisar as múltiplas expressões do poder e vem sendo utilizado em diferentes áreas do conhecimento (Gaventa,

2019)²². De acordo com o site do Instituto, o cubo, enquanto projeto, tem crescido e se tornado cada vez mais popular, sendo utilizado em combinação com outros conceitos, ferramentas e métodos para a análise de poder (IDS, 2025). É possível avaliar, também, exemplos práticos de como ele tem sido utilizado pelos pesquisadores: atuação junto a empresas, como a Oxfam Novib; organizações internacionais como a agência de cooperação e desenvolvimento da Suécia; e organizações da sociedade civil no Congo e na Indonésia²³.



Fonte: Gaventa, 2006

A dimensão dos espaços diz respeito aos contextos em que ocorrem os processos de tomada de decisão, sendo classificados como fechados, por convite e reivindicados/criados. A dimensão dos níveis refere-se às escalas em que o poder é exercido – internacional, nacional e local. Por fim, as formas de poder são categorizadas como visíveis, ocultas e invisíveis. Os lados do cubo se equilibram e, por isso, suas três dimensões não operam de forma isolada; ao contrário, estão profundamente interconectadas e se influenciam mutuamente (Gaventa, 2006)

Em primeiro lugar, ao abordar a dimensão dos espaços, Gaventa (2006) os concebe como oportunidades e canais por meio dos quais os cidadãos podem agir para influenciar políticas públicas, discursos e decisões que afetam diretamente seus interesses. Esses espaços não são neutros, mas moldados por relações de poder que determinam quem pode participar, de que maneira e com que grau de influência. Nesse sentido, o poder atua como uma força que

²² Inclui debates sobre inclusão digital (Roberts e Hernandez, 2017), desigualdade econômica (Gaventa e Martorano, 2016), meio ambiente (Rodríguez de Francisco e Boelens, 2014), comércio (Brugger, 2017), saúde (Kaim, 2013), moradia (Muir e McMahon, 2015), direitos humanos (Andreassen e Crawford, 2015), participação e governança (Rabé e Kamanzi, 2012; Lay Lee, 2012), construção de políticas públicas (Sida, 2013) e construção da paz (Idler et. al, 2015).

²³ Disponível em: <<https://www.powercube.net/>> . Acesso em 10 dez. 2025.

delimita os contornos desses espaços, enquanto a liberdade se manifesta na capacidade de participar de forma efetiva dentro deles. Como afirma o autor, "participation as freedom is not only the right to participate effectively in a given space, but the right to define and to shape that space" (Gaventa, 2006, p. 26). A participação, portanto, não deve ser entendida apenas como acesso, mas como agência, isto é, a possibilidade de transformar o próprio espaço em que se participa.

Existem, assim, três tipos de espaços políticos nos quais o poder se manifesta: espaços fechados, espaços por convite e espaços reivindicados/criados. Os espaços fechados são aqueles em que decisões são tomadas de forma exclusiva por elites políticas, econômicas ou burocráticas, sem qualquer abertura à participação pública. Quando há inclusão, ela ocorre de maneira controlada, como concessão dos atores dominantes, e não como resultado de processos democráticos. Já os espaços por convite, de acordo com o autor, emergem principalmente a partir de pressões e esforços da sociedade por maior inclusão. Nesses casos, os cidadãos são formalmente convidados a participar, geralmente por meio de consultas, conselhos ou mecanismos institucionalizados (Gaventa, 2006).

Embora mais abertos que os espaços fechados, esses canais ainda operam sob regras previamente definidas pelas instituições e agentes que os convocam. Por fim, os espaços reivindicados ou criados são constituídos por atores tradicionalmente excluídos dos processos de decisão e resultam de mobilizações sociais que buscam criar arenas alternativas de deliberação e ação, geralmente fora dos espaços institucionalizados. Nesses espaços, a participação não é concedida, mas conquistada, desafiando as estruturas de poder existentes (Gaventa, 2006). No caso da construção do Acordo de paz na Colômbia, como veremos nos capítulos seguintes, os espaços de participação foram variados.

Além disso, os espaços de participação analisados pelo autor estão inseridos em três níveis de atuação distintos: local, nacional e global. Esses níveis representam as diferentes escalas em que o poder é exercido e onde os cidadãos podem buscar influenciar decisões. No nível local, situam-se as dinâmicas cotidianas e as formas mais diretas de engajamento, frequentemente associadas às comunidades, movimentos sociais e lideranças de base. O nível nacional envolve instituições estatais, legislações e políticas públicas que estruturam a vida coletiva em âmbito interno. Já o nível global abrange fóruns internacionais, organizações multilaterais e redes transnacionais que discutem e moldam agendas globais (Gaventa, 2006).

Ao examinarmos as relações vinculadas aos espaços e níveis de poder, torna-se igualmente fundamental analisar as formas de poder que moldam a participação: poder visível, poder oculto e poder invisível. A primeira forma, caracterizada pelo autor como "tomada de

decisão observável”, compreende os aspectos visíveis da política de poder, tais como regras formais, estruturas organizacionais, autoridades, instituições e procedimentos específicos que orientam e condicionam os processos de decisão (Gaventa, 2006).

A segunda forma de poder, também denominada como “estabelecimento da agenda política”, refere-se ao poder oculto de influenciar e controlar quem efetivamente participa dos processos de tomada de decisão. Trata-se das dinâmicas que determinam quais temas entram ou são excluídos da agenda política, e quais atores são legitimados para atuar nesses espaços. Por fim, a terceira forma – considerada pelo autor a mais sutil e de difícil visualização – é a do poder invisível, que molda os limites psicológicos e ideológicos da participação. Essa forma de poder influencia crenças, identidades e a aceitação do status quo, operando por meio de processos de socialização, cultura e ideologia que perpetuam a exclusão e a desigualdade ao definir o que é considerado normal, aceitável e seguro (Gaventa, 2006). Na prática, essas formas se manifestam de diferentes modos, não necessariamente excludentes, conforme demonstrado pela tabela abaixo.

Quadro 3 – Como o poder age?

Formas de Poder	Exemplos	Estratégias de contenção
<p>Poder Visível Instituições e estruturas formais como presidência, parlamentos, cortes, FMI, Banco Mundial, corporações. Instrumentos: políticas públicas, leis, constituições, orçamentos, regulações e convenções.</p>	<p>Leis ou políticas que ignoram as necessidades de grupos marginalizados (ex.: mulheres, indígenas). Mesmo quando leis existem, os processos decisórios favorecem elites e permanecem fechados à participação ampla.</p>	<p>Confronto, engajamento e negociação Lobby, monitoramento de políticas, campanhas de mídia, pesquisa aplicada, elaboração de propostas, mobilizações públicas, participação eleitoral e candidaturas alternativas.</p>
<p>Poder Oculto Decisões são tomadas nos bastidores por elites, que controlam a agenda e definem quem participa e quais temas são considerados legítimos. Usa-se intimidação, cooptação e desinformação para manter o status quo.</p>	<p>Lideranças comunitárias são deslegitimadas ou ignoradas; temas são descartados como impraticáveis ou economicamente inviáveis; a mídia invisibiliza certos grupos; dados relevantes são omitidos.</p>	<p>Construção de poder coletivo Fortalecimento de organizações e redes, ações diretas, geração e difusão de conhecimento crítico, estratégias comunicativas que deem visibilidade às causas ignoradas, coalizões com atores diversos.</p>
<p>Poder Invisível Modela o que é considerado normal, justo ou aceitável por meio da cultura, da mídia e da educação. Define identidades, papéis sociais e o que é considerado possível ou legítimo desejar.</p>	<p>A socialização leva à internalização de sentimentos de apatia, impotência e autodepreciação. Falta de acesso à informação reforça o isolamento. Questões de gênero, raça e classe intensificam a exclusão, levando os indivíduos a culparem a si mesmos por desigualdades estruturais.</p>	<p>Empoderamento individual e coletivo Educação popular e emancipadora, uso de mídias alternativas, estímulo à cidadania ativa, construção de consciência crítica compartilhada, metodologias participativas e processos formativos que ampliem a confiança e agência dos sujeitos.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Hernandez e Roberts (2017) apud Veneklaser e Miller (2002).

As estratégias de contenção demonstradas na tabela são importantes para uma atuação estratégica em processos de participação social, quando a sociedade pode buscar transformar

essas formas de poder por meio de diferentes tipos de ação – alguns concentrando seus esforços principalmente na forma visível do poder, enquanto outros buscam mudanças nas formas invisíveis e escondidas. Embora conquistas no âmbito do poder visível sejam fundamentais, muitas vezes é necessário um engajamento mais profundo e abrangente para promover transformações duradouras. Dessa forma, é crucial reconhecer que todas as dimensões do Cubo do Poder estão interligadas:

In using the power cube with international NGOs, reflections using the power cube approach helped to see the need and possibilities of greater interconnections between global campaigning, often done by professional advocated working in a rapidly changing policy environment, and local development work, where strategies were more likely to encourage people to mobilise and speak for themselves, and to challenge invisible and internalised forms of power (Gaventa, p. 31, 2006).

O Cubo pode ser utilizado como uma ferramenta reflexiva para identificar onde e como os atores podem intervir para promover mudanças nos processos de tomada de decisão, compreendendo também em que contexto podem ter mais poder no resultado de processos políticos. Além disso, quando os atores compreendem as lógicas de transformação do poder, as mudanças se tornam efetivamente possíveis. O entendimento das relações de poder e suas dinâmicas pode representar o primeiro passo para tornar mais visíveis as formas ocultas e invisíveis do poder (Gaventa, 2006).

Em *Applying Power Analysis: Using the ‘Powercube’ to Explore Forms, Levels and Spaces*, o próprio Gaventa (2019) destaca a aplicação do Cubo do Poder nos Estudos de Paz e Conflito, evidenciando, em particular, o artigo de Idler, Mouly e Miranda (2015). As autoras empregam a ferramenta para analisar a interação entre espaços, formas e níveis de poder em iniciativas locais de paz, com ênfase especial nos fóruns consultivos na Guatemala, e concluem que a ferramenta contribui para uma compreensão mais aprofundada das múltiplas dimensões do poder exercidas em iniciativas locais de construção da paz.

Naquele contexto, embora os fóruns tenham ampliado a participação de diversos grupos sociais, também reproduziram violências culturais e estruturais que estão na raiz do conflito armado, perpetuando dinâmicas de exclusão e desigualdade. O funcionamento das mesas de diálogo evidenciou as três dimensões do poder: o poder visível nas regras formais de participação; o poder oculto na influência de atores internos e externos sobre as agendas; e o poder invisível em barreiras como o uso do espanhol, que limitou a participação indígena (Idler; Mouly; Miranda, 2015).

De modo geral, o Cubo nos ajuda a compreender onde os atores estão posicionados, o que limita sua voz, o que pode fortalecer sua agência, onde existem novos pontos de atuação e, por fim, como as formas, espaços e níveis de poder moldam resultados reais. Partindo do

pressuposto que os espaços podem servir como uma plataforma contestatória, desvendando dinâmicas de poder, como proposto pelos teóricos da paz agonística, o Cubo será utilizado para compreender quais foram os espaços de participação, quais foram os níveis de participação e quais foram as formas a partir das quais o poder se manifestou para construir o Acordo de Paz de Santos com as FARC. É válido mencionar, por fim, que não é nossa pretensão utilizar a ferramenta de modo estático:

The danger of the ‘matrix’ or ‘cube’ approach is that these boxes become used as static categories, or become a checklist of strategies of methods to be applied uncritically in different settings. In the field, when it was presented simply as a cube, ‘there was an immediate tendency to want to fill in the boxes.’³⁰ But to do so is to miss the mark. Rather, the value of the power cube approach is to promote critical reflection about the relationships involved, not simply to categorize the types of initiatives going on. [...] Indeed, the work in the field shows that the spaces of engagement, as well as the levels and forms of power, are constantly shifting, and are each in relationship with each other (Gaventa, 2005, p.19).

Assim, além de essencial para fortalecer o debate sobre poder na agenda de pesquisa sobre a paz, o diálogo entre a paz agonística, que carece de um maior volume de pesquisas empíricas no campo, e o Cubo, é proposto também porque as abordagens convergem ao buscarem evidenciar e confrontar essas dinâmicas subjacentes para promover uma participação social mais legítima e politizada. A proposta de interação entre os dois conceitos tem o potencial de trazer insights valiosos, auxiliando na compreensão da qualidade da participação social no processo de construção da paz na Colômbia que, assim como na Guatemala, foi atravessado por dinâmicas políticas e relações de poder.

2.5 Conclusões parciais

Este capítulo procurou demonstrar que a paz não deve ser concebida apenas como um estado utópico, mas sim como um objeto relevante para a pesquisa acadêmica nas Relações Internacionais. A partir dessa perspectiva, torna-se possível analisar os processos de construção da paz de maneira crítica, extrapolando as limitações da chamada paz liberal. Esta última, marcada por um pensamento tecnocrático e supostamente “racional”, está intrinsecamente alinhada a uma lógica de expansão e manutenção do *status quo*, que frequentemente marginaliza e exclui os interesses e as demandas da sociedade local diretamente afetada pelo conflito armado, o que é realizado por meio do que chamo de despolitização da paz, focando apenas na imposição de processos e instituições que não se relacionam com comportamentos e agendas que refletem, necessariamente, a realidade local.

Nesse cenário, a paz agonística emerge como um conceito que se posiciona como um contraponto direto à paz liberal. Ao reconhecer as relações de poder intrínsecas aos processos de construção da paz, este conceito propõe a criação e valorização de espaços onde as contestações plurais possam se manifestar abertamente. Isso implica tornar o conflito visível – não como um fenômeno a ser silenciado, mas como um elemento natural e inevitável das dinâmicas sociais e políticas que compõem a paz.

Assim, a paz agonística contribui decisivamente para a politização da participação social nos processos de construção da paz, por exemplo, pois rompe com a concepção da participação enquanto algo neutro, técnico e desprovido de disputas políticas, mostrando que a participação deve ser entendida como um espaço legítimo e necessário de confronto, negociação e reconfiguração dos interesses e das relações de poder existentes. Tal entendimento fortalece a noção de que processos participativos efetivos precisam reconhecer e lidar com os conflitos, em vez de apagá-los ou minimizá-los, permitindo, assim, a construção de soluções mais legítimas, inclusivas e duradouras.

Para aprofundar a compreensão dessas dinâmicas, esta dissertação propõe um diálogo direto entre a paz agonística e o Cubo do Poder, utilizado para compreender como o poder se manifesta, opera e se articula em diferentes espaços políticos de participação. Esse modelo oferece um quadro conceitual que permite mapear os níveis (local, nacional, global), os espaços (fechados, por convite, reivindicados/criados) e as formas (visível, oculto, invisível) do poder. Assim, a integração dessas abordagens possibilita não apenas compreender os mecanismos que restringem ou ampliam a participação social, mas também identificar possibilidades estratégicas para o empoderamento dos atores marginalizados e a democratização dos processos de construção da paz.

Essa articulação teórico-analítica estabelece as bases para a investigação sobre a participação social no processo de construção da paz na Colômbia entre 2012 e 2016, que constitui o foco específico desta dissertação. Busca-se, assim, examinar as nuances dessa participação a partir de uma leitura crítica que compreende a paz como um fenômeno eminentemente político, tornando as relações de poder do processo visíveis.

3 O CONFLITO ARMADO COLOMBIANO E AS DUAS FACES DO PROCESSO DE PAZ: A ÓTICA LIBERAL *VERSUS* A LÓGICA DO DISSENSO

A violência armada na Colômbia é um fenômeno histórico e multifacetado. As disputas violentas entre liberais e conservadores, a exclusão de vozes dissidentes do processo decisório, a ascensão de movimentos insurgentes e o fortalecimento do narcotráfico, por exemplo, são alguns dos aspectos que, ao longo dos anos, compuseram um cenário profundamente complexo, em que pensar a paz nunca foi tarefa fácil. Com o passar do tempo, diferentes governos integraram discursos pacificadores às suas agendas, mas foi somente em 2016, após intensas negociações em Havana, que a mais antiga guerrilha da região, as FARC-EP, assinaram um acordo de paz com o Governo. Este capítulo tem como objetivo, em um primeiro momento, evidenciar a natureza política das origens da violência armada no país. Em seguida, o processo de paz conduzido entre o Governo de Juan Manuel Santos e as FARC-EP (2012-2016) é analisado, com especial atenção às influências da paz liberal – expressas na tomada de decisão do governo e no engajamento da comunidade internacional – e, em contraste, aos momentos de dissenso que revelaram a dimensão do político no processo, expressos no âmbito da atuação e participação da sociedade.

3.1 As origens do conflito armado interno

A história da violência na Colômbia tem sido interpretada a partir de diferentes marcos explicativos. Para alguns, suas raízes remontam aos impactos da dominação colonial espanhola desde o século XVI; para outros, de modo mais específico, o problema reside na cidadania historicamente restrita e excludente que marcou o país desde a independência, em 1810 (McGee, 2017); para outros, ainda, esses elementos se misturam. O fato é que, mesmo antes da existência de um conflito armado interno – o que, de acordo com a Comissão da Verdade (CEV)²⁴ se situa entre 1958 e 2016²⁵ –, o país já enfrentava ciclos intensos de violência política,

²⁴Assim que o Acordo Final foi assinado, foi criada a Comissão para o Esclarecimento da Verdade, Convivência e Não Repetição (CEV), como um dos mecanismos integrantes do Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição (SIVJRN), com o objetivo de contribuir para o esclarecimento das violações e infrações cometidas durante o conflito armado. Em 2022, a CEV apresentou seu relatório final, intitulado *Hay Futuro si hay verdad*. Disponível em: <<https://www.comisiondelaverdad.co/hay-futuro-si-hay-verdad>> Acesso em 30 jan. 2026.

²⁵ La Comisión de la Verdad toma el año 1958, con la creación del Frente Nacional, como un partidador de aguas entre la guerra civil bipartidista y el conflicto armado interno que vivió Colombia durante más de medio siglo. Por eso inicia en ese año su proceso de esclarecimiento. Sin embargo, considera que también es necesario abordar un periodo de contexto, que permita explicar cómo se imbricaron los hechos que desataron la guerra. Por eso se

o que revela as raízes profundas e persistentes da guerra na Colômbia. Esses ciclos têm sido alimentados por uma complexa interseção de fatores como a desigualdade socioeconômica estrutural, a histórica concentração fundiária, a dependência de economias ilícitas (notadamente o narcotráfico), e o abandono institucional sistemático (Ríos et al., 2018; Henriques, 2020).

A disputa por terras, o controle de riquezas e territórios estratégicos, reivindicações identitárias e ideológicas, e a disputa pelo controle institucional são fatores centrais para o desenvolvimento do conflito armado. Trata-se, portanto, de um fenômeno multicausal, atravessado por dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais. A estrutura vigente sustenta uma lógica de exclusão, em que uma minoria detém a concentração de riquezas e monopoliza as decisões públicas, enquanto a maioria permanece empobrecida e marginalizada dos processos político-decisórios (Ugalde; Perea, 2022).

As causas do conflito armado interno são, portanto, predominantemente de natureza social e política, com destaque para a alternância entre o uso das armas e das urnas como vias de disputa política e a presença precária do Estado em muitas regiões do país. A essas causas se somam violências estruturais persistentes, como o patriarcado, o racismo e múltiplas formas de discriminação baseadas na classe social, origem regional ou filiação ideológica, por exemplo (CEV, 2022, t.03).

Para uma melhor compreensão temporal do conflito armado, recorri ao relatório final da própria Comissão da Verdade, intitulado *Hay Futuro si Hay Verdad* (2022). Com base no documento – em diálogo com outros autores importantes, como Bushnell (1993) – foi sistematizado, na tabela a seguir, os principais antecedentes históricos e os períodos de inflexão que marcaram a trajetória do conflito armado e da construção da paz no país.

Quadro 4 – Conflito armado colombiano: antecedentes históricos e momentos de inflexão

Período	Principais características
1899-1930	Guerra dos Mil Dias (1899-1902) e início da hegemonia conservadora; instabilidade política marcada por disputas bipartidárias.
1930-1948	Ascensão do Partido Liberal ao Poder; crescente tensão política; assassinato de Jorge Eliécer Gaitán (1948) como estopim de <i>La Violencia</i>
1948-1958	Período de <i>La Violencia</i> : confrontos violentos entre liberais e conservadores, com elevado número de mortes e deslocamentos.
1958-1978	Criação da Frente Nacional: acordo de alternância no poder entre os dois partidos tradicionais; exclusão de outros atores políticos; surgimento das FARC (1964).

remonta a los años veinte, cuando comenzaron a expresarse problemas sociales y de clase. Con esto no se pretende mostrar una continuidad absoluta, pero sí enmarcar un proceso de larga duración. (CEV, 2022, p. 25, t.03)

1978-1991	Expansão da insurgência armada; fortalecimento do narcotráfico e paramilitarismo; início dos primeiros diálogos de paz com as FARC (Belisário Betancur, 1982).
1991-2002	Promulgação da nova Constituição de 1991, com enfoque em direitos e participação; novas tentativas de negociação com grupos armados e fortalecimento da sociedade civil organizada.
2002-2010	Governo Álvaro Uribe: implementação da política de “Segurança Democrática” e militarização intensiva contra grupos insurgentes, sem perspectivas de negociações de paz.
2010-2018	Governo Juan Manuel Santos: retomada das negociações com as FARC; assinatura do Acordo Final de Paz (2016) e início da implementação do pós-acordo.

Fonte: Elaborado pela autora com base na CEV (2022) e Bushnell (1993).

Embora a CEV estabeleça os antecedentes históricos a partir da década de 1920, optei por adotar como marco inicial a Guerra dos Mil Dias (1889-1902), um confronto civil entre liberais e conservadores que assolou o país na virada do século XX. Os eventos subsequentes foram marcados por disputas político-partidárias entre as únicas siglas dominantes no país, até que, em 1958, foi instituída a Frente Nacional. Esse arranjo político representou um divisor de água, sendo considerado um ponto de inflexão no processo que culminaria no conflito armado interno, com a posterior fundação oficial das FARC em 1964 (Bushnell, 1993; CEV, 2022, t.03).

É possível observar que, embora os atores e contextos tenham variado, passando de disputas partidárias, ao surgimento de guerrilhas, narcotraficantes e grupos paramilitares, a violência permaneceu como instrumento recorrente da manutenção ou disputa pelo poder. Entender esses ciclos é fundamental para a compreensão dos desafios enfrentados durante a construção do Acordo de paz de 2016.

Desde a independência do país, os partidos Liberal e Conservador nunca reconheceram verdadeiramente a regra de alternância de poder, com disputas marcadas por convulsões sociopolíticas. O sistema judicial e o Parlamento carregam vícios estruturais; a grande imprensa nem sempre atuou em defesa das liberdades; as vias políticas alternativas foram sistematicamente reprimidas, especialmente durante os 16 anos da Frente Nacional e o país é o único da América Latina com presença contínua de guerrilhas e outros grupos armados desde 1948 (Pécaut, 2012).

Podemos afirmar, portanto, que a Colômbia vive um contexto marcado por “violências” (Henriques, 2020, p. 77). Por isso, a construção da paz não deve se limitar ao fim de grupos armados, mas exige, sobretudo, a inclusão de setores marginalizados na política, a transformação da ordem social e a promoção de uma cultura de paz (Henriques, 2020).

Na Colômbia a violência adota diversas modalidades, formas e expressões, que não se esgotam nos grupos armados em si, e se cruzam com questões sociais, políticas, étnicas e culturais, razão pela qual, mais do que violência, estamos perante «violências». Nesta medida, erradicar a violência dos grupos armados é insuficiente para a paz no país. A construção da paz passa pela transformação da ordem social em muitas regiões do país, pelo desenvolvimento de mecanismos e instituições legais de resolução de conflitos, pela inclusão de setores sociais de risco, tradicionalmente marginalizados, e pelo fomento de uma cultura de paz. Assim, o modelo elitista de negociações que se desenvolveu historicamente na Colômbia configura uma abordagem para a paz frágil e de alcance limitado (Henriques, 2020, p. 77).

Quando esse contexto é analisado à luz do triângulo da violência de Galtung (1996), já discutido na seção teórica (ilustrado na página 30), é possível traçar alguns paralelos relevantes. A violência direta no país tem se manifestado por meio de assassinatos, sequestros, extorsões e demais atos violentos perpetrados por diferentes grupos – forças estatais, membros das guerrilhas, paramilitares e narcotraficantes; de modo geral, a violência direta condena o povo colombiano a uma rotina de privação de direitos básicos (Canola 2022). A violência estrutural, que alimenta a violência direta, é representada pelas raízes desiguais do país: concentração fundiária, exclusão política, desigualdade econômica.

Fals Borda e Luna (1962) identificam a violência colombiana como produto da acumulação histórica de disfunções institucionais, em um país marcado por estruturas sociais rígidas, dominadas por elites hereditárias e por profundas desigualdades entre o campo e a cidade, intensificadas no contexto da industrialização. Nesse mesmo sentido, para Dos Santos Filho (2021), a violência na Colômbia tem caráter estrutural e está ligada ao que caracteriza como a construção de uma ordem neoliberal pacificada:

É na construção de uma ordem neoliberal pacificada que podemos compreender os fundamentos da violência na Colômbia, que assume um caráter estrutural. [...] assim, a ordem social interna neoliberal na Colômbia tem sido caracterizada pela convergência crescente entre setores das elites políticas e empresariais internas e transnacionais às expensas de certos grupos sociais, que têm sido prejudicados por disputas de terras, danos ambientais, exploração econômica, dentre outras formas subjugação (Dos Santos Filho, 2021, p. 01).

Quando esse tipo de ordem desigual é naturalizado pela sociedade, configura-se aquilo que se denomina violência cultural (Galtung, 1996). No caso colombiano, essa forma de violência parece estar enraizada em ideais fundacionais herdados do período colonial, os quais estruturam as sociedades latino-americanas a partir de múltiplas exclusões. Nesse contexto, o capital, desde a colonização, opera como eixo central de dominação, conforme sugerido por Quijano (2005). Para Hernández, Gamba e Melo (2025), nesse mesmo sentido, a Colômbia possui uma cultura marcada pela violência, o que desumaniza a sociedade a partir de lógicas de dominação.

Essa dinâmica pode ser articulada ao conceito de antagonismo, no qual o outro é construído como inimigo a ser eliminado, e não como adversário legítimo dentro de um espaço político compartilhado (Mouffe, 2005). Ao mesmo tempo, ela sustenta formas de poder invisível, que operam por meio da socialização e moldam a percepção dos indivíduos sobre normas culturais e seu próprio lugar no mundo, limitando inclusive sua participação em espaços decisórios (Roberts; Hernandez, 2023). Nesse contexto de múltiplas violências, a história da política colombiana revela tensões importantes, o que será explorado com maior precisão nos tópicos a seguir.

3.1.1 Um conflito armado eminentemente político

Após a Proclamação da Independência, em 1810, como bem descreve Charles Bergquist (1979, p. 03), na “fechada” e “estratificada” Colômbia do século XIX os recursos econômicos eram monopolizados por uma minoria pouco interessada em gerar prosperidade; a escassez de oportunidades econômicas tornava a política um importante caminho para a mobilidade social, com empregos e cargos atraentes. Havia, entretanto, poucos postos públicos disponíveis, o que resultou em uma violenta disputa por espaços de poder. O Partido Liberal, fundado em 1848, e o Partido Conservador, fundado em 1849, disputaram esses espaços políticos entre si, buscando influência a partir de uma lógica marcada pelo antagonismo, em que os adversários eram vistos como inimigos a serem combatidos e excluídos (Mendes, 2025).

A Constituição da época (1886) estruturou um Estado unitário que favorecia os partidos que estivessem no poder nacional, sendo considerada centralista, autoritária, de castas, excludente do pluralismo e, ainda hoje, é lembrada por ter alimentado ódios sectaristas (Olano García, 2019). Esse cenário gerou ondas de violência, a exemplo do assassinato de opositores; da concentração financeira; e de restrições legais e institucionais, a exemplo do pacto da Frente Nacional, onde apenas os dois partidos tradicionais participavam da vida política (CEV, 2022, t.03)

A Guerra dos Mil Dias, que ocorre na transição para o século XX, foi um desdobramento desse cenário de tensão política e sectarismo. Entre seus principais catalisadores estavam a crise do sistema bipartidário, intensificada pela recusa do Congresso em reformar a lei eleitoral, restringindo a participação dos liberais e, além disso, o agravamento da crise econômica provocada pela queda nos preços internacionais a partir da metade da década de 1890 (Villamizar, 2017).

Com o fim da guerra, novos ciclos de violência surgiram. O modelo de exportação que estava se consolidando no país, apesar de impulsionar a urbanização, também gerou segregação social. Com isso, inúmeros protestos sociais começaram a eclodir: foram registrados, ao todo, cerca de 44 mobilizações entre 1910 e 1934, com destaque para as agitações sociais em Santander, onde a *Tropical Oil Company* começava a explorar petróleo e em Magdalena, onde a *United Fruit Company* concentrou 60.000 hectares (CEV, 2025)

A companhia, à época, era dona das plantações, controlava a malha ferroviária que levava os produtos ao porto, e contava com uma série de políticos locais como seus representantes. A condição de vida dos trabalhadores, entretanto, era muito precária, o que originou os protestos de 1928, respaldados pelo governo de Abadía Méndez, resultando na morte de diversos trabalhadores, o que ficaria conhecido como Massacre das Bananeiras²⁶. Nesse momento, crescia a popularidade de Jorge Eliécer Gaitán, que começava a ganhar reconhecimento, entre outras razões, por sua posição crítica à atuação da *United Fruit Company* (Bushnell, 1993).

Em 1930, os liberais são eleitos, encerrando décadas de hegemonia conservadora; em 1946, os conservadores voltam ao poder, intensificando tensões e confrontos. Em 1948, Gaitán, considerado uma das lideranças mais populares à época e preferido para as eleições, é assassinado, desencadeando uma onda de violência generalizada. Inicia-se, nesse momento, o período que ficou conhecido como *La Violencia* (Bushnell, 1993; Fals Borda; Luna, 1962).

Em uma análise utilizando o Cubo do Poder, Roberts e Hernandez (2017, p. 11) destacam um exemplo de poder oculto se manifestando: quando lideranças políticas são minadas e rotuladas como problemáticas. Considero que isto foi justamente o que aconteceu com Gaitán. É naquele momento de turbulência intensa, inclusive, que surgem as primeiras guerrilhas de orientação liberal na região de Santander. Estas viriam a influenciar, posteriormente, as FARC²⁷ (CEV, 2022, t.03).

O período da *La Violencia* só se encerra com a instauração da Frente Nacional, pacto selado entre Conservadores e Liberais que estabeleceu a alternância no poder por 16 anos

²⁶ O Massacre das Bananeiras refere-se à repressão violenta ocorrida na madrugada de 6 de dezembro de 1928 em Ciénaga, no departamento de Magdalena, na Colômbia. Milhares de trabalhadores da United Fruit Company estavam mobilizados em greve por melhores condições laborais. Após decreto do governador ordenando a dispersão da manifestação, o exército colombiano abriu fogo contra cerca de 1.500 trabalhadores reunidos em protesto pacífico. Os números oficiais minimizaram os acontecimentos, mas relatos diplomáticos e testemunhos estimam que mais de mil pessoas tenham sido assassinadas, com corpos enterrados em valas comuns ou transportados em vagões de trem (Elías Caro, 2011).

²⁷ Além das FARC-EP, formalmente constituídas em 1964, outras organizações guerrilheiras de orientação revolucionária surgiram na Colômbia nas décadas seguintes. O Exército de Libertação Nacional (ELN) foi fundado em 1965, seguido pelo Exército Popular de Libertação (EPL), em 1967, e pelo Movimento 19 de Abril (M-19), uma guerrilha de base urbana criada em 1974.

(Bushnell 1993). No entanto, o pacto seguiu excluindo outros grupos políticos do processo decisório, que permaneceram marginalizados das estruturas formais de poder. De acordo com a Comissão da Verdade (2022, t.03), esse arranjo entre os dois principais partidos acabou por ignorar a presença de outros atores políticos relevantes na sociedade. Como consequência, consolidou-se, em determinados setores, a percepção de que o recurso às armas era o único meio possível para alcançar reformas frustradas no passado.

Essa exclusão foi institucionalizada por meio de mecanismos que determinavam que apenas os dois partidos tradicionais deveriam dividir, de forma paritária, os espaços legislativos e judiciais por um período inicial de doze anos, posteriormente prorrogado para dezesseis anos pelo Congresso (CEV, 2022, t.03). Para Moreno-Parra (2018), a Frente Nacional foi um momento de construção de paz imperfeita protagonizada pelas elites dominantes do país, e, ao fim, acabou sendo tão ou mais excludente que seu próprio passado. Essa pacificação pode ser interpretada como um exemplo de processo de paz negativa, limitada à diminuição dos impactos da violência, sem enfrentar as causas estruturais do conflito armado. O relato abaixo, feito por uma liderança política do Partido Liberal à Comissão da Verdade, ilustra isso:

Entonces no había vías de escape para la inconformidad ciudadana en esas regiones. No tenían poder de disenso. Las listas de candidatos al Congreso las hacían los jefes de los partidos en Bogotá en sus directorios. La gente no podía participar, la gente no podía decidir. Entonces decían: “no, pero es que se hizo la paz con el Frente Nacional”, y tal. Sí, se hizo la paz política entre los partidos políticos, para repartirse el poder los mismos políticos, pero no dejaron avenidas donde circulara la renovación generacional, ni la expresión de la inconformidad ciudadana (CEV, 2022, p. 137, t. 03).

É possível interpretar esse bipartidarismo e os ciclos de violência por ele alimentados à luz do Cubo do Poder, na medida em que os principais partidos atuavam em espaços fechados de decisão, nos quais o poder visível predominava, manifestando-se nas instituições e nos arranjos jurídicos que os sustentavam a alternância partidária. Esse modelo de governabilidade parece ter contribuído para a eclosão de dois ciclos distintos de guerrilhas armadas, como resposta à ausência de canais legítimos de participação política para atores externos ao pacto.

O primeiro, logo após o assassinato de Gaitán, envolveu camponeses e liberais armados em reação à repressão conservadora, a exemplo da atuação do grupo “*Los Pájaros*” (CEV, 2022, t.03; Pécaut, 2012). O segundo, mais relevante para esta análise por ser quando surgem as FARC, resultou do confronto entre o Estado e núcleos camponeses organizados, que passaram a reivindicar direitos socioeconômicos básicos, com destaque para o direito à terra (CEV, 2022, t.03; Moreno Parra, 2014).

A partir desse contexto de mobilização camponesa e repressão estatal, o início da década de 1960 marca a emergência das principais guerrilhas armadas colombianas, muitas delas

fortemente influenciadas pela Revolução Cubana (LeGrand, 2003) e pelo cenário de polarização geopolítica entre os Estados Unidos e a União Soviética. As FARC, mais especificamente, nasceram no centro-sul colombiano, no contexto da guerra contra as “repúblicas independentes”. Seu “mito fundacional” ocorre durante o governo do conservador Guillermo León (1962-1966), quando o *Plan Lazo*, com o apoio dos Estados Unidos, é lançado com o objetivo de destruir tais repúblicas (Villamizar, 2017). Essa ofensiva militar sobre a região deu origem às guerrilhas revolucionárias de orientação ideológica, ligadas diretamente a uma luta pela revolução (Moreno-Parra, 2014).

A exclusão de forças políticas alheias aos partidos Liberal e Conservador não apenas comprometeu os esforços de pacificação durante a era da Frente Nacional, como também contribuiu para a reconfiguração do conflito colombiano, ao impulsionar o surgimento formal de grupos insurgentes. Em 1949, após o assassinato de Gaitán, quando ambos os partidos estavam praticamente em guerra, o Partido Comunista (PCC) começou a se movimentar, inicialmente, no sul de Tolima, para criar células de autodefesa armadas campesinas; mais ainda ao sul, surgia um outro movimento espontâneo de autodefesa comandado por jovens campesinos liberais: “Allí se estableció una metrópolis campesina y guerrillera con más de 2.000 habitantes, una especie de ‘zona liberada’ que tenía un Estado Mayor Unificado del Sur, compuesto por liberales y comunistas, con dos jefes representativos y visibles e esta unidad transitória” (Villamizar, 2017, p. 155). Neste momento, portanto, apesar de ideologias distintas, esses grupos se uniram estrategicamente contra o governo Conservador da época.

Relatos mostram, inclusive, que guerrilheiros liberais entraram, posteriormente, para grupos comunistas – como Manuel Marulanda (também conhecido como *Tirofijo*, um dos fundadores e chefes das FARC, quem iniciou sua jornada armada junto aos liberais no município de Génova (CEV, 2022, t.03; Villamizar, 2017; Moreno-Parra, 2014).

De modo geral, é possível afirmar que o surgimento desses grupos armados demonstra que a exclusão de setores populares e rurais do processo político institucional não suprimiu o conflito social, mas contribuiu para seu deslocamento para a esfera da luta armada violenta, havendo forte relação, conforme afirma Moreno-Parra (2014), entre a violência e o sistema bipartidário na Colômbia.

A formação das guerrilhas pode ser interpretada, portanto, como uma resposta à ausência de canais legítimos de participação e disputa, o que dificultou a transformação de antagonismos em formas agonísticas de enfrentamento político. Nesse sentido, a impossibilidade de transformar “inimigos” em “adversários” legítimos dentro de um campo simbólico compartilhado, conforme sugere Shinko (2008), alimentou a radicalização e o

prolongamento da violência. Do ponto de vista analítico, é necessário compreender que o processo de formação desses grupos não decorre de movimentos espontâneos, mas é fruto de falhas estruturais, sem que isso signifique justificar os métodos violentos empregados por eles.

O fim da Frente Nacional, longe de promover maiores níveis de democracia, não trouxe os avanços esperados. Ao contrário, o cenário de confronto permaneceu e, em 1978, “a violência já tinha rosto de guerra” (CEV, 2022, p. 79, t. 03). Nesse momento, emergia um novo ator que alteraria profundamente a dinâmica do conflito: o narcotráfico. Sua ascensão introduziu novas fontes de financiamento e estratégias de poder, conectando-se tanto a atores armados insurgentes quanto a setores estatais e paraestatais (CEV, 2022, t. 03).

Esse cenário impacta profundamente a política e economia do país. O fim da predominância do setor cafeeiro e o “boom” da cocaína, somado à entrada dos narcos na política e à centralização das drogas nas relações diplomáticas entre Colômbia e EUA trouxeram novas tensões ao país (Hylton, 2006; Rodrigues, 2012). O dinheiro do ecossistema do tráfico se infiltrou no governo e nas atividades das guerrilhas e paramilitares que, apesar das diferenças, passaram a financiar suas atividades com o dinheiro do tráfico (Norman, 2017; Saab e Taylor, 2014).

Em um contexto tão complexo, a ideia de construção da paz passou a ganhar crescente centralidade nos diferentes governos e conjunturas políticas. A primeira tentativa de acordo com as FARC ocorreu em 1982, durante o governo de Belisario Betancur, culminando, em 1984, na assinatura do Acordo de La Uribe. Esse processo previu uma saída política para o conflito, incluindo propostas de reforma política e agrária que, no entanto, não foram efetivamente implementadas pelo Estado. Paralelamente, embora tenha havido a criação do partido União Patriótica (UP) como resultado das negociações, o conflito não foi desmobilizado: as FARC mantiveram sua estrutura armada e continuaram a se expandir (CEV, 2022, t. 03).

Ademais, a experiência da União Patriótica (UP) foi marcada por um processo sistemático de extermínio de seus membros, posteriormente reconhecido como genocídio. Nesse contexto, segundo a Biblioteca Aberta do Processo de Paz – BAPP (2026), as negociações foram rompidas em 1987, sem a consolidação de um acordo definitivo. Tal ruptura esteve associada a uma combinação de fatores, incluindo a fragilidade do compromisso estatal, a recorrente violação das tréguas e a escalada da violência política, evidenciada pelos assassinatos de membros da UP²⁸.

²⁸ De acordo com o Centro Nacional de Memória Histórica (2024), o genocídio contra a União Patriótica (UP) resultou no assassinato de dois candidatos presidenciais, nove congressistas, cerca de 70 vereadores, dezenas de

Depois, durante o governo César Gaviria, ocorre o processo de *Caracas y Tlaxcala* – em meio à nova Assembleia Constituinte, o então presidente propôs novos diálogos de paz com as FARC, ELN e EPL e, entre abril e junho de 1992, estabeleceu negociações de paz em Caracas (Venezuela) e Tlaxcala (México). Os diálogos se romperam após assassinato do ex-ministro Argelino Durán, o que aumentou a falta de confiança entre as partes (BAPP, 2025).

Posteriormente, em 1997, surge o *Mandato Ciudadano por La Paz*, um gesto importante da opinião pública em prol de uma saída negociada para o conflito. Na ocasião, os colombianos adicionaram uma cédula adicional nas urnas no dia das eleições (CEV, 2025). Isso impulsionou o início, em 1998, de uma nova negociação – a de *El Caguán*, durante o governo de Andrés Pastrana. A falta de clareza e metodologia do processo, de acordo com a BAPP (2025), foi um dos motivos para o fracasso das negociações, o que será discutido com maior detalhamento no tópico a seguir.

Durante as gestões de Álvaro Uribe (2002-2010), antecessor de Juan Manuel Santos, a existência de um conflito armado interno foi rejeitada e o presidente se apresentava como o líder de uma cruzada contra “inimigos da pátria”. Por isso, não houve tentativa de saída negociada com as FARC na época (BAPP, 2025; CEV, 2025; García-Sánchez e Rodríguez-Raga, 2019).

De acordo com o site oficial da Comissão da Verdade²⁹, entre 1985 e 2018, cerca de 450.664 pessoas perderam a vida por causa do conflito armado (e, se considerarmos a subnotificação, a estimativa pode chegar a 800.000 vítimas); destes, 205.028 (45%) são vítimas de grupos paramilitares, 122.813 (27%) são vítimas de grupos guerrilheiros – sendo 21% vítimas das FARC – e 56.094 (12%) vítimas de agentes estatais. Os dados mostram, ainda, que 121.768 foram vítimas de desaparecimento forçado, 50.770 foram sequestrados, 16.238 crianças e adolescentes foram recrutados de modo forçado e cerca de 8 milhões de pessoas sofreram deslocamento forçado, entre outras violações de direitos humanos. O conflito violento afetou a sociedade de diferentes formas, e a população civil foi a que mais sofreu:

El conflicto armado ha transcurrido entre una violencia selectiva y otra indiscriminada; las violaciones de derechos humanos y las infracciones al derecho internacional humanitario son una constante y la mayoría de sus víctimas son civiles. En esta guerra, que se ha llevado a cabo en medio de la población civil, cada vez es más difícil declararse neutral; los grupos armados han forzado a que la población civil se someta a su voluntad en las regiones que están bajo su control. Así, las víctimas civiles padecen los riesgos y los costos de la guerra aún más que los propios combatientes. Parece que ninguna familia colombiana escapa del dolor y el trauma. No ha existido una sola generación que haya vivido en un país en paz. La paradoja es

deputados estaduais, prefeitos, lideranças comunitárias, dirigentes sindicais, estudantes, artistas, militantes e simpatizantes. O número total de vítimas ultrapassa 6.200 pessoas.

²⁹ Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/el-informe-final-en-cifras>. Acesso em 10 dez. 2025.

que, como país, hemos perdido con el conflicto armado y, sobre todo, han perdido las víctimas, pero otros han ganado: este es uno de los factores que explican la persistencia de la violencia. Por lo anterior, el tiempo verbal presente en estas conclusiones no es solo una convención en el uso del lenguaje, sino que es un indicativo de que el conflicto continúa afectando a muchos colombianos y colombianas (CEV, 2022, p. 984, t. 04).

A guerra impactou setores marginalizados, como as mulheres, populações LGBTQIA+, povos indígenas e camponeses de forma desproporcional. De acordo com a CEV (2022, p. 306-207, t. 07) as mulheres foram impactadas de forma diferenciada, sobretudo devido à discriminação que há anos afeta mulheres camponesas, afrocolombianas, raizales, palenqueras e indígenas. Nesse sentido, a guerra influenciou a vida dessas mulheres em diversos aspectos: nos papéis comunitários e familiares; nas possibilidades de participação social, política e econômica; seus saberes ancestrais; a mobilidade e empreendimentos; os projetos de vida; a saúde. A violência sexual, por exemplo, foi uma prática feita por todos os atores armados e, em muitos casos, funcionou como uma estratégia de guerra para produzir deslocamento forçado.

As violências contra as populações LGBTQ+ também não foram aleatórias; ocorreram porque essas pessoas eram vistas como 'indesejáveis' pelos combatentes, o que resultou em ameaças, deslocamentos, exílio, violências sexuais, homicídios, desaparecimentos forçados, escravidão com e sem fins sexuais, sequestros e recrutamentos forçados (CEV, 2022, p. 560, t. 07). Os povos étnicos também foram impactados de forma desigual, sobretudo devido ao legado do colonialismo e devido ao racismo estrutural na Colômbia: os diferentes governos da República prolongaram e reproduziram as formas de violência que persistem até hoje. Nesse contexto, seus territórios se tornaram epicentros do conflito armado, em razão tanto da ocupação por grupos armados e pelo próprio Estado quanto de sua utilização como espaços estratégicos para o desenvolvimento de economias ilícitas, zonas de refúgio e áreas de vantagem militar, principalmente porque grande parte se localiza em regiões dispersas e de difícil acesso (CEV, 2022, p. 664, t. 09).

Esse breve panorama histórico evidencia a complexidade das causas do conflito armado colombiano, cuja origem remonta a disputas político-partidárias e cuja intensificação, ao longo do tempo, também esteve ancorada em dinâmicas políticas. A lógica do antagonismo esteve presente como um traço estruturante ao longo do conflito. Considerando que os diálogos de *Caguán* representaram a última tentativa formal de negociação antes do governo de Santos, influenciando diretamente a construção do processo de paz em Havana, optei por concentrar análise a seguir, de forma mais aprofundada, a partir desse período.

3.1.2 Pastrana e El Caguán (1998-2002)

Em julho de 1998, Pastrana, que contava com o apoio de partidos políticos, da Igreja Católica e da comunidade internacional, se reuniu com o então chefe da guerrilha Manuel Marulanda Vélez, e se comprometeu a criar uma área desmilitarizada e neutra de 42 mil km no sul do país, compreendendo os municípios de La Macarena, Mesetas, Uribe, Vista Ferosa e San Vicente del Caguán, sendo reconhecido, no fim, como o processo de paz de El Caguán (Anistia Internacional, 2002; CEV, 2002, t.03).

Os diálogos à época foram marcados por negociações que avançaram em meio a um confronto militar, exceto na área desmilitarizada; por uma agenda de negociação ampla, com temáticas como emprego, direitos humanos, política agrária, recursos naturais, modelo de desenvolvimento econômico e social, relações internacionais, etc; pela realização de audiências públicas, transmitidas pela televisão, com a participação de mais de 25.000 delegados e diferentes setores sociais; e pela participação de representantes de governos europeus e americanos na qualidade de observadores e facilitadores (Indepaz, 2013)

O processo ficou reconhecido por ter sido amplamente participativo, com a presença de diferentes representantes de organizações sociais, líderes comunitários, movimentos políticos e cidadãos (Indepaz, 2013). Mais de 25.000 pessoas chegaram a Los Pozos, zona rural do município de San Vicente del Caguán, para as audiências temáticas e, a partir das Mesas Cidadãs, propuseram mudanças metodológicas para que houvesse diálogo com os negociadores, e não só a apresentação de propostas sobre os temas escolhidos. Assim, foram entregues recomendações sobre 10 temas nos “Encontros Nacionais para a agenda de paz” e oito propostas na audiência internacional sobre alternativas de desenvolvimento frente aos cultivos de ilícitos e ao Plano Colômbia (Posso, 2012).

Para Paffenholz (2014), o que ocorreu em Caguán se encaixa no que chamou de modelo 7 de participação, ou seja, uma participação ampla a partir de audiências públicas, pesquisas de opinião e campanhas de assinatura. Esse caso se enquadra na lógica dos espaços por convite, em que há um esforço para ampliar a participação de cidadãos por parte de autoridades e governos (Gaventa, 2006). De acordo com Vega (2019), apesar da amplitude da agenda e da abertura das negociações ao público, os povos indígenas, por exemplo, não se sentiram representados como organizações naquele momento. Ele destaca que, para Luis Fernando

Arias³⁰, então líder da Organização Nacional Indígena de Colômbia (ONIC)³¹, o processo de paz de Caguán excluiu e não convocou a diversidade étnica e cultural do país.

Durante o processo de pesquisa de campo realizado em Bogotá, alguns entrevistados, ao serem questionados sobre o processo participativo nos diálogos de Havana (2012-2016), remeteram à experiência anterior do governo Pastrana. Membros do governo, em particular, destacaram que esse antecedente influenciou diretamente as escolhas políticas de Juan Manuel Santos. Dois aspectos foram frequentemente mencionados: a ampla participação da sociedade e a extensão da agenda de negociações, percebidas como fatores que teriam dificultado a condução do processo ao dispersar o foco dos negociadores. Em relação a isso, especificamente, a experiência de Caguán foi interpretada como um aprendizado negativo, contribuindo para a adoção, em Havana, de um modelo mais controlado, com maior delimitação temática e mecanismos mais restritos de participação.

Este foi o primeiro tópico levantado por David Aponte Castro, professor e assessor do Governo durante os diálogos de paz com as FARC em Havana, ligado ao Alto Comissariado para a Paz³², entrevistado no âmbito desta pesquisa. Ele caracterizou o momento como uma “negociação de microfones”, destacando que houve muita exposição da sociedade junto às FARC, que tirou vantagem disso para se expandir:

There have been four attempts to negotiate with the FARC. Almost every president has tried. From 1998 to 2002, there was a process with President Andrés Pastrana. He gave a lot of territory and took out the army – demilitarized the whole zone, the size of Switzerland. And there was a lot of exposure there. A lot of people went there to try to mediate. So that exposure gave FARC what is called the “negotiation of the microphones.” They began to talk their doctrine and way of thinking and political views – without these harmonies, more like ideology. And that’s an exposure that was unnecessary, because that gives not a focus between the parties that are talking. And they love that. They love that exposure. FARC loves gathering people. Well, they’re coming straight. So President Santos knew that background and wanted to avoid.³³

Em seu livro “A Batalha pela Paz” (2016), o ex-presidente Juan Manuel Santos criticou a quantidade de mesas de discussão durante o processo de paz de Pastrana, destacando que se

³⁰ Fernando Arias faleceu em 2021 devido a complicações do Coronavírus. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/02/24/obituaries/luis-fernando-arias-dead-coronavirus.html>

³¹ É uma entidade representativa dos povos indígenas na Colômbia, fundada em 1982 durante o primeiro Congresso Nacional Indígena no país. Engloba, atualmente, cerca de 50 organizações filiadas, que se encontram em 29 dos 30 departamentos do país. Para saber mais, acesse: <https://www.onic.org.co>.

³² O Alto Comissariado para a Paz está ligado ao Poder Executivo na Colômbia, sendo responsável por assessorar o presidente da República em temáticas de política de paz e na formalização de diálogos e acordos.

³³ Entrevista de pesquisa concedida por David Aponte Castro, assessor do Governo (escritório do Alto Comissariado para a Paz), no comitê técnico para o cessar-fogo e a entrega de armas durante os diálogos de paz de Havana. Bogotá, 02 de abril de 2025.

chegou “ao extremo”, com a participação de personagens internacionais como o então presidente da bolsa de Nova York, Richard Grasso e Jim Kimsey, fundador da America Online. Neste mesmo sentido, em entrevista para esta pesquisa, Andrés García Trujillo, assessor do Governo durante os diálogos em Havana para temáticas de desenvolvimento agrário e rural, destacou que:

Nosotros cuidamos mucho la mesa para no generar expectativas. Entonces, la mesa en La Habana estaba como distanciada de Colombia. Había un efecto de distanciamiento porque teníamos el antecedente del Caguán, el proceso de paz del Caguán de Pastrana, que para mucha gente fue un show mediático donde iban reinas de belleza, futbolistas, actores, actores de televisión, a hablar cuánta cosa había. Y no hubo una metodología seria de avances de negociación. Entonces, nosotros queríamos evitar repetir a toda costa el Caguán, que fue un fracaso desde el punto de vista político, metodológico, como una negociación. Y protegimos mucho el espacio. Pero yo siento que hubo un momento ya del país en el que el país necesitaba como saber más de lo que estaba pasando, y el gobierno siempre optaba por contar muy poco, mantener la reserva, la confidencialidad.³⁴

A essa altura, parecia óbvio que Santos quis evitar, propositalmente, condutas que considerava serem erros de Pastrana. Para além da questão sobre a abertura à participação, o ex-presidente também caracterizou a agenda discutida no processo de paz de Caguán como ampla demais. Para ele, a disposição do governo à época para negociar temas que iam muito além do fim do conflito armado com a guerrilha – estrutura econômica e social, reformas de justiça, luta contra a corrupção, reformas do Congresso, forças militares e relações Internacionais – foi um dos pontos mais problemáticos. Declarou, ainda, que em várias reuniões durante a fase secreta, delimitou o que chamou de “linhas vermelhas” que não seriam ultrapassadas, entre estas, o modelo político e econômico do país, por exemplo (Santos, 2016, p. 248).

Essa visão compartilhada por Santos e muitos de seus assessores tem sido debatida pela literatura sobre paz e conflito. É comum que tomadores de decisão, muitas vezes, tratem a questão da inclusão em processos de paz de forma dicotômica. O argumento recorrente é de que ampliar os mecanismos participativos levaria ao comprometimento da construção de consensos, tornando o processo mais complexo e oneroso (Paffenholz, 2014, p. 60). Isso leva muitos mediadores a se preocuparem com um suposto ‘custo-efetividade’ durante a construção de acordos. Ao longo dos anos, pesquisadores têm enfatizado, entretanto, que processos de paz marcados por uma participação mais ampla tendem a apresentar maior sustentabilidade a longo

³⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Andrés García Trujillo, assessor do Governo (escritório do Alto Comissariado para a Paz) em temáticas de desenvolvimento rural durante os diálogos de paz da Havana; membro da Subcomissão de Gênero da Mesa de Diálogos e, posteriormente, secretário técnico da Comissão de Implementação do Acordo. Online, 23 de abril de 2025.

prazo, além de contribuírem para a construção de confiança entre as partes (Eschmann; Nilsson, 2022; Mac Ginty; Wanis-St. John, 2022; McKeon, 2005; Nilsson, 2012).

De qualquer modo, a assinatura do acordo em Caguán não ocorreu. Após diversos ataques por parte das FARC na infraestrutura do país, Pastrana deu 48 horas para que o grupo deixasse a área desmilitarizada e o grupo concordou com os termos do Governo, iniciando um cessar-fogo. Menos de um mês depois, a guerrilha sequestrou um avião doméstico para raptar um senador de alto escalão. Ainda assim, a postura do grupo não foi o único motivo para que o processo de paz não fosse concluído. Outras motivações como os erros do próprio governo, violência por parte de paramilitares, problemas políticos e competição entre diferentes guerrilhas também foram cruciais (Segura; Mechoulan, 2017).

A partir de uma perspectiva mais crítica, Hylton e Auss (2016) argumentam que o fracasso das negociações de Caguán ocorreu por uma junção de fatores: a resistência da oligarquia rural, das forças militares, dos Estados Unidos e dos paramilitares de direita ligados à expansão do narcotráfico e agronegócio; a brutalidade crescente das FARC à época, com destaque para o ataque na região de Chocó em 2002; e a construção de narrativas contra-insurgentes por parte da mídia colombiana. Destacam, ainda, que os diálogos de paz coincidiram com uma crise financeira severa:

The peace talks in Caguán coincided with a severe financial crisis that threw the country into a deep economic recession at the turn of the century. An IMF/World Bank-imposed structural adjustment program subsequently aimed to shift Colombia's neoliberal accumulation model even more towards the extraction and export of minerals and hydrocarbons, primarily oil, coal, nickel, and gold. The new development strategy depended heavily on foreign investment and accelerated the country's incorporation into the transnational production chains of an increasingly globalized capitalism. The main exceptions to that pattern were cattle ranching and the narcotics trade, both of which were dominated by regional and local capital, and both of which provided a material basis for the expansion of paramilitarism. Furthermore, Plan Colombia proceeded in tandem with the Caguán talks. From 2000 onwards, the bilateral agreement significantly tilted the balance of power in Colombia's armed conflict in favor of the Colombian Armed Forces and the AUC [...] (Hylton; Tauss, 2016, p. 256).

O cenário internacional também parecia pouco favorável, sobretudo após os ataques terroristas às Torres Gêmeas e a subsequente vitória de George W. Bush nos Estados Unidos, que consolidou a agenda da Guerra ao Terror (Rodrigues, 2012). Esse novo contexto geopolítico diminuiu significativamente o espaço para negociações com grupos considerados terroristas; assim, a pressão internacional pelo combate armado acabou contribuindo para o esvaziamento de iniciativas de paz na Colômbia e para o aumento da militarização, por meio de estratégias

como o Plano Colômbia³⁵ (Santos, 2010). Aos poucos, o processo de Caguán foi perdendo o apoio de setores importantes:

El desfase entre el ritmo de las conversaciones y las expectativas de una sociedad movilizadora se tradujo en una presión creciente por el avance de acuerdos humanitarios y por el cese al fuego. El gobierno de Pastrana perdió apoyo y el proceso desperdició su credibilidad entre la población al compás de las acciones militares y de los actos violentos contra la población civil (González Posso, 2012, p.10).

Ao mesmo tempo em que o processo de paz esteve no centro da campanha eleitoral que levou Pastrana à vitória, seria também o tema que o levaria a sua derrota política. A impressão que se depreende é que, por não ser prioridade para o capital estrangeiro e para elites nacionais, a paz não era a melhor opção naquele momento. Em outras palavras, era concebida não como um direito da sociedade colombiana, mas como uma variável subordinada aos interesses geopolíticos e econômicos globais. E esses interesses influenciaram, inclusive, as políticas de segurança que marcariam a primeira década dos anos 2000 na Colômbia.

O fracasso das negociações de Caguán (1998-2002) consolidou uma desconfiança em relação a possíveis negociações com as FARC, além de produzir uma visão negativa sobre o amplo envolvimento de atores internacionais em processos de paz no país. Essa memória repercutiu nas etapas do processo conduzido por Juan Manuel Santos, oito anos após o colapso das conversações sob Andrés Pastrana, e se tornou uma referência. O tópico a seguir analisará o processo de Santos, que começou em 2010 na chamada “fase secreta”, tendo início oficial em 2012, o que levou à assinatura do acordo de paz com a guerrilha pela primeira vez em 2016.

3.2 “*Eu tenho a chave da paz em meu bolso*”: o processo de paz entre o Governo de Juan Manuel Santos e as FARC-EP

Ao assumir pela primeira vez a presidência, em agosto de 2010, Juan Manuel Santos mencionou 12 vezes a palavra “paz” em seu discurso de posse: *“Es posible tener una Colombia en paz, una Colombia sin guerrilla, ¡y lo vamos a demostrar!”*³⁶. Posteriormente, disse que *“la puerta está cerrada con llave y la llave la tengo yo en el bolsillo y estoy dispuesto, no me da*

³⁵ No mesmo ano em que o processo de Pastrana fracassa, em 2002, Álvaro Uribe é eleito. Nesse contexto, de acordo com Santos (2010, p. 76): “Com Bush e Uribe, ficou estabelecido publicamente o caráter anti insurgente do Plano Colômbia. Assim, o conflito interno colombiano se transformou numa frente adicional da guerra dos EUA contra o terrorismo internacional, com os norte-americanos ampliando o seu papel na situação doméstica colombiana, mediante seus diagnósticos, políticas e interesses.”

³⁶ Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/discurso-de-posesion-del-presidente-santos-le-llego-la-hora-a-colombia/>. Acesso em 10 nov. 2025.

miedo sacarla” (El Tiempo, 2012)³⁷. Ainda naquele mês, o presidente iniciou os esforços que dariam origem à fase exploratória dos diálogos com as FARC, etapa que precedeu as negociações públicas do Acordo de Paz.

É importante destacar que Santos foi ministro de Defesa de seu antecessor, Álvaro Uribe e, por isso, vê-los em lados distintos durante o processo de Havana foi algo que “suscitou certa perplexidade” (Rodríguez, 2014, p. 85). Em 2009, Uribe tentou promover novas mudanças na constituição para tentar um terceiro mandato, mas não teve sucesso. Assim, passou a apoiar a candidatura de Santos, com a esperança de que seu ministro fosse dar continuidade à sua política, sobretudo na luta militar contra as guerrilhas (Burnyeat, 2024).

A surpresa viria quando, em seu discurso de posse e movimentações subsequentes, Santos anuncia sua intenção de promover diálogos de paz, rompendo com Uribe de diversas formas distintas. Essa mudança de paradigma foi considerada, por parte do eleitorado e pelo ex-presidente, como uma traição, levando ao rompimento entre os dois. Isso explica em parte, as motivações para, posteriormente, Álvaro Uribe liderar a *Campaña por el no* durante o plebiscito pós construção do acordo de paz em Havana (Burnyeat, 2024), o que será discutido com maior detalhamento posteriormente.

Em 2011, Santos finalmente reconheceu a existência de um conflito armado no país, ao contrário do que era defendido por Uribe, que sustentava a ideia de que o que havia era, na verdade, uma ameaça terrorista. Neste mesmo ano, o então comandante das FARC, Alfonso Cano, foi assassinado na operação Odiseo, o que, de acordo com depoimento de Santos à Comissão da Verdade, foi essencial para que as Forças Armadas assumissem que chegara a hora de negociar com a guerrilha (Burnyeat, 2024; CEV, 2022, t.03; Santos, 2019).

As negociações secretas que ocorreram entre 2010 e 2012 envolveram encontros privados entre representantes do governo colombiano e guerrilheiros em diferentes localidades, com o objetivo de estabelecer uma lógica de confiança mútua e definir os principais temas da futura agenda de negociação. As FARC queriam retomar a ampla agenda de negociação de Caguán, mas Santos insistiu que havia linhas que não deveriam ser ultrapassadas, como a questão do Estado de Direito e a economia de mercado:

Más de doce años después cuando me correspondió a mi, como presidente, intentar un nuevo proceso de paz, me propuse a aprender de las experiencias anteriores, y una de las lecciones tenía que ver, precisamente, con la forma de encarar la negociación de la agenda de diálogos. No podíamos llegar, como había ofrecido Pastrana em su momento, con ‘una agenda abierta y sin condiciones previas’. [...] Ni más faltaba que fuera a cometer el mismo error que sepultó el proceso del Caguán. En varias reuniones con el comisionado para la paz Sergio Jaramillo y con los demás delegados en la fase

³⁷ Disponível em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/cms-11339821>. Acesso em 12 nov. 2025.

secreta de las conversaciones, incluido mi hermano Enrique, fui claro y contundente, casi obsesivo, en señalar que no podíamos ni debíamos negociar sobre todo, y que había que trazar unas líneas rojas que no se podían cruzar en la dinámica del diálogo. ¿Y cuáles eran esas líneas rojas? No íbamos a discutir el modelo político o económico del país. Es decir, el Estado de derecho, los principios democráticos y la economía de mercado no estarían sobre la mesa. Tampoco serían objeto de negociación ningún aspecto que tocara al presente y futuro de las Fuerzas Armadas y de sus integrantes, ni las relaciones internacionales (Santos, 2019, p. 248-249).

No dia 26 de agosto de 2012, as partes finalmente assinaram o Acordo Geral para a Terminação do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura, que, entre outros pontos, estabeleceu a Mesa de Diálogos em Oslo e, posteriormente, em Havana (Ugalde; Perea, 2022). Os erros de Caguán levaram o governo a querer conduzir os diálogos no exterior, sob a máxima de “negociar como se não houvesse guerra e lutar na guerra como se não houvesse negociação” (CEV, 2022, t.03). A construção da agenda ocorreu em torno de seis pontos principais: (1) política de desenvolvimento agrário integral; (2) participação política; (3) fim do conflito; (4) solução para o problema das drogas ilícitas; (5) atenção às vítimas; e (6) mecanismos de implementação, verificação e referendo (BAPP, 2025).

Do ponto de vista da legitimidade, lançar os diálogos no exterior era conveniente para demonstrar que o processo de paz tinha apoio internacional, inclusive fora da América Latina, principalmente porque as guerrilhas ainda estavam listadas como terroristas nos EUA e na Europa. Por isso, levar as FARC até a Noruega inicialmente demonstrou o comprometimento da comunidade internacional com a causa. Após o lançamento formal em Oslo, os diálogos tiveram continuidade em Havana, em uma área isolada nos arredores de Laguito, onde as duas delegações e os representantes internacionais ficaram hospedados (Nylander; Sandberg; Idun, 2018).

Durante os quatro anos, entre 2012 e 2016, foram realizados cerca de 55 ciclos de reuniões no âmbito do processo. Parte significativa das atividades ocorreu em espaços específicos, como a Comissão Étnica, a Subcomissão de Gênero e a Subcomissão Técnica para o Fim do Conflito. Essas reuniões envolveram uma ampla diversidade de participantes: representantes políticos, sindicais, sociais, gremiais e profissionais; comunidades indígenas; assessores; representantes de organizações internacionais; especialistas; e diplomatas (Ugalde e Perea, 2022). No âmbito internacional, construiu-se um consenso de que a Colômbia seria um estudo de caso ideal, o que levou Santos, inclusive, a ganhar um Nobel da Paz (Mendes; Siman; Fernández, 2019).

Isso se deu, em parte, pela centralidade da inclusão da sociedade nos diálogos de paz, o que ocorreu partir de mecanismos de participação muito bem estruturados. É importante

delinear que quando falo em participação social, no caso colombiano, me refiro, principalmente, às organizações da sociedade que representam grupos marginalizados e que estiveram mais engajadas com a construção do Acordo de Paz, seja de modo indireto ou direto. Foram principalmente as vítimas, mulheres, minorias sexuais/de gênero, minorias étnicas e camponeses³⁸.

Embora o primeiro Acordo, assinado em 2012 logo após a fase exploratória, já reconhecesse a importância da inclusão social no processo, o Governo não possuía, desde o início, clareza sobre os mecanismos de participação. Segundo María Lucía Méndez Lacorazza, que atuou como coordenadora de Participação Cidadã da Mesa de Diálogos, esses mecanismos foram sendo desenvolvidos ao longo das negociações:

No teníamos – yo creo que ninguna de las dos delegaciones teníamos claro – cuál iba a ser la mano, ni dos cosas. [...] Entonces, los mecanismos fueron pensados sin tener claro cuánto tiempo íbamos a necesitar mantenerlos funcionando. Pero tampoco teníamos ninguna referencia de qué tan masiva podía ser la participación. [...] Es muy difícil saber, y es muy distinto diseñar algo para cada una de esas magnitudes. Pero, sin embargo, no lo sabíamos. Se fue construyendo como en el proceso.³⁹

A questão da participação foi, durante a fase exploratória dos diálogos, um dos temas mais polêmicos: as partes tinham, desde o início, concepções muito diferentes sobre o alcance dessa participação – o que ocorreu, sobretudo, devido ao trauma associado às falhas do processo de Caguán. Enquanto as FARC consideravam o modelo das audiências da época algo extremamente valioso, o governo acreditava que tais erros não deveriam se repetir. No fim das contas, o modelo acordado pelas partes esteve mais próximo dos ideais governistas (Ocampo Barros, 2023).

Assim, ficou estabelecido inicialmente que a participação deveria ocorrer de forma escalonada, acompanhando cada fase do processo: na primeira, exploratória e secreta, não haveria participação; na segunda, correspondente à fase pública de negociações – ainda que confidencial – poderiam existir mecanismos delimitados e funcionais; na terceira, de referendo amplo e democrático, a participação deveria ser ampliada; e, por fim, na fase de implementação, haveria uma participação territorial direta das comunidades e da sociedade em geral (Ocampo Barros, 2023).

³⁸ Reconheço que a literatura crítica dos estudos sobre paz e conflito estabelece uma distinção analítica relevante entre os termos “sociedade civil” e “ator local”, como discutido de forma mais sistemática por Philipsen (2022). Ainda assim, optei por utilizar o termo sociedade civil ao longo desta dissertação porque a maioria dos entrevistados integra organizações da sociedade civil organizada e os mecanismos de participação analisados contaram predominantemente com esse segmento. A exceção foi o plebiscito de 2016: nesse caso, decidi empregar a expressão “sociedade” em sentido mais amplo, uma vez que se tratou de um mecanismo formalmente aberto ao conjunto do eleitorado colombiano, extrapolando os limites da sociedade civil organizada.

³⁹ Entrevista de pesquisa concedida por María Lucía Méndez Lacorazza, Coordenadora de Participação Cidadã (Escritório do Alto Comissariado para a Paz) durante os diálogos de paz Havana. Online, 22 de abril de 2025.

No início, três mecanismos de participação foram estabelecidos: (1) a recepção de propostas por meio de formulários físicos ou virtuais, (2) a organização de espaços através de terceiros; (3) consultas diretas sobre os pontos da agenda com especialistas; posteriormente, houve ainda o plebiscito nacional (Colômbia, 2012; Lacorazza, 2022; Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2018, t. 7).

Había tres mecanismos de participación ciudadana establecidos, pero no se detallaba cómo debían implementarse ni cómo sería, en la práctica, el proceso para aplicarlos. Mi tarea, desde la Delegación del Gobierno — ya que trabajaba directamente con el Gobierno — consistió en desarrollar todo el proceso para hacer efectivos esos mecanismos. [...] El primero de esos trabajos fue precisamente hacer operativo el primer mecanismo: permitir que todos los ciudadanos y ciudadanas en Colombia pudieran enviar sus propuestas directamente a la mesa de negociación. Esto implicó diseñar un cuestionario que pudiera llegar a todos los rincones del país, de manera que las personas pudieran utilizarlo para responder preguntas específicas y enviar a la mesa la información que consideraran pertinente. El segundo mecanismo consistía en la posibilidad de invitar expertos en cada uno de los temas de la agenda. Su funcionamiento era distinto, ya que se trataba de un proceso más confidencial, activado por solicitud expresa de la mesa o de las delegaciones, que determinaban en qué momento y sobre qué temas debían participar dichos expertos. Era un proceso que requería menos trabajo en términos de implementación, ya que consistía básicamente en tomar decisiones, realizar invitaciones y coordinar la participación de personas que asistían presencialmente a Cuba, no por medios virtuales. El tercer mecanismo contemplaba la realización de foros o espacios públicos masivos que propiciaran una participación colectiva. La organización de estos espacios también formó parte de mi labor desde el lado del Gobierno.⁴⁰

Seguindo a tabela dos nove modelos de participação da sociedade civil em negociações de paz proposta por Paffenholz (2014), sete foram identificados no processo de negociação entre as FARC-EP e o Governo colombiano entre 2012 e 2016. Esses modelos refletem uma abordagem multifacetada para engajar a sociedade civil e garantir uma maior inclusão nos processos de decisão (Valencia-Agudelo; Villarreal, 2017).

Os modelos observados foram: (I) fóruns consultivos oficiais, permitindo o recebimento direto de propostas da sociedade civil sobre os pontos acordados na Agenda de negociação; (II) representação direta, com visitas de organizações e especialistas diretamente à Mesa de Conversações; (III) plebiscitos públicos, com a realização do plebiscito para ratificação do acordo; (IV) mecanismos de implementação inclusivos, permitindo a participação no processo pós-acordo; (V) consultas menos formais, como aquelas realizadas em universidades para promover a pedagogia da paz; e (VI) participação em audiências públicas, que ajudaram a trazer o debate para um espaço mais amplo de discussão (Valencia-

⁴⁰ Entrevista de pesquisa concedida por María Lucía Méndez Lacorazza, ex-coordenadora de Participação Cidadã da Mesa de Diálogos da Oficina do Alto Comissariado para a Paz (OACP). Online, 22 de abril, 2025.

Agudelo; Villarreal, 2017).

A narrativa de que o processo seria o mais inclusivo possível permaneceu no centro do debate público. Durante a cerimônia de assinatura do texto final em Cartagena, as primeiras palavras de Rodrigo Londoño “Timochenko”, líder das FARC, mostraram como a questão da inclusão fazia parte do discurso político à época: *“mis primeras palabras tras la firma de este acuerdo final van dirigidas al pueblo de Colombia”*. O presidente Juan Manuel Santos, nesse mesmo sentido, declarou: *“quiero iniciar saludando a las víctimas, quienes han sido el centro y la razón de ser de la solución de este conflicto”*⁴¹.

Essa ideia de que a população deveria estar no centro do processo continuou sendo relevante mesmo depois do Acordo – em 2019, o diplomata e Alto Comissário da Paz durante as negociações, Sérgio Jaramillo, destacou em entrevista: *“In Colombia, peace is all about inclusion. And I would like to think our process has been as inclusive as it can get”*. A retórica da inclusão, entretanto, nem sempre resulta em políticas mais justas. Na Colômbia, o Estado explorou as ideias de “transformação” e “participação local” enquanto ferramentas para trazer maior legitimidade ao processo de paz, sem transferir, de fato, poder decisório para a sociedade (Pinkeviciute, 2025).

A partir desse panorama geral sobre o que foi o processo de Havana, proponho, nas subseções a seguir, compreender suas características – de modo mais aprofundado – à luz da paz liberal e, posteriormente, à luz da paz agonística. Se por um lado foram identificados elementos ligados ao *peacebuilding* liberal durante as negociações, por outro, considero que o processo escancarou a dimensão do político da construção da paz, sobretudo através das mobilizações da sociedade civil e dos dissensos durante o plebiscito. Este é um contraponto importante, o que dará sustentação para a análise, no último capítulo, das relações de poder (com base no Cubo do Poder) que moldaram o processo de participação social na construção do Acordo.

3.2.1 A construção do Acordo sob a ótica da paz liberal

Tendo em vista que o objetivo da dissertação não é apenas descrever as negociações de paz de Havana, é válido analisar, a partir de agora, quais foram as principais características do processo. Com base no argumento, discutido na seção teórica, de que muitos processos de paz contemporâneos são influenciados pela lógica da paz liberal (Levorato e Sgazzini, 2024;

⁴¹ SEÑAL MEMORIA. Firma del Acuerdo em Cartagena. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dt0bzQH9IHY>. Acesso em 2 dez. 2024.

Pereira, 2019; Richmond, 2006, 2008; Mac Ginty, 2012, 2025; Mac Ginty e Richmond, 2013; Pugh, 2005, 2016), corroboro com a tese da antropóloga política Gwen Burnyeat⁴² (2022, 2024): na Colômbia, entre 2012 e 2016, o governo se apoiou em uma agenda de construção da paz alinhada à paz liberal. Ainda que, diferentemente de outros processos observados na literatura, tenha prevalecido uma solução colombiana ao conflito armado – com um papel relativamente limitado por parte de atores internacionais na Mesa de Diálogos (Mendes, 2025) –, o enquadramento orientado por pressupostos liberais esteve presente, moldando o processo de diferentes formas.

Dois elementos merecem destaque: a adoção de uma lógica tecnocrática (Burnyeat, 2024), e o favorecimento de interesses específicos, aspecto que considero crucial. Ambos contribuíram para a despolitização do processo. É importante destacar, entretanto, que revelar estes aspectos não implica, necessariamente, deslegitimar as intenções das equipes negociadoras ou os elementos positivos resultantes das negociações. Ao contrário, trata-se de uma crítica situada na tradição agonística, que aponta como projetos de paz moldados por visões de mundo liberais, ainda que motivados por ideais como consenso e reconciliação, podem resultar na rearticulação de formas hegemônicas de exclusão e dominação. Como argumenta Burnyeat (2024), esses efeitos danosos não decorrem necessariamente de má-fé, mas da reprodução de pressupostos que posicionam o foco do debate em questões técnicas.

A administração Santos, portanto, operava sob uma lógica tecnocrática, esta considerada essencialmente antipolítica. O que era percebido como “político” era frequentemente tratado como um ruído indesejável, e o Estado posicionava-se como um agente racional e neutro, pairando acima dos conflitos sociais e vontades públicas. Os próprios funcionários da Oficina do Alto Comissariado para a Paz (OACP), responsável pelas negociações junto à presidência da República, se apresentavam como atores não políticos. Acreditavam que sua atuação estava para além das ideologias, consideradas por eles irracionais (Burnyeat, 2024).

Para a autora, a “cara” do governo estava, portanto, ligada ao que chamou de “liberalismo cultural”, o que tem a antipolítica – ou seja, a negação do que é político – como central: “Esta antipolítica liberal está apunhalada em el ideal normativo de um Estado racional

⁴² Gwen Burnyeat é uma antropóloga política que há mais de quatorze anos se dedica ao estudo e à atuação prática no contexto do conflito colombiano. É autora de dois livros sobre o tema, sendo o mais recente (e mais utilizado nesta dissertação) *La cara de la paz: Pedagogía de paz y desinformación en Colombia*, uma etnografia centrada nos funcionários do governo responsáveis pelas negociações com as FARC. Sua experiência direta na Oficina do Alto Comissariado para a Paz (OACP) lhe conferiu acesso privilegiado ao universo institucional à época, permitindo uma análise detalhada das estratégias estatais de comunicação e da construção discursiva da paz. O foco principal da pesquisa foi, sobretudo, compreender as relações entre governo e sociedade, bem como os modos pelos quais o liberalismo político respondeu à política da pós-verdade, especialmente considerando os resultados do plebiscito de 2016.

que existe por encima de la política” (Burnyeat, 2024, p. 152-154). A própria comunicação sobre os Diálogos de Havana também foi controlada para “blindar” o processo da política nacional e, por isso, houve uma ênfase em explicações técnico-rationais, o que ficou evidente no trabalho da equipe responsável pela “pedagogia de paz” – scripts institucionais, apresentações em powerpoints com enfoque em dados e *workshops* foram priorizados (Burnyeat, 2024; 2022). Andrés García, assessor do governo durante os diálogos de Havana, entrevistado para esta pesquisa, afirmou que houve um momento em que o país precisava saber mais sobre o que estava acontecendo, mas o governo sempre optava por contar muito pouco, manter a reserva, a confidencialidade. Para ele, esse vazio de informações foi preenchido por narrativas e *fake news*:

Yo siento que ese silencio, ese vacío – ese vacío de información – lo fueron llenando las fake news, lo fueron llenando las narrativas, que en ese momento no eran del “no”, porque el “no” se constituyó más adelante, pero de los distintos sectores de oposición al proceso de paz que, como no había información, simplemente empezaron a construir una serie de mitos que, luego, cuando llegamos al acuerdo en agosto del 2016 y solo tuvimos tres meses oficiales para hacer campaña, fueron muy difíciles de echar para atrás.⁴³

A negação do político tem sido um terreno favorável para a moralização da política e o crescimento da extrema-direita populista, como foi o caso da campanha do não na Colômbia, discutida com maior detalhamento nas subseções seguintes; assim, a política passa a ser debatida no campo da moral. Essa negação do político tem sido um fenômeno recorrente na América Latina, onde a população associa o “técnico” e o “racional” à modernidade, em contraste com as disputas políticas.

Nesse contexto, conflitos e divergências deixam de ser compreendidos como expressões legítimas e passam a ser tratados como problemas a serem geridos por especialistas. Como resultado, há um esvaziamento do espaço político, no qual demandas estruturais são deslegitimadas ou reformuladas em termos administrativos. Lideranças populistas preenchem então esse vazio deixado pelas lideranças de partidos tradicionais (Mouffe, 2005, 2013), como é o caso de Santos.

Tal postura reflete justamente a crescente hegemonia de uma racionalidade tecnocrática no campo do *peacebuilding*, já discutida na seção teórica, marcada por uma lógica disciplinar que oculta os aspectos políticos dos processos de paz. O liberalismo e a tecnocracia tendem a não incentivar formas alternativas de pensamento, oferecendo, em vez disso, sistemas que

⁴³ Entrevista de pesquisa concedida por Andrés García Trujillo. Online, 23 de abril de 2025.

buscam ordenar e tornar o mundo inteligível. Apesar da importância desses enquadramentos, há o risco de que a capacidade de compreensão do mundo se torne limitada, sobretudo pela utilização de ferramentas conceituais e metodológicas rígidas, incapazes de apreender a natureza dinâmica dos fenômenos sociais (Mac Ginty, 2018).

Para além disso, também é válido considerar nesta análise a dimensão psicológica: a forma como os atores políticos compreendem o mundo tende a moldar a paz. De acordo com Tappe Ortiz (2021), fatores biográficos e psicológicos de lideranças políticas tendem a afetar diretamente processos de paz. No caso colombiano, em específico, a autora explorou as crenças, valores, habilidades e percepções que os outros atores políticos tinham de Juan Manuel Santos; o resultado confirmou sua hipótese inicial, ou seja, a biografia do então presidente foi crucial para a compreensão do processo de paz de Havana. Um ponto importante é que ele cresceu em ambientes predominantemente liberais: “At home, liberal values were transmitted; at work, Santos focused on diplomacy, and in his writings, it becomes apparent how Santos’ values and beliefs formed around solving Colombia’s internal conflict” (Tappe Ortiz, 2021, p. 108).

No terceiro capítulo de seu livro, Burnyeat (2024) também explora um pouco dessa parte biográfica de Santos. Destaca sua experiência anterior no setor público, seus estudos no exterior (o que moldou também sua visão de mundo) e como seus discursos, baseados em uma divisão entre racionalidade e ideologia política, costumavam ser muito bem recebidos no cenário internacional, por exemplo:

Mauricio menciono que los discursos de Santos siempre eran bien recibidos internacionalmente, debido al carácter analítico, racional y lógico del presidente; sin embargo, ‘A Santos lo aplauden en Oxford, pero no en un pueblo’, porque Colombia ‘no es un país racional’, sino ‘un país emocional, visceral, impulsivo’ (Burnyeat, 2024, p. 151).

Essa trajetória permitiu a rápida construção de uma ponte com a elite liberal global, sobretudo com a União Europeia, ONU e Estados Unidos, naquele momento governado por Barack Obama. A participação internacional no processo de paz colombiano ocorreu de diversas formas: apoio técnico à equipe negociadora por meio do envio de especialistas; presença de delegados de organizações multilaterais na Mesa de Diálogos; coorganização de fóruns participativos; e envolvimento direto na implementação do Acordo. Além disso, foi fundamental o aporte financeiro internacional, como evidenciado pelo Fundo Europeu para a Paz e pela reconfiguração do Plano Colômbia em "Paz Colômbia" (BAPP, 2026; Burnyeat, 2024).

À medida que o processo avançava e ganhava prestígio, diversas missões diplomáticas manifestaram interesse em participar das negociações (Burnyeat, 2024). Mas, conforme

mencionado acima, a internacionalização foi construída com cuidado, porque o governo priorizava uma solução colombiana para o fim do conflito; por outro lado, era necessário ter apoio e reconhecimento internacional (Mendes, 2025). Pensando na busca por maior legitimidade, o governo conseguiu “vender” o processo de paz internacionalmente, o que se traduziu em reconhecimento político, intercâmbio de conhecimentos e expertises, apoio estratégico e significativo aporte financeiro por parte de atores externos (Burnyeat, 2024).

No caso do apoio da União Europeia, Armiño (2023, p. 29) destaca que o apoio incorporou elementos característicos da paz liberal em dois níveis principais. O primeiro refere-se à ênfase no desenvolvimento de instituições estatais e na sua consolidação em territórios historicamente marcados pela ausência do Estado; o segundo diz respeito ao compromisso com o desenvolvimento econômico dentro da lógica da economia de mercado, evidenciado pelo fato de que o Acordo não questiona o modelo econômico do país.

No que se refere à troca de expertise, cabe destacar que David Aponte Castro, assessor do governo durante os diálogos, apontou o processo irlandês como uma importante referência para a Colômbia, especialmente em razão da proximidade do então presidente Juan Manuel Santos com o contexto britânico, onde realizou parte de sua formação:

We have a doctrine that is called the Mitchell Doctrine. Do you know that doctrine? "Nothing is agreed until everything is agreed." That is Mitchell. It is called the Mitchell Doctrine of Negotiation. Who is Mitchell? I think he was a senator – from the Parliament of Ireland – and they used that for the Northern Ireland process. So we took that doctrine. Why? Because Santos was studying. He studied in England, so he knew a little bit about that. And he had advisors from that process. They had a plebiscite also. So we learned a lot from that. We had those forums. There was a lot of participation from different kinds of people, organizations, academics, and experts.⁴⁴

Entre os assessores presidenciais estava Jonathan Powell, político britânico que atuou no processo de paz da Irlanda do Norte ao lado de Tony Blair. Ele recomendou a realização do plebiscito como mecanismo para conferir legitimidade democrática ao acordo. No entanto, essa decisão negligenciou especificidades locais importantes, como as possíveis dificuldades de leitura e interpretação de um extenso acordo⁴⁵, em pouco tempo (Burnyeat, 2024).

De modo geral, é possível afirmar que a idealização de uma política deliberativa leva à construção de democracias “neutras” falsas, onde há desinteresse e desafeição pela participação política entre a população; essa comunidade ético-política não existe no mundo multipolar, e a dimensão política dos conflitos precisa encontrar formas legítimas de expressão para não se desdobrar em relações antagônicas (López, 2018). Essa “neutralidade” está posicionada,

⁴⁴ Entrevista de pesquisa concedida por David Aponte Castro. Bogotá, 02 de abril de 2025.

⁴⁵ O acordo de paz colombiano tem 297 páginas, enquanto o irlandês tem apenas 36.

também, no campo discursivo. Na Colômbia, o que está por trás desse discurso é, no fim das contas, novas formas de clientelismo, junto ao setor privado, aos políticos, aos burocratas e às empresas multinacionais (Burnyeat, 2024).

Esse tipo de clientelismo é justamente a priorização de determinados interesses, o que é explorado pelos autores críticos à paz liberal discutidos na seção teórica, como Michael Pugh, Richmond e Mac Ginty, David Chandler. Isso nos leva, portanto, à dimensão material da paz liberal; isto é, aos efeitos concretos que certos direcionamentos psicológicos e biográficos (que moldam as formas de fazer política) podem produzir. Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (2017, p. 49) destaca que, para os Estados Unidos, por exemplo, Juan Manuel Santos era um defensor de uma paz liberal que, ao fim, tornaria grande parte do território colombiano disponível para a exploração de recursos naturais por parte de empresas norte-americanas.

Não se trata de algo inédito, já que a política externa dos EUA para a Colômbia tem sido, há muito tempo, centrada em preocupações relacionadas à segurança nacional e interesses de grandes empresas (Santos, 2010, p. 70). A morte de trabalhadores colombianos pelo exército colombiano, no Massacre das Bananeiras, por exemplo, ocorre em um movimento a favor de uma empresa estrangeira. Alguns anos depois, da mesma forma, com a emergência do narcotráfico, a “guerra às drogas” envolve interesses geopolíticos internacionais e objetivos políticos domésticos, levando à adoção de leis de exceção que alimentaram novos ciclos de violência sem reduzir a circulação da cocaína (Rodrigues, 2012, p. 18).

O Plano Colômbia, intensificado durante o período de Santos frente ao ministério da Defesa de Uribe, é implantado sob o discurso “pró-paz” – no fim das contas, o pacote, que buscou satisfazer o lobby de empresas de equipamentos militares e tecnologia norte-americanas, aumentou o nível de violência no país (Chomsky, 2000; Delacour, 2000; Mulza, 2021; Rojas, 2015). É o que Pugh (2016, p. 185) chama de paz corporativa: “peace has been framed by policies that privilege private capital accumulation as the political economy of choice”. Assim, políticas ligadas ao neoliberalismo passam a ser privilegiadas como uma solução para conflitos armados, por exemplo:

The ideology, clothed in the apparel of scientifically neutral economics, was introduced to societies emerging from conflict. Put coarsely, modern capital peace theory assumed that societies enjoying not only democracy but also fast food retailing would cease fighting one another: a democratic corporate peace [...] it would democratize consumption, bringing a wide range of products to a wider range of people, cheapening access through open markets without the transaction costs of government intervention. Moreover, redistributing economic control to remove bureaucracy and political interference would lead to greater competitiveness, more transparency and less abuse of public office for personal gain. Low cost areas would also benefit from capital mobility and technological transfer from high cost areas enabling weaker economies to catch up (Pugh, 2016, p. 178).

Durante as negociações de Havana, o financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), por exemplo, também foi condicionado por restrições alinhadas ao que os Estados Unidos consideravam como parâmetros adequados para o processo de paz (Burnyeat, 2024). Nesse contexto, foram impostas limitações ao financiamento de iniciativas que envolvessem ex-combatentes das FARC. Como consequência, restringiu-se a participação de determinados atores em eventos governamentais, comprometendo a construção de confiança entre as partes e alimentando, no âmbito da sociedade civil, a percepção de que os Estados Unidos estariam interferindo em assuntos internos da Colômbia (Burnyeat, 2024). Tal dinâmica pode ser interpretada como uma forma de pressão internacional em favor de um modelo de paz alinhado aos pressupostos liberais, refletindo as prioridades e limites definidos pelo país doador.

No âmbito doméstico – alinhado ao debate acima –, o próprio presidente colombiano destacou os ganhos econômicos que o país teria com o Acordo, fazendo um paralelo com países europeus e sugerindo a importância de investimentos estrangeiros para a construção da paz em diferentes ocasiões: “Ganhamos muito em termos de investimento estrangeiro. Pela primeira vez, rompemos todos os recordes em termos de investimento estrangeiro”; “A economia poderá crescer cerca de 1,5% a mais por toda a vida. [...] Isso, quando traduzido em benefícios reais, é: quanto tempo o país levaria para se tornar um país com renda per capita de país desenvolvido, como Portugal?”⁴⁶. Nesse contexto, a paz passa a ser compreendida como uma variável de eficiência econômica.

Esse crescimento econômico, baseado muitas vezes em maiores investimentos estrangeiros, nem sempre se traduzem em maior bem-estar e distribuição de recursos. De acordo com Hylton e Tauss (2016, p. 258), enquanto cerca de 81,5% das terras eram destinadas à pecuária extensiva, mineração e agronegócio na Colômbia, a pobreza rural afetava cerca de 45% da população e 90% dos produtores rurais seguiam sem acesso a crédito. Para os autores, o Acordo de paz de Santos representava a consolidação do ciclo de acumulação primitiva, estabilizando o país para o investimento transnacional:

According to last year’s agrarian census – the first in 35 years and only the third in Colombia’s history – just 0.4 percent of the population owns 46.4 percent of total land. At the same time, 70 percent owns about five percent. The census also showed that 81.5 percent of Colombian land that is considered apt for agricultural activity is pasture mainly used for cattle ranching, mining, and agribusiness, while only 20 percent is used to sow crops. In addition, the census offered evidence of astonishing levels of inequality: for example, 73 percent of the rural population between the ages

⁴⁶ Disponível em: http://wp.presidencia.gov.co/Noticias/2015/Diciembre/Paginas/20151209_09-Palabras-Presidente-Juan-Manuel-Santos-instalacion-conversatorio-Los-dividendos-paz.aspx. Acesso em 10 nov. 2025.

of 17 and 24 lacked access to education, and 20 percent of the rural population between the ages of 5 and 16 did not attend school. What's more, 45 percent of the population lived in poverty — more than double the rate of poverty overall, and triple the rate of urban poverty. Moreover, 90 percent of rural producers lacked access to credit. Between 2012 and 2015, meanwhile, food imports from the U.S. grew by almost 500 percent, from 1.5 to 7.3 million tons. The most notable imports included corn, rice, milk, oats, lentils, sorghum, wheat, barley, potatoes, beans, and meat. Imported foods now account for 30 percent of Colombia's total food consumption (Hylton e Tauss, 2016, p. 257-258).

Conforme sugere Pinkeviciute (2025), apesar da retórica de transformação presente no Acordo de Paz, o governo Santos priorizou os interesses de indústrias extrativas em detrimento do interesse da população. A autora destaca, ainda, que a participação em processos de paz é um espaço disputado, onde diferentes interesses entram em choque (especialmente quando se trata de escolher entre modelos econômicos que priorizam o lucro e aqueles que priorizam os direitos humanos) e, por isso, podem ser manipulados para que o status quo seja mantido.

Assim, apesar das negociações em Havana terem resultado em uma série de acordos importantes, questões relativas ao modelo econômico e sua base extrativista foram evitadas; e o governo esteve, desde o início, centrado em um plano econômico voltado à expansão para as principais “locomotoras econômicas” do país, entre elas a energética e mineral. Durante sua administração houve, portanto, grande avanço do capital extrativista no país e, diante da importância estratégica do setor, novos acordos comerciais foram assinados com os EUA, UE e Israel (McNeish, 2018, p. 04).

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, criados a partir da assinatura do acordo de paz, fundamentaram, entre outras coisas, o desenvolvimento econômico baseado em atividades que visavam, majoritariamente, a exportação e, portanto, continuaram sendo associados a um modelo de paz liberal. A construção da paz na Colômbia deve, portanto, ser analisada como um processo histórico atravessado por relações de poder, subordinado a estruturas específicas. De modo geral, apesar dos esforços e mobilizações da sociedade, o texto final refletiu interesses políticos hegemônicos, pois manteve a base de um modelo extrativista (Przyborowski, 2025).

Nesse mesmo sentido, o conceito de paz territorial, que está no centro do Acordo, também esteve vinculado à paz liberal, enquanto as vozes e interesses das comunidades são marginalizadas. Os casos analisados pelos autores demonstram que o Estado se opôs a formas de mineração que não seguiam o modelo corporativo-capitalista, por exemplo, já que muitas demandas sociais – o que foi feito em *Piedras*, *Cajamarca* e outros territórios – contrariaram os interesses estatais (Massé; Le Billon, 2018).

Da mesma forma, ao analisar os Programas de Desenvolvimento com Enfoque Territorial (PDET), Pinkeviciute (2025) destaca divergências entre o discurso governamental

em favor da participação local e a realidade observada na implementação dessas políticas. A análise dos decretos que regulamentaram os programas revelou que o setor empresarial possuiu maior poder de definição de agenda do que as comunidades rurais, por exemplo, revelando uma disparidade entre as partes. Além disso, representantes da *Agencia de Renovación del Territorio (ART)* focaram mais na reconciliação, buscando focar sempre no lado positivo e nas oportunidades. Isso levou resultou na reformulação dos problemas e, portanto, na marginalização destes, dificultando a alteração do status quo. Assim, os problemas foram identificados, mas não houve esforço para enfrentá-los. De modo geral, a participação foi permitida apenas na medida em que não desafiava as estruturas de poder econômico já estabelecidas.

Essa realidade demonstra que a lógica do *peacebuilding* internacional liberal tende a privilegiar representantes moderados, retratando a sociedade civil como uma força universalmente positiva, presumidamente alinhada aos esforços de paz de forma descomplicada e construtiva (Paffenholz, 2014; Philipsen, 2022). O resultado é o apoio a segmentos da sociedade civil mais próximos dos doadores internacionais, em conformidade com as preferências de uma elite internacional treinada — tipicamente urbana, profissionalizada e com educação formal (Paffenholz, 2014). Embora essas iniciativas abracem, ao menos no plano retórico, ideais de paz positiva, elas têm resultado em uma despolitização da paz. Ou seja, em vez de engajarem com diferentes concepções de paz e justiça, essas abordagens tendem a empoderar atores da sociedade civil por meio de mecanismos burocráticos (Philipsen, 2022).

Essa dinâmica pode ser observada no caso das vítimas, por exemplo. Robins (2017) e Kerr (2017) argumentam que Justiça Transicional⁴⁷, apesar de sua importância, precisa ser problematizada por atuar, muitas vezes, como uma extensão dessa governança liberal. Embora seja uma ferramenta central do “kit de *peacebuilding*” das Nações Unidas, sua eficácia tem sido questionada a medida em que não parece satisfazer, de modo pleno, as necessidades reais das vítimas. Ao focar no legalismo e ignorar a dimensão política e as relações de poder presentes em processos de paz, acabam por falhar em relação às demandas concretas das vítimas. Na prática, isso se traduz, por exemplo, na recorrente marginalização de direitos econômicos e sociais, frequentemente ausentes ou secundarizados nesses processos (Robins, 2017).

⁴⁷Justiça de transição refere-se às formas pelas quais as sociedades respondem aos legados de violações graves e massivas de direitos humanos. Não se questiona a relevância desses mecanismos em si; a crítica dirige-se, sobretudo, à maneira como, em muitos contextos, a justiça de transição é aplicada como uma ferramenta excessivamente técnica e despolitizada, o que acaba por relegar as necessidades e demandas concretas das vítimas a um segundo plano.

Apesar de todos os aspectos destacados até aqui, a cooperação com os atores internacionais e a atuação do Governo continuou sendo percebida como “neutra”, “técnica” e “apolítica” (Burnyeat, 2024), em consonância com os preceitos da tecnocracia da paz liberal (Mac Ginty, 2012; 2018). Essa lógica molda não apenas a construção da paz, mas redefine a forma como a participação é concebida e operacionalizada: em cenários onde tais elementos prevalecem, a questão da participação costuma também ser tratada como um problema técnico. Assim, os atores são incorporados ao processo na medida em que são percebidos como portadores de conhecimento ou expertise, sem que sua agência política seja plenamente considerada (Mendes, 2021).

A partir disso, e considerando as características do processo discutidas até aqui, surge um questionamento relevante: indo além do debate sobre o “dilema da inclusão” (Paffenholz, 2014) – que argumenta que quanto mais atores forem incluídos, mais difícil é para alcançar um acordo –, é possível afirmar que, quando a sociedade é incluída, suas prioridades são efetivamente consideradas durante as negociações? Ao analisar o caso da Colômbia, Firchow et al. (2025) apontam que, mesmo nos processos de paz mais inclusivos, racionalidades tecnocráticas, elitistas e institucionais tendem a prevalecer, em detrimento das necessidades básicas das populações afetadas pelo conflito.

Assim, ao analisar participação sob a perspectiva da paz agonística (Shinko, 2008; 2022), é possível reconhecer que as mobilizações sociais são ótimos exemplos para evidenciar, com maior clareza, a paz como um exercício sociopolítico, permeado por disputas e reivindicações. Estaria essa exclusão relacionada, de alguma forma, ao negligenciamento da dimensão política da paz? E, nesse caso, quais seriam os efeitos sobre os próprios processos participativos? No próximo tópico, analisarei dois elementos que contrastam com a paz técnico-liberal, pois revelam o lado político da paz, conforme sugerem os autores da paz agonística: a mobilização social em torno da paz na Colômbia e os dissensos que surgiram durante o plebiscito.

3.2.2 A mobilização social em torno da paz: evidências de uma paz política

Se a seção anterior buscou demonstrar de que maneira o processo de paz colombiano incorporou elementos da paz liberal, nesta seção o foco se desloca para as dimensões que escapam ou tensionam esse enquadramento. O que interessa aqui, portanto, é explorar as intersecções entre o processo e a noção de paz agonística, proposta como alternativa analítica à

paz liberal na seção teórica. Nesta concepção, compreende-se que a paz é permeada por questões sociopolíticas e pelo dissenso.

Em reação às constantes violações de direitos humanos, os colombianos têm exercido sua agência tanto para sobreviver quanto para enfrentar a violência. A sociedade tem respondido, portanto, à violência de três formas principais, que não são mutuamente excludentes: (1) ingressando no conflito como atores armados; (2) construindo oportunidades e espaços para a cidadania a partir da Constituição de 1991, com o objetivo de criar um modelo participativo de governança que buscasse substituir o modelo bipartidário anterior; e (3) utilizando estratégias para mitigar os efeitos da violência sobre civis, promovendo práticas sociais de rejeição à violência (McGee, 2017, p. 174–175).

Nesse cenário, considero dois pontos principais como evidência de que o processo de paz foi marcado pelo dissenso e pelo político: (1) as mobilizações sociais em torno da paz e (2) os dissensos evidenciados durante o plebiscito de 2016. Ambos os fenômenos atravessam a questão da participação, mas a partir de perspectivas distintas. De modo geral, vale destacar que pesquisas recentes identificaram elementos compatíveis com a paz agonística no Acordo final colombiano, como a valorização de múltiplas narrativas, a interseccionalidade, e a criação de confronto democrático no Congresso, mídia e em fóruns de diálogo com a sociedade (Strömbom; Bramsen; Stein, 2022; Walsh; Meyer, 2025).

Proponho, entretanto, ir além, argumentando que a própria atuação da sociedade civil constitui uma expressão concreta da paz agonística, ao revelar que os processos de paz são, acima de tudo, espaços de disputa política. Então, apesar das características da paz liberal vinculadas a tomada de decisão governista, a Colômbia sempre contou com atuação forte por parte da sociedade, protagonismo que, em minha opinião, contribui justamente para caracterizar o processo de paz no país como essencialmente político, aos moldes daquilo que Shinko (2008; 2022) definiu como paz agonística: um processo que envolve reivindicações.

Conforme discutido na seção teórica, os autores de tradição agonística compreendem a sociedade como o principal espaço de luta democrática, que deve ser orientada para a contestação de estruturas pré-definidas (Tobia, 2024). É dessa forma, por meio da legítima atuação social, que a paz agonística pode, conforme sugerem Walsh e Meyer (2025), contribuir para reformas estruturais e para um verdadeiro reconhecimento da pluralidade no debate público.

A suposta neutralidade e o tecnicismo identificados no processo de paz de Santos são aspectos que, no campo da construção da paz, têm sido criticados por sua abordagem despolitizada (Aggestam; Cristiano; Strömbom, 2015). Essa despolitização ocorre, sobretudo,

pela prevalência de uma falsa lógica de consenso, em que interesses das partes mais “fortes”, como evidenciado no caso da Colômbia, o Estado ou grandes corporações, prevalecem. Romper com a lógica do consenso não implica defender a violência; significa, na verdade, reconhecer que a construção de acordos de paz mais sustentáveis não ocorre pela eliminação do conflito, mas por seu manejo político e construtivo, evitando recorrer à violência física (Strömbom, 2020).

Assim, o conceito de paz agonística, ao buscar politizar processos de paz e revelar dinâmicas de poder, nos ajuda a pensar negociações e construção de acordos em que atores sociais possam atuar de forma mais legítima, especialmente em espaços onde há marginalização de seus interesses. Sob a lógica da paz liberal, ao contrário, o que tende a ocorrer, é a domesticação das partes mais frágeis na negociação, geralmente representantes da sociedade, que passam a ter sua agência política e capacidade de contestação limitada (Mendes, 2025; Tobia, 2024; 2025).

Antes de adentrarmos na análise da participação da sociedade durante as negociações do Acordo de Paz, é fundamental destacar que alguns dos mecanismos de inclusão presentes no processo, sobretudo aqueles mais diretos, foram resultado de anos de mobilização intensa de organizações sociais, vítimas e movimentos que pressionaram por voz e representação nas instâncias decisórias. Essa trajetória demonstra que a construção da paz, longe de ser um processo meramente técnico ou institucional, é profundamente marcada por disputas sociopolíticas em torno da legitimidade, do reconhecimento e da redistribuição do poder.

Diversos grupos sociais desempenham um papel historicamente relevante na política e nos processos de paz, mobilizando-se para defender seus interesses e resistir às múltiplas formas de violência. Os sindicatos, por exemplo, atuam desde a época de La Violencia, com destaque para a organização de movimentos agrários nas décadas de 1930 e 1940 na região de Viotá, que posteriormente contribuíram para a criação de sistemas de autodefesa contra as FARC e os grupos paramilitares. Afrocolombianos⁴⁸ e povos indígenas⁴⁹, por sua vez, têm sido

⁴⁸ De acordo com o ministério da Justiça colombiano, as Comunidades Afrocolombianas são representadas pelo conjunto de famílias de descendência afrocolombiana que possuem uma cultura própria, compartilham de uma história e tem suas próprias tradições e costumes dentro de uma relação campo-população, as quais revelam e conservam a consciência e identidade que as distinguem de outros grupos étnicos. Entre elas, destaca-se a comunidade Raízal, que vive no arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina. Disponível em: <https://www.minjusticia.gov.co/programas-co/fortalecimiento-etnico/Paginas/comunidades-afrocolombianas-narp.aspx>. Para Estupiñán (2025), apesar dos reconhecimentos legais, sobretudo a partir da constituição de 1991, o conteúdo da diferença cultural afrocolombiana é objeto de permanente negociação nos vários processos estatais e diversos âmbitos da vida social.

⁴⁹ De acordo com o Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos Indígenas (2025), em 2024 estimava-se que 2.489.189 pessoas na Colômbia se autoidentificavam como integrantes de um dos 115 Povos Indígenas, o que representa 4,7% da população total do país. Esses povos vivem em uma diversidade geográfica que inclui regiões

historicamente impactados pela concentração fundiária e respondem com a construção de redes políticas próprias: promovendo segurança alimentar por meio das *tiendas*, resgatando vítimas de sequestro, protestando contra ações de grupos armados e fundando, ainda nos anos 1980, a ONIC. As mulheres também exercem papel fundamental, especialmente em agendas transversais que envolvem justiça social e direitos humanos (Justino, 2019).

Na década de 1990, as reconfigurações geopolíticas decorrentes do fim da Guerra Fria impulsionaram a consolidação do conceito de “sociedade civil global” (Kaldor, 2003), promovendo uma abertura nas agendas políticas nacionais para temas como paz, gênero, direitos humanos e justiça ambiental (Gómez-Quintero, 2014). Esse novo ambiente internacional e doméstico favoreceu o surgimento do movimento da “Sétima Papeleta”⁵⁰, uma mobilização estudantil iniciada em 1989 que reivindicava a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte – demanda que acabou sendo atendida nos anos seguintes (Indepaz, 2013; Roldán, 2011).

Durante a construção do novo texto constitucional, a sociedade participou ativamente, com destaque para a atuação de organizações de direitos humanos, sindicatos, mulheres, organizações indígenas e estudantes. Atuaram tanto no nível local quanto no nível internacional, mobilizando o apoio em defesa de pautas como direitos humanos, pluralidade, representatividade e maior participação (Rossi, 2023).

Se a Constituição e o contexto político anterior limitavam a participação democrática de outras forças políticas – favorecendo os partidos hegemônicos – o novo texto destaca novos mecanismos de participação direta: plebiscitos, iniciativa popular legislativa, referendos, revocatória de mandatos, consulta popular e assembleias (Demarchi-Sánchez, 2023). Ela foi, portanto, considerada um divisor de águas, sobretudo por sua tentativa de promover uma sociedade mais plural (Rossi, 2023).

costeiras, montanhas andinas, selvas amazônicas, planícies da Orinoquia, zonas desérticas e ilhas. Aproximadamente 54,9% dessa população reside em áreas rurais dentro de 896 resguardos formalizados, enquanto 41,5% vivem em zonas urbanas ou centros populacionais fora dos resguardos. Disponível em: <https://iwgia.org/es/colombia/5731-mi-2025-colombia.html#_edn1>

⁵⁰ Devido ao fato de que nestas eleições seriam depositadas seis cédulas – para senadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, governadores e vereadores – os cidadãos procuraram expressar com um voto adicional, a sétima cédula, a exigência de formar uma Assembleia Nacional Constituinte para modificar a Constituição da Colômbia. A principal motivação para gerar este processo foi a corrupção, a violência e o assassinato do líder político Luis Carlos Galán pelo narcotraficante Pablo Escobar. Embora a votação não tivesse apoio legal para obrigar o governo a convocar a Assembleia Constituinte, mais de um milhão de cidadãos foram depositaram nas urnas, junto com seus outros votos, a cédula pela Assembleia Constituinte, que os cidadãos tiveram que levar às urnas por sua própria conta (Latinno, 2025).

Isso demonstra que, se por um lado contextos de violência podem restringir a participação, por outro, podem catalisar a criação de mecanismos de resistência e engajamento significativos (Justino, 2019). Essa mobilização foi um ponto de inflexão importante para o engajamento posterior em processos de paz (Rossi, 2023). A Comissão da Verdade destaca, por exemplo, que os movimentos sociais foram uma das principais forças democráticas nos anos 90 (CEV, 2022, t.03).

Andrés García afirmou que a participação social em temas de paz vem de muito tempo atrás, citando a década de noventa como um momento importante, quando as pessoas se organizavam em torno de questões econômicas, de terras e de vítimas⁵¹. Rodolfo Adán Vega, liderança indígena e representante da Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC), enfatizou, de modo espontâneo, a importância da participação dos movimentos indígenas na construção da nova Constituição de 1991⁵². Foi somente a partir do novo texto que a diversidade étnico-cultural, a propriedade coletiva dos povos étnicos, as línguas indígenas, o direito de ter governos autônomos, de receber recursos do sistema geral de participação e o direito à participação política foram reconhecidos (CEV, 2022, t.03).

Essa mobilização abriu espaço para que, no processo de Santos, a incidência destas minorias étnicas, que historicamente têm sofrido diferentes tipos de violência política, cultural, estrutural, ambiental e religiosa fosse um destaque. De acordo com Vega (2019)⁵³, os povos étnicos não tiveram participação no desenho do processo e, desde o momento em que o esquema de negociação veio a público, a Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC) solicitou a participação formal e direta nos diálogos. Apesar disso, o que as partes chamavam de processo confidencial foi, para as minorias étnicas, um espaço fechado onde as elites políticas e as elites insurgentes decidiam o que fazer com seus territórios; assim, direitos adquiridos através de anos de luta passaram a ser ameaçados, tanto no nível nacional como internacional.

A criação da Comissão Étnica para a Paz e a Defesa dos Direitos Territoriais, articulação que uniu interesses de indígenas e afrocolombianos, abriu caminhos para uma maior incidência política no processo de paz. A comissão, concebida como um espaço nacional de autorrepresentação dos povos étnicos, foi formado pela ONIC e pelo Conselho

⁵¹ Entrevista de pesquisa concedida por Andrés García. Online, 23 de abril de 2025.

⁵² Entrevista de pesquisa concedida por Rodolfo Adán Vega Luquez, liderança indígena do povo Kankuamo, representante da *Organización Nacional Indígena de Colombia (ONIC)* e ex-congressista. Online, 24 de abril de 2025.

⁵³ Rodolfo Vega, além de conceder entrevista para esta pesquisa, compartilhou conosco sua dissertação de mestrado, intitulada: *“El capítulo étnico del Acuerdo de Paz de La Habana”* (2019), também mobilizada nesta pesquisa.

Nacional de Paz Afrocolombiano (CONPA), e orientava-se por princípios como autonomia, cosmovisão e defesa dos direitos coletivos. A atuação combinou mobilizações internas com uma diplomacia étnica internacional, que incluiu visitas estratégicas a Washington e Nova Iorque (Vega, 2019).

Esses esforços ajudaram a viabilizar a ida para Havana, em 2016, em um momento delicado, no qual o governo colombiano se mostrou resistente. Por isso, foi um momento de muitas tensões, mas, apesar disso, assumiu-se o risco de dialogar com as partes. Não era a primeira vez que isso acontecia, tendo em vista que as minorias étnicas foram à Mesa anteriormente falar sobre temas humanitários. Dessa vez, entretanto, foram para tratar de temas do Acordo de Paz (Vega, 2019).

Outro grupo extremamente relevante no processo foram as mulheres. Nathalia Solís, pesquisadora sênior da *Sisma Mujer*, destacou, em entrevista, que foram as mulheres que, por muitos anos, levaram adiante as iniciativas de construção da paz no país, colocando-se à disposição para dialogar com os atores a fim de minimizar as violências de direitos humanos e construindo acordos humanitários em nível local⁵⁴. Beatriz Quintero, diretora da *Red Nacional de Mujeres*, também entrevistada no âmbito desta pesquisa, reiterou que sua organização é muito ativa desde a década de noventa, atuando em temáticas como participação política, direitos sexuais e reprodutivos, violência contra as mulheres e a saída negociada para o conflito e construção da paz⁵⁵.

Nesse sentido, durante as movimentações que ocorreram em paralelo à construção do acordo de paz entre o governo Santos e as FARC, um exemplo emblemático foi a convocação da Cúpula de Mulheres pela Paz⁵⁶, criada em 2013 a partir da aliança entre oito organizações, redes e plataformas que buscavam garantir contribuições para um acordo de paz focado nas

⁵⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Nathalia Solís Arrieta, pesquisadora sênior *Sisma Mujer*. Bogotá, 31 de março de 2025.

⁵⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Beatriz Quintero, diretora da *Red Nacional de Mujeres*. Online, 30 de abril de 2025.

⁵⁶ Em 2013 se constituiu a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, integrada por nove organizações. De acordo com o site oficial: “Más de 500 mujeres y diversas organizaciones de mujeres de todo el país alzan sus voces, exigiendo una participación activa en la construcción de la paz. Ante la ausencia de mujeres en la mesa de negociaciones y la falta de representación de sus propuestas en los acuerdos de La Habana, estas mujeres hicieron un llamado contundente: «Las mujeres seremos pactantes y no pactadas». La Mesa de la Habana responde públicamente al encuentro, expresando su expectativa por los resultados. Nombramiento de dos (2) delegadas plenipotenciarias en el equipo de negociación por parte del gobierno. Creación de la Subcomisión de Género en el marco de las negociaciones. Inclusión de medidas específicas para las mujeres en cada uno de los puntos del Acuerdo Final. Disponível em: <https://www.cumbrenacionaldemujeresypaz.com.co/sobre-la-cumbre/quienes-somos/>. Acesso em 17 dez., 2025.

questões de gênero (Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2018, t. 07). Como resultado dessa mobilização, as partes passaram a incluir mais mulheres nas delegações oficiais.

No ano seguinte, em 2014, foi criada a Subcomissão de Gênero, mecanismo institucional que garantiu a transversalização da perspectiva de gênero ao longo de todo o Acordo Final. O esforço coletivo foi direcionado a incorporar essa perspectiva nos seis pontos principais do texto negociado (Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2018, t. 7). Desde o início das negociações, as mulheres desempenharam um papel ativo e estratégico na exigência por maior representatividade feminina na Mesa de Diálogos; no início, foram excluídas, mas, a partir de pressões e articulações, conseguiram ser representadas (Mendes, 2025).

Vale mencionar, entretanto, que a incorporação do enfoque de gênero e LGBTQIA+ no acordo foi um dos pontos que mais evidenciou o dissenso na sociedade colombiana, mostrando que esforços de paz estão diretamente ligados a questões políticas mais profundas. A oposição liderada por Uribe emplacou a narrativa de que as partes do Acordo que promoviam direito dessas minorias eram uma ameaça ao país, sendo um dos motivos para a vitória do não no plebiscito (Bramsen, 2022), o que será analisado posteriormente.

A atuação e mobilização das vítimas, frequentemente reconhecidas em negociações como agentes passivos (Brett, 2022; Robins, 2017), também não é algo recente. Eugenia Castro, representante de organização de vítimas, destacou que seu primeiro encontro nacional de vítimas ocorreu em 2004, quando Uribe tentava negociar a paz com os paramilitares, espaço onde incidiram; no ano seguinte, nasceria formalmente o *Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado* (MOVICE)⁵⁷.

A entrevista com Castro permitiu uma compreensão ampla sobre o que teria sido a trajetória da organização, que há muitos anos luta por suas reivindicações. Suas raízes históricas estão ancoradas no *Proyecto Colombia Nunca Más*, uma iniciativa do início da década de 1990, composta por 17 ONGs de direitos humanos que buscavam recuperar as memórias das vítimas, documentando e denunciando a violência patrocinada pelo Estado e abusos de Direitos Humanos. Uma das conclusões extraídas desse processo foi a necessidade de criar uma organização política de vítimas, fomentando um ambiente no qual essas vítimas pudessem passar de meros sujeitos de violência estatal para atores políticos com poder de influência sobre o discurso e políticas relacionadas ao conflito armado (Castro, 2025; Martínez-Elías, 2018; Tapia Navarro, 2019).

⁵⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Eugenia Castro, representante do *Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado* (MOVICE). Bogotá, 31 de março de 2025.

Quando o processo de Havana teve início, o MOVICE ainda estava concentrado nas denúncias contra os paramilitares, e o novo processo mudou o panorama ao interromper parcialmente a agenda anterior, obrigando o movimento a redirecionar energia para discutir o acordo. A decisão de apoiar ou não o processo de Santos foi resultado de reuniões horizontais na própria organização e, após o debate, concluíram que seria necessário incidir politicamente, mas com uma condição clara – o movimento continuaria sendo um movimento de vítimas de Estado:

O sea, no era que alguien decidió desde arriba: “sí, apoyamos todo el proceso”. No. Viene el proceso de paz. Reuniones por región. Primero se hacen las reuniones por regiones. Luego, reunión nacional; venían a Bogotá y cada capítulo llegaba con qué se discutió, con la opinión de las regiones. Eso siempre ha sido así en el Movice. No es que desde acá se decidió trabajar en esto, sino que nos vemos obligados a trabajar este tema, pero qué se discute, a qué consenso llegan las regiones. [...] Y bueno, nos cambia ya la dinámica de dejar el paramilitarismo y empezar a subimos al bus del proceso de paz. Pero con unas cosas muy claras: sí, pero nosotros seguimos siendo víctimas del Estado; por lo tanto, nuestra pelea era exigirle en este proceso de paz el reconocimiento del Estado de que existen los homicidios, los asesinatos y toda la violación de derechos humanos desde el Estado.⁵⁸

Esse relato demonstra que o movimento não atuou como um convidado passivo no processo, mas como um ator político dotado de agência. A trajetória evidencia uma participação que não foi meramente receptiva, mas resultado de mobilização estratégica e disputa por reconhecimento, incidindo sobre os termos de sua participação. Ainda sobre a questão das vítimas, é válido mencionar a oportunidade de entrevistar, pessoalmente, Glória Martínez, representante das *Madres de los Falsos Positivos de Soacha y Bogotá (Mafapo)*, organização que se mobiliza e luta por verdade e justiça desde 2008, quando seus filhos foram vítimas das forças militares do Estado colombiano. Na ocasião, foi possível, também, participar de uma reunião da organização na sede do Centro de Memória, Paz e Reconciliação, em Bogotá.

Sí, del mismo, en octubre [de 2008]. Entonces, así. Y bueno, ya después fue cuando también nos reunimos con el personero. Ya conociendo a las otras mamás, todas decían: “Mi hijo se fue tal día”, el otro también. Entonces, ahí empezamos a hablar. Y el personero dijo: “Mire, ¿ustedes saben qué? ¿Por qué no se reúnen en el Centro de Memoria acá? Porque allá se reúnen varias, de varios lugares, de varios territorios, y ustedes pueden conectarse con ellas. Y ahí miran qué hacer y también les ayuda. Como que ustedes saquen todo ese dolor que tienen, se hablan, se cuentan, y allá hay muchas cosas para hacer que eso ayuda a sanar”. Y eso es verdad. Ahí fue cuando empezamos a coger una aguja. Ya después que empezamos a hacer talleres con la universidad y los colegios, entonces era como para dar esa alerta temprana de que eso sí pasó. Entonces dijimos nosotras: “Pues sí, vamos a hablar por los que no hablan”. Y ya empezamos como a organizarnos. Y pues ya cada una también contando su

⁵⁸ *Ibidem*.

historia, ya fuimos más amigas. Entonces ya empezamos a trabajar desde acá. Y ahí fue cuando ya empezamos a conocer también más gente, más mamitas.⁵⁹

Em contato posterior, questioneei a entrevistada sobre a incidência da organização no processo de acesso à Havana. Ela destacou que aquelas que participaram à época já não integram mais o grupo, mas que a participação ocorreu por meio de convite. Ainda assim, entende-se que tal convite foi possibilitado pelo fato de que, em algum momento de sua trajetória, as *Madres* se organizaram e mobilizaram para ganhar visibilidade no debate público. Nesse sentido, é possível reconhecer essa incidência como um fator relevante para sua chegada à Mesa de Diálogos, aspecto que será analisado de forma mais aprofundada no capítulo seguinte.

Tal atuação, ao ser uma luta coletiva por busca pela verdade, justiça, reparação integral e não repetição, fez com que a dor não fosse mais uma questão privada, mas sim pública e política (Medina, 2013). Assim, essas mães politizaram sua maternidade para reivindicar justiça para todos aqueles que sofreram com as desapareições forçadas no país. Para Luz Marina Bernal, entretanto, o Estado e o governo colombiano têm sido indiferentes em relação às problemáticas que elas levantam (Padilla Villanueva; Sampietro, 2014).

Glória Martínez demonstrou o mesmo tipo de insatisfação, ao relatar que mandavam cartas às instâncias estatais, estas que nunca eram respondidas: “Cuando nosotros escribíamos las cartas también, hacíamos esto, decían que en más o menos no sé cuántos días llegaban las respuestas. Ni esperanza ni nada. No llegaron nunca.”⁶⁰

O papel das organizações campesinas também foi de extrema importância. A política colombiana tem favorecido, ao longo dos anos, uma maior concentração fundiária, com ênfase na consolidação de uma economia agroexportadora. Em contrapartida, diversos grupos seguem à margem de políticas públicas efetivas que possam garantir o acesso à terra, o reconhecimento de direitos coletivos, a proteção de seus territórios e economias locais de pequena escala. A temática agrária é considerada, portanto, para o fim do conflito armado (Escallón, 2021).

As evidências demonstram que a construção da paz envolve múltiplos interesses, mobilizações e formas de incidência, o que entra em conflito direto com os preceitos da paz liberal, a exemplo da tecnocratização discutida por Mac Ginty (2012). O histórico de luta dos diferentes grupos aqui discutidos foi um elemento essencial para que suas pautas fossem

⁵⁹ Entrevista de pesquisa concedida por Gloria Martínez, representante da organização *Madres de Soacha* e mãe de Daniel (*in memoriam*), uma das vítimas dos Falsos Positivos. Bogotá, 04 de abril de 2025.

⁶⁰ *Ibidem*.

reivindicadas e para que os espaços nas negociações entre 2012 e 2016 fossem abertos, o que será explorado com maior cuidado no último capítulo. A realidade nos mostra que tais espaços, na verdade, foram conquistados, evidenciando uma dinâmica sociedade-governo complexa e marcada por dissensos.

Ao contrário do que é pregado pela paz liberal – em que há uma falsa ideia de consenso, entendida como a ausência de conflitos – foi justamente a partir desses dissensos que a sociedade pôde encontrar espaços para tentar contestar lógicas excludentes. No fim desta jornada, o povo colombiano teve ainda a oportunidade de votar a favor ou contra o Acordo construído em Havana, momento em que divergências políticas domésticas ditaram o resultado do plebiscito.

3.2.3 Os dissensos em torno do plebiscito pela paz

Para além da incidência e participação por meio do envio de propostas à Mesa, da realização de fóruns nacionais e regionais e da própria presença em Havana, o governo decidiu, ao final das negociações, submeter o texto do Acordo a um plebiscito nacional, a fim de que a população se manifestasse sobre seu conteúdo. Propor plebiscitos não é uma novidade em contextos de construção da paz. Na Irlanda do Norte, em 1998, 81% dos eleitores votaram a favor do Acordo de Belfast; no Sudão do Sul, em 2011, 99% da população votou a favor da independência do país (Gamboa Combs, 2025; Tappe Ortiz; Arévalo, 2025; Wassara; Al-Tayib, 2014). O governo Santos acreditava que o plebiscito traria maior legitimidade ao que fora discutido na Mesa: “a vote, we thought, would get all Colombians to participate directly in the peace process”, afirmou o diplomata e Alto Comissário para a Paz durante as negociações, Sérgio Jaramillo (Giraldo e Ospina, 2021; Bramsen, 2022, p. 07).

No decorrer dos diálogos, a maioria dos negociadores não acreditava que o Acordo poderia ser rejeitado (Burnyeat, 2022, 2024). Esse foi um dos primeiros questionamentos que fiz, também, no âmbito dessa pesquisa: como um processo de paz visto como inclusivo e como um modelo internacional poderia ser rejeitado pela sua própria população? As complexidades políticas e sociais à época, com destaque para a “Campanha pelo não”, empreendida por setores conservadores, sobretudo por meio da atuação do ex-presidente Álvaro Uribe, resultou na rejeição do acordo no dia 02 de outubro de 2016:

Quadro 5 – Resultado do plebiscito

Sim	Não	Votos Nulos	Votos não marcados	Total
6.382.901	6.438.552	168.589	72.875	13.062.917

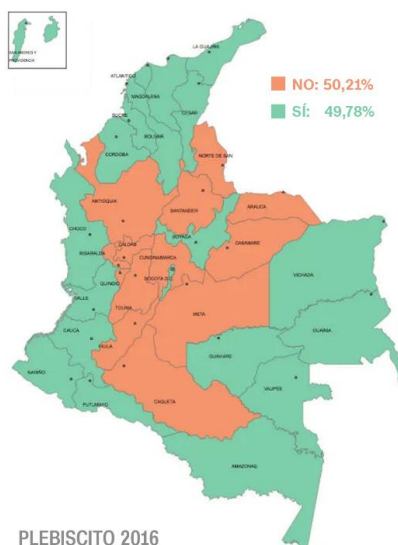
Fonte: Registraduría Nacional de Colombia, 2026.

Na votação, que não foi obrigatória, 50,2% votaram “não”, e 49,8% votaram “sim”. Chama a atenção, também, a alta taxa de abstenção – cerca de 62% (Botero, 2017)⁶¹. A maior parte ocorreu em departamentos onde o “sim” venceu – ali, muitos não sentiram estimulados para votar, crendo que a aprovação do texto não impactaria suas vidas (Mendes; Siman; Fernández, 2020).

O voto das pessoas foi influenciado por diferentes variáveis. Vale destacar, em primeiro lugar, a relação entre a exposição à violência e o voto das pessoas (Pulido et al, 2019). Regiões do centro e nordeste tenderam a votar contra o texto, enquanto o voto favorável concentrou-se nos departamentos costeiros e amazônicos; as regiões urbanas e centrais apresentaram resultados mistos, com as principais cidades divididas; já aqueles mais afetados pelo conflito tenderam a votar “sim” (Mendes; Siman; Fernández, 2020).

⁶¹ Durante o período do plebiscito, um furacão atingiu a costa pacífica colombiana, o que teria dificultado o deslocamento de eleitores em algumas regiões. Há interpretações divergentes na literatura e no debate público: enquanto alguns autores e analistas defendem que o evento climático pode ter afetado o comparecimento e, conseqüentemente, o resultado da votação, outros argumentam que seu impacto sobre o resultado final foi limitado ou irrelevante.

Imagem 1 - mapa do resultado eleitoral do plebis



Fonte: Registraduría Nacional de Colombia, 2026.

A imagem mostra, em verde, os municípios que votaram pelo “sim”; e, por outro lado, em laranja os que votaram pelo “não”. Localidades afetadas pelo conflito como Cauca e Nariño – historicamente grandes vítimas da violência do conflito –, por exemplo, votaram majoritariamente a favor do Acordo. Os que votaram não, por outro lado, estavam concentrados em localidades menos afetadas (Mendes; Siman; Fernández, 2020). Apesar disso, mesmo quando variáveis diretamente associadas ao conflito armado são consideradas, como a presença de grupos insurgentes, cultivos ilícitos e deslocamentos, houve pouca diferença em termos numéricos:

Quadro 6 – Resultados do plebiscito e variáveis associadas ao conflito

Variável	Sim	Não
Municípios com a presença das FARC	56%	44%
Municípios com a presença do ELN	57%	43%
Municípios com a presença do BACRIM	51,1%	48,9%
Municípios com zonas de concentração ou acampamentos previstos nos Acordos de Havana	65,9%	34,1%
Municípios com cultivos ilícitos	56,4%	43,6%
Municípios com deslocamentos massivos em 2016	55,8%	44,2%

Fonte: Basset e Pérez-Carvajal, 2016

A presença dos grupos armados, bem como a existência de zonas de concentração e cultivos ilícitos, são indicadores de áreas historicamente vulneráveis e profundamente impactadas pelo conflito. O apoio mais expressivo ao “sim” nessas regiões sugere que a população via o acordo como uma possibilidade concreta de transformação e estabilização de suas realidades. Contudo, a significativa adesão ao “não”, mesmo nesses contextos, levanta questionamentos e percepções importantes, indicando dinâmicas político-sociais complexas.

Isso é uma demonstração clara de que a votação não foi decidida apenas com base em variáveis relacionadas ao conflito armado. Motivos ligados à dimensão do político estiveram presentes, sendo, inclusive, decisivos para o resultado: “the victory of the ‘no’ vote exposes the political nature of peace” (Mendes; Siman; Fernández, p. 336, 2020). Houve forte oposição aos pontos do Acordo que promoviam os direitos das minorias, sobretudo por parte de setores conservadores, que expressaram um forte descontentamento com as propostas relacionadas à igualdade de gênero e direitos da população LGBTQIA+, por exemplo (Bramsen 2022); além disso, o discurso de que o texto traria impunidade para guerrilheiros ganhou força (Henriques, 2016).

A escolha pelo plebiscito como mecanismo de legitimação dos acordos foi, em si, objeto de disputa, uma vez que as FARC e grande parte dos movimentos sociais defendiam a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Esse impasse acabou sendo resolvido em favor do governo, revelando relações de poder que limitaram o alcance das transformações previstas no acordo. Nesse sentido, a adoção do plebiscito estabeleceu um “teto” para as mudanças possíveis, ao passo que uma Constituinte poderia ter mantido um processo mais aberto e contínuo de negociação, com maior participação da sociedade civil. Tal dinâmica evidencia tanto os limites da disposição governamental em avançar nas reformas quanto a baixa tolerância das elites nacionais a mudanças estruturais mais profundas, especialmente considerando o resultado favorável aos setores conservadores no pleito (Mendes; Siman; Fernández, 2020).

Outro ponto relevante é que as tradicionais formas de propaganda foram substituídas pelas redes sociais. As estratégias da oposição foram amplificadas por meio da disseminação de desinformações na internet (Gutiérrez, 2023), e o Twitter (atual x) desempenhou um papel central para promover a desinformação no país à época (Arroyave; Romero-Moreno, 2022). Para Matanock e Miguel García-Sánchez (2017), por exemplo, formas alternativas ao plebiscito deveriam ter sido consideradas, tendo em vista que esse tipo de mecanismo tende a ampliar divisões sociais e políticas. Esse padrão foi observado em referendos como o da Turquia em 2007 e 2010 (Atikcan; Öge, 2012), na Irlanda do Norte e no Cyprus (Amaral,

2021). Nestes dois últimos, o autor destaca que referendos de paz precisam ser precedidos de negociações inclusivas. No caso colombiano, apesar dos mecanismos participativos, o plebiscito ainda assim trouxe um resultado negativo.

Estudos sobre comportamento eleitoral em plebiscitos demonstram que, em contextos de alta polarização, a população tende a ser influenciada por partidos e líderes. Muñoz e Pachón (2021) destacam que o resultado na Colômbia dependeu da relação entre crenças prévias estruturadas, preferências políticas e o comportamento dos eleitores (Muñoz e Pachón 2021). Proponho, em consonância com a paz agonística e com o cubo do Poder, uma leitura que rompa com a ideia generalista que posiciona o político como algo a ser suprimido. Vale aqui o questionamento: quais eram os interesses específicos daqueles que buscaram a rejeição do Acordo? Para entender isso, é preciso olhar para a dimensão do político, e não rejeitá-la.

Vale destacar, nesse sentido, o argumento de Mendes, Siman e Fernández (2020): para as autoras, a paz liberal influenciou a percepção sobre os diálogos de Havana, o que levou ao que caracterizaram como a “invisibilidade do não” no plebiscito. Os diferentes mecanismos de monitoramento utilizados, baseados em práticas tecnocráticas, tentaram tornar dinâmicas políticas legíveis; o resultado, entretanto, foi a simplificação complexidades sociais, as reconfigurando de forma despolitizada. Apesar das disputas locais, a noção de paz progressiva – ou seja, a ideia de que se a fórmula correta fosse aplicada, haveria paz – foi amplamente difundida por especialistas e pelos próprios negociadores:

[...] we argue that conventional, liberal understandings of peace processes entrenched in the monitoring rationality at hand are accomplices in, and reproductive of, this invisibility, in that they silence other social dynamics that contradict the linearity and the technicity of peace processes. In short, the invisibility of multiple temporalities and political disputes that take place in Colombian daily life created the conditions of possibility for the invisibility of the ‘no’. Thus, the unpredictability of the ‘no’ vote is directly related to our liberal expectations that peace can be progressively designed, predicted, advanced, and, finally, tested by negotiators and mediators. (Mendes; Siman; Fernández, 2020, p. 335).

Assim, a percepção de que o plebiscito já estava ganho ocorreu justamente pela negligência das relações de poder em disputa no coração da sociedade colombiana, o que parece ter cegado parte dos tomadores de decisão e da sociedade em relação aos possíveis resultados do referendo (Mendes; Siman; Fernandez, 2020, p. 340). As autoras, entretanto, não aprofundam nesta questão – e é o que irei propor com o Cubo do Poder. Em entrevista para esta pesquisa, María Lucía Méndez afirmou que existem três explicações para o fato de o “não” ter ganhado: primeiro, uma construção de reconciliação nunca pode levar a visões binárias da realidade – do sim e do não – porque esse é um lugar polarizante por natureza; a

segunda, conectada com a primeira, é que o que foi colocado para avaliação era muito complexo: eram mais de 300 páginas de informação que o cidadão comum não iria ler – nesse momento destacou a questão de que compreendia que a paz não deveria ser tratado como um assunto técnico, mas sim político; e o último ponto seria a desinformação⁶².

Essas questões são muito bem exploradas por Gwen Burnyeat (2024), sendo a tese central de seu livro justamente que a percepção do processo como algo técnico, e não político – sobretudo pelo governo e pela equipe de pedagogia de paz – levou à rejeição do Acordo. Essa realidade levou Santos a convocar o que ficou conhecido como o Grande Diálogo Nacional; posteriormente, algumas partes do Acordo, que foi aprovado pelo Congresso sem a necessidade de um novo plebiscito, foram reformuladas (BAPP, 2026). Essa ideia de que o processo seria supostamente técnico leva à negação da dimensão “afetiva” das mobilizações políticas:

The mistake of liberal rationalism is to ignore the affective dimension mobilized by collective identifications and to imagine that those supposedly archaic 'passions' are bound to disappear with the advance of individualism and the progress of rationality. This is why democratic theory is so badly prepared to grasp the nature of 'mass' political movements as well as phenomena such as nationalism. The part played by 'passions' in politics reveals that, in order to come to terms with 'the political', it is not enough for liberal theory to acknowledge the existence of a plurality of values and to extol toleration (Mouffe, 2005, p. 06)

Esse tipo de identificação coletiva citada por Mouffe (2005) tornou-se evidente durante o plebiscito pela paz, mecanismo de participação que, para mim, evidenciou a paz política descrita por Shinko (2008). A campanha política a favor do “não” obteve maior sucesso do que a campanha a favor do “sim”. Um dos fatores que contribuíram para esse resultado foi a diferença nas estratégias de comunicação: enquanto a campanha pelo “sim” buscou persuadir o eleitorado destacando a complexidade e os múltiplos benefícios do acordo, a campanha pelo “não” adotou mensagens mais diretas e simplificadas (Tappe e Árevalo, 2024). Como aponta Burnyeat (2022, p. 294), uma das responsáveis pela campanha do sim e pedagogia de paz na Colômbia disse, por exemplo, que a equipe não foi “emocional o suficiente”, enquanto os líderes da campanha pelo não “mobilizaram o medo das pessoas”.

Esse medo foi mobilizado de diferentes formas, a exemplo da disseminação da ideia de que o Acordo representaria a “destruição dos valores tradicionais” e a impunidade para as FARC (Bramsen, 2022; Henriques, 2017). Além disso, muitas pessoas não foram votar porque percebiam o plebiscito como uma “politicagem”, e desconfiavam de todos os políticos

⁶² Entrevista de pesquisa concedida por María Lucía Méndez Lacorazza. Online, 22 de abril de 2025.

(Burnyeat, 2024)⁶³. Para Mouffe (2005), a ascensão desse tipo de discurso é resultado do racionalismo consensual do liberalismo, que posiciona a política no campo da moral.

O problema, portanto, não parece ter sido a politização do debate, mas sim sua despolitização. A separação da pedagogia da paz do político, considerado por maior parte do governo como populismo, trouxe um impacto relevante para o processo de paz. Foi construída, nesse sentido, uma visão binária entre racionalidade e emoção, pedagogia e política; a questão é que a relação governo-sociedade está posicionada na dimensão do político por si só – tanto porque a percepção das pessoas sobre o Estado está ligada às suas interpretações da política nacional, quanto porque é uma relação de potencial contestação (Burnyeat, 2022).

Por isso, ao crer que apenas explicar o texto seria o suficiente, o governo Santos falhou em reconhecer que as percepções políticas estão ligadas às emoções, às relações de poder e à cultura. No fim das contas, a paz é sempre política, pois envolve um acordo entre partes em conflito, negociações entre o governo e o establishment; além disso, acordos de paz reformam sistemas políticos e dependem de vontade política; ademais, o apoio público aos processos depende da forma como os cidadãos percebem a política (Burnyeat, 2022).

Ademais, a forma como a paz foi descrita também influenciou como o Acordo foi interpretado pela população, trazendo consequências para o plebiscito, por exemplo. De acordo com o paradigma da paz agonística, simples mudanças na forma como acordos de paz são retratados podem reduzir a ansiedade social em relação aos seus efeitos (Strömbom; Bramsen; Stein, 2022).

In substantial terms, we can look at how the sources of conflict are described: does the text indicate a common view of the main reasons for the conflict, or are different groups' views taken into consideration? How is the history of the conflict described? Is room left for dialogue and contention regarding the conflict's past, or should one common story of its history be established? (Strömbom; Bramsen; Stein, 2022, p.700)

No caso colombiano, o termo “pós-conflito” esteve presente no processo de paz desde o início dos diálogos em Havana, sob a perspectiva de que a paz refundaria a pátria (Larraz, 2018). O texto misturou aspectos de consenso e dissenso – ou seja, princípios da paz liberal e agonística. Apesar disso, a impressão geral era de que o conflito entre as FARC e o governo estaria resolvido, e não que as disputas continuariam por meios políticos, onde ideais como “harmonia” prevaleceram (Strömbom; Bramsen; Stein, 2022).

⁶³ Essa questão da tecnocracia do governo colombiano à época em termos de construção da paz é muito bem documentada por Gwen Burnyeat (2024) em seu livro *“La cara de la paz: gobierno, pedagogía de paz y desinformación en Colombia”*, a autora, que fez parte da equipe do Governo no processo de Havana, faz uma crítica à visão técnica e apolítica do processo de paz, o que para ela induz a erros importantes.

Toda essa discussão demonstra que tanto a incidência da sociedade civil para abrir espaços de participação quanto os dissensos manifestados no último mecanismo participativo (o plebiscito) mostraram que o processo de paz colombiano foi permeado por disputas. Essa constatação tensiona as características da paz liberal presentes nas negociações. Nosso objetivo não é propor modelos alternativos de negociação nem deslegitimar os acordos firmados, mas oferecer uma leitura distinta sobre as características do processo.

Ao deslocar o foco para as dinâmicas de contestação e conflito que o atravessaram, busco evidenciar as limitações enfrentadas pela sociedade, objetivo do próximo capítulo. Pensando nisso, aplicarei o Cubo do Poder para compreender as nuances do processo participativo, sobretudo considerando as discrepâncias entre um processo sob a lógica liberal e os dissensos típicos de uma paz política: quais foram os espaços em que houve participação? Quais foram os níveis de atuação e, por fim, como as formas de poder moldaram o processo?

3.3 Conclusões parciais

Procurando se afastar do debate teórico e adentrar na discussão empírica, este capítulo buscou evidenciar alguns elementos centrais para compreensão das origens e dinâmicas mais recentes do conflito armado colombiano. Nele, mostro que a violência política no país possui raízes históricas profundas, associadas à concentração fundiária, às desigualdades sociais e às exclusões políticas que marcaram a formação do Estado no pós-independência. Desde o século XIX, disputas entre elites partidárias e a limitação dos canais institucionais de participação contribuíram para a consolidação de um cenário em que conflitos políticos frequentemente se deslocaram para a esfera da violência armada. Nesse contexto, destaco o surgimento de grupos insurgentes, como as FARC (ator central nas negociações de paz entre 2012 e 2016), bem como a atuação de outros atores armados relevantes, como organizações paramilitares e redes associadas ao narcotráfico.

Ao longo das décadas, diferentes governos colombianos buscaram, em distintos momentos, estabelecer negociações com grupos armados insurgentes. Processos como os diálogos conduzidos durante os governos de Belisario Betancur, César Gaviria e Andrés Pastrana demonstram que a busca por uma solução negociada esteve presente na agenda política nacional por décadas, ainda que assumindo formatos e estratégias distintas. Essas iniciativas, entretanto, enfrentaram obstáculos significativos, entre os quais se destacam a persistência da violência armada, a fragmentação dos atores envolvidos no conflito, disputas políticas internas e pressões internacionais. O fracasso das negociações conduzidas durante o governo Pastrana,

conhecidas como o processo de El Caguán, a última tentativa de diálogo antes do processo iniciado por Santos, produziu efeitos duradouros no imaginário político colombiano, influenciando diretamente os contornos institucionais e estratégicos do processo de paz que se seguiria.

Após os anos da política de segurança democrática implementada por Álvaro Uribe, a chegada de Juan Manuel Santos à presidência representou um importante ponto de inflexão na condução da política de paz no país. Ao reconhecer formalmente a existência de um conflito armado interno e iniciar negociações com as FARC, o governo rompeu com a estratégia predominantemente militar adotada durante a gestão de Uribe, seu antecessor e então aliado político. Como demonstrado ao longo do capítulo, esse processo foi marcado por tensões entre diferentes visões sobre a construção da paz. De um lado, identificam-se elementos associados ao paradigma da paz liberal, expressos na condução tecnocrática das negociações, na centralidade do Estado e na influência exercida por determinados setores políticos e econômicos. De outro, a mobilização de diversos segmentos da sociedade civil, incluindo movimentos sociais, organizações de vítimas, grupos indígenas, organizações de mulheres e outros atores sociais, evidenciou que a construção da paz também constitui um espaço de disputa política, no qual diferentes atores buscam afirmar suas demandas, interesses e prioridades.

Nesse sentido, tanto a intensa mobilização social em torno das negociações quanto os dissensos manifestados durante o plebiscito de 2016 revelam que o processo de paz colombiano não pode ser compreendido apenas como um exercício técnico de resolução de conflitos. Trata-se, antes, de um processo profundamente político, e reconhecer essa dimensão é fundamental para compreender os limites e as possibilidades da participação social na construção da paz, o que será explorada de forma mais aprofundada no capítulo seguinte.

4 “LA PARTICIPACIÓN FUE BASTANTE LIMITADA”: disputas e limites da participação social no processo de paz colombiano

A primeira afirmação de Rodolfo Adán Vega Luquez, liderança indígena entrevistada no âmbito desta pesquisa, foi: *“La participación de la sociedad civil en el proceso de paz fue bastante limitada”*⁶⁴. Na prática, esse relato tensiona diretamente a narrativa dominante que caracteriza o processo como exemplar em termos de inclusão participativa, o que me levou de volta ao principal questionamento desta dissertação: de que forma as relações de poder moldaram a participação social no processo de paz colombiano (2012–2016)? A partir desse ponto de partida, este capítulo analisa os principais mecanismos participativos do processo de paz colombiano, buscando compreender como esses espaços foram estruturados, quem pôde acessá-los e quais relações de poder condicionaram suas dinâmicas e resultados. Para isso, mobilizo o Cubo do Poder a partir de três estratégias analíticas principais: identificando quais foram os tipos de espaços de participação (fechados, por convite, reivindicados/criados); analisando as particularidades dos principais níveis em que se deram as articulações do processo (local, nacional e internacional); e as formas de poder (visíveis, ocultas e invisíveis) que atravessaram tais dinâmicas. Conforme o capítulo avança, é possível notar, principalmente por meio dos relatos empíricos dos entrevistados, que o processo foi marcado por limitações importantes.

4.1 Os espaços de participação

Novos espaços de participação têm sido criados ao redor do mundo com o objetivo de ampliar o engajamento cidadão em processos políticos diversos. Esses espaços são oportunidades e canais para que as pessoas possam desafiar políticas públicas, discursos e decisões que afetam suas vidas e interesses (Gaventa, 2007, p. 213). No entanto, apesar da retórica de inclusão que acompanha tais iniciativas, a mera criação de novos espaços não implica, necessariamente, em transformações substantivas nas dinâmicas decisórias. De qualquer forma, analisá-los nos ajuda a compreender onde a participação aconteceu.

Como argumenta Gaventa (2006), os efeitos da participação dependem, em grande medida, da natureza das relações de poder que estruturam e atravessam esses espaços. A

⁶⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Rodolfo Adán Vega Luquez. Online, 24 de abril de 2025.

abertura de canais participativos em processos de construção da paz não escapa dessa lógica. Embora a literatura crítica reconheça que esses espaços são atravessados por relações de poder, ainda há espaço para aprofundar a análise de como tais dinâmicas se manifestam empiricamente e condicionam a participação em contextos específicos. O papel de construir a paz geralmente segue sendo associado aos entes estatais, conferindo pouca importância à sociedade (Henriques, 2020). Mesmo a literatura sobre conflitos armados na América do Sul, apesar dos avanços, ainda adota uma perspectiva demasiadamente estadocêntrica, ignorando o papel dos atores locais no desenvolvimento de modelos de governança alternativos (Villa; Braga; Ferreira, 2014).

Conforme apresentado na seção teórica, Gaventa (2006) distingue três tipos de espaços participativos: espaços fechados, nos quais decisões são tomadas por um grupo restrito de atores; espaços por convite, nos quais autoridades abrem oportunidades para a participação de determinados grupos; e espaços reivindicados ou criados, que emergem a partir da mobilização autônoma da sociedade, geralmente fora das arenas institucionalizadas do governo. De acordo com Idler, Mouly e Miranda (2015), esses três tipos de espaço devem ser entendidos como tipos ideais, porque estão inseridos em contextos que incluem formas híbridas, cuja distinção nem sempre é clara e de fácil compreensão, o que reforça que o Cubo deve ser usado de forma flexível. Nesse sentido, o objetivo desta seção é compreender como se configuraram tais espaços no processo de paz de Havana.

No capítulo anterior, mencionei quatro espaços principais onde a sociedade foi capaz de participar – direta ou indiretamente – para a construção do texto do Acordo de paz colombiano: o envio de formulários, físicos ou online, para a Mesa de Diálogos; os fóruns regionais e nacionais; as consultas diretas sobre os pontos da agenda com especialistas e membros da sociedade; e o plebiscito, aberto para toda a população.

Ao todo, a Mesa recebeu cerca de 68 mil contribuições advindas dos formulários (físicos e virtuais) e dos demais espaços públicos de discussão organizados pelo país. Essas contribuições não eram mutuamente exclusivas, podendo abordar mais de um tema simultaneamente. De modo geral, os conteúdos estavam relacionados aos cinco pontos da agenda: vítimas, política de desenvolvimento agrário, participação política, fim do conflito e drogas ilícitas. Dentro dessas contribuições, a questão das vítimas foi a mais recorrente, com aproximadamente 66,4 mil menções. Em seguida, destacaram-se as discussões sobre política

de desenvolvimento agrário (56,6 mil), participação política (17,3 mil), fim do conflito (15,5 mil), drogas ilícitas (8,7 mil) e, por fim, a implementação dos Acordos (4,8 mil).⁶⁵

Além disso, destacaram-se os fóruns nacionais e regionais voltados ao debate de cada um dos pontos da agenda de negociações. Esses encontros contaram com a mediação de instituições como as Nações Unidas e a Universidade Nacional da Colômbia, que desenvolveram metodologias importantes para sua realização. Assim, foram disponibilizados espaços de participação para diferentes grupos sociais. Nos dias que precederam a realização dos encontros, vários setores solicitaram mais lugares para enviar propostas. Ao todo, entre 2012 e 2016, foram realizados nove fóruns principais, onde participaram mais de 7811 pessoas, que contribuíram com cerca de 40.658 propostas aos seis pontos da agenda de negociações (Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2018):

Quadro 7 - Fóruns participativos por tema, local e data (2012–2016)

Nº	Fórum	Tema	Local	Data
01	Fórum Nacional sobre Política de Desenvolvimento Agrário Integral	Desenvolvimento agrário	Bogotá	17–19 dez. 2012
02	Fórum sobre Participação Política	Participação política	Bogotá	28–30 abr. 2013
03	Fórum sobre Solução ao Problema das Drogas Ilícitas	Drogas ilícitas	Bogotá	24–26 set. 2013
04	Fórum sobre Solução ao Problema das Drogas Ilícitas	Drogas ilícitas	San José del Guaviare	1–3 out. 2013
05	Fórum Regional de Vítimas	Vítimas	Villavicencio	4–5 jul. 2014
06	Fórum Regional de Vítimas	Vítimas	Barrancabermeja	10–11 jul. 2014
07	Fórum Regional de Vítimas	Vítimas	Barranquilla	17–18 jul. 2014
08	Fórum Nacional de Vítimas	Vítimas	Cali	3–5 ago. 2014
09	Fórum sobre Fim do Conflito e Implementação, Verificação e Referendação	Fim do conflito e implementação	Bogotá	8–10 fev. 2016

Fonte: Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2018

Documentos oficiais do processo mostram que, nos diferentes fóruns, foram reservados espaços específicos para cada um dos grupos sociais e a participação foi diversa. O Volume VII

⁶⁵ Informações cedidas à autora pela Fundación Ideas para la Paz, em resposta a solicitação realizada em 2025. Os dados possuem caráter confidencial, sendo publicáveis apenas mediante assinatura de termo específico, e não estavam disponíveis publicamente no momento da redação desta dissertação.

publicado pela Biblioteca Aberta do Processo de Paz (BAPP)⁶⁶, especialmente dedicado à questão dos mecanismos de participação, faz uma sistematização interessante. Do ponto de vista quantitativo, a participação teve uma incidência que merece destaque. Grande parte das contribuições, inclusive, vieram desses espaços.

Ademais, a ida da sociedade à Mesa de Diálogos em Havana, sobretudo das delegações, foi o aspecto mais visível do processo, e, por isso, se tornou o principal símbolo da ideia de uma negociação altamente inclusiva, elemento central da narrativa oficial do governo do início até o pós-acordo:

Sin embargo, desde el punto de vista de opinión pública y de medios de comunicación, el que tuvo siempre mayor acogida, el que tuvo mayor visibilidad, fueron las delegaciones que fueron a La Habana; y eso es lógico, porque es mucho más llamativo esas personas que viajan, que les están haciendo todo más en video, que estuvieron sentados cara a cara allá en la delegación con los miembros de las dos delegaciones. Entonces, los análisis posteriores que se han hecho y las afirmaciones que se hacen sobre la participación están, sobre todo, centradas en esas personas que participaron directamente en La Habana.⁶⁷

Essa participação direta ocorreu, principalmente, por meio do que foi denominado “consultas diretas”, mecanismo que abarcava tanto especialistas nas temáticas da agenda quanto representantes da sociedade civil, como delegações de vítimas, a subcomissão de gênero e as lideranças indígenas, que viajaram à Cuba e se sentaram na Mesa de Negociações. Conforme o desenho institucional, ambas as partes (Governo e FARC), tinham a responsabilidade de convidar especialistas com base em sua experiência técnica, trajetória acadêmica ou vivências pessoais. Ao final do processo, mais de cem pessoas foram até Havana para contribuir com as discussões (Alto Comisionado para la Paz, 2018).

Assim, foram convidados e escolhidos pelas delegações do governo e das FARC acadêmicos, representantes técnicos de associações e organizações e especialistas em processos de paz em outras partes do mundo. As partes concordaram que poderiam convidar especialistas externos para trazer contribuições a cada item da agenda, incluindo acadêmicos, políticos e construtores da paz da Colômbia e do exterior (Nylander; Sandberg; Idun, 2018)

For each point, yes. Sometimes we had, for instance, for the ceasefire, six rounds, six cycles, just listening to experts from all over the world. We brought them to Havana — people from Ireland, Nepal, Central Africa, Cambodia, people who were involved in the Salvador process. It was a big effort. It was a big effort. We wanted to listen to how they solved that ceasefire. It's impressive. So we listened — both delegations listened at the same time. And those experts were very expert because they didn't give ideas; they just talked about their process. They were really, really respectful of both parties. So, at that point, for instance — I think they have the specific data — but I

⁶⁶ Disponível em: <<https://bapp.com.co/wp-content/uploads/2021/09/Tomo-VII.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2026.

⁶⁷ Entrevista de pesquisa concedida por María Lucía Méndez Lacorazza. Online, 24 de abril de 2025.

think we listened to almost 17 experts, around 17 or 18. I can't really run a different process. Some were from the UN, like UN peacekeepers; some people who were coordinators, the head of the UN — some of those managed a lot of crises. So we listened very carefully to that. And also, I can talk to you about around 40 different processes. I studied all of them. I can talk to you about 40 different processes.⁶⁸

Considero que a abertura dos espaços foi ocorrendo – de modo direto ou indireto -, em grande medida, devido à incidência da própria sociedade civil (Mendes, 2025). De modo geral, as dimensões sociais, políticas, econômicas e históricas do conflito colombiano ajudam a explicar por que a sociedade se insere em um campo multifacetado de disputas políticas. Assim, ao longo do tempo, esses atores têm lutado por suas agendas e, entre 2012 e 2016, buscaram influenciar o processo de paz de diferentes formas – seja em defesa da desmobilização, reivindicando sua condição de vítimas ou exigindo paz e reformas sociais, políticas e econômicas voltadas à superação das causas estruturais do conflito armado (Torres; Iregui 2013).

De acordo com McGee (2017) a população colombiana tem respondido à violência de três modos principais, que não são mutuamente excludentes: ingressaram no conflito armado como atores armados; construíram espaços de cidadania democrática oferecidos pela Constituição de 1991, buscando consolidar um modelo participativo que confrontasse o modelo bipartidário elitista vigente e, por último, buscaram mitigar os efeitos do conflito sobre os civis, modelando novas normas sociais de rejeição da violência.

Em entrevista realizada para a elaboração desta dissertação, María Carolina Herrera, especialista em gênero e paz, professora e atuante junto às organizações da sociedade civil, enfatizou que foi por causa da incidência de diferentes atores da sociedade, como os povos étnicos e as mulheres, por exemplo, que as partes chegaram a negociar pontos importantes:

Bueno, yo te estaba contando que justamente por esta incidencia, por ejemplo, de pueblos étnicos, de mujeres, se llega justamente a negociar ciertos puntos que han sido súper importantes. El macro caso 9 de la Jurisdicción Especial para la Paz (JEP)⁶⁹ ha sido por la insistencia de los pueblos étnicos, que nuestro acuerdo de paz tendrá un capítulo étnico, también eso ha sido gracias a los líderes, a las lideresas que están en el país. Que por primera vez, por ejemplo, se comiencen a reconocer esos diálogos interjusticia, interjurisdiccionales, también ha sido gracias a ese grupo de personas que se han organizado. En la Comisión del Esclarecimiento de la Verdad podemos decir que el informe se nutre justamente de las voces de las víctimas, que ha sido liderada también por organizaciones de la sociedad civil. En materia de género, quienes son pioneras en toda la metodología que la Comisión de la Verdad hace acerca

⁶⁸ Entrevista de pesquisa concedida por David Aponte Castro. Bogotá, 02 de abril de 2025.

⁶⁹ A Jurisdicção Especial para a Paz (JEP) foi instituída a partir da assinatura do Acordo Final, representando o mecanismo de justiça de transição através do qual os que participaram do conflito armado são investigados e julgados.

de este capítulo, que el capítulo se llama Mi Cuerpo Dice la Verdad, es la Ruta Pacífica de Mujeres.⁷⁰

Em outra entrevista, Beatriz Quintero, da *Red Nacional de Mujeres*, ilustra bem esse cenário. Ativa nas iniciativas de incidência promovidas por organizações de mulheres, a diretora afirmou que sempre houve insistência, por parte dela e de suas colegas, por uma maior participação feminina nos espaços de tomada de decisão, o que levou ao convite por parte do governo para que participassem desses espaços:

Entonces, nosotras participábamos en esos espacios. Siempre insistimos en que si había una reunión de víctimas, fuera la mitad mujer, la mitad de hombres; si había una reunión sobre participación política, también hubiera mujeres y hubiera hombres. Logramos negociar como en el mundo de la sociedad civil para que tuvieran en cuenta que en todos esos espacios tenía que haber una muy buena participación de mujeres. Logramos, en general, no siempre fue exacto, pero lo logramos. [...] Y empezamos a hacer documentos e incidencia, y por esta razón nos llamaron a la mesa de negociación a preguntarnos cuál es el problema de ustedes.⁷¹

A Cúpula de Mulheres pela Paz, criada a partir da articulação entre nove organizações, redes e plataformas com o objetivo de garantir contribuições com enfoque de gênero (Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2018), constitui um exemplo evidente de pressão sobre atores do governo. Naquele contexto, mais de 500 mulheres exigiram uma participação ativa no processo de paz: diante da ausência de delegadas mulheres nas negociações e da ausência de representação em relação às suas propostas, se apoiaram no seguinte lema: “*Las mujeres seremos pactantes y no pactadas*”. (Cumbre Nacional de Mujeres y Paz, 2026). De acordo com Beatriz Quintero, a Cúpula foi responsável por enviar ao Presidente da República uma carta afirmando ser “inadmissível” a ausência de mulheres na Mesa de Negociações:

Nosotras propusimos, junto con otras organizaciones, una cumbre de mujeres en la que participaron aproximadamente 500 mujeres de todo el territorio. De esa cumbre salió un comunicado y una carta dirigida al presidente de la República, en la que planteábamos que era imposible que en una mesa de negociación no hubiera mujeres y que la participación de las mujeres era fundamental por muchas razones. Mencionábamos argumentos relacionados con la construcción de paz, la democracia y la Resolución 1325, entre otros. A partir de ese momento, el gobierno colombiano tomó la decisión de nombrar a dos delegadas plenipotenciarias.⁷²

A Mesa de Havana, a partir disso, respondeu à pressão das mulheres. Assim, duas delegadas plenipotenciárias do Governo foram nomeadas e a Subcomissão de Gênero foi criada,

⁷⁰ Entrevista de pesquisa concedida por María Carolina Herrera, professora e pesquisadora, com atuação prática junto a organizações da sociedade civil. Bogotá, 31 de março de 2025.

⁷¹ Entrevista de pesquisa concedida por Beatriz Quintero. Online, 30 de abril de 2025.

⁷² *Ibidem*.

sendo incluídas medidas específicas para as mulheres no Acordo (Cumbre Nacional de Mujeres y Paz, 2026). Isso resultou em um cenário em que o processo de paz conduzido entre 2012 e 2016 apresentou o maior número de participação feminina – mesmo que ainda baixo quando comparado com o número de homens – nas esferas de negociação já registrada em processos de paz, evidenciando os efeitos concretos da mobilização prévia dessas organizações na abertura de espaços institucionais:

Quadro 8 – Porcentagem de homens e mulheres nas esferas de negociação dos acordos entre o Governo e atores armados

Presidente	Homens (%)	Número total	Mulheres (%)	Número total
Belisario Betancur	92,86%	52	7,14%	4
Virgilio Barco	100%	41	0%	0
César Gaviria	98,09%	205	1,91%	4
Ernesto Samper	91,46%	75	8,54%	7
Andrés Pastrana	98,03%	149	1,97%	3
Álvaro Uribe	100%	48	0	0
Juan Manuel Santos	84,31%	43	15,69%	8

Fonte: Buitrago Rojas et. al, 2018

De forma semelhante ao caso da participação feminina, foi nesse contexto que se abriu espaço para a participação de povos étnicos – ainda que não como resultado de uma vontade ou concessão espontânea do governo. O representante da ONIC, Rodolfo Adán Vega, destacou que apesar dos indígenas e afrocolombianos manifestarem total apoio ao processo de paz e à participação nos Fóruns e, em suas palavras, “a outros espaços que se abriam”, como por exemplo na ida das delegações de vítimas em Havana, as partes seguiram discutindo pontos que afetavam seus territórios sem considerá-los diretamente:

En ese momento no se consideró que los pueblos étnicos o los pueblos indígenas tendrían que tener una participación como pueblos con derechos colectivos y derechos territoriales. Esa es la primera discusión que se da allí. Entonces, ¿qué pasa? Nosotros apoyamos el proceso de paz en ese momento como ONIC, pero también lo hacían los afros por otro lado. Sin embargo, cuando se empiezan a discutir los acuerdos parciales, especialmente el primer punto del acuerdo, que es sobre tierras y territorio, o sobre la reforma rural integral que se dio en Colombia, encontramos que se estaban discutiendo asuntos que afectaban directamente los derechos de los pueblos indígenas y los derechos también de la población afrodescendiente o afrocolombiana [...] Este es el meollo del asunto para que nosotros empezáramos a exigir tener mayor participación en las negociaciones. Porque estaban tocando, entre dos actores de la guerra, derechos que corresponden a los pueblos, comunidades que son dueños de sus territorios.⁷³

⁷³ Entrevista de pesquisa concedida por Rodolfo Adán Vega Luquez. Online, 24 de abril de 2025.

De acordo com o entrevistado, ao dialogarem com o *Consejo de paz Afrocolombiano* (CONPA), os indígenas notaram convergências de interesses com a população afrocolombiana e, assim, se juntaram e criaram o que ficou conhecido como a *Comisión Étnica para la Paz y la Defensa de los Derechos Territoriales*: “Es decir, hubo un acuerdo entre indígenas y afros para juntos incidir en las negociaciones de La Habana”⁷⁴. Houve, de fato, muita mobilização e ação popular em torno da paz, conforme citado por Andrés García, assessor do governo durante os diálogos para temáticas agrárias: “hicimos una investigación sobre las acciones colectivas por la paz [...] y se multiplicaron de manera muy interesante a través de distintos repertorios de acción colectiva la gente se movilizó en torno a la paz”⁷⁵.

Tais movimentações estão de acordo com o que Roberts e Hernandez (2017) chamam de confronto, negociação e engajamento diante das formas visíveis de poder. De acordo com os autores, quando a sociedade se depara com políticas que não consideram suas necessidades, é possível confrontar esse sistema através do lobby e monitoramento, da negociação e litigação, da educação e da mídia, de pesquisa e proposições, marchas e demonstrações e modelos alternativos. Em outras palavras, se não fosse pela pressão dessas organizações, esses espaços não teriam sido criados.

Apesar do reconhecimento da importância da participação social e da previsão de mecanismos participativos no processo, o governo colombiano parece ter adotado uma postura cautelosa quanto à abertura direta do processo, o que resultou em limitações que não podem ser desconsideradas. Como já mencionado, isso foi moldado, também, devido aos riscos associados a experiências anteriores. Assim, a participação direta na Mesa de Negociações foi conduzida sob um nível de controle mais elevado:

En el proceso de La Habana, desde la fase exploratoria y secreta, el Gobierno tuvo presente la necesidad de ser muy estratégico y cuidadoso en el diseño global de la negociación, incluyendo el rol y formato de los eventuales mecanismos de participación ciudadana. En los intentos previos de negociación con las FARC, especialmente el de El Caguán (1999–2001), no había habido suficiente claridad por parte de los negociadores sobre para qué era la participación (Lacorazza, 2022)

A criação desses espaços por convite, para além do engajamento de movimentos sociais com o Estado, podem ser criados para que espaços fechados ganhem maior legitimidade. Um ponto importante é que, muitas vezes, esses espaços podem ser capturados por elites já

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Andrés García Trujillo. Online, 23 de abril de 2025.

empoderadas e dependem da demanda contínua de atores sociais para continuarem abertos (Gaventa, 2006; Mendes, 2025).

Nesse contexto, corroboro com o argumento de Mendes (2025, p. 307), que, ao analisar a participação das mulheres, destaca que esta foi espacialmente separada, temporalmente desafiada e tematicamente restrita. A autora sustenta que houve um teto político às intenções transformadoras – ao considerar a subcomissão de gênero como uma entidade técnica e ao separá-la da Mesa de Diálogos, instituiu-se um arranjo que, embora reconhecesse formalmente a importância da perspectiva das mulheres, limitava sua capacidade política. Considero que a participação dos demais atores também foi atravessada por limitações semelhantes. Isso evidencia que a dinâmica entre sociedade e governo foi complexa e marcada por disputas e assimetrias de poder.

Quando se trata da participação direta em negociações de paz, a inclusão é considerada boa e ruim ao mesmo tempo e, por isso, só é aceita quando controlada em termos de espaço, tempo e tema (Mendes, 2025). Ao considerarmos a forma como a mobilização foi narrada ou percebida e o grau de resistência institucional enfrentado, emerge uma diferenciação significativa entre os entrevistados. Enquanto representantes de organizações de gênero e de vítimas relatam que sua inserção na Mesa decorreu, em grande medida, de convites institucionais (considerando as suas mobilizações), povos étnicos parecem ter enfrentado alguns obstáculos adicionais.

Quando questionei Beatriz Quintero, da *Red Nacional de Mujeres*, se tiveram que lutar para estar lá, ou se foram convidadas pelo governo, a resposta foi curta: “Fuimos invitadas por el gobierno, porque el gobierno era el que nos dedicaba”⁷⁶; Glorita, representante da organização de vítimas das *Madres de Socha*, neste mesmo sentido, destacou: “Al principio, operó como una invitación que les hicieron y, pues, no tuvieron mucho que hacer, solamente manifestar que querían participar”⁷⁷. Por outro lado, o relato de Rodolfo Adán Vega, liderança indígena entrevistada nesta pesquisa, mostrou que o acesso dos povos étnicos demandou maior mobilização e enfrentou resistências mais evidentes:

Allí siempre hubo una negativa a aceptar la participación directa en ese espacio de la Mesa de Conversaciones [...] Después de mucha incidencia a través de movilizaciones, protestas y gestiones diplomáticas, logramos que el gobierno nacional y las FARC aceptaran, ya al final de las Conversaciones, sentarse con nosotros de manera tripartita para discutir estos asuntos.⁷⁸

⁷⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Beatriz Quintero. Online, 30 de abril de 2025.

⁷⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Gloria Martínez Bogotá, 04 de abril de 2025.

⁷⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Rodolfo Adán Vega Luquez. Online, 24 de abril de 2025.

Essa resistência foi tanta que os povos indígenas chegaram “de última hora” em Havana. Em entrevista publicada pelo *Conciliation Resources*, Sérgio Jaramillo declarou que a visita dos indígenas à Havana ocorreu de forma espontânea:

On the very last day of the negotiations a delegation of indigenous people turned up in Havana and said, ‘You aren’t finishing this without us’! So, I went into a room full of people who represented various organisations and I said to them, ‘Okay, you’ve got four hours to come up with an ethnic chapter, because we have to finish today.’ They sat down together with my team, who did a fabulous job, and hammered out what was the ethnic chapter of the agreement. (Jaramillo, 2019, p. 53)⁷⁹

De acordo com David Aponte Castro, professor e assessor do governo durante as negociações, também entrevistado no âmbito desta pesquisa, o episódio aconteceu de forma muito rápida, e a equipe em Havana teve que se dividir em três equipes para redigir o que viria a ser o capítulo étnico:

We wrote that chapter. I remember everything happened very fast. There were three teams working at the same time, with different people involved. At that moment, I was working on the implementation point, the sixth point of the agreement, and I was responsible for that part. So we had several teams working simultaneously. It was a bit of a nightmare because we were trying to listen to everyone throughout the day. When asked how it was for the government and whether we were expecting indigenous representatives to arrive, my personal opinion is that I loved it. They were incredibly brave. These are people who have struggled with violence for centuries, so I have deep respect for those who were there. They come from the grassroots level. We, on the other hand, were working in a more technical capacity, trying to do our best. But sometimes that is not enough. We have to listen to the people who are directly suffering the consequences of the conflict.⁸⁰

Os povos étnicos não tiveram participação no desenho do processo e, desde o momento em que o esquema de negociação veio a público, a ONIC solicitou a participação formal e direta nos diálogos. Apesar disso, o que as partes chamavam de processo confidencial foi, para as minorias étnicas, um espaço fechado onde as elites políticas e as elites insurgentes decidiam o que fazer com seus territórios; assim, direitos adquiridos através de anos de luta passaram a ser ameaçados, tanto no nível nacional como internacional (Vega, 2019).

Apesar das diferenças entre as organizações de gênero e indígenas, é importante destacar, entretanto, que isso não significa que a luta das mulheres foi fácil. Em outros momentos de sua entrevista, Beatriz Quintero, também ressalta que a presença das organizações não ocorreu de forma automática. Segundo ela, houve forte mobilização prévia e uma insistência constante para garantir espaços de participação paritários entre homens e mulheres:

⁷⁹ Entrevista do Alto Comissário para a Paz durante as negociações, Sérgio Jaramillo, disponível no relatório “Inclusion in Peace Processes”, do Conciliation Resources. Disponível em: <https://www.c-r.org/accord/inclusion-peace-processes/inclusion-and-colombia-peace-process-conversation-sergio-jaramillo>. Acesso em 12 abr. 2025

⁸⁰ Entrevista de pesquisa concedida por David Aponte Castro. Bogotá, 02 de abril de 2025.

“Insistimos mucho en que tenía que ser una participación paritaria”⁸¹. A participação das vítimas também emergiu de uma organização anterior de movimentos de base (Brett, 2022).

Os espaços de participação mais amplos, aqueles destinados a toda a sociedade, como o envio de formulários e o plebiscito, estavam abertos; já os espaços de participação mais diretos não foram homogêneos nem ofereceram as mesmas condições para todos os grupos. Enquanto as mulheres contaram com um espaço institucionalizado específico – a já citada Subcomissão de Gênero – ao longo de toda a negociação, as vítimas, por exemplo, participaram diretamente por meio de delegações que viajaram, em diferentes datas, até Havana. Já os povos indígenas, afrocolombianos e camponeses experimentaram uma dinâmica distinta.

No início de sua entrevista, a professora María Carolina Herrera destacou um ponto importante sobre isso: “Cuando hablamos de sociedad civil, pareciera que fuera una masa homogénea y que todos son iguales. Y no: resulta que el conflicto armado ha impactado de forma diferenciada y desproporcionada a las personas en este país”⁸². De qualquer forma, todos parecem ter experienciado limitações frente às partes negociadoras, o que será explorado nas seções seguintes.

O conteúdo das entrevistas permite identificar que parece haver uma limitação no modelo do Cubo do Poder desenvolvido por Gaventa (2006). Apesar de o autor tratar os espaços reivindicados e criados (*claimed/created*) de forma agregada, sendo compreendidos como arenas constituídas fora das instâncias institucionais e, portanto, como importantes fontes de resistência, há diferenças importantes na origem e na própria construção de espaços que surgem a partir de pressões e aqueles que são criados independentemente por agentes sociais. Essas diferenças são maiores do que apenas extremos de um mesmo continuum, como definem Idler, Mouly e Miranda (2015). Entendo, desse modo, que o Cubo do Poder poderia ser complementado de modo a explicitar melhor como se dão as interações entre esses espaços e as arenas institucionais e como tais intersecções transformam suas características e seu status político. Em contribuição recente, McGee, Gaventa e Shankland (2026) sugerem que:

Nurture spaces where communities can play meaningful roles in planning and policy. Activists must choose strategically: accessing closed policy arenas can be all consuming but yield little. ‘Invited’ spaces despite their limits can open up dialogue with decision makers, and their rules can be contested. In ‘claimed’ spaces power and narrative are built but, to secure sustainable change, these need links to formal policy, accountability and enforcement mechanisms (McGee; Gaventa; Shankland, 2026, p. 06)

⁸¹ Entrevista de pesquisa concedida por Beatriz Quintero. Online, 30 de abril de 2025.

⁸² Entrevista de pesquisa concedida por María Carolina Herrera. Bogotá, 31 de março de 2025.

O trecho acima mostra que os autores ainda discutem de forma dicotômica os espaços reivindicados/criados (fora das instâncias institucionais, com maior poder) e os por convite (dentro das instâncias institucionais, mas com menor poder), sem considerar um 'meio termo'. Este 'meio termo' poderia ser representado pelos espaços reivindicados (*claimed*), que surgem com o propósito de exercer pressão e adentrar os espaços de tomada de decisão, enquanto os espaços criados se situam fora dessas instâncias decisórias. Nesse sentido, o caso empírico estudado demonstrou a necessidade de um refinamento adicional.

Muitas vezes, o que o autor chama de espaços reivindicados/criados surgem precisamente com o objetivo de incidir sobre instâncias de tomada de decisão formais, exercendo pressão para transformar espaços antes fechados em espaços por convite, o que precisa ser considerado de uma forma mais clara. Além disso, os chamados espaços “por convite” não constituem uma categoria homogênea. A análise empírica indica a existência de, pelo menos, duas modalidades distintas: espaços abertos por iniciativa governamental, frequentemente considerados como fonte de menor risco e como uma forma de buscar legitimidade política – a exemplo dos formulários e do plebiscito –; e (ii) espaços que emergem como resposta à pressão e mobilização social, configurando-se como concessões políticas resultantes da atuação de atores coletivos. Neste segundo caso, há uma criação bottom-up, enquanto no primeiro há uma construção top-down. Significa dizer que não são espaços semelhantes, pois são criados de modo diferente e geram formas diferentes de interações, trazendo, por consequência, possibilidades e limitações diferentes à participação da sociedade.

A partir dessas observações, proponho três complementos ao modelo do Cubo do Poder. Primeiro, os espaços *created* e *claimed* deveriam ser analisados como categorias distintas. Os espaços criados (*created*) podem ser compreendidos como arenas de resistência e de construção de narrativas alternativas fora das instâncias institucionais, desempenhando um papel relevante na produção de sentidos e identidades coletivas. Já os espaços reivindicados (*claimed*) podem ser interpretados como aqueles que operam como mecanismos de pressão na interface entre sociedade e Estado, buscando ampliar tanto o acesso quanto a qualidade da participação em arenas formais de tomada de decisão.

Segundo, o próprio conceito de espaços “por convite” necessita ser diferenciado em duas modalidades. De um lado, há aqueles abertos por iniciativa do próprio governo. De outro, existem espaços que emergem como resposta à pressão – frequentemente oriunda dos espaços reivindicados – configurando-se como concessões políticas resultantes da ação coletiva. Terceiro, é fundamental considerar que diferentes grupos sociais podem ser incorporados de maneira desigual mesmo quando acessam espaços participativos similares.

4.2 Níveis: articulações entre o local, o nacional e o internacional

A compreensão de como o poder circula nos diferentes níveis da sociedade e de quem define os caminhos para a paz (Idler; Mouly; Miranda, 2015) é central para a análise dos processos de peacebuilding. A literatura sobre a governança global tem alertado, nos últimos anos, para o perigo de focarmos a análise apenas no nível local, sobretudo em um mundo globalizado (Gaventa, 2020). Na prática, entretanto, vemos que a atuação dos atores varia: alguns concentram sua atuação no nível global, outros no nível nacional e outros no nível local. Compreender os níveis do Cubo é entender, nesse caso, como o poder circula nessas esferas.

São exemplos de espaços de atuação a nível global todos os espaços formais e informais de tomada de decisão que estão além do Estado nacional, ou seja, que ocorrem no âmbito nacional; a nível nacional são exemplos os governos, parlamentos, partidos políticos ou outras formas de autoridade ligadas aos Estados nacionais; a nível local, são exemplos os governos subnacionais, conselhos e associações (Gaventa, 2020). Apesar da atuação variar, tais níveis estão cada vez mais inter-relacionados: “local forms and manifestations of power are constantly being shaped in relationship to global actors and forces, and in turn, local action affects and shapes global power” (Gaventa, 2006, p. 28).

No caso colombiano, as formas de articulação ocorreram nos três níveis mencionados. Entre os mecanismos de participação, ou seja, os espaços de atuação identificados no tópico anterior, o envio de formulários ocorreu em nível local, já que possibilitou que os cidadãos enviassem suas propostas a partir de seus territórios. Os fóruns regionais e nacionais representaram espaços de participação nos níveis local e nacional. Para Valencia-Agudelo e Villarreal-Miranda (2017), os fóruns, constituídos em paralelo à Mesa, representaram um dos espaços de maior importância para as negociações. Nestes, divididos em 9 encontros, participaram cidadãos dos 32 departamentos do país. A ida de diferentes setores da sociedade civil – estes mais específicos – para a Mesa em Havana, Cuba, representou a mais importante articulação a nível global, onde diferentes atores internacionais estiveram presentes. Após a construção do Acordo, o plebiscito foi outro importante espaço de participação a nível nacional.

Nesse sentido, os atores sociais tiveram a oportunidade de ampliar suas vozes do nível local ao global, além de interagir diretamente com atores internacionais durante o processo de paz. Para compreender de forma mais precisa como o poder circulou entre esses diferentes níveis – indo além de simplesmente enquadrar os espaços em categorias analíticas e evitando o que Gaventa (2019) descreve como apenas “*checking the boxes*” do cubo de poder – propõe-

se analisar essa dinâmica a partir de três fluxos de interação: local–nacional, local–internacional e nacional–internacional.

Os estudos sobre paz e conflito têm concentrado, há algum tempo, suas análises na interação entre o local e o internacional, deixando em segundo plano investigações sobre a relação entre atores locais e o Estado (Mac Ginty, 2025). Na Colômbia, a relação entre o local–nacional foi marcada, por um lado, por relações de dominação (*power over*), mas, por outro, abriu espaço para a ação desses atores em novas instâncias decisórias (*power to*). Foram observadas relações de dominação relacionadas à definição do conteúdo do acordo de paz, especialmente no que diz respeito à inclusão ou exclusão de determinadas demandas sociais. Como discutido no capítulo anterior, os interesses das elites políticas nacionais, dos partidos e do próprio governo exerceram influência sobre a agenda das negociações.

Para Lara-Rodríguez e Romero (2023), em uma democracia liberal como a colombiana, os cidadãos tendem a possuir informações limitadas sobre os interesses das elites políticas, que frequentemente são eleitas graças à suas conexões com o mercado. Isso ficou evidente no plebiscito, por exemplo. Esse tipo de mecanismo tende a abrir espaço para elites que desejem trazer obstáculos aos processos de paz (Matanock e García-Sanchez, 2017). Nesse contexto, os interesses dessas elites – com destaque para Uribe e seu partido, o Centro Democrático – resultaram em alterações no texto final ratificado pelo Congresso. No que se refere aos mecanismos de participação, inclusive, o partido se negou a participar do Fórum Nacional de Participação Política, um espaço de diálogo com a sociedade civil (Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2018, p. 97, t. 07).

A mobilização contra as partes do texto relacionadas às questões de gênero, por exemplo, teve caráter circunstancial e foi ativada pelo sucesso da “campanha pelo não”, que se beneficiou de redes previamente estabelecidas e de condições políticas favoráveis. O caso demonstra que plebiscitos podem mobilizar a população contra determinadas medidas que talvez não encontrassem resistência significativa na ausência de uma campanha organizada por forças político-partidárias em nível nacional (Bramsen, 2022).

Além disso, revelando a complexidade da relação local–nacional, Nathalia Solís, da *Sisma Mujer*, explicou que parte dos setores que apoiavam a paz possuíam, ainda assim, divergências políticas com o governo Santos – que, de acordo com ela, manteve linhas econômicas e de política exterior similares à de Uribe:

Entonces, ¿qué significaba esto? Que muchos sectores políticos y sociales apostándole al proceso de paz igual sostenían diferencias en las políticas como sociales y económicas del gobierno. Y luego el otro sector, que disienta de esa apuesta por una salida negociada, estaba de acuerdo o daba continuidad con esas líneas, pero en la

retórica se mostrou como uma polarización entre el uribismo y luego como lo que se llamó el santismo.⁸³

Muitos comparavam, por exemplo, a relação governo-sociedade durante a administração Santos com o que foi vivido em administrações anteriores, destacando que agora era possível, de forma mais aberta, construir em conjunto com o governo. Parte da sociedade civil pró-paz exigia que o governo a reconhecesse como um terceiro ator nas negociações, mas muitos se queixaram que esse reconhecimento, quando chegou, foi ineficaz. De modo geral, a relação governo-sociedade nesse momento parece ter sido marcada por obstáculos, desigualdades, desconfiança interpessoal e desconfiança perante a própria ideia de Estado. Isso não significa, entretanto, que não houve cooperação (Burnyeat, 2024).

Os entrevistados destacaram que, a partir da abertura dos espaços de participação no processo de paz, muitos conseguiram ampliar sua atuação a nível nacional, com o aumento da participação em instâncias decisórias e mecanismos institucionais criados para a implementação da paz:

Además, por primera vez en Colombia, en la Jurisdicción Especial para la Paz (JEP) existen alrededor de ocho magistrados indígenas y varios magistrados afrodescendientes. Antes de esto, nunca había existido un magistrado indígena en las altas cortes del país; solo había habido una magistrada indígena en el Consejo de la Judicatura. También hubo participación de representantes indígenas y afrodescendientes en la Comisión de la Verdad. Además, se ha logrado incidir en varias de las instancias creadas por el acuerdo. Entre ellas, existe la Instancia Especial de Alto Nivel con Pueblos Étnicos, que funciona de manera paralela a la Comisión de Seguimiento, Impulso y Verificación a la Implementación (CECIVI), donde se reúnen el gobierno y la antigua guerrilla de las FARC. En esa instancia étnica también participan representantes de los pueblos indígenas y afrodescendientes para tratar asuntos relacionados con la implementación de los acuerdos.⁸⁴

Andrés García, assessor do governo durante os diálogos, nesse mesmo sentido, destacou a criação de novas lideranças sociais e que as instituições colombianas passaram a ter que desenhar políticas públicas, projetos e mecanismos de participação mais exigentes. Para ele, esses foram alguns dos efeitos práticos resultantes da Mesa de Havana:

Yo creo que uno de los efectos prácticos ha sido la creación de nuevos liderazgos sociales. Han emergido nuevas voces en las regiones a partir de su participación en los distintos espacios de la negociación y de la implementación [...] Un segundo efecto práctico es que las instituciones han tenido que diseñar, dentro de sus políticas públicas, programas, proyectos y mecanismos de participación mucho más exigentes. Hoy en día, la participación es casi un punto de partida.⁸⁵

A relação local-internacional também parece ter sido marcada por essa dualidade – a presença de doadores internacionais introduziu relações marcadas por assimetrias, mas, ao

⁸³ Entrevista de pesquisa concedida por Nathalia Solís. Bogotá, 31 de março de 2025.

⁸⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Rodolfo Adán Vega Luquez. Online, 24 de abril de 2025.

⁸⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Andrés García Trujillo. Online, 23 de abril de 2025.

mesmo tempo, abriu oportunidades para o fortalecimento organizacional de atores locais, que passaram a acessar novos recursos, redes e espaços de atuação.

García Duque e Casadiego (2021) destacam que a cooperação internacional voltada para a construção da paz incentivou a participação política, programas educacionais, a promoção de direitos humanos e iniciativas de desenvolvimento econômico. Segundo os autores, 68% dos projetos foram classificados como de desenvolvimento, 21% como assistência humanitária e 11% como ajuda de transição. Além disso, observa-se um alto nível de engajamento da sociedade civil nesses programas.

Um exemplo positivo na relação entre o nível local e internacional foi o mencionado por Rodolfo Adán Vega (ONIC). O entrevistado explicou que, após a criação da *Comisión Étnica*, foi definida uma estratégia de negociação internacional para pressionar e influenciar o processo de Havana, especialmente nos Estados Unidos, à época governado por Barack Obama, com quem as organizações afrocolombianas possuíam uma boa relação:

Y se creó allí lo que se llamó como la Comisión Étnica para la Paz y la Defensa de los Derechos Territoriales. A mí me delegan de mi organización de la UNED para que, junto con los afros, participemos en las negociaciones sobre el capítulo étnico. Y por eso allí hay un mandato para que algunos se fueran a hacer incidencia a Estados Unidos y a otros países. Estados Unidos porque los afros tenían una buena relación con el gobierno Obama en su momento, y él tenía un enviado especial al acuerdo, y sabemos la influencia de Washington en ese tipo de negociaciones. Pero a otros nos mandaron a La Habana directamente a hablar con ellos: la FARC-EP y hablar con el gobierno nacional. Allí surge toda una incidencia política de diplomacia indígena, de movilizaciones, de estrategias políticas, de relacionamiento con el gobierno, con gente cercana dentro del gobierno, pero también de diálogo directo con la FARC-EP.⁸⁶

Nesse mesmo sentido, de acordo com María Carolina Herrera, a cooperação internacional, em parceria com a sociedade civil, desempenhou um papel fundamental na implementação do acordo, por exemplo. O apoio de países como Suíça, Suécia, Espanha, Alemanha e Noruega teria sido determinante para viabilizar medidas previstas no acordo, constituindo avanços que, segundo ela, merecem ser reconhecidos⁸⁷.

Tais perspectivas, no entanto, tendem a enfatizar os efeitos positivos da cooperação internacional – o que não deve ser subestimado – dedicando menor atenção às limitações e tensões que também marcaram esse processo. Entre essas limitações estão, por exemplo, os possíveis efeitos de dependência financeira, a influência de agendas externas sobre prioridades locais e as assimetrias de poder que podem emergir nas relações entre doadores internacionais e organizações da sociedade civil (Vogel, 2022).

⁸⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Rodolfo Adán Vega Luquez. Online, 24 de abril de 2025.

⁸⁷ Entrevista de pesquisa concedida por María Carolina Herrera. Bogotá, 31 de março de 2025.

No caso do MOVICE, onde estive em Bogotá, observa-se que a chegada de recursos de organizações internacionais esteve associada a um processo de acomodação institucional e desmobilização política, com conseqüente reorientação de prioridades e impactos sobre a dinâmica de mobilização do movimento. Para a representante do movimento, Eugenia Castro, apesar das vantagens práticas desses apoios, como o custeio de transporte e alimentação, esse novo cenário criou uma dependência e desviou parte da energia mobilizadora das vítimas. Além disso, tornou-se necessário seguir as diretrizes temáticas impostas pelos financiadores, como a exigência de oficinas sobre gênero, mesmo em contextos de extrema violência e insegurança, o que gerou tensões e uma percepção de desconexão com as urgências políticas do momento:

Por ejemplo, todas estas organizaciones [...] pues todas: “Nosotros les damos un dinero, pero queremos que se hagan unos talleres sobre género.” Imagínense uno, en plena guerra, en pleno “me están matando”, pero hay que hablar de género. Eso fue impuesto. Entonces, hablemos: las mujeres nos empoderamos y yo no tengo qué comer, y están matando a mi marido, a mi papá, a mis hermanos, a mí misma... pero hay que hacer la reunión sobre género. [...] En su momento no estaba dentro de nuestros planes. Nuestro horizonte político de inmediato era, a ver, había una emergencia, otras cosas más importantes. Entonces nos imponen esto y es obligación y entonces viene un promedio de 30 mujeres, y yo quiero que trabajen sobre el género en tal departamento y en tal otro. Tal otro tema, yo quiero que lo trabajen, este otro tema, aquí y allá. Claro, ellos se imponen. Entonces, uno sutilmente terminó — nosotros terminamos — hablando del género, y los estaban matando.⁸⁸

Para Correal e Bengoa (2023), a cooperação UE-Colômbia priorizou relações diplomáticas “suaves” em detrimento de um respaldo político incisivo à sociedade civil. Além disso, verificou-se uma distribuição desigual de recursos, com concentração nos processos de fortalecimento institucional do Estado, muitas vezes voltados a organizações de nível nacional, sem necessariamente responder às demandas concretas de vítimas.

International cooperation has attained its structure in a world with serious social, political, economic and cultural inequalities. These are directly related to the modern geopolitical order, a result of long-term relationships and processes, such as the colonial experience. This global order orients and conditions the EU’s cooperation in countries such as Colombia, while also giving rise to structural limits to the EU’s cooperation, such as a Eurocentrism and the coloniality of its power. These are expressed, among other ways, in political and economic interests. The political interests are related to what kind of society is sought and the routes by which to achieve it; and the second with economic policies that favour the countries of the global North. (Correal e Bengoa, 2023, p. 345-346)

Outra assimetria identificada na relação entre os níveis local e internacional refere-se ao próprio mecanismo de participação direta na Mesa de Diálogos. A possibilidade de apresentar propostas presencialmente em Havana exigia deslocamento internacional e recursos financeiros

⁸⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Eugenia Castro. Bogotá, 31 de março de 2025.

que muitos atores da sociedade civil não possuíam. Esse requisito logístico funcionou, na prática, como uma barreira de acesso para diversos grupos sociais. Além disso, segundo o assessor David Aponte Castro, a escolha de Havana como sede das negociações teve também um caráter estratégico, pois permitiu concentrar o processo em um ambiente mais controlado e menos sujeito à pressão direta da opinião pública. Diferentemente de processos anteriores, como o de El Caguán, nos quais havia maior proximidade territorial entre as negociações e a população, a realização dos diálogos em Cuba impôs obstáculos logísticos à participação presencial⁸⁹.

Por fim, no que se refere à interação nacional-internacional, a Colômbia tem trabalhado com doadores internacionais na Estratégia de Cooperação Internacional desde 2003, desenvolvendo diferentes planos estratégicos desde então (García Duque e Casadiego, 2021). Destaca-se, portanto, o papel desempenhado por diferentes mecanismos de cooperação e acompanhamento externo ao longo do processo de Havana. Entre eles estão a presença de especialistas internacionais assessorando o governo colombiano, o envolvimento de organizações multilaterais e a participação formal de países terceiros nas negociações. De acordo com a BAPP (2026), durante a fase secreta, Cuba, Noruega e Venezuela acompanharam o processo e forneceram apoio para as reuniões entre as partes, que concordaram que organizações como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) facilitariam as operações necessárias para esses encontros.

Durante a fase pública das negociações, foram atribuídos papéis formais a Cuba e Noruega, que atuaram como garantidores, e a Chile e Venezuela, que atuaram como acompanhantes. Além disso, representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na Colômbia, juntamente com a Universidade Nacional da Colômbia, contribuíram para o desenvolvimento dos mecanismos de participação. Outros países, como Alemanha, EUA e União Europeia enviaram delegados especiais para a Mesa de Diálogos na condição de observadores.

Ademais, as partes concordaram em convidar especialistas de diferentes países para compartilhar suas experiências durante as negociações. De acordo com o assessor Andrés García, sua equipe manteve diversos diálogos com o governo brasileiro, especialmente sobre a experiência do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), bem como sobre políticas de segurança alimentar, reforma agrária e mecanismos de participação⁹⁰. Apesar disso,

⁸⁹ Entrevista de pesquisa concedida por David Aponte Castro. Bogotá, 02 de abril de 2025.

⁹⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Andrés García Trujillo. Online, 23 de abril de 2025.

em Havana, especificamente, os atores internacionais, assim como a sociedade civil, tiveram um papel limitado e pontual (Mendes, 2025).

Esse cenário de relação entre o nacional e o internacional difere de casos frequentemente mobilizados pela literatura crítica da paz liberal, nos quais atores internacionais tiveram papel central na definição do próprio desenho do processo político da paz. No caso analisado, a influência internacional ocorreu de forma mais indireta, e, assim, não parece ter havido imposições tão diretas sobre o governo. Ao contrário, conforme discutido acima, as formas de poder parecem ter sido mais visíveis nas interações do nível local e internacional. Nesse sentido, abordagens que atribuem centralidade excessiva à influência internacional correm o risco de obscurecer a agência de elites locais, que também instrumentalizam a paz de acordo com seus próprios interesses.

É importante destacar, no entanto, que, em outros momentos da história, a Colômbia esteve inserida em relações mais assimétricas entre o nível nacional e internacional no que diz respeito à construção da paz, em linha com as críticas de Chandler (2006) à paz liberal. Um exemplo disso foi o Plano Colômbia, lançado no fim da década de 1990 com apoio direto dos Estados Unidos. Mas, apesar do discurso pró-paz e anti-drogas, a assistência militar piorou o conflito no país, desgastando ainda mais as relações entre as guerrilhas e o Governo e, além disso, atrapalhando negociações de paz (Delacour, 2000). Esse panorama desaguou para uma relação assimétrica, também, entre o internacional e o local: o ambiente de violência intensificado pelo Plano resultou na perpetuação de ameaças a defensores de direitos humanos, a exemplo do exílio de Padre Javier Giraldo (Chomsky, 2000).

Tais evidências demonstram que processos de paz híbrida envolvem ações de contestação, compliance, coexistência entre um arranjo de atores, tais como organizações internacionais, Estados, comunidades, organizações transnacionais, corporações e outras. Esses atores, entretanto, não possuem um papel físico – eles podem contribuir para a paz em alguns momentos e o enfraquecer em outros, e o poder deles pode mudar dependendo do tema em disputa (Mac Ginty, 2025). A seguir, buscarei entender como as diferentes formas de poder – visível, oculto e invisível – propostas por Gaventa (2006) condicionaram a participação da sociedade na construção do Acordo de paz.

4.3 Formas: as nuances do poder visível, oculto e invisível

As evidências apresentadas nas seções anteriores mostram que a participação se deu em espaços variados e em múltiplos níveis de articulação. No entanto, a existência desses

mecanismos não garante, por si só, que as reivindicações da sociedade sejam acatadas pelas partes. Por isso, para compreender os limites dessa participação, é necessário examinar como o poder operou nesses espaços e níveis, o que contribuirá para responder definitivamente à pergunta de pesquisa desta dissertação. Embora o processo de paz colombiano tenha aberto espaços participativos em múltiplos níveis, a incidência da sociedade civil foi atravessada por diferentes formas de poder (Gaventa, 2006), o que a manteve sob controle e sob as fronteiras do politicamente possível (Mendes, 2025).

Em contextos marcados por violência direta, estrutural e simbólica, o poder tende a operar de diferentes maneiras. Além do poder visível, associado aos processos formais de tomada de decisão, e do poder oculto, relacionado à definição da agenda política, essas dinâmicas também se manifestam como poder invisível, atuando de forma difusa ao moldar normas, valores, crenças e comportamentos (McGee, 2017). No caso do processo de paz colombiano, os elementos da paz liberal identificados no capítulo anterior parecem ter agravado esse cenário, reforçando dinâmicas específicas de poder ao invés de questioná-las.

Os movimentos de politização promovidos por atores da sociedade civil, por sua vez, representaram tentativas de questionar esses limites e buscar transformações, ao deslocar suas reivindicações para a esfera pública, seja por meio de espaços reivindicados/criados, seja através dos espaços por convite identificados ao longo do processo. Apesar de seus méritos e dos avanços alcançados, o âmbito político segue sendo marcado por disputas pelo exercício do poder sobre quem recebe o quê, quando e como (Hay, 2025).

Dito isso, ao abordar o poder visível, questiona-se o que está previsto nas legislações e regras formais, quem toma as decisões e como ocorre o processo (Gaventa, 2006). No estudo de caso aqui proposto, apesar da abertura de espaços e do discurso pró-inclusão, o poder decisório permaneceu concentrado nas partes.

Com relação ao primeiro mecanismo de participação, ou seja, o envio de propostas via formulários, vale destacar que não havia uma regra específica sobre o recebimento das propostas – estas eram apenas insumos: “yo creo que en general las partes fueron receptivas, pero no había una regla sobre como las partes iban a recibir o trabajar”⁹¹, destacou Andrés García, assessor do governo. Isso foi confirmado pela coordenadora de Participação, María Lucía Méndez, que parafraseou as intenções dos negociadores em relação à sociedade civil: “tiene derecho a decir lo que quiera, pero yo tengo el derecho de incluirlo o no, porque usted no hace parte de la mesa de negociaciones directamente”⁹².

⁹¹ Entrevista de pesquisa concedida por Andrés García Trujillo. Online, 23 de abril de 2025.

⁹² Entrevista de pesquisa concedida por María Lucía Méndez Lacorazza. Online, 22 de abril de 2025.

As propostas chegavam até Bogotá e eram enviadas para Havana através de um serviço de correio físico e, ao chegar em Cuba, havia uma equipe de pessoas encarregadas de digitalizar as propostas manualmente. O Governo contratou o think-tank *Fundación Ideas para la Paz*, que construiu uma base de dados quantitativa e qualitativa sobre os formulários enviados. Andrés García destacou que os problemas de infraestrutura do país representaram obstáculos nesse momento⁹³. A responsável pela coordenação do setor de participação durante os diálogos de paz, María Lucía Méndez, por outro lado, assegurou: “puedo decirte que el Gobierno de una manera muy rigurosa, si usó para cada una de las propuestas que llevaba a la mesa de negociaciones”⁹⁴.

De acordo com Mendes (2025), as FARC, por sua vez, não dispunham de meios para processar as propostas em um banco de dados. A autora destaca que Jesús Santrich, um dos negociadores do grupo, afirmou que essas propostas sequer chegaram a ser abertas, e isso não por falta de vontade das FARC. Ainda pra Mendes, tampouco está claro o grau de influência exercido pelas contribuições oriundas dos dois primeiros mecanismos de inclusão — os formulários e os fóruns — sobre as decisões tomadas na mesa de negociações. Os relatos são divergentes: enquanto algumas fontes sustentam que até 73% das propostas teriam sido incorporadas aos acordos, outras, incluindo declarações de funcionários do governo, indicam que elas serviram apenas como fonte de consulta. Houve, também, informações no sentido de que foram sendo progressivamente ignoradas à medida que as negociações avançavam.

Ainda em relação às regras formais e processos da Mesa, ficou evidente que o espaço era controlado. Primeiro, não havia um canal de diálogo entre a Mesa e o que acontecia fora dela: os negociadores informavam o que estava acontecendo através de comunicados oficiais, mas não recebiam perguntas; ao receber as propostas, também não havia uma troca direta: “por esa razón no había foros, ni reuniones virtuales, ni chats o espacios donde se diera un diálogo formal entre las FARC y la sociedade civil com presencia del gobierno. Todo eso estaba prohibido”⁹⁵.

A coordenadora María Lucía Méndez, membro da delegação do governo, destacou que a participação direta em Havana assumiu um caráter muito mais simbólico do que propositivo, percepção compartilhada com a diretora da *Red Nacional de Mujeres*, Beatriz Quintero, que enfatizou que as negociações eram parte de um processo bipartite, afinal, de acordo com ela, o conflito era entre o Estado e a guerrilha. Sobre a Subcomissão de Gênero, de modo específico:

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ Entrevista de pesquisa concedida por María Lucía Méndez Lacorazza. Online, 22 de abril de 2025.

La subcomisión es una comisión creada por miembros de la mesa, que decidían sobre temas específicos que luego se incluían dentro del acuerdo, recogiendo consultas realizadas a la sociedad civil. Sin embargo, no era la sociedad civil sentada discutiendo cómo iba a quedar redactado el texto, no. Yo recogía las propuestas y luego, en la subcomisión, se decidía la redacción, la manera como se incluía y demás. La sociedad civil, sobre todo las organizaciones de mujeres y las organizaciones de género, dicen — y yo creo que tienen mucha razón en decirlo — que fue gracias a ellas y a sus ideas que esa perspectiva de género quedó en el acuerdo. Yo creo que eso es cierto, creo que eso es verdad. Pero, técnicamente hablando, ellas no dialogaban directamente para incluirlo ni hacían las propuestas de forma directa en esos espacios; más bien participaron en los foros, enviaron sus propuestas y utilizaron los mecanismos de consulta existentes. La mesa siempre decía: yo recojo, pero no garantizo que quede. Yo lo voy a tener en cuenta, lo consulto, lo leo, pero no estoy obligado a garantizar que esto vaya a quedar. Luego habrá un espacio donde se discutirá qué se incluye y qué no se incluye. Hay, digamos, ese filtro de participación.⁹⁶

Quintero destacou, ainda, que após a abertura de espaços para as mulheres nas negociações, a participação era restrita a diálogos e que eram convidadas apenas às vezes para reuniões. Após a nomeação de mulheres como delegadas para a Mesa, a partir de movimentação da Cúpula de Mulheres, mencionado na seção anterior, ela afirmou que as organizações de gênero puderam ter um diálogo mais aberto com a Mesa, mas que isso se restringiu a convites pontuais: “[...] era una relación de conversación, no como delegadas, sino como sociedad civil. No estábamos en la mesa de negociación, aunque a veces éramos invitadas a algunas reuniones”⁹⁷. Posteriormente, complementou:

Entonces, todo el tiempo también fuimos invitadas cuando se hizo la presentación de lo que se llamó el enfoque de género. En ese momento fuimos invitadas como actrices importantes, y yo estuve en La Habana en esa reunión en la que se presentaba el enfoque de género del acuerdo de paz, que fue, digamos, muy importante. Así, nuestra participación fue más de incidencia que de negociación; es decir, no formábamos parte de la negociación propiamente dicha, sino que incidíamos en el proceso, y eso es muy importante entenderlo.⁹⁸

Outro aspecto relevante diz respeito à forma como os especialistas eram selecionados para interagir com a Mesa de Diálogos. Cada delegação indicava pessoas que poderiam ser convidadas a partir de discussões sobre temas específicos e, em geral, buscava-se manter uma paridade entre as partes e, salvo em casos de veto explícito, as delegações aceitavam os nomes propostos. Assim, para a maioria dos temas eram organizadas duplas ou grupos equivalentes de convidados selecionados diretamente pelas delegações:

Funcionaba, funcionó muy parecido a como casi funcionaba todo. Y es que cada una de las delegaciones nominaba o seleccionaba a personas distintas. Lo que se acordaba era que cada uno podía llevar sus propios invitados, siempre que hubiera iguales

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Beatriz Quintero. Online, 30 de março de 2025.

⁹⁸ *Ibidem*.

condiciones, es decir, el mismo número de personas o igual número de delegados de lado y lado para que pudieran participar. O, si llegaban a un consenso —que no siempre se buscaba—, podían acordar que fuera la misma persona. En la mayoría de los casos, lo que se hacía era que cada uno escogiera a alguien. Y, salvo que hubiera un veto directo —“no, esta persona no por estas razones”—, las delegaciones aceptaban a las personas que se nominaban del otro lado. Entonces, para casi todos los temas siempre había duplas: uno y uno, o dos y dos, o tres y tres delegados por cada tema. El gobierno tenía las personas que consideraba interesantes porque o eran expertos en el tema — aunque no siempre lo eran— o, en otras ocasiones, eran personas que habían vivido el tema. Por ejemplo, campesinos que sabían mucho sobre cuál es la dinámica del cultivo de coca en el territorio. No es un experto ambientalista o experto en cultivos ilícitos, pero lo vive de primera mano. O las víctimas mismas: su experiencia es más por vida que necesariamente por conocimientos técnicos. Así, de diferentes perfiles, las personas fueron escogidas de esa manera. En comités y subcomités de las delegaciones se decidía quiénes iban, por ambos lados.⁹⁹

Assim, embora atores externos pudessem participar, sua presença dependia da indicação e da aprovação das partes negociadoras, que mantinham o controle institucional sobre o acesso a esses espaços. Quando questionei Andrés García, assessor do governo, sobre a recepção das partes em relação às propostas, sua resposta remeteu à dicotomia entre inclusão e exclusão debatida por Thania Paffenholz (2014). Processos de paz frequentemente enfrentam a tensão entre, por um lado, ampliar a inclusão de atores sociais e, por outro, preservar a eficiência e a capacidade decisória das negociações. Apesar dos avanços em relação à discussão sobre participação, na prática, a tensão identificada por Paffenholz ainda é parte da realidade:

Siempre es un reto lograr conciliar y armonizar la necesidad de que la mesa avance, y avanzar con resultados relativamente rápidos, versus la necesidad de tener mucha inclusión y que sea un acuerdo legítimo e incluyente. En esa balanza, digamos, yo creo que en general las partes fueron receptivas, pero no había una regla sobre cómo las partes iban a recibir o trabajar, o darle tratamiento metodológico a las propuestas de la sociedad civil. Eran un insumo, y ya las FARC por su lado y el gobierno por su lado le daban su propia valoración a cómo incorporarlas en sus propuestas.¹⁰⁰

Essas evidências indicam que o controle formal do processo decisório permaneceu concentrado nas partes negociadoras, correspondendo ao poder visível, ou seja, a dimensão que se manifesta nas regras formais, instituições e processos observáveis de tomada de decisão (Gaventa, 2020; 2006). Ainda que a sociedade tenha apresentado propostas, participado de fóruns ou ter sido convidada para espaços específicos, a autoridade final sobre a incorporação dessas contribuições permaneceu na mesa dos delegados. Assim, a participação operou sobretudo como um mecanismo consultivo, não desafiando ou alterando a estrutura formal de tomada de decisão do processo de paz.

⁹⁹ Entrevista de pesquisa concedida por María Lucía Méndez Lacorazza. Online, 22 de abril de 2025.

¹⁰⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Andrés García Trujillo. Online, 23 de abril de 2025.

Compreendo que parte dessas escolhas esteve relacionada aos antecedentes do processo de Caguán. O objetivo aqui não é, necessariamente, criticar a forma como as negociações foram conduzidas ou como as regras formais foram estabelecidas, afinal reconheço que a resolução de um conflito nunca é uma tarefa simples. O objetivo é, antes, evidenciar como o poder condicionou o desenho e os limites do processo de participação.

Para além de compreender quem decide formalmente, é igualmente importante analisar quais temas chegam à mesa de negociação, quais vozes são consideradas legítimas e quais permanecem à margem do debate. Essa discussão remete ao conceito de poder oculto, entendido como a capacidade de certos atores de moldar a agenda política e delimitar os termos do debate, mantendo determinadas questões fora das negociações e favorecendo alguns interesses em detrimento de outros (Gaventa, 2020).

Esse tipo de poder se manifesta na capacidade de certos atores ou grupos de controlar processos “nos bastidores”. Isso ocorre quando grupos dominantes definem quem pode ou não ter acesso aos espaços e quais temas devem entrar na agenda; trata-se de um controle que ocorre, frequentemente, por meio de procedimentos formais e informais que protegem interesses estabelecidos e excluem determinadas demandas. Entre suas manifestações estão estratégias de deslegitimação de lideranças e reivindicações – por exemplo, quando atores são rotulados como radicais, não representativos ou problemáticos –, a desvalorização de certas pautas, consideradas impraticáveis ou economicamente inviáveis, e o controle da informação, seja pela restrição de acesso a dados relevantes ou pela invisibilização de determinados temas (Roberts e Hernández, 2017).

No caso colombiano, considero que muitos dos elementos explicitados pelos entrevistados estão diretamente ligados à arquitetura da paz liberal discutida no capítulo anterior. Fraser (2009) concorda que a capacidade de influenciar decisões políticas não depende apenas de regras formais, mas também das relações de poder enraizadas na estrutura socioeconômica. Ao buscar compreender os modos de dominação na sociedade moderna, destaca que a justiça ocorre, de fato, quando há distribuição dos recursos materiais, reconhecimento e representação. Sem isso, haveria uma falsa representação, que ocorreria “quando as fronteiras políticas e os procedimentos de decisão fossem exercidos através do impedimento a algumas pessoas de participarem como pares na interação social” (Santos, 2020, p. 165).

Os entrevistados mencionaram discussões que tentaram levar às negociações, mas que não conseguiram. Quando pensamos nas vítimas, por exemplo, as contribuições dos fóruns somaram, em conjunto, cerca de 22,1 mil registros, o que corresponde a aproximadamente 32%

do total de contribuições recebidas (Alto Comissariado pela Paz, 2018). A participação direta das vítimas emergiu de lutas históricas de base e os participantes impuseram suas narrativas às negociações, se apropriando de um espaço de agência e contestação, o que foi um marco importante para o processo, marcando uma mudança efetiva nas negociações (Brett, 2022).

Apesar disso, limitações importantes foram identificadas: as delegações eram pouco representativas, demandas como reforma agrária abrangente foram excluídas do acordo final e demandas para investigar terceiros foram removidas posteriormente. A incorporação das demandas das vítimas dependeu de sua convergência com os interesses das partes negociadoras e de atores políticos e econômicos poderosos; a inclusão, portanto, falhou em reconhecer e transformar relações de poder e os fatores estruturais do conflito (Brett, 2022).

Isso tem sido explorado por parte da literatura, que questiona a efetividade de modelos de *peacebuilding* centrados na questão das vítimas, apontando que, apesar da retórica de inclusão, as iniciativas podem servir mais aos interesses de agendas estatais do que às necessidades reais das pessoas (Firchow e Slim, 2022; Brett, 2022; McEvoy e McConnachie, 2012). Nesse mesmo sentido, Robins (2017) argumenta que isto é parte de um discurso que se tornou, nos últimos anos, um sustentáculo do projeto de paz liberal, especialmente no Sul Global. Essa apresentação das vítimas parece ser um esforço para legitimá-las e apresentá-las como parte de um esforço técnico e apolítico, enquanto suas necessidades reais nem sempre são plenamente atendidas:

Victims have become a fetish in transitional justice, fetishism being concerned with the difference between subjects and objects. While the language of participation and agency is increasingly used to describe the relationship between victims and processes of transitional justice, they remain almost entirely their object, with no capacity to exert significant impact on a prescribed process that unfolds according to a global model, largely unchanged by rituals of consultation. There remains no consensus on the role of the victim in transitional justice despite the rhetoric that surrounds her, while the structural limitations of the dominant mechanisms of trials and truth commissions accommodate victims only as nominal or instrumental actors. Instrumentalisation appears to be the defining characteristic of the relationship between victims and the mechanisms of transitional justice: such institutions require victims, but the benefits to victims of their role appear limited (Robins, 2017, p. 57-58).

O próprio enquadramento de muitos atores na categoria de “vítimas” leva ao comprometimento com uma forma de participação individualizada, restrita a molduras previamente definidas pelos negociadores, o que tende a apagar dimensões coletivas da mobilização e a agência política e contestatória desses atores (Guerra, 2020). Eugenia Castro (MOVICE) explicou que muitas propostas apresentadas nas negociações, especialmente

aquelas relacionadas à igualdade territorial e à redistribuição de terra, não foram implementadas conforme haviam sido formuladas originalmente:

Muchas cosas, por supuesto, no se cedieron. Lo más importante no se cedió. Y muchas de las propuestas no se aplicaron como se planteó originalmente [...]. También se planteaba la devolución de las tierras. Las exigencias del MOVICE eran la devolución de las tierras que habían sido quitadas por los paramilitares, no otras tierras distintas que ahora quisieran entregar a los campesinos. Eso no se cedió. No se concedió. [...] Entonces muchas cosas siguen ahí. Sí, dicen: “vamos a devolver unas tierras”, pero no las tierras que ustedes tenían, porque ahora en esos lugares hay hoteles, resorts u otros proyectos. Entonces dicen que devolverán tierras, pero no las originales. En lugar de eso, les ofrecen una pequeña parcela y les dicen que la dividan entre todos y, si no les gusta, pues así queda. Así de sencillo.¹⁰¹

Em seguida, afirmou que foi dada prioridade às vítimas das FARC, enquanto as vítimas do Estado teriam sido marginalizadas nesse processo: “Siempre seguimos sin ser reconocidos. Nos siguen desconociendo”¹⁰², destacou. Gloria Martínez, nesse mesmo sentido, afirmou que sua companheira, Luz Marina, foi quem participou das negociações diretas. Mesmo assim, identificou faltas no processo:

Pero bueno, ella fue la que fue a La Habana. Pero realmente todo lo que pasó allá, digo yo, lo vemos desde lejos porque no estuvimos allá. Nada de lo que se dijo... no nos tuvieron en cuenta, y aunque hayamos escrito algo, nunca pasó nada realmente con ningún otro gobierno. [...] No, yo pienso que todavía falta mucho. Porque, por ejemplo, ¿por qué a nosotras no nos llaman cuando hay esos talleres? ¿Cómo se llama? ¿Un taller o un seminario en el que se está hablando de paz? Nosotros de pronto lo podemos hacer a nivel de la universidad, pero con los de alto mando no. Y hay veces que nos citan a ciertos lugares y luego dicen que a uno le dio dolor de estómago, que otro se fue al médico, y nos cancelan la cita. Entonces, ¿por qué lo hacen? Eso es como burlarse de uno. Digo, yo lo veo así. Entonces, si vamos a buscar una paz, pues busquémosla entre todos. No importa de dónde seamos.¹⁰³

A entrevistada acrescentou que, embora não tenha participado diretamente das negociações, considerava necessária maior participação e destacou que, frequentemente, apenas aqueles com mais recursos conseguiam acessar esses espaços: “yo veo que de pronto pueden participar personas que sí tengan dinero”. Disse, ainda, que sente que o processo não foi tão efetivo: “No hay paz, hay violencia”¹⁰⁴.

Após as visitas a Havana, pouco se ouvir falar dos “sessenta”, ou seja, os membros das delegações de vítimas. Em 2017, os participantes criticaram a falta de compromisso do governo, afirmando que se sentiram usados para dar um selo ao processo de paz. Durante a elaboração do marco jurídico no Congresso para formalizar os mecanismos consagrados no ponto cinco do

¹⁰¹ Entrevista de pesquisa concedida por Eugenia Castro. Bogotá, 31 de março de 2025.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ Entrevista de pesquisa concedida por Gloria Martínez. Bogotá, 04 de abril de 2025.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

acordo, a participação das vítimas foi quase inexistente (Brett, 2022). Camilo Romero, membro da quinta delegação de vítimas, afirmou em entrevista que demandas relacionadas à justiça transicional, por exemplo, entraram nos acordos; mas outras, mais sensíveis, relacionadas por exemplo às mudanças na política militar e na investigação contra crimes de estado foi deixada de fora da Mesa pelas partes negociadores (Mendes, 2025, p. 229).

Nesse mesmo sentido, ao analisar a atuação das organizações de gênero, Mendes (2025, p. 322) identifica múltiplas formas de “exclusão dentro da inclusão”. Como aponta a autora, existiram diversos exemplos desse fenômeno no papel que as mulheres puderam desempenhar na mesa de negociações. A busca pela representação enquanto partes contratantes no acordo – o que foi muito bem resumido pela expressão “*las mujeres no queremos ser pactadas sino pactantes*” –, capazes de introduzir transformações políticas relevantes em matéria de gênero, não foi possível. Assim, a disputa entre os que buscavam transformação e os que defendiam a permanência do status quo levou a construção de um acordo híbrido (Mendes, 2025).

Como bem explicou a professora María Carolina Herrera, apesar da atuação e incidência, as mulheres ainda encaram muita resistência, porque, no fim do dia, a Colômbia segue sendo “*el país del Sagrado Corazón*”¹⁰⁵. Para Nathalia Solís, da *Sisma Mujer*, não faltou articulação por parte das organizações feministas. Segundo ela, nem as FARC e nem o governo queriam abrir o processo de paz para a participação e o que faltou foi maior disposição por parte dos homens que ocupavam posições de elite, para demonstrar mais consciência e renunciar, ainda que parcialmente, aos privilégios associados às posições de poder que ocupavam¹⁰⁶.

Um exemplo disto foi o que Beatriz Quintero (*Red Nacional de Mujeres*) relatou, ao afirmar que, se não fosse pela incidência das organizações de mulheres, tanto o governo quanto a guerrilha iriam deixar assuntos relacionados ao conflito diretamente relacionado à violência contra as mulheres:

Pero hubo algo muy importante: empezamos a ver, en la discusión del acuerdo de paz, que tanto el gobierno como la guerrilla iban a dejar pasar desapercibida la violencia sexual contra las mujeres en el marco del conflicto armado. Porque incluso el presidente de la República dijo — no sé si se entiende, pero en Colombia se dice que cuando uno tiene que aceptar cosas dice: “me tengo que tragar unos sapos” —, es decir, que tiene que aceptar y aguantar ciertas cosas, como a veces ocurre en las parejas. Y él dijo que teníamos que tragarnos algunos sapos, y uno de esos sapos era la violencia sexual. Y nosotras, algunas de nosotras, dijimos: no nos podemos tragar ese sapo. No podemos admitir que la paz en Colombia esté basada en la aceptación de la violencia sexual contra las mujeres. Entonces empezamos a hacer documentos y a

¹⁰⁵ Entrevista de pesquisa concedida por María Carolina Herrera. Bogotá, 31 de março de 2025.

¹⁰⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Nathalia Solís. Bogotá, 31 de março de 2025.

hacer incidencia. Por esta razón nos llamaron a la mesa de negociaciones para preguntarnos cuál era el problema.¹⁰⁷

Atualmente, a violência sexual é reconhecida como uma das formas mais visíveis de violência de gênero em contextos de conflito armado, afetando majoritariamente mulheres (Sanandres; Molinares; González, 2026). De acordo com as autoras, no caso colombiano, apesar da criação da subcomissão durante as negociações, persistem preocupações quanto à insuficiência do processo de paz em abordar plenamente essa questão.

Outras manifestações em relação ao poder de agenda estiveram relacionadas, por exemplo, às demandas de populações indígenas. O processo, de modo geral, representou limitações ao caráter emancipatório da luta indígena; o Acordo, por sua vez, reforçou a autoridade estatal e a preservação de um modelo econômico extrativista neoliberal (Guerra, 2020). Essa crítica ao modelo de desenvolvimento é especialmente importante porque os indígenas vivem em regiões cobiçadas pelos grupos em conflito, sobretudo devido às riquezas naturais como carvão e gás, para além das boas condições para o cultivo de Coca, cana-de-açúcar e palmeira de óleo (Klein, 2017).

No informe produzido pelo Centro Nacional de Memória Histórica e pelo ONIC, *Tiempos de Vida y Muerte* (2019), que reúne discursos de lideranças, parece haver um forte descontentamento com os mecanismos formais de inclusão, o que envolve questionamentos sobre a falta de espaço para críticas ao modelo de desenvolvimento econômico endossado pelo processo e à respeito da extensão do conceito de vítima: “Nessa categoria [...] há o comprometimento com uma forma de participação estritamente individual, restrita a enquadramentos pré-definidos pelos negociadores de paz (de acordo com a lógica do dilema inclusão vs. efetividade) e que remete à subjetividade política moderna/liberal” (Guerra, p. 176, 2020).

Há, portanto, uma tentativa de confiscar a agência política desses atores. Para Luis Fernando Arias, então coordenador da ONIC, os povos indígenas são “antes de tudo, sujeitos políticos” e que “a partir dessa dignidade coletiva” lhes caberia propor uma agenda que promovesse “transformações estruturais” (Arias apud Guerra, 2020, p. 179). Isso, entretanto, não parece ter sido possível.

Rodolfo Adán Vega nos relatou que os negociadores estavam debatendo temas que eram fundamentais para os povos indígenas, mas sem sua participação, com destaque para a reforma agrária e o acesso a terras. De acordo com ele, a questão das terras – sendo, segundo

¹⁰⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Beatriz Quintero. Online, 30 de abril de 2025.

ele, cerca de 31% do território nacional propriedade de povos indígenas – foi essencial para que eles exigissem maior participação junto ao governo e às FARC. A ideia era propor um “diálogo tripartite”, e não bipartite: os povos indígenas deveriam, portanto, ser considerados como uma terceira parte negociadora na Mesa:

Entonces, ¿qué sucedía? Además del acceso a tierras, se estaban discutiendo temas de catastro multipropósito, temas que tienen que ver con la reforma rural, es decir, los planes de reforma que tienen que ver con acceso a derechos: alimentación, agua potable, saneamiento básico, producción, acceso al crédito. Bueno, son dieciséis planes de reforma rural que se pactaron en el acuerdo final, entre otros temas que se discutían puntualmente sobre tierras. Este es el meollo del asunto para que nosotros empezáramos a exigir tener mayor participación en las negociaciones. Porque estaban tocando, entre dos actores de la guerra, derechos que corresponden a los pueblos y comunidades que son dueños de sus territorios [...] Estos derechos sentíamos que se podían vulnerar al estar pactando un acceso a tierra individual para habitantes del campo sin tener en cuenta los derechos colectivos. [...] Es decir, que la negociación sobre nuestros derechos no podía ser bipartita entre las diadas contendientes, sino que tenía que ser tripartita, una discusión de tres partes: Gobierno, FARC y pueblos indígenas.¹⁰⁸

O testemunho evidencia as tensões entre o desenho institucional do processo de paz e as reivindicações territoriais dos povos indígenas. A exigência de uma negociação tripartite emerge, assim, como uma estratégia política para desafiar esse arranjo, reafirmando a agência e a autoridade desses povos sobre seus territórios. Ao afirmar que seus direitos poderiam ser vulnerabilizados caso as discussões ocorressem sem sua participação, o entrevistado expressa um grau significativo de desconfiança em relação ao Estado e aos atores negociadores, especialmente no que diz respeito ao controle da agenda das negociações. Nesse sentido, a fala sugere a percepção de um exercício de poder oculto, no qual determinados atores são capazes de definir quais temas e vozes são incluídos ou excluídos do processo decisório.

Durante as negociações em Havana, onde Rodolfo Adán Vega esteve presente, segundo ele, o diálogo nem sempre foi fácil: inicialmente, conversavam com os delegados, mas, se algo não fosse aceito, tentavam falar dos chefes negociadores. De acordo com o entrevistado, o processo foi marcado por momentos de tensão e uma postura nem sempre maleável por parte do governo e das FARC:

Hubo tensiones fuertes por momentos, hubo tensiones y posturas también muy duras por parte de ambos. Porque nosotros también le decíamos en ese caso a las FARC de que nosotros no éramos su base social, de que los pueblos étnicos éramos autónomos en nuestras decisiones, de que no aceptáramos que ninguno de los dos hablara por nosotros, sino que nosotros teníamos nuestra propia incidir en muchos aspectos, y que las luchas nuestras aun que podían coincidir en muchos aspectos también tenían sus diferencias en otros.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Rodolfo Adán Vega Luquez. Online, 24 de abril de 2025.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

No que se refere ao controle da agenda para proteger interesses específicos, o que está diretamente ligado ao poder oculto (Roberts e Hernandez, 2017), o líder indígena mencionou que as FARC, por exemplo, não gostavam quando eles falavam sobre autonomia sob seus próprios territórios; já o governo não gostava quando tentavam discutir temáticas ambientais, proteção do território e conservação em contraponto ao modelo econômico que privilegia a mineração:

Por ejemplo, a la FARC no le gustaba mucho cuando nosotros hablábamos de autonomía, de gobiernos propios, ¿sí? De gobernar nuestros territorios, ¿sí? Porque tienen una visión más marxistas, leninista, algunos otros ya más progresistas, pero ahí hay una discusión interesante sobre su visión de estar y sobre la visión que nosotros tenemos sobre el Estado. Obviamente al gobierno tampoco le gustan muchos aspectos que se plantean, sobre todo el tema ambiental, el tema de protección del territorio, de conservación, frente al tema minero, frente al modelo económico.¹¹⁰

Os pontos centrais dentro da temática de terra eram acesso e uso de terras, programas de desenvolvimento com enfoque territorial, infraestrutura e adequação de terras, desenvolvimento social rural, estímulos à produção agropecuária e à economia solidária e um sistema de segurança alimentar¹¹¹. Ao final do processo, foram apresentadas 958 propostas sobre a temática à Mesa de Negociações de Havana. Apesar disso, o desenho final acordado entre as partes não questionou relações históricas de poder no campo e, portanto, foram incapazes de alterar a estrutura desigual de posse fundiária no país (Escallón, 2021). Sem justiça econômica, a participação em processos de *peacebuilding* se tornam limitadas (Pinkeviciute, 2025). O assessor Andrés García mencionou que poucas pessoas foram à Havana falar da temática agrária, por exemplo¹¹²; Mendes (2025, p. 230) também destaca os camponeses como um dos grupos marginalizados em relação à participação direta em Havana: “a few sectors that have reportedly been left out from negotiations’ inclusive momentum, on the other hand, were *campesinos* [...]”.

As evidências indicam que quando as demandas confrontavam interesses estruturais ou ameaçavam alterar lógicas de status quo consolidadas, as partes recorriam a mecanismos de controle de agenda, característicos do exercício do poder oculto. Esse controle se manifestou na definição de quais temas poderiam ou não ser debatidos; assim, o grau de controle que a sociedade civil tinha sobre o processo de paz foi mais aparente do que real, porque dependia da vontade das elites políticas e das características da democracia liberal colombiana, em que a

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ Informação obtida a partir de banco de dados sigiloso da Fundación Ideas para la Paz (FIP), think tank responsável pela sistematização de informações relacionadas à Mesa de Diálogos de Havana, ao qual a autora teve acesso mediante autorização.

¹¹² Entrevista de pesquisa concedida por Andrés García Trujillo. Online, 23 de abril de 2025.

população muitas vezes não conhece ou tem consciência dos interesses dos grupos dominantes (Lara-Rodríguez e Rodríguez-Romero, 2023).

Essa dinâmica, onde problemas estruturais são reconhecidos, mas não são enfrentados efetivamente é algo comum na prática política liberal. Como argumenta Susan Marks, o discurso sobre as “causas profundas” frequentemente reconhece fatores estruturais das violações, mas sem sugerir medidas capazes de transformá-los de fato. Assim, ainda que relatórios de direitos humanos identifiquem raízes socioeconômicas das violações, tais fatores raramente aparecem nas recomendações, que tendem a privilegiar propostas consideradas mais práticas (Marks, 2011 apud Pinkeviciute, 2025).

Permanece, portanto, o desafio em distinguir projetos genuinamente transformadores ou meras retóricas quando processos participativos são analisados, sendo necessário maior atenção para as dimensões socioeconômicas (Vogel, 2022) e políticas (Shinko, 2022) dos processos de paz. Isso nos remete novamente à discussão sobre o poder invisível, que molda as fronteiras psicológicas e ideológicas da participação: questões importantes não são mantidas apenas fora da mesa, mas também fora da consciência popular, influenciando a forma como os indivíduos pensam seu lugar no mundo. É uma forma de poder que molda a crença, o senso de identidade e a aceitação que as pessoas têm do status quo, levando à aceitação de estruturas injustas (Gaventa, 2006; 2020). A literatura sobre poder invisível, desenvolvida sobretudo a partir da década de 1970, enfatiza como essa forma de poder atua na construção de significados e na delimitação do que é considerado aceitável no debate político (McGee, 2017).

Autores como Gramsci destacam o papel da hegemonia e da formação de uma “falsa consciência” na reprodução das relações de poder; Foucault chama atenção para a difusão do poder por meio do discurso, do conhecimento e dos chamados “regimes de verdade”; enquanto Bourdieu aponta para a dimensão cultural e simbólica do poder, continuamente legitimada pela interação entre agência e estrutura. Em termos gerais, trata-se de uma forma de poder que opera ao estabelecer barreiras psicológicas e ideológicas que limitam a agência cidadã e as possibilidades de participação política (McGee, 2017).

Sobre o primeiro mecanismo de participação, o envio de formulários, apesar do grande número de envio de contribuições, a professora María Carolina nos trouxe uma perspectiva interessante, sugerindo que apesar dos mecanismos existirem, parte da população desconhecia os canais de participação. Isso criou barreiras cognitivas, limitando a consciência sobre as oportunidades disponíveis:

Existieron mecanismos de participación físicos y también virtuales para que la gente pudiera llevar sus propuestas en los distintos puntos del acuerdo final de paz. La gente

no tenía ni idea de que existían estos mecanismos, pero también siempre pasa por el ejercicio de que hay que leer. A ver, hoy en día en la sociedad hay un grupo de personas que lee y hay otro gran número de personas que no lee.¹¹³

Nesse mesmo sentido, Eugenia Castro, do MOVICE, afirmou que um dos problemas na Colômbia é que muitas pessoas afirmam não se interessar por política, o que, para mim, reflete processos de despolíticação já discutidos nas seções anteriores e que podem ser compreendidos como parte das dinâmicas de poder invisível. Assim, a dimensão daquilo que é político é associado, muitas vezes, ao indesejável:

Pues para la población civil en su conjunto, creo que es más la gente que se niega a reconocer, como que dice: a mí la política no me interesa, para nada, no sé de política, yo no opino. Por lo tanto, esté quien esté, con tal de que yo tenga un mínimo trabajo, si sean dos horas diarias, con eso me basta.¹¹⁴

Enquanto isso, grupos dominantes dispuseram da política como instrumento para preservar o status quo. Em seu relato, María Carolina Herrera destacou ainda que os meios de comunicação na Colômbia pertencem a grupos politicamente influentes e que a questão central é o que é “publicável”; neste sentido, a mídia não reflete, necessariamente, o interesse público. Aqui, o poder opera através da construção de narrativas e enquadramentos, que moldam diretamente a percepção das pessoas, podendo definir o que é considerado verdade ou não.

Y lo que pasa es que cuando hablamos de medios de comunicación todavía hay una idea súper tradicional de los medios tradicionales, que además los medios tradicionales en Colombia han implicado también unas fuerzas políticas. Los medios de comunicación acá le pertenecen a ciertos grupos que han sido muy poderosos. Entonces no se trata de que los medios de comunicación de lo público, sino de lo publicable. ¿Qué puedo publicar?¹¹⁵

Para além disso, a “campanha pelo não” exerceu forte influência no debate público, sendo o plebiscito um dos mecanismos participativos que melhor ilustrou essa dinâmica. Embora apresentado como um instrumento democrático de consulta popular, o plebiscito acabou refletindo disputas políticas mais amplas, nas quais determinados atores conseguiram moldar os enquadramentos do debate e contestar elementos do acordo resultantes do processo participativo. Quando questionados sobre o plebiscito, todos os entrevistados demonstraram certo grau de frustração com o resultado, atribuindo-o às narrativas políticas construídas, sobretudo, por Álvaro Uribe e seu grupo político.

¹¹³ Entrevista de pesquisa concedida por María Carolina Herrera. Bogotá, 31 de março de 2025.

¹¹⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Eugenia Castro. Bogotá, 31 de março de 2025.

¹¹⁵ Entrevista de pesquisa concedida por María Carolina Herrera. Bogotá, 31 de março de 2025.

Um primeiro elemento importante é que a população, ao contrário de Caguán, se sentia muito distante de Havana e, por isso, a construção de narrativas na Colômbia parece ter sido mais fácil: “La gente se sentía a una gran distancia”¹¹⁶, relatou David Aponte Castro, assessor do governo durante os diálogos. Isto criou um ambiente favorável para a disseminação de notícias falsas: “como no había información simplemente empezaron a construir una serie de mitos”, estas que reforçavam a mobilização das emoções contra o tecnicismo, o que foi enfatizado por Andrés García, também assessor:

Se metieron unos temas de género y educación sexual que no tenían nada que ver, que la Iglesia cristiana, las iglesias cristianas, trabajaron aprovechando una coyuntura de una política pública del Ministerio de Educación. Entraron temas muy complejos de carácter moral, como pagar cárcel o la participación en política de parte de ex comandantes guerrilleros. Entonces fue un plebiscito — como lo estamos viendo, bueno, ustedes en Brasil lo han vivido también en las elecciones — muy movido a partir de las emociones en las redes sociales, pero no sobre lo que estaba escrito. Y el acuerdo es un acuerdo muy técnico, muy especializado, muy engorroso, muy difícil de leer, muy difícil de comprender: más de 300 páginas, escrito en un lenguaje de acuerdo político.¹¹⁷

Durante conversas informais com motoristas de aplicativo em Bogotá, Medellín e Cartagena, ficou evidente que muitos não acreditavam no processo de paz. Um deles afirmou que os representantes da sociedade civil que viajavam a Havana faziam isto com o uso de impostos dos colombianos comuns, e que estariam indo até lá para “fumar charutos”, questionando a legitimidade participativa. Esse tipo de percepção ilustra, por exemplo, a circulação de narrativas que buscaram deslegitimar a participação social.

Para Beatriz Quintero (*Red Nacional de Mujeres*) o problema também foi a desinformação e polarização promovida por determinados grupos políticos: “la derecha y la oposición, muy irracionalmente [...] querían polarizar mucho [...] la narrativa de la ideología de género fue utilizada de manera muy complicada”. Nathalia Solís (*Sisma Mujer*) também citou os “factores políticos partidários electorales” como disputas que “contaminan la vida cotidiana”¹¹⁸. Rodolfo Adán Vega, liderança indígena, expressou opinião semelhante, destacando que a votação acabou se tornando uma discussão política em relação às diferentes tensões entre atores políticos colombianos.

Pero entonces empezaron a decir de cuánta cosa había por parte de la derecha en el país para atacar al gobierno, próximo a una nueva elección, obviamente, y con estrategias, digamos, muy manipuladas por los medios de comunicación, como que el acuerdo tenía unos temas de género que iba a homosexualizar a los niños en Colombia.

¹¹⁶ Entrevista de pesquisa concedida por David Aponte Castro. Bogotá, 02 de abril de 2025.

¹¹⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Andrés García Trujillo. Online, 23 de abril de 2025.

¹¹⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Nathalia Solís. Bogotá, 31 de março de 2025.

Temas tan absurdos como esos llegaban a decir, pero todo para atacar más políticamente al gobierno.¹¹⁹

Ele atribuiu a situação ao que chamou de uma “estrutura colonizadora muito forte”. Narrativas como a de “ideologia de gênero” podem ser compreendidas justamente como uma manifestação de poder invisível, uma vez que operam por meio de processos de socialização que levam à internalização de determinados valores (Gaventa, 2006; Roberts e Hernandez, 2017). Assim, o resultado foi um cenário de controvérsias sobre a abordagem centrada nas vítimas, a inclusão das FARC na política nacional, a inclusão das mulheres no acordo, a consideração de direitos LGBTQ. Após a rejeição do acordo, e sua posterior reconstrução, várias referências explícitas a gênero foram reduzidas ou modificadas: enquanto o primeiro mencionava gênero 113 vezes, o texto final passou a mencionar 59 vezes, e referências diretas à diversidade foram removidas (Bramsen, 2022). Esse trabalho de reformulação foi citado pelas entrevistadas Beatriz Quintero e Nathalia Solís. Para a segunda:

Luego se constituye ya después de la firma del acuerdo — como que no tenía el nombre aún —, pero cuando se empieza a decir: bueno, ¿cómo vamos a...? Literal, esto fue tomar el texto del primer acuerdo y buscar dónde cada mención a mujer, mujeres, LGBTIQ o lesbianas, gays y demás, y decir: ¿cómo podemos decir lo mismo de una forma más modulada, como en términos simbólicos? Nosotras, por ejemplo, hicimos ese ejercicio. Y fue: tratemos de que, por ejemplo, las 150 medidas que estaban en la primera versión del acuerdo —del que no se aprueba en el plebiscito—, si cambiar una palabra nos va a permitir que sigan el mismo número de medidas que después podemos rasgar y que agarrarnos de allí, aunque seamos en ese terreno, pues sí, digámoslo así, simbólico. Como por ejemplo el hecho de no decir mujeres, lesbianas, hombres gays, personas bisexuales, sino la sigla. [...]¹²⁰

Ainda sobre a questão das palavras a serem utilizadas, pareceu evidente que era necessário haver um filtro capaz de modular a linguagem, de modo a torná-la mais aceitável politicamente. Nesse sentido, Beatriz Quintero destacou: “No logramos que se dijera la palabra paritarios, sino que logramos que se dijera adecuada”. Em seguida, afirmou que o próprio termo gerava temor entre aqueles interessados em preservar o status quo: “Hay una resistencia muy grande a la paridad”.

Yo entiendo por qué. En el Congreso de la República, en el Senado de la República hay 102 senadores. En este momento hay 30% de mujeres. Si fueran 50% obligatorios, tendrían que salir 30 hombres. Tendrían que salir. Entonces, es la dificultad: la paridad — voy a decir — perjudica a los hombres. Y así lo ven ellos, ¿cierto? Les quita espacios. Lo que ellos no logran entender y que nosotros insistimos en decir es que es en la democracia, y que la democracia tiene que representar a la población tal cual es.

¹¹⁹ Entrevista de pesquisa concedida por Rodolfo Adán Vega Luquez. Online, 24 de abril de 2025.

¹²⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Nathalia Solís. Bogotá, 31 de março de 2025.

Pero la paridad le quita privilegios, le quita espacio de representación a los hombres. Y ellos se resisten.¹²¹

Nesse caso, parece haver prevalência do poder invisível, que ocorre quando há um molde do que é considerado “normal”, controle de informação, práticas, normas culturais para moldar a compreensão que as pessoas têm sobre os limites de seu lugar, papel, direitos e capacidades (Roberts; Hernandez, 2017). O poder invisível influencia como os indivíduos pensam seu lugar no mundo, moldando as crenças das pessoas e a aceitação do *status quo*; transformam, de modo geral, a forma como as pessoas se percebem e percebem aqueles ao seu redor (Gaventa, 2006).

As elites colombianas foram atores centrais no Acordo de Paz, especialmente após o fracasso do plebiscito, e o seu comportamento é uma variável fundamental para a sustentabilidade do texto. Essas próprias elites reconhecem que apoiar ou não o Acordo gera diferentes consequências, ou seja, são conscientes do significado de seu apoio (Bohigues; Rivas; García, 2021). A construção da paz, no fim das contas, depende dos interesses das elites locais, que podem exercer tanto poder quanto atores internacionais – algo que os autores da VL, por exemplo, precisam dar maior atenção (Paffenholz, 2015); Na Guatemala, nos anos 1990 e na Quênia, em 2007, as elites locais, assim como na Colômbia, rejeitaram e fizeram campanhas abertas contra os acordos de paz desenvolvidos com o apoio da sociedade civil, especialmente no que se refere às temáticas ligadas às causas estruturais do conflito armado (Paffenholz, Poppelreuter e Ross, 2023).

Ao tentar enquadrar a construção da paz como um processo técnico, consensual e distanciá-lo das dimensões do político, a paz liberal tende a obscurecer disputas e assimetrias de poder – assim, o debate, que se torna despolitizado, é uma forma de exercer poder. A mobilização, resistência e insistência da sociedade, ao contrário, é uma forma de tentar politizar o debate: no sentido de questionar ordens pré-existentes e trazer reivindicações importantes para a mesa (Shinko, 2008).

A politização é o processo através do qual uma questão passa a ser percebida como uma questão coletiva. Um exemplo é a preocupação com as mudanças climáticas: reconhecer esse processo como algo causado pelos seres humanos, levando a questionamentos sobre o que devemos fazer a respeito é um exemplo de politização desse tipo (Hay, 2025). Assim, a “politização” do debate não é, em si, o problema; este reside, na verdade, na instrumentalização

¹²¹ Entrevista de pesquisa concedida por Beatriz Quintero. Online, 31 de abril de 2025.

das diferentes formas de poder por elites econômicas e grupos político-partidários – o que ocorre, também, através da despolitização.

Apesar da lacuna na literatura em relação às atitudes das elites e seu apoio em processos de paz (Bohigues, Rivas e García, 2021), no caso colombiano, o que ficou evidente é que, assim como em outros processos de paz ao redor do mundo, a inclusão de temáticas voltadas à transformação de um status quo desigual (frequentemente apontado como um dos fatores estruturais que sustentam os conflitos armados) esbarrou em interesses políticos e econômicos específicos. Na prática, foram reveladas tensões entre diferentes agendas, todas ligadas à dimensão do político.

Ultimately, the parties were skilful in associating indirect mechanisms of inclusion, such as regional forums and local mobilisations, with direct mechanisms that brought social movements closer to the table while still keeping them outside decision-making circles. This is definitely not to say that everyone in Colombia was happy and felt included in a satisfactory fashion – on the contrary, as the referendum results showed, dissatisfaction with the process was wider than expected (Mendes; Siman; Fernández, 2020, p. 326).

De acordo com Paffenholz, Poppelreuter e Ross (2023, p. 369), quando elites nacionais se mostram relutantes em relação à participação, estratégias de advocacy voltadas à ampliação do apoio público aos processos de paz podem elevar os custos políticos dessa resistência, gerando pressões indiretas sobre tais atores. Nesse sentido, desvelar as diferentes dimensões pelas quais o poder opera em processos de paz, especialmente em contextos de participação da sociedade civil, constitui um passo fundamental para analisar, em um primeiro momento, como as elites podem restringir tais dinâmicas e, posteriormente, como podem ser formuladas estratégias de incidência capazes de tensionar essas restrições.

4.4 Conclusões parciais

A análise dos mecanismos de participação no processo de paz colombiano, à luz do Cubo do Poder, indica que as arenas participativas se abriram, em grande medida, a partir da incidência da sociedade civil, que os níveis de articulação se distribuíram entre as escalas local, nacional e internacional, e que as três formas de poder (visível, oculto e invisível) atravessaram o processo participativo.

Sobre o primeiro ponto, vale destacar que tais instâncias, embora formalmente abertas, configuraram-se como arenas reguladas pelas partes negociadoras, o que limitou seu potencial transformador. Nesse sentido, as reivindicações apresentadas não foram suficientes para superar

as assimetrias de poder existentes, as quais condicionaram o acesso, a permanência e a efetiva capacidade de incidência política dos diferentes segmentos.

A análise dos espaços evidenciou, ainda, as seguintes limitações no próprio modelo do Cubo de Gaventa (2006). O caso empírico evidenciou que as categorias de participação reivindicadas/criadas (claimed/created) possuem origens e funções distintas e, por isso, podem ser compreendidas como categorias analíticas diferenciadas. Ademais, os mecanismos “por convite” não se apresentam de forma homogênea, podendo resultar tanto de iniciativas governamentais quanto de processos de mobilização social. Mecanismos como o envio de formulários e o plebiscito, por exemplo, parecem ter sido predominantemente instituídos pelo primeiro tipo, enquanto formas de participação mais direta e os fóruns dependeram de maior pressão social.

Por fim, observou-se que, mesmo incidindo em espaços semelhantes, os grupos foram incorporados de maneira desigual. A partir disso, três complementos ao modelo foram propostos: (i) a distinção entre espaços reivindicados e criados; (ii) a diferenciação entre tipos de espaços por convite; e (iii) o reconhecimento da incorporação desigual de grupos sociais, mesmo em espaços formalmente semelhantes.

A compreensão dos níveis de participação revelou que houve articulação nos três níveis, conectando dinâmicas locais, nacionais e internacionais. De modo geral, essa articulação apresentou duas faces: a de dominação e a de empoderamento. Na interação entre o local e o nacional, foi observada a persistência de relações de dominação exercidas por elites locais; por outro lado, a participação no processo de paz fez com que diversos atores tivessem maior acesso a instâncias decisórias posteriormente. No eixo local-internacional, a cooperação abriu oportunidades, a exemplo das articulações da ONIC com o governo Obama à época, mas também reproduziu dependências e tensões em torno da definição de prioridades em relação à agenda de doadores internacionais e movimentos locais, a exemplo do que ocorreu com o MOVICE. No eixo nacional-internacional, a influência externa foi relevante, porém menos impositiva do que em casos frequentemente associados às críticas à paz liberal.

Por fim, a análise das três formas do poder evidencia que a participação social foi moldada por regras formais, mas também pelo controle de agendas e pela influência discursiva e preferências de determinada elite política e social durante o plebiscito. No plano do poder visível, as partes negociadoras mantiveram controle sobre os procedimentos, acesso e a decisão final acerca da incorporação das propostas da sociedade, o que conferiu à participação um caráter mais simbólico e consultivo. No plano do poder oculto, houve controle da agenda e a exclusão de demandas que confrontavam interesses estruturais, como aquelas relacionadas à

redistribuição de terra, à autonomia territorial, ao modelo econômico e à transformação mais profunda do status quo. Já no plano do poder invisível, sobretudo através do plebiscito, foi observada a predominância de narrativas, valores e enquadramentos que moldaram a percepção pública sobre o processo de paz, sobre a participação e sobre a política colombiana.

Assim, esse capítulo buscou demonstrar, principalmente a partir das entrevistas coletadas, de que forma as dinâmicas de poder atravessaram a participação da sociedade durante a construção da paz na Colômbia. Esta foi marcada por uma tensão permanente e, embora diversos mecanismos formais de inclusão tenham sido criados, limitações importantes foram identificadas. A conclusão é, portanto, que a participação foi significativa, mas não plenamente capaz de redefinir os termos do processo, permanecendo circunscrita às fronteiras do politicamente possível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como se deu a participação da sociedade civil no processo de paz colombiano, especialmente no contexto das negociações entre o governo de Juan Manuel Santos e as FARC-EP, realizadas em Havana entre 2012 e 2016. Na época, o processo foi apresentado no âmbito internacional como um dos modelos mais bem-sucedidos – sobretudo devido à inclusão de diversos atores sociais –, levando o então presidente a receber um Nobel da Paz. Esse cenário me levou à seguinte pergunta de pesquisa, que guiou todo o trabalho: De que forma as relações de poder moldaram a participação social no processo de paz colombiano (2012–2016)?

Para responder à pergunta, a dissertação foi estruturada em três capítulos principais. No primeiro, apresento as perspectivas críticas do debate sobre a paz nas Relações Internacionais, destacando como abordagens despolitizadas (como a noção de paz liberal) podem limitar a compreensão dos conflitos armados e dos próprios processos de construção da paz. Argumento, nesse sentido, que é fundamental analisar tais fenômenos à luz dos fatores estruturais que sustentam a violência, reconhecendo a centralidade da participação social na construção de processos mais sustentáveis no longo prazo.

Contudo, conforme evidenciado pela literatura, a participação não pode ser compreendida apenas em termos quantitativos. Conforme apontado por Paffenholz (2015), não basta ampliar o número de atores incluídos, sendo necessário avaliar a qualidade da influência exercidas por eles. A partir disso, sugiro um deslocamento analítico em direção a uma abordagem ao conceito da paz agonística: ao propor a repolitização da paz, reconhecendo o dissenso e as relações de poder como elementos constitutivos dos processos de *peacebuilding*. Para melhor ilustrar o Estudo de Caso, como contribuição original, apresento ainda um diálogo entre o conceito e o Cubo de Poder de John Gaventa (2006), permitindo uma análise mais sistemática de como o poder opera nos processos participativos a partir de três dimensões: espaços, níveis e formas. Toda essa articulação teórica orientou a análise empírica desenvolvida nos capítulos seguintes.

Assim, o segundo capítulo se inicia apresentando um panorama histórico do conflito colombiano, evidenciando suas raízes e causas, como a disputa por terras, o controle de riquezas e as exclusões do processo decisório. Demonstro que, desde a independência até a assinatura do Acordo em 2016, os colombianos foram vítimas de momentos de inflexão violentos, todos ligados à dimensão da política e do político: entre 1899 e 1958, por exemplo, destacaram-se

disputas bipartidárias violentas, o que levou a momentos como o período de “La Violencia”. Mesmo com a criação da Frente Nacional, outros atores políticos continuaram excluídos do pacto de tomada de decisão, o que contribuiu para o surgimento das FARC. Ao longo do tempo, a intensificação do narcotráfico, do paramilitarismo e das desigualdades sociais complexificou ainda mais o conflito armado, dificultando as recorrentes tentativas de processo de paz. Entre as tentativas, destaco o processo de *El Caguán* como um antecedente importante, o que influenciou a formulação do processo de Havana.

A partir disso, proponho uma análise do processo de Havana a partir de duas lentes. De um lado, identifico elementos associados à paz liberal, como a tentativa de tratar o processo como “técnico” e “não-político”, bem como os impulsos em afastar os “ruídos políticos” das negociações, um dos motivos para a vitória do “não” de acordo com autores como Burnyeat (2024); além disso, observo a priorização de interesses específicos, como o de elites locais, indústrias extrativistas, e, nesse mesmo sentido, o compromisso com o desenvolvimento econômico dentro da lógica de mercado por parte de atores internacionais. Por outro lado, em contraponto a isto, as mobilizações sociais e os dissensos no contexto do plebiscito demonstraram, ao contrário, que o processo foi político, permeado por disputas, reivindicações e relações de poder.

Consideradas as características sobre o processo de paz, o terceiro capítulo concentrou-se na análise empírica da participação social. Em relação aos espaços de participação, constato que a sociedade, a partir de mobilização e incidência, fez com que houvesse a abertura de espaços por convite. O acesso exigiu constante disputa por reconhecimento e inclusão, e nem sempre foi igual para os distintos grupos identificados no processo. A análise empírica me levou à propor três novos refinamentos ao Cubo de Gaventa: a) *created* e *claimed*, usadas de forma conjunta pelo autor para se referir aos espaços por reivindicação, deveriam ser analisadas como categorias distintas; b) o próprio conceito de espaços por convite precisa ser diferenciado de forma mais clara na literatura: há aqueles abertos por iniciativa dos governos, considerados de menor risco; e aqueles que emergem como resposta à pressão social; c) é preciso considerar como diferentes grupos podem ser incorporados de maneira desigual mesmo quando incidem nos mesmos espaços.

Sobre os níveis de atuação, observo uma articulação simultânea entre o local, o nacional e o internacional, com interações dinâmicas entre os três níveis, que oscilaram entre dinâmicas de dominação e empoderamento, revelando a complexidade do processo. Ao analisar as formas de poder, identifiquei a presença das três dimensões propostas por Gaventa: o poder visível, manifestado nas regras formais do processo; o poder oculto, evidenciado na definição de

agendas e na exclusão de determinadas demandas, sobretudo aquelas que pressionavam interesses das partes; e o poder invisível, perceptível sobretudo na construção de narrativas durante o plebiscito, quando a atuação de elites políticas influenciou as percepções da população sobre as negociações.

Quadro 9 – Resultados sobre os espaços, níveis e formas de poder

Espaços	Reivindicados	Por convite (Tipo 1)	Por convite (Tipo 2)
Níveis	Espaços de reivindicação da sociedade colombiana, como a <i>Cumbre Nacional de Mujeres</i> e a ida dos indígenas e afrocolombianos à Mesa (<i>Comisión Étnica</i>)	Mecanismos abertos pelo governo, sem necessidade de tanta incidência, com destaque para o envio de Formulários e para o Plebiscito	Mecanismos abertos pelo governo após pressão da sociedade, como a ida de delegações à Mesa e a criação de Fóruns Nacionais e Regionais
	Local-nacional	Local-internacional	Nacional-internacional
Formas	Relação de dominação e, ao mesmo tempo, abertura para atuação em novos espaços de tomada de decisão	Relações de assimetria (com dominação por parte de doadores e da cooperação internacional) e fortalecimento organizacional de atores locais, que passaram a acessar novos recursos e espaços (como no caso da articulação da Comissão Étnica com o governo Obama)	Relação majoritariamente de cooperação, menos impositiva
	Visível	Oculto	Invisível
	Regras de participação controladas por normas rígidas, condicionando o desenho do processo	Controle de agendas, como a resistência em avançar discussões que pudessem alterar o status quo ou o poder das partes negociadoras	Mobilização de narrativas por parte de elites locais, internalizadas pela população; violência cultural

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

Os resultados demonstram que a inclusão formal da sociedade em processos de paz, embora relevante, nem sempre é suficiente para garantir uma participação substantiva, confirmando o argumento inicial e atendendo aos objetivos propostos pela pesquisa. As dinâmicas de poder continuam a moldar quem participa, como participa e com quais efeitos. Assim, a participação observada no processo colombiano foi marcada por avanços importantes, mas também por limitações que não podem ser desconsideradas pela literatura.

De modo geral, esta pesquisa contribui para o debate ao demonstrar que processos de paz não podem ser compreendidos como espaços neutros ou meramente técnicos. Ao contrário, são espaços políticos, atravessados por disputas, interesses e relações de poder. Nesse sentido, o problema não reside na “politização” desses processos, mas em sua “despolitização”, o que obscurece tais dinâmicas e tende, portanto, a limitar a capacidade de incidência de atores mais vulneráveis nas negociações. Assim, o avanço do debate sobre a necessidade de compreender a paz a partir da dimensão do político mostra-se fundamental, sobretudo para revelar desigualdades, questionar estruturas de poder e evidenciar dinâmicas de exclusão.

A partir desses achados, e em um contexto em que os conflitos armados e o sistema internacional se tornam cada vez mais complexos, futuras pesquisas podem avançar na compreensão do papel da despolitização em diferentes processos de paz, investigando em que medida as relações de poder se reproduzem, se transformam ou assumem configurações específicas em distintos contextos.

REFERÊNCIAS

- AGGESTAM, Karin. Desecuritisation of water and the technocratic turn in peacebuilding. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 15, n. 3, p. 327-340, 2015.
- AGGESTAM, Karin; CRISTIANO, Fabio; STRÖMBOM, Lisa. Towards agonistic peacebuilding? Exploring the antagonism–agonism nexus in the Middle East Peace Process. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 9, p. 1736–1753, 2015.
- AKINTAYO, Joshua. Sulhu as local peacebuilding. **Peacebuilding**, jan. 2025, p. 1–20. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21647259.2025.2450574>. Acesso em: 10 fev. 2025
- Al Jazeera**. Smotrich: Gaza could be a real estate. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/video/newsfeed/2025/9/17/smotrich-gaza-could-be-a-real-estate>. Acesso em: 10 out. 2025.
- AMARAL, João. Civil Society in Peace Referendums: Inclusion and Campaign Mobilization in Northern Ireland and Cyprus. **Nationalism and Ethnic Politics**, v. 27, n. 3, p. 370–388, 2021.
- AMNISTÍA INTERNACIONAL. **San Vicente del Caguán tras la ruptura de las conversaciones de paz: una comunidad abandonada**. 2002. Disponível em: <https://www.amnesty.org/es/wp-content/uploads/sites/4/2021/06/amr230982002es.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.
- ARROYAVE, Jesús; ROMERO-MORENO, Martha. Peace, public opinion and disinformation in Colombia: Social media and its role in the 2016 plebiscite. In: **The Palgrave Handbook of Media Misinformation**. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 63-77.
- ATIKCAN, Eda Ö.; ÖGE, Kadir. Referendum Campaigns in Polarized Societies: The Case of Turkey. **Turkish Studies**, v. 13, n. 3, p. 449–470, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14683849.2012.717440>.
- AUTESSERRE, Severine. **Peaceland: Conflict Resolution and the Everyday Politics of International Intervention**. New York: Cambridge University Press, 2014.
- AZAR, Edward E. The management of protracted social. **Conflicts: Theory and Cases**, 1990.
- AZZOLINI, Marco Antonio Paulino. **Missões da ONU no pós-conflito colombiano (2016-2021): análise a partir do conceito de "paz positiva" de Johan Galtung**. 2024. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2024.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, M. 3: Two Faces of Power. **American Political Science Review**, v. 56, p. 947-952.10, 2017.
- BÄCHTOLD, Stefan. The rise of an anti-politics machinery: peace, civil society and the focus on results in Myanmar. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 10, p. 1968-1983, 2015.

BASSET, Yann; PÉREZ-CARVAJAL, Andrés. Los resultados del plebiscito mirados con lupa. **Razón Pública**, 10 out. 2016. Disponível em: <https://razonpublica.com/los-resultados-del-plebiscito-mirados-con-lupa/>. Acesso em: 6 dez. 2025.

BAXTER, Pamela; JACK, Susan. Qualitative Case Study Methodology: Study Design and Implementation for Novice Researchers. **The Qualitative Report**, v. 13, n. 4, p. 544–559, 2008.

BELINA, Aleksandra. Semi-structured interviewing as a tool for understanding informal civil society. **Voluntary Sector Review**, v. 14, n. 2, p. 331–347, 2023.

BELL, Christine; O'ROURKE, Catherine. The people's peace? Peace agreements, civil society, and participatory democracy. **International Political Science Review**, v. 28, n. 3, p. 293-324, 2007.

BELL, Sam R.; KITAGAWA, Risa. From participation to provision: How civil society secures procedural rights through peace negotiations. **Conflict Management and Peace Science**, v. 42, n. 3, p. 288-307, 2025.

BENAVIDES TORRES, Javier Andrés. La sociedad civil en la disputa por la paz Balance de su participación en el proceso de paz de San Vicente del Caguán.

BERDAL, Mats; ZAUM, Dominik. Political economy of statebuilding. **Power after peace**, 2013.

BERGER, Roni. Now I See It, Now I Don't: Researcher's Position and Reflexivity in Qualitative Research. **Qualitative Research**, p. 1–16, 2013.

BERGQUIST, Charles W. **Coffee and conflict in Colombia, 1886-1910**. Duke University Press, 1986.

BHABHA, Homi K. Doublespeak and the Minority of One. **Bloom's Modern Critical Interpretations. George Orwell's 1984. Updated Edition**, p. 179-188, 1984.

BIBLIOTECA ABERTA DO PROCESSO DE PAZ. Disponível em: <https://www.bibliotecadepaz.gov.co>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BOHIGUES, Asbel; RIVAS, José Manuel; GARCÍA, Sergio. Elite support for peace agreements: evidence from Colombia. **Peacebuilding**, v. 10, n. 1, p. 66-84, 2022.

BORDIEU, Pierre. **El conflicto en las facultades**. 2002.

BORGES, Marisa; MASCHIETTO, Roberta Holanda. Cidadania e empoderamento local em contextos de consolidação da paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 105, p. 65-84, 2014.

BOSNAK, B. Semi-structured interviews in civil society studies: Notes from the field. **Pamukkale University Journal of Social Sciences Institute**, v. 51, n. 1, p. 239–255, 2022.

BOTERO, S. El plebiscito y los desafíos políticos de consolidar la paz negociada en Colombia. **Revista de ciencia política (Santiago)**, v. 37, n. 2, p. 369–388, 2017.

BOTERO, S. El plebiscito y los desafíos políticos de consolidar la paz negociada en Colombia. **Revista de ciencia política (Santiago)**, v. 37, n. 2, p. 369–388, 2017.

BOUTROS-GHALI, Boutros. **An agenda for peace: preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping: report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992**. New York: United Nations Department of Public Information, 1992.

BRAMSEN, Isabel. Controversies of Inclusion in the Colombian Peace Process: The Balancing Act of Introducing New Norms and Gaining Popular Support. **FAIR Case Brief**, n. 5, Oslo: PRIO, 2022.

BRAMSEN, Isabel; STRÖMBOM, Lisa. Inclusivity in Practice: Patchworks of Inclusion at Multiple Tracks in the Colombian Peace Process. **Journal of Intervention and Statebuilding**, v. 19, n. 2, p. 176-196, 2025.

BRÄUCHLER, Birgit. Social engineering the local for peace. **Social Anthropology/Anthropologie Sociale**, v. 25, n. 4, p. 437-453, 2017.

BRETT, Roddy. Victim-centred peacemaking: The Colombian experience. **Journal of intervention and statebuilding**, v. 16, n. 4, p. 475-497, 2022.

BREWER, John D. Peace processes. In: **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Elsevier, 2015. p. 648-653.

BRUGGER, Andri; WENNER, Miriam; MÜLLER-BÖKER, Ulrike. **Power Relations in the Global Production Net-work for Orthodox Himalayan Tea**. Dissertação (Mestrado) – University of Zurich. 2017.

BUER, I. B. Rethinking peace and violence from the favelas. **Peacebuilding**, 2024, p. 1–17. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21647259.2024.2354083>. Acesso em: 10 fev. 2025

BUITRAGO ROJAS, Andrea Paola et al. **La paz desde abajo: breve historia, impacto y participación de los movimientos sociales en Colombia**. Ediciones USTA, 2018.

BURNYEAT, Gwen. ‘We were not emotional enough’: Cultural liberalism and social contract imaginaries in the Colombian peace process. **Critique of Anthropology**, v. 42, n. 3, p. 286-303, 2022.

BURNYEAT, Gwen. **La cara de la paz: Gobierno, pedagogía de paz y desinformación en Colombia**. Editorial Universidad del Rosario, 2024.

BUSHNELL, David. **The making of modern Colombia: A nation in spite of itself**. Univ of California Press, 1993.

CANOLA, Vanessa. El Conflicto Armado Interno de Colombia: An Analysis of Cycles of Conflict through Galtung’s Triangle of Violence. **The Student Strategy & Security Journal**, v. 02, [s.d].

CENTENO, Miguel Angel. The new Leviathan: The dynamics and limits of technocracy. **Theory and society**, p. 307-335, 1993.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. **Las huellas del genocidio en las víctimas de la Unión Patriótica**. Disponible em: <https://centrodememoriahistorica.gov.co/las-huellas-del-genocidio-en-las-victimas-de-la-union-patriotica/>. Acesso em: 4 jan. 2026.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA; ORGANIZACIÓN NACIONAL INDÍGENA DE COLOMBIA. **Tiempos de vida y muerte**: memorias y luchas de los pueblos indígenas en Colombia. Bogotá: CNMH-ONIC, 2019.

CHANDLER, David C. **Empire in denial**: the politics of state-building. Pluto, 2006.

CHANDLER, David. El fin de la consolidación de la paz liberal. **Relaciones Internacionales (1699-3950)**, n. 55, 2024.

CHESTERMAN, Simon. **You, the people**: the United Nations, transitional administration, and state-building. Oxford University Press, USA, 2005.

CHISHTI, Maliha. **Post-conflict Afghanistan**: A post-colonial critique. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de Toronto, Canada, 2014.

CHOI, Seung-Wan; JAMES, Patrick. Six Alternatives to War, One Solution for Peace: The Pacifying Effect of Civil Society. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 18, n. 1, p. 1-34, 2025.

CHOMSKY, N. Plan Colombia. **INNOVAR, Revista de ciencias administrativas y sociales**, n. 16, p. 09-26, 2000.

CNBC Television. President Trump: Gaza Strip could be the 'Riviera of the Middle East'. YouTube, [s.d.]. Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=wQvAAMsr5Dk>. Acesso em: 29 mar. 2026

COLÔMBIA. Comisión de la Verdad. **Hay futuro si hay verdad**: informe final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición. 1. ed. Bogotá: Comisión de la Verdad, 2022.

COLÔMBIA. Ministerio de Justicia y del Derecho. **Comunidades afrocolombianas (NARP)**. Disponible em: <https://www.minjusticia.gov.co/programas-co/fortalecimiento-etnico/Paginas/comunidades-afrocolombianas>. Acesso em: 6 abr. 2025.

COMISIÓN DE LA VERDAD. **Los peones bananeros**. [S.l.]: Comisión de la Verdad, 2025. Disponible em: <https://www.comisiondelaverdad.co/los-peones-bananeros>. Acesso em: 23 jan. 2026.

CONCILIATION RESOURCES. **Inclusion and the Colombia peace process**: a conversation with Sergio Jaramillo. Accord Insight. London: Conciliation Resources, 2019. Disponible em: <https://www.c-r.org/accord/inclusion-peace-processes/inclusion-and-colombia-peace-process-conversation-sergio-jaramillo>. Acesso em: 12 abr. 2025.

COOPER, Neil. On the crisis of the liberal peace: Resources. **Conflict, Security & Development**, v. 7, n. 4, p. 605-616, 2007.

COOPER, Neil; TURNER, Mandy; PUGH, Michael. The end of history and the last liberal peacebuilder: a reply to Roland Paris. **Review of International Studies**, v. 37, n. 4, p. 1995-2007, 2011.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

CRAWFORD, Gordon; ANDREASSEN, Bård A. Human rights and development: putting power and politics at the center. **Human Rights Quarterly**, v. 37, n. 3, p. 662-690, 2015.

CUHADAR, Esra; DRUCKMAN, Daniel. Let the people speak! What kind of civil society inclusion leads to durable peace?. **International Studies Perspectives**, v. 25, n. 3, p. 359-381, 2024.

CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ. **¿Quiénes somos?**. Disponível em: <https://www.cumbrenacionaldemujeresypaz.com.co/sobre-la-cumbre/quienes-somos>. Acesso em: 17 dez. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.

DE CONING, Cedric; SARAIVA, Rui; MUTO, Ako. **Adaptive peacebuilding: A new approach to sustaining peace in the 21st century**. Springer Nature, 2023.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Colombia Between Neoliberal Peace and Democratic Peace. In **Factis Pax: Journal of Peace Education and Social Justice**, v. 11, n. 2, p. 41-62, 2017.

DE TOLEDO GOMES, Aureo. Da paz liberal à virada local: avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 2, n. 4, p. 46-76, 2014.

DELACOUR, Justin. Plan Colombia: rhetoric, reality, and the press. **Social Justice**, v. 27, n. 4 (82), p. 63-75, 2000.

DEMARCHI-SÁNCHEZ, Geydi Dahiana. Participación ciudadana en Colombia. Revisión documental. **Entramado**, v. 19, n. 2, 2023.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. SAGE, 2018.

DODGE, Toby. Intervention and dreams of exogenous statebuilding: the application of Liberal Peacebuilding in Afghanistan and Iraq. **Review of International Studies**, v. 39, n. 5, p. 1189-1212, 2013.

DONAIS, Timothy. **Peacebuilding and local ownership: Post-conflict consensus-building**. Routledge, 2012.

DOS SANTOS FILHO, João Estevam. Violência estrutural e construção da ordem social na Colômbia. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 07 mai. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/violencia-estrutural-e-construcao-ordem-social-na-colombia/>. Acesso em 17 dez. 2025.

DOYLE, Michael W. Kant, liberal legacies, and foreign affairs. In: **Immanuel Kant**. Routledge, 2017. p. 503-533. DUFFIELD, Mark. Governing the borderlands: Decoding the power of aid. **Disasters**, v. 25, n. 4, p. 308-320, 2001.

DUFFIELD, Mark. **Development, security and unending war: governing the world of peoples**. Polity, 2007.

DUNN, David J. **The first fifty years of peace research: A survey and interpretation**. Routledge, 2018.

EJDUS, Filip. Local ownership in international peacebuilding: key theoretical and practical issues. **Global Affairs**, p.p. 369-370 2016.

EJDUS, Filip. Revisiting the local turn in peacebuilding. In: **A requiem for peacebuilding?**. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 41-58.

EL Mundo Indígena 2025: Colombia. **IWGIA**, Colômbia, abril de 2025. Disponível em: https://iwgia.org/es/colombia/5731-mi-2025-colombia.html#_edn1. Acesso em 06 abr. 2026.

ELIAS CARO, Jorge Enrique. La masacre obrera de 1928 en la zona bananera del Magdalena-Colombia: Una historia inconclusa. **Andes Salta**, v. 22, n. 1, jun. 2011.

ESCALLÓN, Jose Michael Villarreal. The historical relationship between agrarian reforms and internal armed conflicts: Relevant factors for the Colombian post-conflict scenario. **Land Use Policy**, v. 101, p. 105138, 2021.

ESCHMANN, Nathanael; NILSSON, Desiree. Better together? Civil society coordination during peace negotiations. **Cooperation and Conflict**, v. 58, n. 1, p. 42-60, 2023.

ESTUPIÑÁN, Juan Pablo. **Negociando el multiculturalismo: dinámicas sociopolíticas del reconocimiento a los afrocolombianos**. Editora Dialética, 2025.

FALS-BORDA, Orlando; LUNA, Eduardo Umaña. **La violencia en Colombia: estudio de un proceso social**. Ediciones Tercer Mundo, 1962.

FÉRON, Elise; KRAUSE, Keith. Power/resistance: External actors, local agency, and the Burundian peacebuilding project. **European journal of international security**, v. 7, n. 4, p. 508-530, 2022.

FERREIRA, M.A.S.V.; MASCHIETTO, R.H.; KUHLMANN, P.R.L. (2019) **Estudos para a Paz: Conceitos e Debates**. São Cristovão: Editora da Universidade Federal do Sergipe.

FIRCHOW, Pamina; CABEZAS, M. Fernanda; PURSLEY, Miranda; QUINN, Jason. Comparing everyday peace preferences with the commitments of the 2016 Colombian Peace Agreement. **International Affairs**, v. 101, n. 6, p. 2103–2128, nov. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1093/ia/iaf182>.

FITZGERALD, Garrett. Unsettling peace: the settler-colonial challenge to the local turn. **Journal of Intervention and Statebuilding**, v. 18, n. 4, p. 401–418, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17502977.2023.2215134>.

GALLÓN GIRALDO, Gustavo; OSPINA, Juan Carlos. Essential Elements and Implementation Challenges of the Final Agreement. In: FABRA-ZAMORA, Jorge Luis; DOUBLEDAY, Nancy C.; MOLINA-OCHOA, Andrés (Eds.). **The Colombian Peace Agreement**. Routledge, 2021. p. 111–128.

GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization**. 1996.

GALTUNG, Johan. **Three realistic approaches to peace: peacekeeping, peacemaking, peacebuilding**. 1976.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of peace research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GAMBOA COMBS, Alina. Reflections on the Belfast/Good Friday Agreement. **Journal of Critical Global Issues**, v. 2, n. 1, p. 2.

GARCÍA DUQUE, Juana; CASADIEGO, Juan Pablo. International cooperation in peacebuilding: stakeholder interaction in Colombia. **Third World Quarterly**, v. 42, n. 10, p. 2372-2392, 2021.

GARCÍA-SÁNCHEZ, Miguel; RODRÍGUEZ-RAGA, Juan Carlos. Personality and an internal enemy: understanding the popularity of Álvaro Uribe, 2002-2010. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, v. 8, n. 2, p. 89, 2019.

GAVENTA, John. 12 Levels, spaces and forms of power. **Power in world politics**, p. 204-224, 2007.

GAVENTA, John. Applying power analysis: using the ‘Powercube’ to explore forms, levels and spaces. In: **Power, empowerment and social change**. Routledge, 2019. p. 117-138.

GAVENTA, John. Finding the spaces for change: a power analysis. **IDS bulletin**, v. 37, n. 6, p. 23-33, 2006.

GAVENTA, John. Linking the prepositions: using power analysis to inform strategies for social action. **Essays on Evolutions in the Study of Political Power**, p. 109-130, 2021.

GAVENTA, John; MARTORANO, Bruno. Inequality, power and participation—revisiting the links. **IDS**, 2016.

GHAIS, Suzanne. **Inclusivity in peace processes: civil society and armed groups**. Contemporary Peacemaking: Peace Processes, Peacebuilding and Conflict, p. 235-259, 2022.

GIAEVER LÓPEZ, María. **Agonism in IR: a defense of ‘the political’**. Praga: Institute of International Relations Prague, 03 jul. 2018. Disponível em: <https://www.iir.cz/en/agonism-in-international-relations-a-defense-of-the-political>. Acesso em: 10 dez. 2025.

GIDDENS, Anthony. **Central problems in social theory: Action, structure, and contradiction in social analysis**. Univ of California Press, 1979.

GOMES, Aureo de Toledo; BLANCO, Ramon. A Construção da Paz sob Análise: Os Diferentes Matizes da Crítica. In: **Estudos para a paz: conceitos e debates**, p. 193-226, 2019.

GÓMEZ CORREAL, Diana; ZUGADI BENGHOA, Ainhoa. The European Union's Cooperation for Peace in Colombia: Achievements, Contributions and Limits with Respect to Guaranteeing Victims' Rights. In: **European Union Support for Colombia's Peace Process: Civil Society, Human Rights and Territorial Peace**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2023. p. 325-354.

GÓMEZ ROLDÁN, Andrés. El movimiento de la séptima papeleta frente al referendo* Posición jurídica ante la Corte Constitucional de una generación de colombianos y colombianas que ayudaron a construir la Constitución Política de 1991. **Papel político**, v. 16, n. 2, p. 365-380, 2011.

GÓMEZ-QUINTERO, Juan David. Organizaciones no gubernamentales y entidades sin ánimo de lucro en Colombia: Despolitización de la sociedad civil y tercerización del Estado. **Gestión y política pública**, v. 23, n. 2, p. 359-384, 2014.

GUERRA, Lucas. “A Colonialidade Da Paz: (Re)Pensando o Processo De Paz Na Colômbia (2012-2016) a Partir Das Lutas Indígenas Por Participação.” Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - IRI/PUC-Rio, 2020.

GUERRA, Lucas. Condições de (i) legibilidade na “virada local” em processos de paz: reflexões a partir das lutas indígenas em torno do Acordo de Paz na Colômbia. **REI-Revista de Estudos Internacionais**, v. 11, n. 1, 2020.

GUTIÉRREZ, Juan Diego. Imaginarios de guerra y paz en los memes de las campañas del sí y el no durante el plebiscito de 2016. **Maguaré**, v. 37, n. 1, p. 17-60, 2023.

HASSAN, Zaha; JOHNSON, Charles H. The board of peace and funding for Gaza reconstruction: on whose account. **Carnegie Endowment for International Peace**, 16 mar. 2026. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/research/2026/03/the-board-of-peace-and-funding-for-gaza-reconstruction-on-whose-account>. Acesso em: 30 mar. 2026.

HAY, Colin. **What is Politics?: The Definitive Guide to Politics in Our Polarized Times**. John Wiley & Sons, 2025.

HENRIQUES, Miguel Barreto. Os avanços e o recuos do acordo de paz na Colômbia. In: Janus 2017 anuário de relações exteriores. **Conjuntura Internacional**. A comunicação mundializada. Lisboa: Observare – Universidade Autónoma de Lisboa, 2016.

HENRIQUES, Miguel Barreto. 'Peacebuilding from Below' in Colombia: The Case-study of the Peace Laboratories. In: **Conflict Society and Peacebuilding**. Routledge India, 2020. p. 149-177.

HERNÁNDEZ ARIZA, Karol Tatiana et al. **La politización de los medios de comunicación en la campaña del plebiscito de 2016**. Pontificia Universidad Javeriana, 2018. Disponível em: <<https://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/39687>> . Acesso em 27 de jan. de 2025.

HERNÁNDEZ, Myriam Eugenia Melo; GAMBA, Wilson Diaz; MELO, Angely Katherine Torres. Construcción de paz en Colombia. **Revista Boletín Redipe**, v. 14, n. 2, p. 74-84, 2025.

HIRBLINGER, Andreas T.; LANDAU, Dana M. Daring to differ? Strategies of inclusion in peacemaking. **Security Dialogue**, v. 51, n. 4, p. 305-322, 2020.

HIRBLINGER, Andreas; LANDAU, Dana. Inclusive peacebuilding: a post-liberal approach. **Third World Quarterly**, v. 41, n. 3, p. 309–328, 2020.

HOFF, Natali; BLANCO, Ramon. A CONSTRUÇÃO DA PAZ ENQUANTO NORMALIZAÇÃO INTERNACIONAL UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CASO IRAQUIANO. **Relações Internacionais**, n. 69, 2021.

HYLTON, Forrest. **Evil hour in Colombia**. Verso, 2006.

HYLTON, Forrest; TAUSS, Aaron. Peace in Colombia: A New Growth Strategy: Colombia's peace deal is a remarkable achievement, but its economic implications are troubling. **NACLA Report on the Americas**, v. 48, n. 3, p. 253-259, 2016.

IDLER, Annette; MOULY, Cécile; MIRANDA, Lenin. Power unpacked: domination, empowerment and participation in local Guatemalan peace forums. **Journal of Peace, Conflict and Development**, v. 21, 2015.

INSTITUTE FOR INTEGRATED TRANSITIONS. Disponível em: <https://i4t.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.

INSTITUTO DE ESTUDIOS PARA EL DESARROLLO Y LA PAZ (INDEPAZ). Disponível em: <https://www.indepaz.org.co>. Acesso em: 27 jan. 2025.

INSTITUTO DE ESTUDIOS PARA EL DESARROLLO Y LA PAZ (INDEPAZ). **El Caguán**, 2013. Disponível em: https://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2013/04/El_Caguan.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Mar-a-Gaza ou Nakba? Transformar a Faixa de Gaza em Riviera é uma indignação para os árabes, mas há quem sinta o cheiro do negócio. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/648356-mar-a-gaza-ou-nakba-transformar-a-faixa-de-gaza-em-riviera-e-uma-indignacao-para-os-arabes-mas-ha-quem-sinta-o-cheiro-do-negocio>. Acesso em: 29 mar. 2026.

ITERSON SCHOLTEN, Gijsbert M. **Visions of peace of professional peace workers**. Springer International Publishing, 2020.

JABRI, Vivienne. Michel Foucault's analytics of war: The social, the international, and the racial. **International Political Sociology**, v. 1, n. 1, p. 67-81, 2007.

JABRI, Vivienne. Post-colonialism: A post-colonial perspective on peacebuilding. In: **The Palgrave handbook of disciplinary and regional approaches to peace**. London: Palgrave Macmillan UK, 2016. p. 154-167.

JANKS, H. Critical Discourse Analysis as a Research Tool. **Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, v. 18, n. 3, p. 329–342, dez. 1997.

JOSHI, Madhav; WALLENSTEEN, Peter (Ed.). **Understanding quality peace: Peacebuilding after civil war**. Routledge, 2018.

JURISDICCIÓN ESPECIAL PARA LA PAZ (JEP). Disponível em: <https://www.jep.gov.co/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

JURISDICCIÓN ESPECIAL PARA LA PAZ. Disponível em: <https://www.jep.gov.co>. Acesso em: 27 jan. 2025.

JUSTINO, Patricia. Civilian action in conflict settings: the case of Colombia. **IDS Bulletin**, Brighton, v. 50, n. 3, p. 95–112, 2019. DOI: [10.19088/1968-2019.132](https://doi.org/10.19088/1968-2019.132).

KAIM, Barbara. Who are we to care? Exploring the relationship between participation, knowledge and power in health systems. **COPASAH Series on Social Accountability**, 2013.

KAISER, Karen. Protecting Confidentiality. In: GUBRIUM, Jaber et al. (Ed.). **The SAGE Handbook of Interview Research: The Complexity of the Craft**. 2. ed. Los Angeles: Sage, 2012.

KALDOR, Mary. The idea of global civil society. **International affairs**, v. 79, n. 3, p. 583-593, 2003.

KAPPLER, Stefanie; LEMAY-HÉBERT, Nicolas. Hybrid local ownership in Bosnia-Herzegovina and Kosovo: From discursive to material aspects of ownership. In: **Local Ownership in International Peacebuilding**. Routledge, 2015. p. 74-92.

KAPPLER, Stefanie; RICHMOND, Oliver. Peacebuilding and culture in Bosnia and Herzegovina: Resistance or emancipation?. **Security dialogue**, v. 42, n. 3, p. 261-278, 2011.

KERR, Rachel. Tyrannies of peace and justice? Liberal peacebuilding and the politics and pragmatics of transitional justice. **International Journal of Transitional Justice**, v. 11, pp. 176-185, 2017.

KEW, Darren; WANIS-ST JOHN, Anthony. Civil society and peace negotiations: Confronting exclusion. **International Negotiation**, v. 13, n. 1, p. 11-36, 2008.

KLEIN, Rahel. Indígenas são perdedores no processo de paz na Colômbia. **Deutsche Welle (DW Brasil)**, 1 dez. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ind%C3%ADgenas-s%C3%A3o-perdedores-no-processo-de-paz-na-col%C3%B4mbia/a-41600121>. Acesso em: 15 abr. 2026.

KÖRPPEN, Daniela. Re-Politicising the Strategies and Methods of the Liberal Peacebuilding Discourse. **Norms and Premises of Peace Governance**, p. 31, 2012.

KROC INSTITUTE. Disponível em: <https://kroc.nd.edu>. Acesso em: 27 jan. 2025.

LARA-RODRÍGUEZ, Juan Sebastián; RODRÍGUEZ-ROMERO, Carlos Alberto. Peacemaking through the lens of participation: Revisiting the 2016 Colombian peace accord. **Latin American Policy**, v. 14, n. 4, p. 580-598, 2023.

LARRAZ-ELORRIAGA, Irene. La construcción de legitimidad a través del capital simbólico. El caso del proceso de paz de Colombia. **Estudios Políticos**, n. 50, p. 257-280, 2017.

LATINNO. **Séptima papeleta**. Disponível em: <https://www.latinno.net/pt/case/5180/>. Acesso em: 6 abr. 2026.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Editora Elefante, 2021.

LAYÚS, Rosario Figari. Just collateral damage? Accountability of economic elites in peacebuilding and transitional justice in Colombia. **Peace & Change**, v. 49, n. 3, p. 223-241, 2024.

LEDERACH, John Paul. **Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies**. Washington: United States Institute of Peace Press, 1997.

LEGRAND, Catherine C. The Colombian crisis in historical perspective. **Canadian journal of Latin American and Caribbean studies**, v. 28, n. 55-56, p. 165-209, 2003.

LEHTI, Marko. Agonistic Peacebuilding. In: **Routledge Handbook of Peacebuilding**. Routledge, 2024. p. 138-149.

LEHTI, Marko; ROMASHOV, Vadim. Suspending the antagonism: situated agonistic peace in a border bazaar. **Third World Quarterly**, v. 43, n. 6, p. 1288-1306, 2022.

LEVORATO, Giulio; SGUAZZINI, Mattia. A perpetual (liberal) peace? An empirical assessment of an enduring peacebuilding model. **International Peacekeeping**, v. 31, n. 1, p. 29-57, 2024.

LIMA, Deyvison; ARRUDA, José Maria. **Carl Schmitt and post-marxism: The Chantal Mouffe case**. 2022.

LIPSCHUTZ, Ronnie D. Beyond the neoliberal peace: From conflict resolution to social reconciliation. **Social Justice**, v. 25, n. 74, p. 5-19, 1998.

LJUNGKVIST, Kristin; JARSTAD, Anna. Revisiting the local turn in peacebuilding—through the emerging urban approach. **Third World Quarterly**, v. 42, n. 10, p. 2209-2226, 2021.

LUKES, Steven. **Power: A radical view**. Palgrave Macmillan, 2nd edition. 2005

MAC GINTY, R.; RICHMOND, O. P. The Local Turn in Peace Building: a critical agenda for peace. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 5, p. 763–783, jun. 2013.

MAC GINTY, Roger. Hybrid peace: The interaction between top-down and bottom-up peace. **Security dialogue**, v. 41, n. 4, p. 391-412, 2010.

MAC GINTY, Roger. Routine peace: Technocracy and peacebuilding. **Cooperation and Conflict**, v. 47, n. 3, p. 287-308, 2012.

MAC GINTY, Roger. The liberal peace is over and it is not coming back: hybridity and the emerging international peace system. **Third World Quarterly**, p. 1-20, 2025.

MAC GINTY, Roger. The limits of technocracy and local encounters: The European Union and peacebuilding. **Contemporary Security Policy**, v. 39, n. 1, p. 166-179, 2018.

MAC GINTY, Roger; WANIS-ST JOHN, Anthony (Ed.). **Contemporary peacemaking: Peace processes, peacebuilding and conflict**. London: Palgrave Macmillan, 2022.

MAC GINTY, Roger; POGODDA, Sandra; RICHMOND, Oliver; VOGEL, Birte. Technocracy, Governance and Conflict Resolution. **Norms and Premises of Peace Governance**, p. 37, 2012.

MADDISON, Sarah. Agonistic reconciliation: inclusion, decolonisation and the need for radical innovation. **Third World Quarterly**, v. 43, n. 6, p. 1307-1323, 2022.

MARTÍN, Diana González; HANSEN, Hans Lauge; GRONDONA, Agustín Parra. A case for agonistic peacebuilding in Colombia. **Third World Quarterly**, v. 43, n. 6, p. 1270–1287, 2022.

MARTÍNEZ-ELÍAS, Agustín Eugenio. El surgimiento del Movice y la teoría contemporánea de los movimientos sociales. **NovumJus**, 2018.

MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Beyond peacebuilding**: The challenges of empowerment promotion in Mozambique. Springer, 2016.

MASCHIETTO, Roberta Holanda; FERREIRA, Marcos Alan SV. **Estudos para a paz: Perspectivas Brasileiras**. Editora Blimunda, 2024.

MASCHIETTO, Roberta Holanda; NOBRE, Fábio; GARCIA NOGUEIRA, Silvia. Compreender para mudar: epistemologia e metodologia nos estudos para a paz. *In*: FERREIRA, M.A.S.V.; MASCHIETTO, R.H.; KUHLMANN, P.R.L. (2019) **Estudos para a Paz**: Conceitos e Debates. São Cristovão: Editora da Universidade Federal do Sergipe. Capítulo 16, pp. 537.

MASSÉ, Frédéric; LE BILLON, Philippe. Gold mining in Colombia, post-war crime and the peace agreement with the FARC. **Third World Thematics: A TWQ Journal**, v. 3, n. 1, p. 116-134, 2018.

MATANOCK, A. M.; GARCÍA-SÁNCHEZ, M. The Colombian Paradox: Peace Processes, Elite Divisions & Popular Plebiscites. **Daedalus**, v. 146, n. 4, p. 152–166, 2017.

MATHIEU, Xavier. Critical peacebuilding and the dilemma of difference: the stigma of the ‘local’ and the quest for equality. **Third World Quarterly**, v. 40, n. 1, p. 36-52, 2019.

MCGEE, Rosie. Invisible power and visible everyday resistance in the violent Colombian Pacific. **Peacebuilding**, v. 5, n. 2, p. 170-185, 2017.

MCGEE, Rosie; GAVENTA, John; SHANKLAND, Alex. Working for Justice in the Energy Transition: Learning from Frontline Voices. **Institute of Development Studies**. 2026.

MCKEON, C. Civil society: Participating in peace processes. *In*: **People Building Peace II: Successful Stories of Civil Society**, p. 567–575, 2005.

MCNEISH, John-Andrew. Extracting justice? Colombia’s commitment to mining and energy as a foundation for peace. *In*: **Social-Environmental Conflicts, Extractivism and Human Rights in Latin America**. Routledge, 2018. p. 114-130.

MEDINA, Rocio Mateo. De madres de Soacha a sujetas políticas: capacidad de agencia ante la impunidad en Colombia: reconstrucción de un caso desde una mirada feminista pra un litigio estratégico. **ICIP Working Papers**, n. 4, p. 1-57, 2013.

MENDES, Isa Lima. The Politics of Inclusion in Peace Negotiations. **Contexto Internacional**, v. 46, n. 1, p. e20220106, 2024.

MENDES, Isa Lima. Inclusion and Political Representation in Peacemaking: The Role of Colombian Women in the Havana Dialogues with the FARC-EP. **Springer Nature**, 2025.

MENDES, Isa. Inclusion and political representation in peace negotiations: The case of the Colombian victims' delegations. **Journal of Politics in Latin America**, v. 11, n. 3, p. 272-297, 2019.

MENDES, Isa; SIMAN, Maíra; FERNÁNDEZ, Marta. The Colombian peace negotiations and the invisibility of the 'no' vote in the 2016 referendum. **Peacebuilding**, v. 8, n. 3, p. 321-343, 2020.

MORENO-PARRA, Héctor Alonso. Colombia: entre pactos de élites y transiciones democráticas. **Entramado**, v. 14, n. 1, p. 166-179, 2018.

MORENO-PARRA, Héctor Alonso. La paz imperfecta en el marco del conflicto político armado en Colombia. **Entramado**, v. 10, n. 1, p. 202-218, 2014.

MOUFFE, Chantal. **Agonistics: Thinking the world politically**. Verso Books, 2013.

MOUFFE, Chantal. **La paradoja democrática: el peligro del consenso en la política contemporánea**. Gedisa Editorial, 2016.

MOUFFE, Chantal. **On the political**. Routledge, 2005.

MOULY, Cécile. **Estudios de paz y conflictos: Teoría y práctica**. Peter Lang International Academic Publishers, 2022.

MULZA, Giovana Eloá Mantovani. Relações internacionais EUA-Colômbia: o caso do Plan Colombia. **Revista Sem Aspas**, p. e021016-e021016, 2021.

MUÑOZ, Francisco A. La paz imperfecta. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2001.

MUÑOZ, M., & Pachón, M. (2021). "Paz sí, pero no así"? voter profiles and attitudes toward the 2016 Colombian Peace Agreement. **Latin American Politics and Society**, 63(1), 95-117.

Maschietto, R. H. (2016). Beyond peacebuilding: The challenges of empowerment promotion in Mozambique. Springer.

NILSSON, Desirée. Anchoring the peace: Civil society actors in peace accords and durable peace. **International Interactions**, v. 38, n. 2, p. 243-266, 2012.

NOBEL Lecture: Juan Manuel Santos, Nobel Laureate in Peace 2016. **Nobel Prize**. Oslo, 2016. 1 vídeo (37:35 min). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=pqrpAue1TQc>. Acesso em 11 abr. 2026.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2004.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**. Elsevier, 2005.

NORMAN, Susan Virginia. Narcotization as security dilemma: The FARC and drug trade in Colombia. **Studies in Conflict & Terrorism**, v. 41, n. 8, p. 638-659, 2018.

NUSSBAUM, Tobias; ZORBAS, Eugenia; KOROS, Michael. A new deal for engagement in fragile states. **Conflict, Security & Development**, v. 12, n. 5, p. 559-587, 2012.

NYLANDER, Dag; SANDBERG, Rita; TVEDT, Idun. Designing peace: the Colombian peace process. **Oslo: NOREF-Norwegian Centre for Conflict Resolution**, 2018.

ÖBERG, Magnus. Mapping global violence: The Uppsala Conflict Data Program. **One Earth**, v. 8, n. 9, 2025.

OBSERVATORIO DE LA PAZ - UNIVERSIDADE NACIONAL DA COLÔMBIA. Disponível em: <https://www.observatoriopazun.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.

OCAMPO BARROS, Alejandro. **Incidencia de la participación formal de la sociedad civil en el proceso de negociación de La Habana (2012-2016)**. Dissertação (Mestrado) – Pontificia Universidade Javeriana, Bogotá, 2016.

OFICINA DEL ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ (Colômbia). **Los mecanismos e instancias de participación de la Mesa de Conversaciones y la construcción de paz desde los territorios: mecanismos de participación de la Mesa de Conversaciones, la Subcomisión de Género, el Capítulo Étnico y la construcción de paz desde los territorios (2012-2016)**. Bogotá: Presidencia de la República; Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2018. (Biblioteca del Proceso de Paz con las FARC-EP, t. 7).

OLANO GARCÍA, Hernán Alejandro. Historia de la regeneración constitucional de 1886. **Revista IUS**, v. 13, n. 43, p. 161-178, 2019.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Carta Internacional**, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Community engagement guidelines on peacebuilding and sustaining peace**. New York: UN, 2020. Disponível em: https://www.un.org/peacebuilding/sites/www.un.org.peacebuilding/files/documents/un_community-engagement_guidelines.august_2020.pdf. Acesso em: 30 maio 2025.

ORGANIZACIÓN NACIONAL INDÍGENA DE COLOMBIA. Disponível em: <https://www.onic.org.co/en/>. Acesso em: 2 abr. 2026.

OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE (OPHI); UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Global Multidimensional Poverty Index 2024: Poverty amid conflict**. [s.l.]: OPHI & UNDP, 2024. Disponível em: https://ophi.org.uk/sites/default/files/2024-10/Global_MPI_2024_report_%28Conflict%29.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025

PAFFENHOLZ, Thania. Civil society and peace negotiations: Beyond the inclusion–exclusion dichotomy. **Negotiation Journal**, v. 30, n. 1, p. 69-91, 2014.

PAFFENHOLZ, Thania. Is civil society needed for quality peace? In: JOSHI, Madhav; WALLENSTEEN, Peter (Ed.). **Understanding Quality Peace: Peacebuilding after Civil War**. 1. ed. London: Routledge, 2018. pp. 163-178.

PAFFENHOLZ, Thania. Unpacking the local turn in peacebuilding: A critical assessment towards an agenda for future research. **Third world quarterly**, v. 36, n. 5, p. 857-874, 2015.

PAFFENHOLZ, Thania; POPPELREUTER, Philip; ROSS, Nicholas. Toward a third local turn: identifying and addressing obstacles to localization in peacebuilding. **Negotiation Journal**, v. 39, n. 4, p. 349-375, 2023.

PARIS, Roland. **At war's end: building peace after civil conflict**. Cambridge University Press, 2004.

PARIS, Roland. Saving liberal peacebuilding. **Review of international studies**, v. 36, n. 2, p. 337-365, 2010.

PATOMÄKI, Heikki. The challenge of critical theories: Peace research at the start of the new century. **Journal of Peace Research**, v. 38, n. 6, p. 723-737, 2001.

PEACE RESEARCH INSTITUTE OSLO (PRIO). Disponível em: <https://www.prio.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.

PEARCE, Jenny V. Violence, power and participation: Building citizenship in contexts of chronic violence. **IDS Working Paper**, 2007.

PÉCAUT, Daniel. **Orden y violencia: Colombia 1930-1953**. Universidad Eafit, 2012.

PEREIRA, Mariana Morena. The liberal peace and its contesting universal values: a theoretical approach to the development of hybrid forms of political order in post conflict societies. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 8, n. 2, p. 427-453, 2019.

PÉREZ DE ARMIÑO, Karlos. **European union support for Colombia's peace process: civil society, human rights and territorial peace**. Springer Nature, 2023.

PHILIPSEN, Lise. Three locals of peace: a typology of local capacities for peace. **Third World Quarterly**, v. 43, n. 8, p. 1932-1949, 2022.

PINKEVICIUTE, Justina. The Limits of Participation Without Economic Justice in Peacebuilding: A Study of Colombia. **Journal of Peacebuilding & Development**, p. 15423166251355734, 2025.

PINTO, Vânia. **Métodos de Pesquisa em Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2023. 144 p.

POSPISIL, Jan; MAGARA, Ibrahim. Beyond liberal peace? The IGAD-led peace mediation in South Sudan. **Graz Law Working Paper Series**, 2025.

POSSO, Camilo González. Consolidación territorial y resurgimiento de paras y guerrilla. **Indepaz**, 2012.

PRESIDENTE Santos disse que no teme sacar la llave de la paz: El presidente Santos, sin embargo, dijo que no se cometerán errores del pasado. **El Tiempo**, Bogotá, 13 mar. 2012. Disponível em: < <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/cms-11339821> > Acesso em 02 abr. 2026.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE (OPHI). 2024 Global Multidimensional Poverty Index (MPI). New York: **UNDP**, 2024. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/2024-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI>. Acesso em: 30 maio 2025.

PRZYBOROWSKI, Kacper. The 2016 Colombian Peace Agreement and Colonial Continuities. **Latin American Perspectives**, 2025.

PUGH, Michael. Corporate peace. **Peacebuilding in Crisis**, p. 175, 2016.

PUGH, Michael. Local Agency and Political Economies of Peacebuilding. **Studies In Ethnicity & Nationalism**, v. 11, n. 2, 2011.

PUGH, Michael. The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective. **International journal of peace studies**, p. 23-42, 2005.

PUGH, Michael. Welfare in war-torn societies: Nemesis of the liberal peace?. In: **Palgrave advances in peacebuilding: Critical developments and approaches**. London: Palgrave Macmillan UK, 2010. p. 262-278.

PULIDO, Amalia et al. Violence, voting & peace: Explaining public support for the peace referendum in Colombia. **Electoral studies**, v. 61, p. 102067, 2019.

QIN, Yunyi. Grassroots governance and social development: theoretical and comparative legal aspects. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 10, n. 1, p. 331, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos avançados**, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005.

RABÉ, Paul; KAMANZI, Adalbertus Fortunatus. Power analysis: A study of participation at the local level in Tanzania. **ASC Working Paper**, 2012.

RAMSBOTHAM, Oliver; MIAL, Hugh; WOODHOUSE, Tom. **Contemporary conflict resolution**. Polity, 2011.

REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL. Disponível em: <https://www.registraduria.gov.co>. Acesso em: 27 jan. 2025.

RICHMOND, O. P. **A post-liberal peace**. Milton Park, Abingdon, Oxon [England] New York: Routledge, 2011.

RICHMOND, Oliver P. Critical research agendas for peace: the missing link in the study of international relations. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 32, n. 2, p. 247–274, 2007.

RICHMOND, Oliver P. et al. Power or peace? Restoration or emancipation through peace processes. **Peacebuilding**, v. 9, n. 3, p. 243-257, 2021.

RICHMOND, Oliver P. Peace in international relations. In: The Palgrave Encyclopedia of Peace and Conflict Studies. **Cham: Springer International Publishing**, 2020. p. 1-16.

RICHMOND, Oliver P. **Peace in international relations**. Routledge, 2008.

RICHMOND, Oliver P. The problem of peace: understanding the 'liberal peace'. **Conflict, security & development**, v. 6, n. 3, p. 291-314, 2006.

RICHMOND, Oliver P. The use and misuse of the 'local turn'. 2024.

RICHMOND, Oliver P.; MAC GINTY, Roger. Where now for the critique of the liberal peace?. **Cooperation and Conflict**, v. 50, n. 2, p. 171-189, 2015.

RÍOS, Jerónimo; VARGAS, Camilo; BULA, Paula; HOYOS NOVOA, Amalia. Quantitative determinants of the FARC-EP guerrilla violence in Colombia. **JANUS. NET**, v. 9, n. 1, p. 138-154, 2018.

ROBERTS, Tony; HERNANDEZ, Kevin. The techno-centric gaze: incorporating citizen participation technologies into participatory governance processes in the Philippines. **IDS**, 2017.

ROBINS, Simon. Failing victims: The limits of transitional justice in addressing the needs of victims of violations. **Hum. Rts. & Int'l Legal Discourse**, v. 11, p. 41, 2017.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto internacional**, v. 34, p. 9-41, 2012.

RODRÍGUEZ, Gina Paola. Álvaro Uribe y Juan Manuel Santos: ¿una misma derecha?. **Nueva Sociedad**, n. 254, p. 84, 2014.

RODRIGUEZ DE FRANCISCO, Jean-Carlo; BOELEN, Rutgerd. Payment for environmental services and power in the Chamachán watershed, Ecuador. **Human Organization**, v. 73, n. 4, p. 351-362, 2014.

ROJAS-ROBLES, Liliana. Paz territorial y justicia ambiental en Colombia: desafíos de la sostenibilidad desde una perspectiva ambientalista. **Revista de Estudios Sociales**, n. 66, p. 190–204, 2018.

ROSSI, Alessandra De. **Desaparecimentos forçados, sociedade civil e políticas públicas na Colômbia: a Constituição de 1991 e o Acordo de Paz de 2016**. 2023. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2023.

RYAN, Stephen. The evolution of peacebuilding. In: MAC GINTY, Roger (Ed.). **Routledge handbook of peacebuilding**. London: Routledge, 2013. p. 25–35.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica Editora, 2021.

SANANDRES, Eliana; MOLINARES, Ivonne; GONZÁLEZ, Roberto. "The Black Woman Resists". Conflict-Related Sexual Violence Against Afro-Colombian Women in Colombia. **Violence and Gender**, p. 23267836261423749.

SANTOS, Juan Manuel. **La batalla por la paz: El largo camino para acabar el conflicto con la guerrilla más antigua del mundo**. Bogotá: Planeta, 2016.

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, p. 67-88, 2010.

SCHIRCH, Lisa. Ritual and Peacebuilding. **The Wiley Blackwell Companion to Religion and Peace**, p. 255-263, 2022.

SEGURA, Renata; MECHOULAN, Delphine. Made in Havana: How Colombia and the FARC decided to end the war. **Available at SSRN 2969332**, 2017.

SEÑAL MEMORIA. **Firma del Acuerdo em Cartagena**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dt0bzQH9IHY>. Acesso em: 2 dez. 2024.

SHINKO, Rosemary E. A critical (re) reading of the analytical significance of agonistic peace. **Third World Quarterly**, v. 43, n. 6, p. 1399-1407, 2022.

SHINKO, Rosemary E. Agonistic peace: a postmodern reading. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 36, n. 3, p. 473-491, 2008.

SMOLEŃSKI, Jan. Substantive equality, popular sovereignty, and antagonistic politics: an introduction to Carl Schmitt's democratic theory. **CEU Political Science Journal**, n. 03, p. 269-289, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **A critique of postcolonial reason: Toward a history of the vanishing present**. Harvard university press, 1999.

STRÖMBOM, Lisa. Exploring analytical avenues for agonistic peace. **Journal of International Relations and Development**, v. 23, p. 1-23, 2020.

STRÖMBOM, Lisa; BRAMSEN, Isabel; STEIN, Anne Lene. Agonistic peace agreements? Analytical tools and dilemmas. **Review of International Studies**, v. 48, n. 4, p. 689-704, 2022.

STRÖMBOM, Lisa; BRAMSEN, Isabel; STEIN, Dan. Transforming conflict through agonistic dialogue: challenges and possibilities. **Cooperation and Conflict**, v. 57, n. 2, p. 233-251, 2022.

TAPIA NAVARRO, Nadia. The category of victim “from below”: The case of the movement of victims of state crimes (MOVICE) in Colombia. **Human Rights Review**, v. 20, n. 3, p. 289-312, 2019.

TAPPE ORTIZ, Juliana. Political leadership for peace processes: Juan Manuel Santos—between hawk and dove. **Leadership**, v. 17, n. 1, p. 99-117, 2021.

TAPPE ORTIZ, Juliana; ARÉVALO, Julián. No-campaigns in peace referendums. **Contemporary Politics**, v. 31, n. 3, p. 395-412, 2025.

TARTIR, Alaa; EJDUS, Filip. Effective? Locally owned? Beyond the technocratic perspective on the European Union police mission for the Palestinian territories. **Contemporary Security Policy**, v. 39, n. 1, p. 142-165, 2018.

TOBIA, Ian Niccolo Vizcarra. Endorsing and Revising Peace Accords: The Outlet for Ontological Tensions in Peace Endorsement. **Peace Review**, v. 37, n. 2, p. 332-345, 2025.

TOBIA, Ian Niccolo Vizcarra. **Peace accord revisions: Uncovering the liberal-democratic paradox of democratic political endorsement**. Tese de Doutorado – University of Otago, Nova Zelândia, 2024.

TORRES, María Lucía; IREGUI, Paola Marcela. **Visiones sobre construcción de paz, sociedad civil y fortalecimiento de la democracia: ponencias ganadoras del III Concurso Nacional de Semilleros de Investigación Facultad de Jurisprudencia**. Editorial Universidad del Rosario, 2013.

UGALDE ZUBIRI, Alexander; PEREA OZERIN, Iratxe. **Balances y perspectivas del cumplimiento del Acuerdo de Paz en Colombia (2016-2022)**. Euskal Herriko Unibertsitateko Argitalpen Zerbitzua/Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2022.

UNITED NATIONS. Acordo de paz da Colômbia é "um novo começo", diz secretário-geral da ONU, saudando fim dos combates. **UN News**, 2016. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2016/11/546222>. Acesso em: 5 nov. 2025.

UNITED NATIONS. **Community engagement guidelines**. New York: United Nations, aug. 2020. Disponível em: https://www.un.org/peacebuilding/sites/www.un.org.peacebuilding/files/documents/un_community-engagement_guidelines.august_2020.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM (UCDP). **UCDP - Uppsala Conflict Data Program**. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

VALENCIA-AGUDELO, Germán Darío; VILLARREAL-MIRANDA, Kevin David. Participación de la sociedad civil en el proceso de paz con las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-FARC-ep-(2012-2016). **Entramado**, v. 16, n. 2, p. 238-250, 2020.

VEGA LUQUEZ, R. A. **El Capítulo Étnico del Acuerdo de Paz de la Habana: la historia del tercer actor en la negociación**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2019.

VENEKLASEN, Lisa; MILLER, Valerie. Power and empowerment. **PLA notes**, v. 43, p. 39-41, 2002.

VILLA, Rafael Duarte; DE MACEDO BRAGA, Camila; FERREIRA, Marcos Alan SV. Violent nonstate actors and the emergence of hybrid governance in South America. **Latin american research review**, v. 56, n. 1, p. 36-49, 2021.

VILLAMIZAR, Darío. Las guerrillas en Colombia. Una historia desde los orígenes hasta los confines. **Bogotá: Debate**, 2017.

VILLANUEVA, Salvador Padilla; SAMPIETRO, Laura. " Yo no parí hijos para una guerra".: Entrevista a Luz Marina Bernal, lideresa de las Madres de Soacha. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**, v. 2, n. 2, p. 8-12, 2014.

VOGEL, Birte. Everyday economic experiences and peace processes. In: **Contemporary Peacemaking: Peace Processes, Peacebuilding and Conflict**. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 563-581.

VON BILLERBECK, Sarah BK. Local ownership and UN peacebuilding: Discourse versus operationalization. **Global governance**, v. 21, p. 299, 2015.

WALLENSTEEN, Peter. **Peace research: Theory and practice**. Routledge, 2013.

WALSH, Dawn; MEYER, Ines. An agonistic analysis of reintegration of the FARC-EP in the Colombian peace agreement. **Third World Quarterly**, p. 1-19, 2025.

WANIS-ST JOHN, Anthony. Peace processes, secret negotiations and civil society: Dynamics of inclusion and exclusion. **International Negotiation**, v. 13, n. 1, p. 1-9, 2008.

WARNECKE, Andrea. **Peace without agency?: the emergence and persistence of peacebuilding as a depoliticized practice**. 2016. Tese de Doutorado. European University Institute.

WASSARA, Samson Samuel; AL-TAYIB ZAIN AL-ABDIN MUHAMMED (eds.). **Post-referendum Sudan: national and regional questions**. Dakar: CODESRIA, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvk8w0c6>. Acesso em: 09 de fev. 2025

WOOD, Matt; FLINDERS, Matthew. Rethinking depoliticisation: Beyond the governmental. **Policy & politics**, v. 42, n. 2, p. 151-170, 2014.

WORLD ECONOMIC FORUM. **What can the world learn from Colombia's peace deal?** Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2015/10/what-can-the-world-learn-from-colombias-peace-deal>. Acesso em: 5 nov. 2025.

ZAUM, Dominik. International relations theory and peacebuilding. In: MAC GINTY, Roger (Ed.). **Routledge handbook of peacebuilding**. London: Routledge, 2013. p. 105-117.